

José Brito
Acácio Jacinto
Luiza Goulart
(ORG.)

Mídias educativas e impacto social

As redes
do Futura
na era da
comunicação
de causas



mórula
EDITORIAL

O que um poema de Pagu, um rap dos Racionais MCs, um sermão do Pe. Antônio Vieira, um diálogo da novela das nove e um canto puxado pelo Ilê Ayê podem nos dizer sobre o Brasil? Afinal, somos forjados diariamente pela comunicação; a voz daqueles que ocupam esse gigantesco território na América do Sul.

Para além da identidade cultural, no novelo complexo que é a contemporaneidade, a comunicação é também capaz de abrir veredas, garantir direitos, enfim, servir como um espelho prismático do que podemos e gostaríamos de ser como nação. Eis aqui a beleza deste livro.

Ao refletir a comunicação sob diversos ângulos, mas no diapasão do impacto social, fica mais fácil enxergar onde o Brasil se encontra e onde ele pretende chegar.

Num primeiro olhar, podemos cair na tentação de enxergar a comunicação social como algo instrumental numa época em que a tecnologia se desenvolve exponencialmente — um uso “inevitável” que temos a fazer dela.

Entretanto, o trabalho realizado pela Fundação Roberto Marinho, cujo pano de fundo está refletido nessas páginas, provam que ela é mais que isso. Trata-se de um pilar fundamental, mutante, na construção da cidadania, garantia de direitos e promoção das práticas democráticas. Em alguns momentos ela se aproxima da educação, oferecendo modelos inovadores e chegando a lugares onde muitas vezes as salas de aula formais nunca estiveram; em outros abre-se à liberdade de expressão firmando-se fundamentalmente como uma das faces da democracia; em ainda outras situações, é pura linguagem e proposta paradigmática estrutural, transformando a maneira com que a economia, a política e a cultura se constroem.

Está tudo registrado: textos que nos ajudam a enxergar como realizar a transformação que precisamos para um país com mais equidade, justiça, educação e cidadania.

Alexandre Le Voci Sayad

Jornalista e educador



Futura

+



PELO FUTURO DO TRABALHO



Fundação
bradesco



globo



Fundação
itaú

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Elaborado por Meri Gleice R. de Souza — CRB 7/6439

M573

Mídias educativas e impacto social: as redes do Futura na era da comunicação de causas / organização José Brito, Acácio Jacinto, Luiza Goulart. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

344 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6128-005-1

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Educação – Efeito das inovações tecnológicas. 3. Educação na comunicação de massa. 4. Canal Futura. I. Brito, José. II. Jacinto, Acácio. III. Goulart, Luiza.

24-88201

CDD: 306.43

CDU: 316.774:37



Rua Teotônio Regadas 26 sala 904
20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
f morulaeditorial @ morula_editorial

José Brito
Acácio Jacinto
Luiza Goulart
(ORG.)

Mídias educativas e impacto social

**As redes do Futura na era
da comunicação de causas**



Futura



mórula
EDITORIAL

AGRADECIMENTOS

A todas as equipes da Fundação Roberto Marinho, que fazem parte desta jornada e que tanto contribuíram para esta obra colaborativa, participativa e inclusiva. Aos parceiros mantenedores da aliança estratégica do Futura, que sustentam nossa operação e somam esforços na articulação social em agendas prioritárias. A rede de universidades parceiras, TVs educativas, produtoras independentes, jovens realizadores e projetos sociais engajados na mobilização de estudantes e educadores a partir do conteúdo audiovisual educativo de qualidade. Aos institutos e fundações do terceiro setor comprometidos com o investimento social privado e o suporte à comunicação social, à educação e à cultura, que contam com o Futura para amplificação de suas ações nos territórios e no monitoramento de políticas públicas de combate às desigualdades. E claro, aos autores deste livro que, desde a primeira hora, compraram a ideia de dividir experiências e compartilhar práticas que se atualizam com o tempo e o fazer coletivo.

SUMÁRIO

11 **PREFÁCIO**

JOSÉ BRITO

17 **COMUNICAÇÃO PÚBLICA E LIBERDADE DE IMPRENSA**

19 **O contexto da comunicação pública no Brasil e o papel da liberdade de imprensa na cobertura de agendas prioritárias**

PATRICIA BLANCO

33 **A dinâmica sociocultural da imagem e a contribuição do cinema negro para a história da comunicação**

CELSO LUIZ PRUDENTE

46 **Comunicando com e para o Futura**

ELISA LARKIN NASCIMENTO

59 **Democracia e deliberação cidadã: os paradigmas da civilização na construção de diálogos**

KARIN ADAMS

73 **Mulheres na liderança do campo estratégico da comunicação e da produção independente**

SOFIA AMARAL

87 **Jornalismo de educação: o que é e o que não é notícia e como elas são definidas**

MARIANA TOKARNIA

99

EDUCAÇÃO COMO PAUTA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

101

Educação Já: uma agenda transformadora na cobertura da mídia

PRISCILA CRUZ • DANIEL CORRÁ

111

Indicadores versus percepção de qualidade: um retrato da educação no Brasil

ERNESTO MARTINS FARIA • LECTICIA MAGGI

ROSALINA MARIA SOARES

124

Videoaula, um recurso pedagógico em tempos de redes sociais

RAFAELA LIMA

129

Novos formatos e reinvenção de práticas para educadores digitais

NOSLEN BORGES

134

Aceleração de projetos, conversas e conexões. Por dentro do movimento LED – Luz na Educação

VIRIDIANA BERTOLINI

143

CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DIREITOS EM NARRATIVAS URGENTES

145

A força das periferias e da cultura marginal na construção de narrativas

MIDRIA • TAWANE TEODORO

159

Reconhecer e reparar: a educação antirracista como compromisso para mobilização social

PÂMELA CARVALHO

170

Furando bolhas na comunicação: cidadania começa assim, com o combate ao discurso de ódio

LUCIANA BARRETO

176 **Os desafios do protagonismo e pioneirismo da mulher indígena na TV brasileira**

LUCIENE KAXINAWÁ

185 **O audiovisual como ferramenta de ativismo e posicionamento para identificação de histórias e personagens**

SUSANNA LIRA

197 **DIÁLOGOS COM PLATAFORMAS E AUDIÊNCIAS EM CONSTANTE MOVIMENTO**

199 **Luz, câmera e mão na massa. Os bastidores da jornada de novos comunicadores**

ELLI CAFRÊ • MILENA ROCHA

213 **O papel de uma faixa infantil educativa na ampliação de repertório cultural de crianças e adolescentes**

BETH CARMONA

228 **Projeto de vida: ampliando diálogos para garantia de direitos fundamentais**

PRISCILA PEREIRA

238 **Aqui a gente faz junto**

ANDRÉ LIBONATI • DECA FARROCO • MARCIO MOTOKANE

TATIANA MILANEZ

245 **Web para todos**

SIMONE FREIRE • SUZELI DAMACENO

253 **Produção em rede e a articulação estratégica com o campo universitário**

ACÁCIO JACINTO • ESDRAS MARCHEZAN • MAÍRA BITTENCOURT

THIAGO MOLINA

262 **Só vim aqui para ler os comentários**

IVANA BENTES

277 **INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O APRENDIZADO COM A MÁQUINA HUMANA**

279 **Afrofuturismo e uma educação para as relações étnico-raciais**

CARLOS HUMBERTO

292 **Cultura *gamer* e diversidade no ritmo de um mercado em transformação**

DIEGO PEREIRA

303 **Carregando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização**

RONALDO LEMOS

314 **PretaLab e a busca por uma metodologia integral**

SILVANA BAHIA

320 **Educação tecnológica: conectividade, aprendizagem e geração de renda**

CARMELA BORST

331 **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

PREFÁCIO

JOSÉ BRITO

A proposta deste livro é ser uma publicação que representa a gênese do nosso tempo presente, conectada e permanentemente atualizada com a trajetória de seus autores e diferentes contextos que se entrelaçam no universo da comunicação, como um debate aberto com jovens universitários ávidos por novas experiências de produção e consumo de informação em plena Era da comunicação de causas e letramento digital. Os capítulos deste livro estão divididos em cinco eixos temáticos, que serão detalhados mais adiante, mas entre eles: comunicação pública e liberdade de imprensa; educação como pauta para transformação social; cidadania, participação e direitos em narrativas urgentes; diálogo com plataformas e audiências; inovação e novas fronteiras da tecnologia.

Ao longo de mais de 25 anos de estrada, estudei cinema-documentário, gestão editorial e me conectei com a agenda dos jornalistas que aprenderam a cobrir a editoria de educação na prática. Esse aprendizado ampliou meu olhar e qualificou minha abordagem sobre agendas prioritárias. Comecei a carreira no final dos anos 1990, como repórter no programa Globo Ecologia, produzido pela Savaget Comunicação, exibido na TV Globo. Foi nessa época que tive a oportunidade de viajar pelas 5 regiões do Brasil e mergulhar na agenda da cobertura jornalística de pautas sobre sustentabilidade socioambiental. Em 2006, ingressei no Canal Futura como repórter de Educação e lá trilhei um longo caminho. Fui professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing, no Rio, editor-chefe de jornalismo, gerente de distribuição,

conselheiro da primeira agência de checagem de informação brasileira, a Lupa, e ainda, por prazerosas vezes, palestrante e júri em festivais da indústria criativa.

Hoje, com uma certa maturidade na bagagem — e alguns casos no diário de bordo — posso afirmar, com todas as letras: foi a partir da experiência de trabalhar por quase 18 anos no Canal Futura e na Fundação Roberto Marinho que transformei minha vida. Carrego comigo habilidades e competências dessa vivência no campo, nos territórios, nas universidades, projetos sociais, com parceiros patrocinadores, conselhos administrativos, rodadas de negócio nas salas de aula, coletivas de imprensa, assembleias legislativas, ilhas de edição, na frente ou atrás das câmeras, com ou sem um microfone, fazendo perguntas, buscando respostas, sempre atento ao movimento das redes e alianças que se conectam com a comunicação, a educação e a cultura.

A história do Futura se conecta com a história recente da comunicação do Brasil, sobretudo com as mudanças que marcaram as gerações Z e Alfa, aquelas nascidas a partir da virada do milênio entre o final da década de 1990 e a partir dos anos 2010, e que já vieram ao mundo em meio à dinâmica da revolução tecnológica, das alterações nos modelos de produção, consumo de informação, do debate consciente sobre diversidade narrativa, acessibilidade e ainda com a mutação do diálogo com a audiência de TV e sua relação com o controle remoto, com videogames, smartphones e os tais dos algoritmos digitais da nova fase da inteligência artificial generativa. Desde o dia 22 de setembro de 1997, quando o “canal do conhecimento” dava os primeiros passos para acender holofotes em seus estúdios no bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, que parte importante de seu DNA de uma programação educativa criava raízes na agenda de direitos fundamentais, com um modelo de produção colaborativa, participativa e inclusiva.

Não demorou muito para o canal entender que a evolução de sua grade de programação precisava acompanhar a evolução das principais agendas do país. A lógica da audiência monitorada minuto a minuto se transformava na busca por engajamento em plataforma digitais e mobilização em territórios, principalmente, com juventudes e professores em todas as regiões brasileiras. Ao longo de 25 anos, o canal acompanhou a formulação de diferentes políticas públicas de

enfrentamento às desigualdades a partir da sinergia entre um catálogo de mídias educativas e o complemento a processos de ensino e aprendizagem. Do Exame Nacional do Ensino Médio aos programas de financiamento estudantil para acesso à universidade, como FIES (2001) e PROUNI (2004), passando pela aprovação do Plano Nacional de Educação, Lei de Cotas, Lei da Aprendizagem, oferta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Básica, reformas na Base Nacional Comum Curricular, ampliação de ensino em tempo integral, além de todos os esforços recorrentes, de uma sociedade claudicante, que vive na angústia entre ampliar horizontes para uma educação para as relações étnico-raciais e enfrentar, ao mesmo tempo, a perpetuação do machismo, da homofobia e do racismo que ainda insistem em fazer parte do noticiário.

O atual contexto nacional brasileiro aponta para uma profunda reflexão sobre práticas de comunicação, produção e consumo de conteúdo midiático, principalmente quando associadas às principais urgências da sociedade moderna. Não é preciso voltar muito na linha do tempo para lembrar de um processo eleitoral pautado pela guerra cibernética, pela desinformação, pelo discurso de ódio — no Brasil e no mundo — e, claro, por uma quantidade incomensurável de dados que trafegam pelo ambiente digital. É evidente a necessidade de revisão na abordagem em agendas representativas de movimentos fundamentais para garantia de direitos, diversidade e inclusão em diferentes modelos de produção colaborativa. Da mesma maneira, a evolução tecnológica parece nos levar diariamente ao limite da civilização, sob o prisma das decisões desafiadas pela ética das relações sociais e pelas diferentes estratégias para distribuição de conteúdo digital com foco na comunicação de massa. Ficam perguntas: como desbravar o metaverso sem se esquecer de quem está fisicamente ao seu lado cheio de vontade para tomar um café e falar da vida? Como mergulhar nas múltiplas aplicações da inteligência artificial sem perder de vista os alunos que estão ficando para trás por falta de merenda ou banheiro limpo na escola? Como inovar numa indústria em constante transformação sem os recursos disponíveis para o desenvolvimento sustentável na floresta amazônica? Como cuidar da saúde mental sem deixar de combater o discurso de ódio no almoço

de família? O que uma coisa tem a ver com a outra? Tudo. Ao mesmo tempo. Em todo o lugar. Enfim, entre uma postagem e um like no feed da pessoa amada, essa autorreflexão durante nossa própria trajetória profissional parece, sim, despertar em cada um de nós o que se conhece como pensamento crítico. E isso é algo fundamental para ser utilizado como a ferramenta mais inovadora do século XXI e que pode fazer a diferença no limite da alma quando precisarmos entrar com propriedade em alguma conversa que chegou pelo WhatsApp.

A partir da curadoria de artigos e seleção de iniciativas da rede de alianças estratégicas do Canal Futura, este livro reúne um conjunto de práticas dialógicas fundamentais não somente para cursos de comunicação, publicidade, arte, cinema, jornalismo ou produção cultural, mas tantos outros que estão conectados com a nova sociedade 5.0. O conjunto da obra revela lições aprendidas, trajetórias, histórias de quem esteve e continua por dentro das principais tendências sociais no Brasil e no mundo e que tem agora a condição de compartilhar conhecimentos com leitores. Comunicar uma causa social, em tese, consiste na tentativa de combater problemas existentes na sociedade, mobilizar grupos e indivíduos para defesa de algo significativo, que tem potencial para transformar realidades, ajustar políticas públicas e difundir conhecimento para gerações futuras. Nesse sentido, a principal causa defendida por esta obra é o direito à comunicação a partir da educação midiática.

Assim, a primeira seção aborda esse tema da comunicação de forma mais ampla, tomando como base uma análise empírica sobre o papel da imprensa livre em um estado democrático de direito, sobre a força representativa da escuta e do diálogo entre poderes para construção de pontes em uma república, sobre a comunicação a partir da revolução feminista no audiovisual, sobre o paradoxo das diferentes frentes de comunicação corporativa em uma sociedade que enfrenta o racismo na constante busca por reconhecimento e reparação da população negra em nossa história.

A segunda seção mergulha no tema da educação e, de forma transversal, o analisa sob distintos prismas. Desde indicadores de qualidade da educação brasileira ao dia a dia de repórteres na cobertura de agendas importantes relacionadas às principais políticas públicas

de educação. Boas práticas com docentes que se transformaram em influenciadores digitais e comunidades de empreendedores sociais que iluminam casos de sucesso em escolas e plataformas também são foco das análises deste segmento. A interpretação de dados e indicadores educacionais também são foco desse bloco, que conta ainda com a reinvenção de professores que descobriram nas redes sociais uma nova fronteira para produção de conteúdo conectado com as demandas de uma geração de youtubers e tiktokers.

Na terceira seção abrem-se as cortinas para a potência das juventudes, dos povos originários e do movimento negro. Em relatos pessoais, eloquentes e recheados de dicas emocionantes, os autores dividem com o público a jornada da diversidade, do ativismo social, do slam, do posicionamento crítico na forma de prosa, poesia e cinema. Nessa parte, o livro abre a ferida da história e confronta modelos ultrapassados de comunicação, furando bolhas em busca da cidadania e participação.

Por fim, o quarto e quinto blocos reúnem artigos que flertam com a avalanche tecnológica que atropelou o mercado da comunicação nas primeiras décadas do século XXI. Com o advento da inteligência artificial generativa e o redesenho do papel das redes sociais e plataformas de produção de conteúdo, veremos os bastidores da jornada de jovens comunicadores e das diferentes camadas das juventudes brasileiras sobre o trato com a mídia, com a sala de aula, com o emprego e, principalmente, com seu papel no mundo. Entre algoritmos, oportunidades e responsabilidades surgem novos dilemas para a sociedade e todo um universo de debates sobre o tripé que sustenta esta publicação com seus desafios para educação, para comunicação e para a cultura. Entre novas ferramentas tecnológicas, novas audiências e novas narrativas fica a dúvida sobre quando e como iremos fazer novas boas perguntas para customizar com foco no senso coletivo de combate às desigualdades, com a democratização, de uma formação cidadã, com a definição plena de um propósito mais justo na vida, com a busca por equidade, reconhecimento e reparação. Com o entendimento que engajamento de verdade é aquele que não precisa de influenciadores, mas de atitudes mais próximas do coração. Atitudes plenas que, assim como o conceito da Agenda 21, nos levam a pensar globalmente e agir localmente. Agir agora. Agir sempre. Se pudesse deixar

uma dica antes da leitura seria: escreva em um papel tudo aquilo do que você não abre mão para transformar o mundo em algo melhor.

Não só para você, mas para quem vier depois e, sobretudo, quem não teve os mesmos privilégios que você. Guarde esse post-it com carinho e retorne a ele sempre que for preciso. Sempre que tiver dúvida sobre que caminho seguir. O caminho do impacto positivo que você pode gerar na sociedade. O resto se resolve, de um jeito ou de outro, cada um com seu “corre”, cada qual com seu “rolê”.

Boa leitura.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E LIBERDADE DE IMPrensa

O contexto da comunicação pública no Brasil e o papel da liberdade de imprensa na cobertura de agendas prioritárias

PATRICIA BLANCO

“Tudo em todo o lugar ao mesmo tempo” é o nome do vencedor do Oscar de Melhor Filme de 2023. Embora ele seja sobre a vida de uma personagem que se depara com diversas realidades paralelas no chamado multiverso, não existe título mais apropriado para representar o tempo em que vivemos. Se você é daqueles que, em algum momento nos últimos meses — e como a personagem principal da trama, interpretada pela atriz Michelle Yeoh (primeira mulher asiática a ganhar o prêmio máximo do cinema em sua categoria), também se sentiu perdido e com a percepção de que tudo está acontecendo ao mesmo tempo e em uma velocidade alucinante, seja bem-vindo! Você, assim como eu e todos que vivem nesse momento histórico, estamos vivenciando a era da informação em tempo real, 24 por 7, 365 dias por ano, ao vivo e em cores.

A cada minuto são geradas toneladas de dados, textos, vídeos, fotos, mensagens e informações. Volumes brutais de conteúdo são postados no ambiente virtual por qualquer pessoa, em qualquer lugar no mundo,



a todo momento. E se você também já se sentiu atordoado em meio a tanta informação, prepare-se: essa sensação só tende a aumentar.

Isso não quer dizer que essa situação seja necessariamente ruim, muito pelo contrário. Vivenciamos uma mudança drástica na forma como se produz e se consome informação. A revolução tecnológica, o advento de ferramentas cada vez mais acessíveis, a popularização da internet e a chegada das redes sociais viraram de cabeça para baixo todas as teorias sobre os sistemas de comunicação e acesso à informação.

Passamos, em poucos anos, da escassez para o excesso. Vivemos a era da superabundância informacional. Saímos de uma produção de conteúdo feita por poucos, para a produção e disseminação feita por todos. Novos espaços, personagens, atividades e até mesmo novas palavras foram surgindo aos montes e sendo incorporadas ao nosso vocabulário, em uma verdadeira proliferação de novos canais, espaços, termos e vozes. Essa revolução permitiu o surgimento de um novo fluxo comunicacional que tem afetado enormemente a comunicação pública, para o bem e para o mal. Saímos do formato unidirecional – com poucos produtores que detinham o poder de publicação, para um cenário muito próximo do caótico, em que qualquer um pode não somente publicar, como obter espaço e disputar lugar na atenção e preferência do público. Se antes os investimentos necessários para produzir e publicar conteúdos eram altíssimos e representavam uma grande barreira de entrada no mercado da comunicação, atualmente, com o acesso e a democratização de ferramentas de produção, com a oferta de dispositivos móveis capazes de filmar e fotografar com alta qualidade e espaços para transmissão quase gratuitos, passamos todos a ter o poder de produzir e disseminar conteúdo a um custo baixíssimo e em escala mundial.

Como toda moeda tem dois lados, o lado positivo é que esse novo ambiente trouxe grandes transformações e inaugurou uma nova era para a liberdade de expressão. Hoje, temos muito mais espaço para expor as nossas ideias e opiniões. Há muito mais diversidade e pluralidade de vozes, temos muito mais acesso a conteúdo produzido para e por públicos específicos e conseguimos assistir a produções feitas por coletivos e movimentos que antes eram invisíveis e até mesmo

silenciados. Podemos ainda assistir a séries e filmes de produtores alternativos e fora do eixo hollywoodiano e acompanhar de perto o que acontece nas comunidades a partir de conteúdo produzido, o que é mais interessante, do ponto de vista de quem vive nelas.

A tecnologia tem sido uma grande aliada na exposição de pontos de vistas diferentes e ajudado a colocar luz em questões importantes como desigualdade social, racismo estrutural, misoginia, LGBTfobia e tantos outros males que ainda assombram a sociedade brasileira. Também tem sido aliada na mobilização de causas e na democratização da participação popular. A “sociedade em rede”, como o sociólogo espanhol Manuel Castells (2015) chamou, oferece enormes possibilidades de aumentar a participação cidadã. Ele acredita que a comunicação em rede ajudou a revitalizar a democracia ao oferecer espaços para manifestações espontâneas e aparição de movimentos descentralizados e com força de alterar e influenciar políticas sociais e de interesse público. É nesse cenário que a comunicação pública ganha novas possibilidades.

No entanto, não podemos esquecer o outro lado da moeda, que vem carregado de violência e de ódio e, infelizmente, tem afetado até mesmo a saúde de democracias fortes, como os Estados Unidos, e colocado em risco democracias em construção, como a brasileira. Como disse o escritor Umberto Eco, em uma polêmica declaração na Itália em 2015 (Fronteiras, 2021), “a internet deu voz a uma legião de imbecis”, que podem ganhar, até com certa facilidade, uma notoriedade fantástica no ambiente virtual, mesmo sem ter conhecimento técnico, científico ou qualquer autoridade para falar sobre o tema abordado. Nesse caso, viralizar passou a ser o objetivo a ser alcançado.

Ainda olhando a metade vazia do copo, nessa batalha por cliques e engajamento, passamos a dar mais espaço para opiniões do que a fatos, a novos atores ditos “fora do sistema” do que àqueles representantes de instituições estabelecidas e reconhecidas, entre elas a imprensa e veículos de comunicação, seus representantes e colaboradores. Na nova era da comunicação em tempo real, questionar o *status quo* institucional passou a ser visto não como algo natural e necessário, mas como uma forma de recriar narrativas e impor uma nova agenda na qual crenças e ideologias superam a verdade dos fatos. No

caos informacional em que vivemos, a sensação muitas vezes é de que estamos perdendo a batalha para todas as formas de desinformação e de disseminação de discursos de ódio e intolerância.

O fato é que temos convivido nos últimos anos com uma avalanche de desinformação e com um ambiente de grave desordem informacional. Conteúdos fraudulentos sobre os mais variados temas e de diversos formatos têm circulado livremente em plataformas digitais como *YouTube, Twitter, Facebook, Instagram, TikTok, Kwai*, mas, principalmente e ainda mais danosos, em grupos fechados dos serviços de mensagem, como *WhatsApp* e *Telegram*.

Durante a pandemia, tivemos que conviver com o que a Organização Mundial de Saúde (OMS) chamou de infodemia, ou seja, a proliferação de conteúdos mentirosos em proporções assustadoras que, de fato, dificultaram o combate ao vírus, colocaram em dúvida a atuação das instituições e tiveram enorme impacto na saúde pública brasileira. Com o fim da pandemia e a consequente redução dos casos de coronavírus, o debate em relação à efetividade das vacinas e de tratamentos não reconhecidos pelos órgãos internacionais (curas milagrosas, cloroquina, tratamento precoce, o não uso de máscaras etc.) perdeu força, dando lugar ao debate político. Voltamos, então, a enfrentar um movimento orquestrado e ativo de questionamento do sistema eleitoral brasileiro, o funcionamento e a confiabilidade das urnas eletrônicas, visando, principalmente, desacreditar a Justiça Eleitoral e, com isso, a própria democracia.

Nesse emaranhado de narrativas e informações, temos enfrentado ainda a tentativa de apropriação indevida da bandeira da liberdade de expressão para a prática de atos criminosos contra pessoas e instituições. É importante ressaltar que a liberdade de expressão é um direito fundamental basilar de outros direitos, mas que não pode ser usado como escudo de proteção para a proliferação de discurso de ódio, calúnias, difamação ou qualquer iniciativa de desinformação que polua o ambiente informacional ou que atente contra a democracia.

Mesmo com todos esses desafios, precisamos entender que a tecnologia por si só não é positiva ou negativa, mas sim o uso que se faz dela. A internet, as redes sociais e os aplicativos de mensagens são uma realidade, fruto da fantástica capacidade de invenção do ser humano.

Quando bem usadas, essas ferramentas contribuem para o avanço da humanidade e abrem um excelente canal de comunicação e diálogo que beneficia o interesse público. Todavia, é preciso incentivar, de forma clara e sem qualquer viés, o conhecimento e o consumo de conteúdo certificado e de qualidade, como o oferecido pela imprensa profissional, independente e séria, por exemplo. Ao mesmo tempo, devemos valorizar a autonomia dos indivíduos e sua capacidade de acumular informações, de formar opinião e de tomar decisões justas e construtivas em um ambiente cada vez mais livre, formando um círculo virtuoso de cidadania, no qual a liberdade de imprensa é pedra angular.

O papel da imprensa na cobertura de agendas prioritárias

Em meio à ditadura militar, no começo dos anos 1970, o Brasil enfrentou uma grave epidemia de meningite. Nos primeiros três anos da crise de saúde, de 1971 a 1974, entretanto, a doença permaneceu sob segredo imposto por uma dura censura, que impedia a imprensa de relatar os fatos, agravando as adversidades. Nos anos seguintes, o país pôde vencer a doença somente depois que o governo reconheceu a epidemia e adquiriu milhões de doses de uma vacina recém-descoberta.

Essa história foi lembrada em um dos episódios da excelente série “Brasil em Constituição”, do Jornal Nacional (Globo, 2022), que ressalta o direito fundamental que os brasileiros recuperaram apenas em 1988, com a proclamação da Carta Constitucional. “Eles (o governo militar) conseguiram deter a divulgação desses dados”, disse o jornalista Fernando Gabeira à reportagem da Globo, ao comentar a manobra da ditadura. “Eles não queriam que a população se alarmasse com a epidemia e essa ideia de não querer que a população se alarme significa também deixá-la complementarmente despreparada para combater algo que a ameaça”, afirmou Gabeira.

A julgar pelos dados históricos exibidos na reportagem, se o Brasil ainda vivesse em uma ditadura e sem liberdade de imprensa, talvez não tivéssemos conhecimento das políticas errôneas de saúde e das mais de 700 mil mortes em consequência da pandemia da Covid-19. Em junho

de 2020, primeiro ano da crise de saúde diante do novo coronavírus, o governo em exercício até ensaiou esconder os dados diários sobre casos e mortes confirmados, mas a informação foi garantida graças à formação de um consórcio de veículos (Farias, 2023) — UOL, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Extra e G1, que levaram a todos informações de extremo interesse público.

Se não estivéssemos no regime democrático sob vigília da Constituição brasileira, também não teríamos tomado conhecimento de inúmeros casos de corrupção, de mau uso do dinheiro público, de epidemias, surtos, campanhas de vacinação, notícias sobre desastres e tantas informações relevantes e prioritárias para todos os cidadãos. Tampouco teríamos conseguido acompanhar em tempo real acontecimentos que marcaram a história mundial, como a queda do muro de Berlim, em 1999, e o ataque terrorista às torres gêmeas em Nova York, em 2001; nem mesmo teríamos acompanhado inúmeras vitórias de atletas brasileiros em solo estrangeiro ou mesmo notícias importantes que impactam a vida de todos.

Sem a liberdade de imprensa, amplamente garantida na Constituição de 1988, também não teríamos acompanhado com pesar e indignação o ocorrido em 8 de janeiro de 2023, quando uma turba de manifestantes invadiu a Esplanada dos Ministérios e cenas grotescas foram reveladas pelas lentes geradas por câmeras dos mais diversos veículos de comunicação.

As imagens mostravam algo jamais imaginado por qualquer cidadão brasileiro: manifestantes invadindo cada edifício sede dos principais poderes da República. Primeiro o Congresso Nacional, depois a sede do Supremo Tribunal Federal (STF) e, por fim, o Palácio do Planalto. Entraram, principalmente nesse último, sem muita resistência — e até com um pouco de facilidade — como foi revelado posteriormente, também a partir de uma reportagem investigativa de uma emissora de TV.

O resultado da depredação, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, foi impactante. Inúmeras obras de arte danificadas, relíquias e mobiliário histórico totalmente destruídos, prédios pichados e janelas estilhaçadas mostravam um cenário sombrio. Os ataques, que visavam atingir o Estado Democrático de Direito e abrir espaço para um golpe, não teve o fim esperado pelos golpistas, mas atingiu jornalistas e comunicadores que, no exercício da sua profissão, tentavam fazer a cobertura jornalística dos atos de vandalismo.

De acordo com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao menos 15 profissionais foram atacados (Uol, 2023) na ocasião, com ocorrências que vão de intimidações verbais a ataques físicos, passando por furto e quebra de celulares e equipamentos fotográficos. Ainda nesse período, um dossiê elaborado por 10 organizações nacionais e internacionais de defesa da liberdade de imprensa e de expressão e entregue ao Secretário Nacional de Justiça na ocasião do lançamento do Observatório de Violência contra Jornalistas e Comunicadores do Ministério da Justiça (Relatório, 2023), entre os dias 08 e 11 de janeiro de 2023, apontou 45 ataques em diversas cidades brasileiras que, por sorte, não tiveram consequências mais graves, a não ser o aumento da insegurança e do medo gerado por esse tipo de violência e a tentativa de restringir e limitar o trabalho da imprensa.

A escalada de ataques contra jornalistas e comunicadores e a insegurança no exercício da profissão não começaram em janeiro de 2023; são um fenômeno mundial, que vem crescendo ano a ano. Não é de hoje que acompanhamos casos que visam enfraquecer a imprensa, os veículos de comunicação e, por consequência, o acesso a informações de interesse público, atingindo em cheio profissionais, em especial mulheres, que buscam fazer o seu trabalho e levar informação de interesse público ao cidadão. A frase do jornalista Marty Baron, editor chefe do jornal americano *“Washington Post”* em 2016, reflete bem o clima violento em torno de jornalistas que cobrem o dia a dia da política: *“We’re not at war; we’re at work”* (“Não estamos na guerra, estamos no trabalho”) (Garber, 2017).

Ainda nessa linha, segundo levantamento feito desde 2019 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que mapeia ataques a profissionais de imprensa no Brasil, os aumentos têm sido constantes, sendo que o ano de 2022 foi considerado um dos mais violentos desde o início do levantamento, quando houve um crescimento de 22,7% nos casos de agressão em relação ao ano anterior.

A carta constitucional, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, traz, no primeiro e no segundo parágrafos do artigo 220 (Brasil, 1988), que: 1º) “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”; 2º) “É vedada toda e qualquer censura

de natureza política, ideológica e artística”. Mesmo com esse arcabouço legal, o que temos visto é um aumento de tentativas de intimidação da imprensa de diversas formas, em especial, por meio de medidas judiciais abusivas e na descredibilização de profissionais e veículos.

Nos deparamos também com tentativas de cerceamento, restrição, violência e, principalmente, com a falta de entendimento sobre o papel da imprensa e sobre a sua importância para a cobertura de agendas prioritárias de interesse público e para o fortalecimento de regimes democráticos. Se a liberdade de expressão é um direito humano fundamental exposto no artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a liberdade de imprensa é um direito coletivo, da sociedade e, portanto, deveria ser enaltecido por todos aqueles que defendem a democracia. Não é o que temos visto.

Jornalismo, para quê mesmo?

O fato é que vivenciamos hoje uma bem estruturada campanha de descredibilização da imprensa profissional, crítica e independente. Ao longo das últimas décadas, devido a diversos fatores que vão desde a chegada da internet e da desconstrução do modelo de negócios dos veículos de comunicação até a perda de financiamento e chegada de novos agentes, a imprensa vem enfrentando o que podemos chamar de uma tempestade perfeita. Foi também durante esses últimos anos que ficou clara a ausência de entendimento sobre o real significado da imprensa e da sua importância para a democracia. **Para que serve mesmo um jornalista, qual a sua função, qual é a importância dos veículos de comunicação, por que precisamos de uma imprensa forte, livre, plural e diversa?** Essas perguntas deixaram de ser feitas. Além disso, com as mudanças nos sistemas de comunicação e a desintermediação de processos a partir da criação de canais próprios ou páginas em redes sociais, muitos atores começaram a se comunicar diretamente com o seu público.

Em seu livro *“Jornalismo em retração, poder em expansão”: a segunda morte da opinião pública*, o jornalista Ricardo Gandour (2020) traz uma reflexão sobre como o uso das novas ferramentas de comunicação vem

proporcionando uma verdadeira “inversão de papéis entre imprensa e redes sociais” quando estas passam a ser usadas, principalmente por políticos e governantes, como canais diretos de comunicação. Ao adotar uma comunicação direta, sem intermediários, visando a manutenção do poder ou somente mostrar um único ângulo, os governantes contribuem para o aumento da polarização e da intolerância, inclusive contra profissionais de imprensa.

A comunicação direta, sem intermediários, sem questionamentos indesejados ou contrapontos, é hoje um expediente amplamente utilizado por aqueles que não querem ser confrontados com perguntas difíceis. Utilizam-se de narrativas pensadas e construídas para convencer seguidores e atacar a imprensa chamando-a de tendenciosa, excessivamente crítica e de promover a desinformação. A desqualificação do interlocutor tornou-se um instrumento muito bem utilizado por muitos, com consequências tanto no ambiente virtual como no mundo real. Os atentados e as agressões físicas são exemplos tristes desse movimento.

Na esteira da falta de conhecimento do público sobre o funcionamento dos veículos de comunicação e sobre a importância da imprensa para o acesso à informação, ficou fácil espalhar teorias conspiratórias e desinformação visando desacreditar os meios de comunicação e profissionais da imprensa. “Não assisto mais telejornal para não ficar deprimido”. “Não leio mais jornal, porque não aguento mais tanta notícia ruim”. “Parei de assinar aquela revista, porque ela é de esquerda”. “Parei de assinar aquele jornal, porque ele era de direita”. Quem nunca ouviu uma dessas frases? Essas e tantas outras passaram a fazer parte do nosso cotidiano. Entre elas, a que mais roda o mundo nas telas dos nossos smartphones é a famosa “isso aquele veículo não mostra”. Mas será mesmo que tudo o que vem da imprensa é tendencioso ou tem viés político partidário? Será mesmo que somos pobres vítimas da manipulação em massa dos poderosos de plantão que querem que acreditemos que a Terra não é plana ou que há ou não corrupção no Brasil?

Ora, se o jornalismo é baseado na verdade factual e as pessoas passaram a acreditar em crenças e ideologias em detrimento aos fatos, qual será mesmo o papel da imprensa em uma sociedade?

Por muito tempo acreditamos que a sociedade sabia como o jornalismo era produzido e como funcionava uma redação de um veículo

de comunicação. Mas a verdade é que precisamos contar para todos quais são os métodos e processos seguidos pela imprensa profissional. Precisamos formar audiências críticas que passem a valorizar o jornalismo e a imprensa. Temos que explicar que a pauta não aparece do nada, que a notícia não nasce da imaginação de um profissional, que o jornalista não está lá para perseguir X ou Y e que o jornalista não é, como muitos pregam, inimigo do povo.

Ainda segundo Gandour (2020), “o jornalismo, com o seu método, tem o poder de exercer o papel de mediador, um papel institucional. A narrativa jornalística contribui para organizar o lócus conteudístico, separando o que é informação, análise e opinião e apoiando a educação midiática”. Ou seja, está na hora de “abrir a cozinha” do jornalismo e “quebrar o tabu” da profissão, mostrando o passo a passo, os critérios adotados, os manuais seguidos por cada veículo, quem são os autores, quem são os proprietários e quem financia de forma transparente para que todos possam entender o funcionamento da imprensa.

O fortalecimento do jornalismo passa também por mostrar os ganhos para a sociedade de uma imprensa livre, capaz de dar luz aos fatos, de trazer informações que podem mudar os destinos de uma nação; mostrar que pelos olhos de um repórter atento podem surgir grandes revelações; que por meio das lentes de um fotógrafo podemos ver o mundo; que pelas imagens de uma câmara, muitas vezes, nos emocionamos e nos surpreendemos; que pelos textos dos analistas entendemos melhor de economia, de política, de medicina, de tecnologia, de comportamento e de tantos outros assuntos que contribuem para o avanço do conhecimento. Afinal, o jornalismo é o primeiro recorte da história, e valorizá-lo é responsabilidade de todos nós que cremos na democracia.

Dar força ao jornalismo profissional, independente e plural é urgente. Os ataques à imprensa não são novos. A imprensa sempre foi criticada e isso não irá mudar e não deve mudar. A crítica é fundamental para a melhoria da qualidade da própria imprensa. A novidade é a escalada das críticas e a forma como a demonização dos meios de comunicação e dos comunicadores ganharam aderência na sociedade. Sociedade essa que não tem conseguido distinguir fato de opinião e nem entender o real papel do jornalismo.

Nunca se precisou tanto da imprensa. Essa constatação é global, assim como o desafio de educar a sociedade para o consumo de informação como forma de combater a onda da desinformação que tanto nos afeta nos dias de hoje. Mais fundamental ainda é reforçar que a liberdade de imprensa não é um bem do veículo de comunicação ou do jornalista, mas de toda a sociedade, sem exceção. Assim, cabe à sociedade, ou seja, a todos nós, defender esse direito de toda e qualquer ameaça. Corremos o risco de, ao admitir que intimidações passem a ser normais, sermos coniventes com práticas autoritárias que venham desaguar em graves restrições ao direito de informar e ser informado; ao direito ao acesso a informações de interesse público e, em última instância, ao próprio direito à livre manifestação do pensamento, o que resulta em restrição a tantos outros direitos.

Em suma, o trabalho jornalístico realizado dentro das regras do jogo democrático e seguindo os preceitos da ética da profissão, quando censurado ou desacreditado, abre espaço para o crescimento de conteúdos fraudulentos e para a disseminação de desinformação. Isso não traz somente perdas para o ecossistema da comunicação, mas também graves danos para toda a sociedade.

Liberdade de imprensa é pilar para outros direitos fundamentais

“Sem fatos, você não pode ter a verdade. Sem verdade, você não pode ter confiança. Sem confiança, não compartilhamos a realidade, não há democracia, e torna-se impossível lidar com os problemas existenciais do nosso mundo: clima, coronavírus, a batalha pela verdade”. É da jornalista filipina Maria Ressa, vencedora do Prêmio Nobel de 2021, a correlação que resume bem o tema do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (WPIF, na sigla em inglês) de 2023 e lembrada na nota conceitual divulgada pela Unesco (2023).

Na prática, conforme ressaltado pela entidade, sem imprensa livre, ficam mais vulneráveis as causas ambientais, os direitos das mulheres, das crianças e dos indígenas, os direitos digitais, o combate à desinformação e a luta contra a corrupção. Sem liberdade de imprensa,

não há respeito ao contraditório, à diversidade e à pluralidade. Sem jornalismo forte, não há fiscalização do poder público e a cobertura de agendas prioritárias e de interesse geral ficam comprometidas. Somente a partir da livre expressão, é possível construir uma sociedade democrática, que preserve a dignidade e autonomia do cidadão.

No rol de alertas em torno da importância da liberdade de imprensa para a preservação de todos os outros direitos e para a cobertura de temas de interesse público, fica também a mensagem inspiradora da Agnès Callamard, secretária-geral da Anistia Internacional, em conferência realizada na sede da ONU em maio passado: “Neste cenário desafiador para a liberdade de expressão e de imprensa que vivemos, precisamos resistir, reconstruir e reimaginar um futuro onde todos possam usufruir dos direitos fundamentais sem medo ou risco”. Que assim seja!

REFERÊNCIAS

- ABI pede que PGR investigue ataques a jornalistas nos atos golpistas de 8/1. *Uol Política*, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/16/abi-pgr-acoes.htm>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL em Constituição: veja os vídeos da série especial do Jornal Nacional. *Jornal Nacional, Globo*, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/playlist/brasil-em-constituicao-veja-todos-os-ideos-da-serie-especial-do-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- FARIAS, Thais. *O legado do Consórcio de veículos de imprensa para a mídia*. *Meio&mensagem*, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/consorcio-de-veiculos-de-imprensa>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- GANDOUR, Ricardo. *Jornalismo em retração, poder em expansão: a segunda morte da opinião pública*. São Paulo: Summus Editorial, 2020.
- GARBER, Megan. *Trump's war Against the media isn't a war*. *The Atlantic*, 27 set. 2017. Disponível em: https://www.theatlantic.com/entertainment/archive/2017/09/washington-post-editor-were-not-at-war-were-at-work/541344/?utm_source=atlib. Acesso em: 15 jul. 2023.
- HUMBERTO ECO e a legião dos imbecis na internet. *Fronteiras*, julho de 2021. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/umberto-eco-e-a-legiao-dos-imbecis-na-internet>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MANUEL CASTELLS: “a comunicação em rede está revitalizando a democracia”. *Fronteiras*, maio de 2015. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RELATÓRIO de atentados contra jornalistas e comunicadores de 08 a 11/01/2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CCrNqZorIuSw1kSkAojBR2wZkybhrffX/view>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal de Direitos Humanos*. ONU, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UNESCO. *World Press Freedom Day 2023*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384177>. Acesso em: 15 jul. 2023.

A dinâmica sociocultural da imagem e a contribuição do cinema negro para a história da comunicação

CELSO LUIZ PRUDENTE

Para compreender a dinâmica sociocultural da imagem é preciso observar em que medida a condição social traz como demanda as relações de poder no âmbito da figura. Razão pela qual observo ser provável que, na Revolução Tecnológica, a informação ganhou a mesma importância que a máquina ocupou nos tempos do industrialismo. Nessa linha de abordagem, tenho a percepção de que as relações abstratas da representação se tornaram mais importantes que as relações objetivas que se tem no fato/na ocorrência.

Na era industrial, a contraditória relação binária da sociedade, caracterizada pelo proletariado *versus* burguesia, se constituiu no resultado e no motor da história. No tempo da informação, que é também, na essência, a era do conhecimento, os conflitos sociais se traduziram em lutas de minorias, e as lutas de classes se projetaram em lutas de imagens.

A data de 25 de maio, na qual se comemora o Dia África, uma efeméride, foi declarada, no ano de 1963 pela Organização da Unidade

Africana, como Dia da Libertação Africana. Essa data foi uma conquista na luta contra o colonialismo, dada sob a celebre liderança pan-africanista de Kwame Nkrumah, Primeiro Ministro de Gana. Cinquenta e sete anos depois, em um 25 de maio, em Minneapolis, nos EUA, aconteceu um violento crime de ódio praticado por três policiais eurodescendentes: uma violência caracterizada pelo assassinato do afrodescendente George Floyd. Essa situação provocou comoção mundial e várias cidades responderam com manifestações antirracistas. Essas respostas constituíram inequívocas lutas de minorias contra a euroheteronormatividade, que determina a hegemonia imagética do euro-hetero-macho-autoritário. A revolta contra a brutalidade racial odiosa em voga caracterizou-se em uma luta ontológica do afrodescendente como minoria contra a imposição da verticalidade autoritária da representação eurocaucasiana. Não é por acaso que a frase “*Black lives matter*” — “*Vidas negras importam*”, em português —, tornou-se um símbolo na luta antirracista.

Afrodescendentes, tanto nos EUA quanto no Brasil, são igualmente vítimas de assassinatos institucionais, sobretudo crianças negras assassinadas em operações policiais em lugares empobrecidos, geralmente carentes de saneamentos. Esse fenômeno indica uma espécie de negrocídio, retratado em narrativas como curtas-metragens de animação: “A Cor do Voto”, “... as balas perdidas sempre procuram um corpo negro...” (Prudente, 2021) ou “O Magrelo”, “...a bala já tinha um dono...” (Prudente, 2022). Esses filmes formam um discurso de assassinatos de crianças e jovens negros promovidos pela ordem estabelecida. Esse problema do ponto de vista teórico-metodológico abre uma janela e dialoga com o conceito de necropolítica, do historiador camaronês Achille Mbembe (2018). Ele traz a sugestão de que os Estados modernos têm substancialmente uma visão de segurança localizada nas estruturas internas com a aplicação da força, que, em alguns momentos, busca estabelecer o processo político de proteção dos habitantes privilegiados em detrimento de outros racialmente marginalizados.

Achille Mbembe tem a percepção de que essa postura de segurança termina sempre cimentado o estereótipo e o estigma, usados na tentativa de fragmentar a imagem do outro — isso se dá com o tentame de justificar a opressão. O autor camaronês sugere que essa ação política

de seguridade chega ao ponto da permissão de massacre e de extermínio do diferente, racializado, que lhe é negado pelo seu simbolismo em decorrência da condição de outro, reduzindo os corpos ao esvaziamento da sua significação, tornando-os esqueletos da reificação. Como constata o filósofo, Mbembe (2018, p. 60): “[...] massacres, corpos sem vida são [...] reduzidos a [...] simples esqueletos. Sua morfologia os inscreve no registro de dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor”. Esses corpos são colocados como estranhos frente à euroheteronormatividade, que determina a representação autoritária do universo europeu, patriarcal e caucasiano, com seu biopoder, na qual sua soberania implica na eleição de quem deve morrer, sendo sempre o diferente. Desse modo, Mbembe (2018, p.18) observa que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” contra o diferente.

Percebo, com efeito, que essa violência é feita contra a iconografia do diferente e se estabelece também como forma de concorrência para permissibilidade do seu extermínio. Constatado ainda que o poder autoritário da representação eurocidental se caracteriza como uma tentativa de aviltação das imagens das culturalidades dos povos dos diversos — ibéricos, asiáticos, africanos e ameríndios, tratados pelos meios de comunicação, notadamente, o cinema e a televisão, com o estereótipo de inferioridade racial.

Em um país politécnico de economia dependente como a sociedade brasileira, o modo de produção determina a localização social. Na minha percepção, esse processo se estabelece concomitantemente à seleção racial. Assim, os grupos raciais que têm fenótipos mais próximos da expressão eurocaucasiana, notadamente anglo saxônica, são mais privilegiados. Por outro lado, os segmentos detentores de traços raciais mais distantes da feição eurocolonial são mais passíveis à marginalização, que é imposta na escala do paroxismo. A pirâmide social brasileira parece uma fórmula química, demonstrando-se clara/branca em cima e escura/preta em sua base (Prudente; Silva, 2019).

Para o melhor discernimento, cabe lembrar que os ibéricos — espanhóis e portugueses, não são europeus, mantendo diferenças físicas e culturais em relação à Europa. O literato Gil Vicente percebeu a

longitude existencial entre a setentrionalidade europeia, com a sua excessiva distinção social, e a meridionalidade lusitana, que foi mais aberta nas relações intersociais:

[...] em toda França e Veneza,
Que vivem per siso e manha,
por não viver em tristeza,
não he como nesta terra;
porque o filho do lavrador
casa lá com lavradora,
e nunca sobem mais nada;
e o filho do broslador
casa com a brosladora:
isto per lei ordenada.

GIL VICENTE (Farsa dos Almocreves, 1928. p. CCXXVIIj).

Embora Portugal tenha exercido protagonismo na colonização, isso não lhe furtou da condição de objeto dessa mesma colonização. Os lusitanos foram instrumentalizados no processo colonial. Razão pela qual o europeu, notadamente o anglo saxônico, acumulou riqueza com a euro-colonização — fundamental para formação da Revolução Industrial —, enquanto Portugal ficou ainda mais empobrecido com o processo colonizador. Essa situação demonstra o quanto o universo eurocaucasiano é estranho e dominador em relação aos diversos, formados pela a ibericidade branca, a asiaticidade amarela, a africanidade preta e amerindidade vermelha. Esses diversos têm em comum o traço da língua portuguesa, sendo todos também vítimas da reificação que a euroheteronormatividade tenta impor visando fragmentar a imagem de cognição daqueles que são diferentes ao simbolismo da sua maneira de ser — nomos.

A Revolução dos Cravos trouxe, por sua vez, o desiderato de igualdade, liberdade e fim da colonização, o que impactou o quadro de convergência identitária dos diversos, indicando-os, no caso específico do Brasil, para formação de uma amálgama cultural, configurada na horizontalidade da imagem do ibero-ásio-afro-ameríndio. Essa amálgama desenvolve uma luta ontológica contra a verticalidade da hegemonia imagética do euro-hetero-macho-autoritário — reitero

aqui, determinado pela euroheteronormatividade, — que é o sentido, a razão e a norma do eurodescendente na condição de representante da harmonia e da perfeição em sociedades multirraciais, nas quais a economia tem égide externa, referenciada no eurocentrismo.

Para a minha percepção, a iconografia das relações sociais se desenvolve por um processo de coralidade racial, configurada na hegemonia dos privilégios branco europeu. A dominação eurocaucasiana tem uma característica unicolor autoritária, que é imposta violentamente sobre a multicoloridade dos diversos, abrangendo todas as maneiras de ser, que são estranhas aos nomos da eurocidentalidade branca. Insisto neste artigo nessa multicoloridade poliétnica dos povos diversos, que foram vítimas do tentame da aviltação de imagem com os estereótipos de subordinação racial.

É de bom alvitre lembrar um elemento icônico da história da comunicação que remete à representação da minoria. Em 28 de dezembro de 1895, o filme “A saída da Fábrica Lumière”, dos irmãos Auguste Marie Louis Nicholas Lumière e Louis Jean Lumière, foi a primeira manifestação cinematográfica. Na minha percepção se observava, nesse contexto, uma visão que revelava acuidade com a exploração capitalista. Esse comportamento indicava concomitantemente atenção com a mulher, focando-a na saída da fábrica. Para o meu estudo, isso concorreu para o discernimento de que o cinema tem em sua origem a preocupação com a exploração do trabalho operário; demonstrando, também, que em sua gênese se observava a demanda de uma minoria, localizada no problema de gênero. De tal sorte que a mulher como minoria se faz presente no início do processo cinematográfico. Parece sugestivo apontar, com conforto, que a exploração capitalista e a marginalização da minoria são elementos que constituem traços primevos na progenitura da cinegrafia.

Nota-se também que, no início da história do cinema brasileiro, a questão da minoria mostrou significativa presença com a conquista do industrialismo, que foi a construção do privilégio dado à representação do ideal branco europeu urbano em detrimento da expressiva realidade rural miscigênica. Esse fenômeno é visto em um dos primeiros filmes artísticos que se tem ainda registro, intitulado “Os Guaranis” (1908), importante peça cinematográfica constituída em pantomima

e baseada no romance “O Guarani” (1857), de José de Alencar. O enredo relata a bravura do índio Peri, que salva a linda Ceci e tem como prêmio viver com ela na selva, seu verdadeiro lugar.

No limiar do século XX, o circo teve grande importância para a dramaturgia. Nessa ocasião, um artista negro se tornou o principal protagonista desse processo artístico. Benjamin de Oliveira foi o primeiro palhaço negro e o mais importante do mundo circense. Essa trajetória exitosa lhe trouxe o reconhecimento de primeiro artista de multidão, seguido por Orlando Silva (1935) e Roberto Carlos (1965). Em 1908, com o excepcional sucesso na encenação da pantomima “Os Guaranis”, Benjamin realizou-a no cinema, tornando-se um dos primeiros autores na filmografia artística. Com sua polissemia da subjetividade do olhar negro, ele fez uma composição cinematográfica do índio; obra que caracterizou a presença substancial da minoria afro-ameríndia no processo inicial da formação do cinema de arte brasileiro. **A cinematografia se desenvolveu tentando, contudo, a invisibilidade do negro e das minorias.** Constatei aqui o afrodescendente enquanto maioria minorizada no período mais tenro da cinegrafia brasileira. Observei ainda que esse comportamento persistiu na primeira tendência da filmografia do Brasil, que foi denominada de chanchada.

A chanchada se constituiu como tineta preambular de caráter sistemático na história do cinema brasileiro. Ela representou o cinema de indústria, caracterizado nos grandes estúdios como representante do colonialismo e do imperialismo americano. Essa filmografia optou pela linha popular folclórica, em que a inércia contribuiu para escamotear o conflito social evitado nesse período exordial. Isso concorreu para que o getulismo viesse instrumentalizá-la ao seu interesse de construir uma solércia, configurada na construção a qualquer custo de uma feição urbana industrial branca europeia no país. Esse posicionamento visava atender o ideal positivista do sentimento eurocêntrico, impregnado no pensamento dos militares do exército que o apoiavam. A política getulista foi desenvolvida com intuito de desarticulação da apodítica realidade rural de natureza multirracial, que caracterizava a sociedade brasileira.

Essa ação do governo concorreu ao ideal de superioridade racial do branco europeu em detrimento de outros grupos raciais. Constatou

dessa maneira que os meios de comunicação da época, como o rádio e o cinema, foram usados para fragmentar os traços epistemológicos dos diversos para o processo de construção do mito de superioridade racial do eurodescendente. A racialização institucional apontou para corali-
dade racial de privilégio unicolor em favor da imagem do branco europeu, colocando-o como símbolo da harmonia e da perfeição. Promoveu-se a marginalização de raça multicolor, caracterizada no branco ibérico, em que o português e o espanhol foram chamados, respectivamente, de burro sem rabo e de brigão do sangue quente; o amarelo asiático foi sintetizado na figura do japa que na hora h amarelou; o preto africano posto para carregar peso e atender vícios sexuais, e; o vermelho ameríndio foi tratado como incauto e perigo vermelho impróprio ao progresso (Prudente, 2019b). Esse racismo institucional foi constatado no cinema de chanchada, que tentou impor o estereótipo da inferioridade racial, promovendo, assim, o decantado mito de superioridade eurocaucasiana.

A africanidade musical do lundu e do maxixe ganhou espaço nas primeiras décadas do século XX, sendo que o samba se tornou, nessa época, a mais celebrada música de carnaval. Com forte presença nas amplas massas da sociedade, o samba foi usado, na era getulista, como símbolo de unidade nacional para os interesses de unificação, postos no processo de implantação do integralismo. A estética da chanchada baseada no teatro e na música carnavalesca tem origem na africanidade. A discriminação institucionalizada no industrialismo getulista consistiu no tentame de estabelecer como superioridade o branco europeu enquanto símbolo do industrialismo urbano, sendo expressão da perfeição e da harmonia caracterizadas na aura simbólica do divino. Por outro ângulo, colocou a multiculturalidade como expressão miscigênica, que se formou com amálgama do ibero-ásio-afro-ameríndio: uma representação do ruralismo caracterizado no atraso, que é avesso ao progresso, com personificação no anti-herói histriônico. Isso na condição de camponês sugerido como persistência silvícola do índio, no contexto rural, conjugando-se com as vertentes ibéricas e africanas.

Essa proposta racial de instrumentalização institucional pejorativa na chanchada alcança o paroxismo com o personagem Jeca Tatu, celebrizado, na competência do comediante Mazzaropi, no filme intitulado “Jeca e a Égua Milagrosa”, de Pio Zamuner. Na história, o personagem

do Padre representa o branco de origem europeia bom e cognitivo dentro do industrialismo urbano de europeísmo caucasiano, monocultural e unicor.

Sob outro enfoque, percebe-se o personagem Jeca Tatu como atrasado e contrário ao progresso. Ele representa a ruralidade miscigênica, visando cravar um anacronismo na realidade rural, estereotipando-a com uma construção de indignidade e inferioridade racial decorrente da miscigenação na dinâmica poliétnica multicolor, que resultou das matrizes formadoras da cultura brasileira. Esse eurocolonialismo monocultural impregnou as relações institucionais, com “forma social escravista” (Sodré, 2023, p. 122), que foi a mais violenta herança da representação hegemônica do euro-hetero-macho-autoritário, constituído na subserviência ao eurocentrismo da chanchada. A imposição classista e eurocolonialista dessa filmografia foi contrariada pela força na emergência da crítica social do cinema novo, que teve o negro como paradigma que promove um rompimento da hegemonia imagética do branco europeu.

Com influência do neorrealismo (italiano) e da *nouvelle vague* (francesa), o cinema novo trouxe a crítica marxista, construindo uma expressão de luta de classes como base estética nessa filmografia. A sintaxe do cinema novo, que expressa “ao meu quase cego ver” essa significação, configura-se no conflito de coralidade racial, caracterizado na polaridade da luta do proletariado versus burguesia. Esta foi conjugada na polissemia do dinamismo social da cultura popular, com a pintura social do preto versus branco. Nessa perspectiva irreverente de estética marxista, o negro representou o proletariado e os desdobramentos de pobreza. Sob outro ponto de vista, o branco simbolizou a burguesia em decorrência do poder (Gerber, 1997; Prudente, 2021). O cinema novo nasceu com a realização de Nelson Pereira dos Santos, com o filme intitulado “Rio 40 Graus” (1955), que rompeu com a tentativa de invisibilidade do negro, tal como no chanchadismo. O título expressava notável crítica à alienação colonialista da chanchada, propugnando por um cinema voltado para realidade brasileira no I Congresso do Cinema Nacional, que aconteceu em setembro 1952, no Rio de Janeiro.

“Rio 40 Graus” (1955) trouxe o negro e a sua cultura, mostrando a contradição social no cotidiano do morro. Esse lugar onde se testemunha

a inépcia da dor da opressão, se mostra frágil diante da forte alegria da alma negra, que é detentora de uma subjetividade própria da resistência existencial presente no imaginário popular. Isso pode ser percebido no samba: [...] o Zelão chorou/Ninguém riu, ninguém brincou/e era Carnaval/No fogo de um barracão/Só se cozinha ilusão/Restos que a feira deixou/E ainda é pouco só/Mas assim mesmo o Zelão/Dizia sempre a sorrir/Que um pobre ajuda outro pobre/até melhorar (Ricardo, 1960). O comportamento é traduzido, dessa maneira, na tamboralidade africana, na religiosidade, no samba e na culinária. Revela-se, também, na polissemia comunal das relações lúdico-gregário da africanidade e no calor do solidário existencialismo afro-brasileiro, que tem sido, a despeito do racismo, alternativa ao gélido sentido que se tem na lógica acumulativa das relações de mercado no ideal eurocaucasiano.

Pela expressão negra popular, essa película foi objeto de censura pelo Coronel Cortes, censor na época, alegando que a temperatura do título do filme (40 graus) prejudicaria o turismo na cidade maravilhosa. Nelson sugeriu-me, em entrevista contida no CD das “Obras Raras do Cinema Negro” (2007), que a censura foi dada em razão da forte presença do negro e sua cultura no filme. Glauber Rocha, o mais proeminente ideólogo do cinema novismo, quando assistiu ao filme, ficou encantado, sugerindo-o como o nascimento dessa tendência. Então, acabou convidando Nelson para montar “Barravento” (1962). Essa realização glauberiana teve também o negro e sua cultura formando o centro da criatividade do autor, com o candomblé, a capoeira e o samba problematizados no marxismo estético desse cinema novista baiano miscigênico. Esse filme teve somente dois personagens brancos: o dono da rede, exógeno à comunidade, e o policial que o protegia. O comportamento estético foi estrutural na realização glauberiana, na qual o ibero-ásio-afro-ameríndio, notadamente o negro, ocupou inegável centralidade, permitindo-me inferir, como tenho insistido, que o negro e sua axiologia constituíram o referencial estético do cinema novo de Glauber Rocha (Prudente, 1995).

O negro como referência no cinema novo e a preocupação com a cultura popular conjugados no marxismo cultural foram comportamentos estéticos da realização de Glauber Rocha. O diretor chamou atenção da juventude negra da década de 1970, que lutava contra a

violência policial e representava o total descontentamento político contra o governo militar. Essa situação chega à margem do paroxismo com a realização de “Leão de Sete Cabeças” (1970), que nasceu da sua preocupação formada no discurso de volta às origens na luta contra o colonialismo, que propugnava por um cinema de três continentes. Nesse filme, Glauber trouxe uma estética que rompeu, até mesmo, com “O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro” (1968), que havia lhe dado o prêmio de Melhor Diretor, no Festival de Cannes, e indicação à Palma de Ouro no mesmo festival, tornando-o um dos mais importantes intelectuais latino-americanos. O seu radicalismo cinematográfico consistiu na abstração anticolonialista, que implicou na temporalidade atemporal indo ao século XVII para trazer de volta o líder Zumbi — posto ao lado de Che Guevara encarnado no personagem revolucionário Pablo —, para ir à África, no Congo de Brazzaville, lutar contra o colonialismo.

A juventude negra se mostrava também carente de uma identificação que atendesse à especificidade estética da sua irreverência de esquerda, traço da luta contra o autoritarismo do governo militar, que encontrava no mito da democracia racial o seu principal pilar de sustentação. Com essa solércia, o Brasil foi apresentado internacionalmente como referência multirracial. A jovem militância afro-descendente encontrou no filme “Leão de Sete Cabeças” (1977) um significativo ideal para sua crise de personificação de herói marxista, percebendo uma identidade profunda com a significação histórica com Che Guevara — cuja última intervenção do internacionalismo do socialismo cubano havia ocorrido na África.

Essa força identitária foi um estímulo fundamental para o processo da fragmentação do mito da democracia racial, que se deu no Ato Público de 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Essa ação histórica da formação do Movimento Negro Unificado (MNU) foi uma manifestação contra o autoritarismo militar, reivindicando o fim da violência contra a juventude negra e uma sociedade socialista. Esse ato público foi também pedagógico para setores da esquerda que foram resistentes à luta contra o racismo, entendendo-o equivocadamente como passível da divisão da luta operária. Com o prestígio político do ato, muitos jovens negros foram participar de

editorias de jornais socialistas. Alguns seguiram os passos glauberianos e foram para o cinema fazer a revisão crítica e reflexiva com a objetiva, reescrevendo o cinema a partir do olhar do negro. Como foi o caso do jornalista Ari Candido, que, de Paris, partiu para Etiópia e realizou o curta-metragem “Porque Eritreia”. Zózimo Bulbul, em exílio na França e lutando contra a marginalização do negro brasileiro, realizou também o curta-metragem “Alma no Olho”, que mostra a luta de um africano com a metáfora do rompimento do terno, que é signo europeu de poder. Celso Prudente foi a Angola ainda na luta de descolonização do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e realiza “Axé Alma de um Povo” — com uma narrativa revolucionária, o filme foi produzido no então Laboratório Nacional do Cinema de Angola. Assim surgiu o cinema negro brasileiro, em que se tem o afro-descendente como sujeito, na condição de diretor e roteirista.

O cinema negro traz uma radicalização civilizatória, concorrendo contra a representação racista no cinema e no audiovisual, na medida em que se estabelece, sobretudo, como um cinema das minorias na condição de sujeito, como tem sido propugnado pela Mostra Internacional do Cinema Negro desde sua origem. Concluo que a contribuição dessa tendência étnico-cinematográfica para a história da comunicação está no contributo que se constitui na denúncia de uma representação do euro-hetero-macho-autoritário, buscando fragmentar a humanidade do ibero-ásio-afro-ameríndio e das minorias como um todo.

REFERÊNCIAS

- ACINEMA MOVIMENTO: audiovisual e lutas sociais. A saída da fábrica: um instante da história. *Cinema em movimento*. 2017. Disponível em: <https://cinemovimento.wordpress.com/2017/02/18/acabou-a-paz/>. Acesso em: 25 out. 2022.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/o_guarani.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BARRAVENTO. [filme]. *Direção*: Glauber Rocha, lançamento na França, em 1969. Produtora Iglu Filmes. Produção: Braga Netto, 1962. 1h20min.
- GERBER, Raquel. *Glauber Rocha e a experiência inacabada do cinema novo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Coleção Cinema, v. 1.
- LEÃO DE Sete Cabeças. [filme]. *Direção*: Glauber Rocha. *Paris: Polifilm*; Claude Antoine Filmes, 1971. 1h03min.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. *Obras raras o cinema negro na década de 70*. DVD 1 Compasso de Espera. Coordenação do Projeto: Zózimo Bulbul, Ruth Pinheiro, Biza Vianna, Wanda Ribeiro. Consultores: Antônio Pitanga, Jorge Coutinho, Joel Zito Araújo, Zózimo Bulbul e Celso Prudente. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gjns-TgMQCU>. Acesso em: 13 set. 2021.
- O DRAGÃO da Maldade Contra o Santo Guerreiro. [filme]. *Direção*: Glauber Rocha. *Produção Mapa Filmes*. Rio de Janeiro, 1969. 1h40min.
- OS GUARANIS. [filme]. Baseado no romance de José de Alencar. *Direção* de Antônio Leal e José Labanca. *Produção Labanca Leal e Cia*. Rio de Janeiro, 1908.
- PRUDENTE, Celso Luiz. *O Magrelo*. 2022. Filme. Roteiro: Ivan Ferrer Maia. Anderson Brasil. Celso Luiz Prudente. Composição de Anderson Brasil e Celso Luiz Prudente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=emufGM8ukkw>. Acesso em: 23 jul. 2023.

- O JECA e égua milagrosa. [filme]. *Direção: Pio Zamuner. Roteiro Kleber Afonso e Amácio Mazzaropi*. São Paulo, 1980. 1h42min.
- PRUDENTE, Celso Luiz. *A cor do voto*. 2021. Filme. Roteiro: Eliane Barbosa. Hélio Santos. Celso Luiz Prudente. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_sHdMnXiIA. Acesso em: 23 jul. 2023.
- PRUDENTE, Celso Luiz. *A imagem de afirmação positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio na dimensão pedagógica do Cinema Negro*. *Educação e Pesquisa*, n. 47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147237096>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- PRUDENTE, Celso Luiz; SILVA, D. C. *A dimensão pedagógica do cinema negro – aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: o olhar de Celso Prudente*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019a.
- PRUDENTE, Celso Luiz. *A dimensão pedagógica do Cinema Negro: a imagem de afirmação positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio*. *Revista Extraprensa*, v. 13, p. 5-305, 2019b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/163871>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- PRUDENTE, Celso Luiz. *Barravento: O negro como possível referencial estético do Cinema Novo de Glauber Rocha*. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- RICARDO, Sérgio. *Zelão*. [composição]. 1960. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/sergio-ricardo/481480/>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- RIO 40 Graus. [filme]. *Direção: Nelson Pereira dos Santos, Associação Brasileira de Críticos de Cinema (Abracine)*. Rio de Janeiro, 1955. 100min.
- SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.
- VICENTE, Gil. *Obras completas de Gil Vicente*. Reimpressão fac-similada da edição de 1562. Lisboa, Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal, 1928.

Comunicando com e para o Futuro

ELISA LARKIN NASCIMENTO

Contribuir para este livro sobre comunicação e impacto social significa uma honra e uma missão para o Ipeafro, que vem trabalhando há 40 anos na tentativa de impactar a comunicação com novos olhares sobre a questão racial.

Vamos apresentar a experiência do Ipeafro como contribuição aos atuais debates e desafios envolvendo evolução tecnológica, diversidade narrativa e diálogo com audiências, no contexto atual que pauta com urgência questões como democracia, desinformação, e, sobretudo, educação¹.

De início consideramos a trajetória do Ipeafro, em seguida focalizando uma ferramenta que desenvolvemos para contribuir à diversidade narrativa e, sobretudo, à reparação de noções equivocadas que estruturam o racismo latente aos discursos hegemônicos sobre o desenvolvimento humano. Trata-se de nossa Linha do Tempo dos Povos Africanos e Suplemento Didático, disponíveis em nosso site². Em seguida, recuperamos a história e a conceituação do Quilombismo, teoria e proposta prática de luta antirracista. **O Quilombismo é uma proposta para a organização de um Estado pluriétnico, multicultural e democrático em países cujas economias estão assentadas sobre o**

1. Para conhecer um pouco do nosso trabalho, assista ao vídeo "O que é Ipeafro?". Disponível em: https://youtu.be/3LYUh3NW5dc?si=ICkTBVuXF_E22Q-f.

2. Disponível em: <http://www.ipeafro.org.br/linhadotempo>.

acúmulo de capital gerado pelo sistema de escravidão mercantil dos povos africanos. Hoje, isso significa o Ocidente etnocentrista em seu poder neoliberal expansionista.

Trajetória do Ipeafro

O Ipeafro nasceu em 1981, com o objetivo de trazer a história, a cultura e o conhecimento africano e afro-diaspórico para o ensino brasileiro em todos os níveis. A proposta era trabalhar na graduação, pós-graduação extensão. Oferecemos matérias, oficinas e oportunidades de aprendizagem a educadores do ensino básico e médio. Nosso curso Conscientização da Cultura Afro-Brasileira se iniciou na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. No Rio de Janeiro, continuou de 1984 até 1995. Ganhou o título Sankofa e a parceria das secretarias municipal e estadual de Educação, garantindo a divulgação junto às redes escolares. Mediante parceria com o RioArte, autarquia da Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro, possibilitamos uma modestíssima remuneração aos professores convidados. Participaram, dando palestras, algumas das mais eminentes personalidades ativistas da intelectualidade negra da época, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza, Helena Theodoro, Ironides Rodrigues, Nei Lopes, Milton Santos, Joel Rufino dos Santos, Carlos Alberto Medeiros. Contamos com a participação de pesquisadores como Juana Elbein dos Santos, João Baptista Borges Pereira e José Flávio Pessoa de Barros, entre outros, além de intelectuais africanos como o saudoso escritor e estadista Kofi Awoonor e Michael Hamenoo, ambos embaixadores de Gana no Brasil; Francisco Romão da Silva, embaixador de Angola no Brasil; Anani Dzidzienyo, de Gana, professor da *Brown University* (EUA).

Em 1991, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola criou a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras/Afro-Brasileiras (Sedepron/Seafro), primeiro e único órgão executivo³

3. Os Conselhos são órgãos consultivos.

estadual voltado à articulação e implantação de políticas antirracistas antes de 2003⁴. Junto com essa secretaria e com as secretarias estadual e municipal de Educação, o Ipeafro realizou o 1º Fórum Estadual de Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública, um marco na evolução da demanda por políticas de educação nessa área (Nascimento, E. L., 1991/1993).

Em 2007, realizamos o primeiro de uma série de fóruns em que trabalhamos com o acervo de Abdias Nascimento, sob a guarda do Ipeafro, oferecendo recursos audiovisuais para fortalecer a implantação da política de ensino da história e cultura negra. O Fórum Educação Afirmativa Sankofa e a Oficina Ação Educativa Sankofa tiveram a participação da saudosa educadora Azoilda Loretto da Trindade em diversos municípios da Baixada Fluminense e do interior do Rio de Janeiro.

O conteúdo abordado nos cursos e Fóruns do Ipeafro está reunido nos quatro volumes da coleção Sankofa (Nascimento, E. L., 2008a, 2008b, 2009a, 2009b). A palavra Sankofa tem origem no sistema africano de escrita ideográfica adinkra, do grupo linguístico acã da África ocidental (Nascimento; Gá, 2009). Cada símbolo adinkra tem um significado e um provérbio. Nesse caso, o provérbio é “Nunca é tarde para voltar e buscar o que ficou atrás”. A imagem do pássaro que olha para trás, cuja estilização resultou em um símbolo gráfico semelhante a um desenho de coração, é hoje uma referência bem difundida e conhecida no movimento de recuperação e valorização do legado cultural africano.

A capa de cada livro da coleção traz o símbolo Sankofa e mais dois símbolos adinkra. Um deles é o Dwennini Mmen, os chifres do carneiro, que representa a humildade e a força da mente, do coração e da alma, maiores que a força física. Esse símbolo foi a marca do centenário de Abdias Nascimento em 2014.

O presente ensaio aborda os temas de apenas um desses livros, o primeiro volume: “A matriz africana no mundo”. O segundo volume complementa o primeiro e lança um olhar, ainda, sobre a evolução das

4. A partir desse ano, com a criação da então Secretaria Extraordinária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), hoje Ministério da Igualdade Racial, instituiu-se o sistema PIR, com órgãos municipais e estaduais de políticas de promoção da igualdade racial.

políticas de ensino da história e cultura africana e negra no ensino brasileiro. O terceiro volume, “Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente”, prefaciado por Mãe Beata e Yemonjá, contém textos de Lélia Gonzalez, Helena Theodoro e Sueli Carneiro, entre outras professoras do curso Sankofa. O quarto volume, “Afrocentricidade, uma abordagem epistemológica inovadora”, é uma introdução a essa forma de pensar o ser no mundo. Considero o livro “Adinkra, Sabedoria em símbolos africanos”, que organizei com o saudoso companheiro Luiz Carlos Gá, como parte dessa coleção.

Linha do Tempo dos Povos Africanos

Complementando os livros da coleção Sankofa, desenvolvemos uma ferramenta audiovisual, a Linha do Tempo dos Povos Africanos e o respectivo Suplemento Didático⁵.

Conceitei a Linha do Tempo a partir de uma constatação básica: o conhecimento hegemônico ocidental se constitui com referência ao período da expansão ultramarina da Europa e do tráfico mercantil de pessoas africanas escravizadas. Em vários aspectos, esse tráfico difere de outros sistemas de servidão. Um deles é a desumanização das pessoas escravizadas, identificadas pela origem africana como seres inferiores, com alma e inteligência comprometidas a ponto de serem incapazes de raciocínio lógico e de comportamento moral e ética. Sua única salvação seria o batismo. De acordo com a lógica do instituto escravista, ao propiciar-lhes esse sacramento, ele, o instituto escravista, as favorecia com o maior nível de humanidade que lhes cabia: o de constituírem-se como ativos econômicos, bens móveis pertencentes aos seus donos.

Essa coisificação das pessoas em razão de sua origem africana foi afirmada, confirmada e reforçada pelo humanismo do Século das Luzes. Os povos originários eram dizimados pela ação genocida dos “Conquistadores” que operavam as atrocidades da escravidão mercantil contra os africanos. A ciência ocidental classificava esses

5. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/linhadotempo>.

povos, rotulava-os e aplicava-lhes epítetos tidos como termos técnicos, designando-os como “primitivos” incapazes de desenvolvimento tecnológico ou produção de conhecimento.

Na educação, até hoje costuma-se trabalhar com uma visão de mundo que enxerga a História precisamente através dessa janela de tempo: a partir de 1500, data do chamado “descobrimento” do Brasil. No ano de 2000, quando se celebravam os 500 anos desse fato, os povos originários e afrodescendentes desafiaram as autoridades que presidiavam tal celebração, questionando a efeméride não apenas como uma distorção, mas como um esbulho histórico imposto à população.

Nesse contexto, recebi um honroso convite da Companhia dos Comuns, coletivo teatral carioca liderado por Hilton Cobra, para conversar com o grupo sobre as Candaces, rainhas guerreiras africanas que enfrentaram, e em mais de uma ocasião venceram, os exércitos do império romano. Elas integram uma longa trajetória de soberanas africanas que lideraram seus povos contra forças colonizadoras e escravocratas⁶. Para ilustrar a distorção produzida pelo confinamento do nosso conhecimento a essa janela histórica, resolvi juntar uma série de folhas de papel padrão em uma linha do tempo. Iniciei-a em 5000 a.C., época em que a confluência de migrações desde a região do Saara, que era verde e estava em processo de desertificação, e desde a região da África Central em direção ao norte, resultava em uma concentração de povoações em torno do rio Nilo. As progressivas evoluções culturais, concentrações urbanas e o desenvolvimento tecnológico levaram à formação da civilização dinástica egípcia, que por volta de 3200 a.C. se consolidou, unindo os reinos do Norte e do Sul sob a égide de seu primeiro faraó, Hórus Narmer. Nas folhas que eu juntava com fita colante, eu apontava feitos e tendências históricas em cada um dos períodos de 500 anos. A peça segue até o ano 2000, que marca os 500 anos em que os povos africanos foram escravizados no sistema mercantil europeu. Nos últimos 100 anos (século XX) mostrei uma pós-abolição marcada pelo enfrentamento ao racismo estrutural herdado do sistema escravista e pela luta pan-africanista por liberdade, independência e autodeterminação.

6. Entre elas estão, por exemplo, Nzinga de Angola, Yaa Asaantewa de Gana e, na diáspora, Nanny da Jamaica. Ver coleção Sankofa v. 1, “A matriz africana no mundo” (Nascimento, E. L., 2008a).

A Linha do Tempo ilustra a presença ativa dos povos africanos no mundo, muito antes das aventuras marítimas de Colombo e seus colegas portugueses. O *Homo sapiens sapiens* tem origem no continente africano e de lá saiu migrando para os cantos do mundo a partir de mais de 100 mil anos antes da era cristã. Imagens de pessoas pertencentes aos povos originários na Ásia, na Austrália e nas Américas mostram que são pessoas negras. Destacado exemplo desse fato é a figura da ancestral brasileira conhecida como Luzia. Reconstituída a partir de uma coleção de crânios datados entre 20 e 40 mil anos atrás, a peça sobreviveu o incêndio no Museu Nacional para mostrar o rosto negro do povo mais antigo do Brasil. Imagens como ela se complementam por aquelas de populações negras e períodos mais recentes da antiguidade na Índia, na Ásia, na Europa e nas Américas. Há migrações ainda mais recentes, como as dos mouros, povos eminentemente africanos que enriqueceram a Europa com sua ciência e conhecimento, inclusive os algarismos que usamos hoje.

Durante milênios, os povos africanos estiveram presentes no mundo criando conhecimento, tecnologia e civilização em soberania e liberdade. Entretanto, pela janela histórica que define nosso olhar e pela conceituação herdada do escravismo mercantil, nós os enxergamos implicitamente, de forma subliminar, como primitivos incapazes de qualquer ação ou atitude nobre e inteligente.

No primeiro volume da coleção Sankofa, mostramos exemplos do avançado conhecimento e tecnologia africanos. Entre eles estão os conceitos e as práticas de vacina, assepsia, cauterização e diversas técnicas cirúrgicas, como a cesariana testemunhada no século XIX por um médico inglês na região Banyoro do atual país de Uganda. Os dogon, do atual país de Mali, desenvolveram uma epistemologia em camadas, capaz de mapear, em diagrama visual traçado na areia, o orbito de um dos satélites da estrela Sirius, invisível sem o uso de telescópios modernos sofisticados. A exatidão desse desenho foi confirmada pela ciência moderna no século XX. A escrita surge na África nos sistemas antecessores aos hieróglifos egípcios. A prática da matemática desde uns 13 mil anos atrás é evidenciada em peças como o Osso Ishango. A evolução da engenharia na construção das pirâmides dependia de avançados recursos matemáticos e conhecimento aprofundado de materiais, ambientes e técnicas.

Tecnologias e conhecimentos viajaram com os povos africanos a todos os cantos do mundo, embasando desenvolvimento e civilização.

No último período de 500 anos, durante a hecatombe do escravismo mercantil europeu, os africanos escravizados e seus descendentes continuaram construindo sua vida em liberdade nos quilombos, *cumbes*, *palenques*, *cimarrones* e *maroon societies* das Américas. Com seu conhecimento e domínio técnico de processos produtivos eles construíram as bases econômicas e a infraestrutura de seus países. A luta pela liberdade e pela descolonização e independência política marcou o século XX com a atuação dos movimentos pan-africanos que ligavam os povos da África com os da Diáspora em lutas comuns contra a discriminação racista herdada do regime escravista e do colonialismo.

Pan-Africanismo, Quilombismo e o Memorial Zumbi

O último século da Linha do Tempo, o século XX, foi marcado pela atuação de Marcus Garvey, W. E. B. Du Bois, Kwame Nkrumah e tantos outros ativistas que lideraram o movimento pan-africano, cujo 6º Congresso realizou-se em Dar-es-Salaam em 1974. Foi o primeiro Congresso desse movimento em que atuou um representante da América chamada “Latina”: Abdias do Nascimento. Os pan-africanistas lutaram essencialmente pelos mesmos ideais e objetivos que os poetas Aimé Césaire, Léon Damas, Alioune Diop, Léopold Sédar Senghor e outros do movimento da “Négritude”. Cheikh Anta Diop, o cientista plurivalente e transdisciplinar que a partir da década dos 1950 recuperou a história do Egito antigo e a identidade negra dos fundamentos da civilização ocidental, articulava e lutava por um pan-africanismo capaz de unificar as bases econômicas e políticas de um continente africano viável e forte.

Abdias Nascimento participou dessas lutas desde a década dos 1940, com o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o jornal “Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro”, cujas páginas traziam notícias e anúncios das publicações e iniciativas dos intelectuais e ativistas da “Négritude”. No Brasil, o TEN era a única organização que trabalhava

com o conceito de “negritude”. Por isso os arautos da “democracia racial” o consideravam “racista às avessas”. Sob essa justificativa, o TEN e os artistas a ele ligados foram excluídos da delegação oficial brasileira à grande celebração da “Négritude”, o 1º Festival Mundial de Arte Negra, realizado em 1966 pelo próprio Léopold Senghor, primeiro presidente de um Senegal independente. Vinte anos depois, em janeiro de 1977, novamente Abdias Nascimento seria excluído, por força de manobras da diplomacia do regime militar brasileiro, do fórum intelectual e político do 2º Festival de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac '77), realizado em Lagos, Nigéria (Nascimento, A., 1981/2024). A Universidade de Ife, cujo Departamento de Línguas e Literaturas Africanas acolhia Abdias Nascimento como professor visitante, publicou o trabalho que ele apresentaria ao Colóquio por convite anterior da Unesco. Inscrevendo-nos no Colóquio como observadores, eu e Abdias distribuimos o livro aos delegados oficiais, muitos deles conhecidos companheiros ativistas e intelectuais africanos e afro-americanos. O trabalho denunciava o racismo brasileiro e apresentava propostas de políticas públicas que, mais tarde, seriam promulgadas como resultado da luta política do movimento negro. O livro foi publicado no Brasil sob o título “O genocídio do negro brasileiro” (Nascimento, A., 1978/2016).

Voltando ao Brasil em 1981, criamos o Ipeafro e participamos de várias lutas. Uma delas foi o Memorial Zumbi, que reunia intelectuais, ativistas e servidores de instituições públicas como o então SPHAN e universidades federais, com entidades do movimento negro de vários cantos do país. O objetivo do movimento era recuperar as terras da Serra da Barriga, local da resistência da República de Palmares contra o sistema colonial e escravista, para criar nelas um polo negro de cultura e liberdade. Seguindo a indicação do Grupo Palmares de Porto Alegre, fundado pelo poeta Oliveira Silveira, o Memorial Zumbi liderou a luta pela instituição do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro. Designava o dia 13 de maio como dia de reflexão sobre o escravismo e seu legado: negar ao negro brasileiro o direito de participar das benesses da nação que ele construiu. Nas primeiras peregrinações à Serra da Barriga, Mãe Hilda do Ilé Axé Jitolu de Salvador realizou oferendas aos ancestrais. No Memorial Zumbi participavam lideranças de povos originários como Marcos Terena e Aílton Krenak. No âmbito

do Memorial Zumbi, Krenak participou da Missa dos Quilombos celebrada na Serra da Barriga pelos arcebispos Dom Pedro Casaldáliga e Dom José Maria Pires (popular Dom Zumbi).

Na reconstrução da democracia a partir do retorno dos exilados em 1979, Abdias Nascimento participou na construção do movimento negro no Partido Democrático Trabalhista (PDT) e foi candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro. Nessa campanha, Abdias e Mário Juruna, líder originário conhecido por andar sempre com um gravador para registrar as palavras do branco, fizeram uma aliança inédita. Ambos os candidatos a deputado federal, no sistema de representação proporcional eles seriam adversários, disputando os mesmos votos. Mas em nome da luta comum contra o legado do colonialismo escravista, eles lançaram um manifesto e fizeram campanha juntos.

Como deputado federal, Abdias Nascimento foi autor da primeira proposição formal ao Estado brasileiro das políticas compensatórias em direção à reparação das injustiças cometidas contra a população negra pela sociedade e pelo Estado, ambos racistas. No ano de 2023, celebramos os 20 anos da Lei nº 10.639/2003 e as primeiras políticas de cotas, instituídas nas universidades estaduais da Bahia e do Rio de Janeiro. Convém considerar que, vinte anos antes disso, o deputado federal Abdias Nascimento apresentava o PL 1.332/1983, que estabelecia políticas de cotas com recorte de gênero — metade da cota para mulheres negras e metade para homens negros — no acesso ao ensino superior, no mercado de trabalho e no funcionalismo público. O mesmo projeto previa a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, entre outras medidas. Já o PL 1.661/1983 propunha a criminalização da discriminação racial como crime qualificado, de lesa humanidade. O PL 1.550/1983 estabelecia o dia 20 de novembro como feriado nacional. Esse projeto foi aprovado pela plenária da Câmara dos Deputados e estava pronto para ser aprovado pelo Senado mediante acordo de lideranças. Essa votação teria lugar no próprio dia 20 de novembro de 1985. O deputado Abdias Nascimento estava na Serra da Barriga quando recebeu a notícia de que um só senador se levantara para questionar a medida por um suposto racismo às avessas. Quebrando o acordo para sua aprovação, esse senador derrubou o projeto. Da tribuna da Câmara, Abdias relatou esse episódio em discurso comovente (Nascimento, E. L., 2014, p. 66-68).

A proposta do Quilombismo nasce da trajetória de luta, pesquisa, estudo e reflexão de Abdias Nascimento. Ele apresenta a tese ao 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá em 1980. O livro sai no Brasil (Nascimento, A., 1980/2019) nesse mesmo ano, quando, nos Estados Unidos, o professor Molefi Kete Asante publica a sua obra de referência, “Afrocentricidade, A teoria da mudança social” (Asante, 1980)⁷. As duas obras têm muito em comum, pois articulam uma perspectiva construída desde dentro da experiência africana, uma visão de mundo fundamentada na constatação da agência histórica dos povos africanos e na desconstrução das teorias e dos pressupostos do etnocentrismo ocidental. O quilombismo propõe uma análise da história e uma ação no presente, para construir um futuro com base na experiência dos povos africanos na luta contra o escravismo e o colonialismo e na construção de sua vida em liberdade, apesar de todos os obstáculos erguidos pelo sistema racista e capitalista de dominação. A afrocentricidade propõe o mesmo, com um foco mais concentrado no levantamento do legado do Egito antigo em seus múltiplos significados e valores. Portanto, as duas obras se complementam e dialogam entre si.

O quilombismo se consolida como uma referência ainda mais ampla, pois as lutas dos povos que resistiram e hoje resistem ao domínio do capital financeiro e do poder da branquitude em todo o Sul global e sua diáspora espelham o modelo quilombista ao construir-se sobre os fundamentos de suas tradições e ancestralidade, em uma relação de respeito e harmonia com o ambiente. Nesse sentido, a aliança entre os povos originários e os afrodescendentes se revela como muito mais que uma tática pontual. Trata-se de uma unidade orgânica entre essas matrizes. Elas oferecem a estratégia possível pela sobrevivência do ser humano no planeta Terra. Neste momento em que percorremos rapidamente um caminho de autodestruição, as tradições ancestrais dos povos originários e afrodescendentes representam uma opção pela vida em comum, pelo bem viver e pela solidariedade entre seres humanos e com os outros seres.

7. Sobre a teoria do professor Asante e seus seguidores, ver em português o livro “Afrocentricidade, uma abordagem epistemológica inovadora”, coleção Sankofa v. 4 (Nascimento, E. L., 2009b).

Esperemos que a humanidade seja capaz de compreender a sabedoria dessas tradições, e que puxe o freio do consumismo insaciável que move a economia do desejo e do desperdício. Assim, quem sabe, tornamos possível uma guinada em direção à preservação da vida em nosso planeta.

REFERÊNCIAS

- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity, the theory of social change*. Buffalo: Amulefi Press, 1980.
- NASCIMENTO, Abdias. *Sitiado em Lagos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- NASCIMENTO, Abdias. *Sitiado em Lagos*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2024.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Documentos de uma militância pan-africanista. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor*. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abdias Nascimento*. Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, 2014.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A África na escola brasileira*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro / Sedepron / Seafro, 1991.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A África na escola brasileira*. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, 1993.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A matriz africana no mundo*. Coleção Sankofa, v. 1. São Paulo: Selo Negro, 2008a.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Cultura em movimento*. Coleção Sankofa, v. 2. São Paulo: Selo Negro, 2008b.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Guerreiras de natureza*. Mulher negra, religiosidade e ambiente. Coleção Sankofa, v. 3. São Paulo: Selo Negro, 2009a.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade, uma abordagem epistemológica inovadora*. Coleção Sankofa, v. 4. São Paulo: Selo Negro, 2009b.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (org.). *Adinkra: Sabedoria em símbolos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (org.). *Adinkra: Sabedoria em símbolos africanos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

Democracia e deliberação cidadã: os paradigmas da civilização na construção de diálogos

KARIN ADAMS

Introdução: a crise democrática

O que acontece, geralmente, quando uma decisão pública que irá afetar uma determinada comunidade precisa ser tomada? Caso se trate de um governo que veja a participação popular com bons olhos, é possível que uma audiência pública seja marcada. Os grupos de interesse no tema — por exemplo, a associação comercial da cidade, representantes da indústria ou organizações ativistas do meio ambiente — se mobilizam para participar e convocam simpatizantes, com o objetivo de garantir que sua posição será considerada. Paralelamente, quando algum desses grupos de interesse é bem estruturado e, principalmente, conta com poder financeiro, se inicia um processo de incidência (ou “*lobby*”) junto a lideranças eleitas para tentar garantir a primazia do seu ponto de vista junto aos tomadores de decisão.

E como ficam os cidadãos “comuns”, aqueles não organizados, nisso tudo? Se os grupos de interesse e mesmo o poder público forem



capazes de promover um processo de mobilização externo bem-sucedido, criando “barulho” em torno do tema, é possível que o assunto tome o debate público e seja de certa forma apropriado pela sociedade, o que pode influenciar a tomada de decisão pelo governo. Contudo, mesmo que todos os fatores se alinhem e o debate público seja um sucesso, é raro que as discussões ultrapassem os círculos tradicionais de militância, academia etc. Quem frequenta ou organiza audiências públicas atesta que a presença é geralmente marcada pelas mesmas figuras, indivíduos hipermotivados e engajados (quer o motivo para o engajamento seja voluntário, quer seja financeiro/profissional).

Essa lógica de participação e consulta cidadã apresenta uma fraqueza fundamental quando não consegue trazer para a mesa um grupo efetivamente representativo da sociedade. Muitos fatores contribuem para que a participação, em especial em sociedades profundamente marcadas pela desigualdade, se torne um privilégio daqueles que têm tempo à disposição e acesso à informação de qualidade. Mas, prescindir do ponto de vista, da capacidade de elaboração e da construção coletiva do cidadão comum, aquele não organizado, compromete a qualidade da tomada de decisão, uma vez que representa uma ideia de bem comum que partiu de uma base não representativa do “comum”.

Esse sistema corrobora ainda um problema estrutural do modelo democrático hiperfocado em eleições. Ele reforça a polarização na sociedade à medida que, durante as eleições e ao longo do ano, somos incentivados a pintar o outro lado do debate público de forma negativa e a reforçar nossos laços de lealdade à nossa própria tribo ou ao grupo ideológico como expressão de caráter. Ao permitir que os processos de participação cidadã sejam informados apenas por grupos diretamente interessados, cria-se um cenário em que o debate público é ganho por quem tem condições de gritar mais alto — frequentemente os detentores de poder financeiro. O desenho favorece impasses e a dinâmica de “nós contra eles”, tornando extremamente difícil que se conduzam conversas de boa-fé em torno da resolução de problemas difíceis.

Como contornar essa “falha de *design*” do nosso atual sistema, que conduz de tal maneira à deterioração da qualidade da democracia?

Estratégias do programa Decidania para promoção da participação cidadã efetiva e qualificada por meio de Assembleias Cidadãs

Com tantos indícios e experiências históricas apontando na direção da crescente polarização da sociedade e do esfacelamento do tecido social, podemos concluir que estamos fadados a esse preocupante desdobramento histórico. No entanto, algumas inovações democráticas, propostas tanto a partir de movimentos da sociedade civil quanto por parte de governos, vêm apresentando resultados promissores como possíveis antídotos ao impasse da crise democrática que vivemos. Aqui, vamos explorar a metodologia das Assembleias Cidadãs como um processo de construção coletiva orientado ao consenso que demonstra que promover a participação efetiva e qualificada do “cidadão comum” é possível e pode fortalecer não só a agenda de direitos, mas também contribuir para a reconstrução da confiança pública nas instituições.

Nas Assembleias Cidadãs, um grupo representativo de cidadãs e cidadãos, sorteado entre a população, é informado sobre um tema de interesse público e delibera a seu respeito. O resultado ao final do processo é o encaminhamento de recomendações obtidas por meio de consenso (com a meta mínima de 80%) sobre o problema em questão. **Deliberação cidadã é o processo deliberativo que ocorre durante as Assembleias Cidadãs. A metodologia também é conhecida como mini-públicos ou júris cidadãos.**

Essa inovação democrática vem sendo empregada por governos ao redor do mundo para desatar nós na definição de encaminhamentos para problemas difíceis. Processos nacionais de Assembleias Cidadãs já foram implementados, por exemplo, na Irlanda, Alemanha, França e Polônia para debater questões que vão desde a legislação para casamentos entre pessoas do mesmo sexo, até política externa, políticas para lidar com a crise climática e soluções para pobreza energética. **No Brasil, o coletivo Delibera Brasil já apoiou a realização de Assembleias Cidadãs em âmbito municipal sobre regulamentação de mototáxis, implementação de coleta seletiva, pagamento de serviços florestais e tempo de espera no SUS, entre outros.**

Para garantir a participação representativa da população, não é suficiente abrir espaço para todas e todos participarem; é preciso trabalhar ativa e sistematicamente para que pessoas comuns, que nunca participaram desse tipo de atividade, se interessem e, principalmente, tenham condições de participar. Com essa premissa em mente, há diversas estratégias democratizantes que podem ser adotadas e adaptadas a cada contexto regional.

Algumas dessas estratégias foram testadas no âmbito do programa “Decidadania: o clima na pauta legislativa”, uma iniciativa do coletivo Delibera Brasil, com parceria estratégica do ICLEI América do Sul e da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e financiamento do *National Endowment for Democracy* (NED). Seu objetivo é contribuir para que lideranças públicas municipais entendam o valor e saibam incorporar a deliberação cidadã nos procedimentos legislativos, o que foi feito por meio da promoção de três Assembleias Cidadãs sobre o Clima nas cidades de Francisco Morato-SP, Salvador-BA e Toritama-PE.

A partir dos casos concretos do programa Decidadania, iremos explorar nas seções seguintes estratégias para engajamento de cidadãos que costumam ficar de fora de processos participativos, de construção e tradução dos materiais informativos, de mediação e facilitação da deliberação como maneiras de qualificar a tomada de decisão pública e aprimorar a democracia.

Chamamento e sorteio

São três os pilares fundamentais que compõem a metodologia das Assembleias Cidadãs: sorteio, informação e deliberação.

Para que o sorteio possa resultar em uma amostra verdadeiramente representativa da população, é necessário, em primeiro lugar, garantir uma base ampla de pré-inscritos, o que necessariamente demanda um esforço proativo de chamamento. Diversas estratégias podem ser combinadas para garantir essa base, como envio de cartas, telefonemas, visitas porta-a-porta, coletas de inscrições em espaços movimentados da cidade e formulário *on-line* combinado de campanha de divulgação (*on-line* ou *offline*, com divulgação em outdoor ou carro de som, por

exemplo). Uma vez em posse de uma lista ampla de moradores, podem ser definidas cotas e controles de perfil, considerando não só critérios básicos como gênero, raça, renda e disposição geográfica, mas também variáveis relevantes para o tema da deliberação, como a frequência de uso do serviço público objeto da Assembleia em questão. O objetivo final de um sorteio bem-sucedido é que qualquer membro da comunidade, ao olhar para o grupo de sorteados, possa imaginar que também poderia ter sido selecionado, validando assim as recomendações da Assembleia como construções legítimas da comunidade.

O chamamento por meio do envio de um número expressivo de cartas (por exemplo, 30 mil convites por carta para se chegar a um número final de 100 participantes) a endereços aleatórios, convidando os cidadãos e se registrarem para o sorteio, é o método “padrão-ouro” adotado em muitos países. No Brasil, existem alguns impeditivos para a plena adoção desse modelo: o órgão responsável pela organização da Assembleia pode não ter acesso a uma base de dados de endereços unificada a partir da qual gerar uma lista aleatória de endereços para o envio das cartas; o custo de envio por correios torna essa etapa excessivamente cara em Assembleias com orçamento geralmente restrito; o alto nível de informalidade habitacional faz com que muitos municípios não tenham endereço para recebimento de cartas; e baixo nível de letramento tornam esse método potencialmente excludente.

No programa Decidadania, enviamos cartas como um dos métodos de chamamento para a Assembleia Cidadã sobre o Clima de Francisco Morato, “Delibera Morato”. Foram 2.000 cartas-convite enviadas pela prefeitura, com a logo do poder municipal no envelope e assinatura da Prefeita Renata Sene na carta. A base utilizada para sortear os endereços foi o cadastro de abastecimento residencial de água. Urnas foram distribuídas nas Unidades Básicas de Saúde do município para que os convidados depositassem suas fichas de inscrição, que depois passariam pelo sorteio do grupo final. As cartas contavam ainda com a divulgação de um número de *WhatsApp*, gerenciado por uma servidora da Prefeitura envolvida na coordenação da Assembleia, que tirava dúvidas a respeito do processo.

É interessante notar que, quando o Poder Público faz um esforço ativo para convidar os municípios a participar de algo construtivo,

ele está subvertendo a natureza comum das convocações ao cidadão, normalmente de caráter punitivo. Pudemos observar essa dinâmica no caso da Delibera Morato: diversos munícipes que receberam as cartas se dirigiram prontamente ao departamento de dívidas da Prefeitura munidos das cartas seladas, certos de que ali conteria alguma cobrança e que eles estariam em falta.

Como a taxa de respostas às cartas ainda estava baixa, a coordenação lançou uma segunda estratégia: selecionou 60 dentre os 2000 endereços, de acordo com cotas de região, para fazer visitas presenciais, esclarecendo dúvidas e incentivando aqueles que receberam as cartas a preencherem as fichas de inscrição. Também porque era época de eleições, o sucesso dessa iniciativa foi variado: enquanto alguns moradores resistiram a conversar com as representantes da coordenação, aludindo à desconfiança no poder público de maneira geral, outros foram convencidos após a conversa a se inscrever para o sorteio.

Ainda em Francisco Morato, outras duas estratégias foram implementadas para tentar reverter mais pré-inscrições entre os 2.000 sorteados: os canais de mídias sociais da Prefeitura veicularam uma série de conteúdos explicando e incentivando a inscrição, e um carro de som circulou em bairros selecionados sub-representados entre as inscrições com uma mensagem explicativa e convidativa.

As estratégias descritas acima, em conjunto, resultaram em 30 inscrições. Visto que o objetivo do programa era uma Assembleia com 40 presentes, e que seria ainda necessário criar uma lista de suplentes, optou-se por uma segunda série de estratégias de chamamento, dessa vez aberta a toda a população moratense. Com o apoio de estudantes voluntários da Escola Técnica local, a coordenação organizou um mutirão de inscrições em pontos de fluxo da cidade, como a estação de trem, no fim de tarde. Adicionalmente, o formulário virtual de inscrição foi incluído na página inicial do *wi-fi* livre da cidade, divulgado em um outdoor e em veículos de imprensa locais. Desse segundo esforço de chamamento resultaram 79 inscrições, que foram posteriormente submetidas ao sorteio, realizado na Câmara Municipal e transmitido ao vivo no canal do *YouTube* da Prefeitura.

O conjunto de métodos acima foi suficiente para montar um grupo diverso e representativo de 40 titulares e 20 suplentes para a Assembleia

Cidadã sobre o Clima em um município de 165 mil habitantes, logo considerado de grande porte. As outras duas Assembleias Cidadãs organizadas no âmbito do programa Decidania ocorreram em municípios com características diferentes: Salvador é uma metrópole de 2 milhões e meio de habitantes, com enormes desigualdades territoriais, enquanto Toritama é um município de 41 mil habitantes, de pequeno porte, e com pequena extensão territorial: com 25 mil quilômetros quadrados — é o segundo município menos extenso de Pernambuco. As estratégias de chamamento, portanto, foram adaptadas para cada município considerando os desafios locais.

Por se tratar de uma cidade extensa e desigual e por haver pouco tempo para tentativa e erro entre o início da etapa de chamamento e o início programado das sessões de deliberação, a coordenação da Assembleia Cidadã sobre o Clima de Salvador entendeu que o mais seguro seria contratar uma empresa para ir a campo e garantir a pré-inscrição de um grupo representativo da população soteropolitana. Trata-se de uma estratégia extremamente efetiva, mas também a mais cara dentre as opções de chamamento. Foi contratada uma empresa com expertise em pesquisa domiciliar por amostragem para fazer visitas porta-a-porta, o que resultou em 221 inscrições, com representação de todas as prefeituras-bairro da cidade, além de cumprir as metas de outros dados básicos de perfil. Paralelamente, foi disponibilizado um formulário *on-line* para inscrições abertas aos demais municípios, divulgado principalmente nas redes sociais da vereadora responsável pela Assembleia Cidadã, Maria Marighella. O sorteio final, conduzido no auditório da Câmara Municipal e divulgado ao vivo pela TV Câmara e *Facebook*, foi feito a partir da lista conjunta dos inscritos *on-line* com os inscritos em campo, em um software que respeita os critérios de amostragem previamente estabelecidos.

Já em Toritama, uma cidade muito menor em população e extensão territorial, foi possível conduzir um chamamento efetivo empregando menos recursos financeiros. A equipe de coordenação local optou por entregar 500 cartas-convite a endereços aleatórios com uma pequena equipe indo de porta a porta. A vereadora Carol Gonçalves, responsável pela coordenação da Assembleia “RespirAr Puro”, divulgou uma chamada pública para selecionar cinco jovens recrutadores para essa

missão por meio de inserções em rádios comunitárias e divulgação em mídias sociais. O mapa da cidade foi dividido em quadras, que foram selecionadas de maneira aleatória para receber as cartas, garantindo que todos os bairros e distritos da zona rural do município fossem contemplados. Paralelamente, foi também divulgado um formulário *on-line* em rádios e redes sociais da vereadora e da Prefeitura. Os dois esforços combinados resultaram em 185 pré-inscritos, dos quais 40 foram sorteados em evento aberto ao público em espaço da Prefeitura, transmitido ao vivo pelas redes sociais da vereadora.

A etapa informativa

Determinar quais informações serão disponibilizadas para os participantes das Assembleias Cidadãs, e em que formato isso será feito, é uma tarefa de grande consequência na etapa de planejamento de uma Assembleia Cidadã, uma vez que uma escolha enviesada pode influenciar a deliberação dos participantes. Por isso, prevê-se na metodologia das Assembleias Cidadãs que essas definições sejam tomadas em colegiado entre a coordenação da Assembleia e um Grupo de Conteúdo.

O Grupo de Conteúdo é um fórum de conteúdo com especialistas e atores-chave na temática da deliberação, convidados a participar do planejamento a respeito dos materiais, formato e porta-vozes aos quais os membros da Assembleia Cidadã serão expostos. Para garantir que os deliberantes terão uma visão abrangente da temática, com perspectivas e argumentações diferentes ou mesmo antagônicas entre si, é importante que os próprios membros do Grupo de Conteúdo reflitam sobre essa diversidade de perspectivas.

Ao definir qual conteúdo os cidadãos precisam apreender para participar de maneira informada da deliberação, a coordenação e o grupo de conteúdo devem ter em mente que os membros da Assembleia Cidadã têm necessariamente trajetórias, níveis de letramento e de conhecimento específico sobre o tema em deliberação distintos entre si. Além disso, não é o objetivo da metodologia da deliberação cidadã transformar em um curto espaço de tempo os participantes em experts técnicos no assunto, mas munir os cidadãos comuns do conhecimento técnico

mínimo necessário para que possam complementar o que Aristóteles denomina “sabedoria prática” que cada um dos participantes já tem.

No conceito aristotélico, os indivíduos com sabedoria prática, que se difere do conhecimento científico, são capazes de deliberar corretamente sobre o que é bom, tendo em vista não apenas as necessidades de si mesmos, mas também as de seus concidadãos e dos seres humanos em geral. A metodologia das Assembleias Cidadãs, portanto, parte da aposta de que o conhecimento do dia-a-dia dos cidadãos, se aliado a informações-chave adequadamente apreendidas por eles, é capaz de gerar decisões extremamente qualificadas. Mas como traduzir o conhecimento científico para um público com níveis tão diferentes de letramento formal?

Em primeiro lugar, é importante não sobrecarregar os cidadãos com uma grande quantidade de conteúdo logo no início do processo. Nas primeiras sessões da deliberação cidadã, quando se dá a etapa informativa, é comum que os participantes precisem de convencimento sobre sua própria capacidade de contribuição para um tema sobre o qual nunca refletiram detidamente. Caso o material informativo distribuído no início dos encontros apresente uma grande quantidade de texto, termos desconhecidos, ou entre diretamente em discussões técnicas que estejam muito distantes de percepções do dia a dia dos participantes, corre-se o risco de alienar aquele cidadão.

Portanto, é importante ser seletivo e só incluir no material as informações cruciais para apoiar a deliberação, como a existência de legislação pré-existente sobre o tema em questão, histórico de tentativas para lidar com o problema, referências de boas práticas ou tentativas fracassadas em outras cidades e países etc. **É crucial encontrar maneiras criativas de transmitir o conteúdo necessário que fujam do tradicional texto corrido, para conseguir engajar os cidadãos, em especial aqueles com menor letramento.** Gráficos para ilustrar um ponto também não são uma boa saída, já que apenas cerca de 12% da população brasileira consegue interpretá-los adequadamente, segundo dados do INAF (2018).

Nas experiências do Decidadania, o momento da etapa informativa que apresenta os melhores resultados em termos de engajamento dos cidadãos e apropriação do conteúdo é a interação com os

porta-vozes. Nas três Assembleias Cidadãs, seguiu-se o mesmo rito: primeiro, define-se no âmbito do Grupo de Conteúdo quais pontos de vista devem ser representados na etapa informativa, e quem serão os porta-vozes convidados a defendê-los. Os porta-vozes são orientados a não trazer apresentações prontas, mas a preparar uma fala curta (5 minutos cada) para apresentar para a Assembleia. Em seguida, ocorre a etapa do “fale-voador”: os membros da Assembleia são divididos em grupos menores (de quatro a cinco pessoas), e cada porta-voz tem, então, de 10 a 15 minutos com cada um dos grupos, permitindo que os participantes esclareçam dúvidas e se aprofundem em tópicos específicos. Em seguida, já com a ajuda de facilitadores experientes, contratados pelos organizadores da Assembleia Cidadã, os grupos sintetizam os pontos definidos por cada porta-voz em suas próprias palavras, em resumos que darão subsídio para a etapa de deliberação.

A linguagem simples deve orientar toda a produção textual e sustentação oral durante as sessões da Assembleia Cidadã. As técnicas de aprendizagem ativa são ainda uma estratégia que requer grande criatividade para serem desenvolvidas, mas que têm um efeito significativo no nível de apropriação dos cidadãos do tópico de deliberação.

A Assembleia Cidadã sobre o Clima de Salvador traz um bom exemplo. A missão da Assembleia era deliberar sobre como alocar os recursos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 entre as ações do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PMAMC), elaborado pela Prefeitura. Um estudo preliminar feito por uma consultoria contratada pelo programa levantou que o custo de implementação da totalidade das ações previstas no PMAMC (R\$10.6 bilhões) ultrapassava o orçamento previsto no PPA em linhas compatíveis às das ações do plano (R\$3.8 bilhões). Díficeis decisões alocativas teriam que ser tomadas.

O orçamento público municipal é um assunto árido, difícil de ser adequado e sucintamente transmitido para leigos. Para que os participantes conseguissem visualizar o que estava em jogo ao se escolher priorizar esta ou aquela ação em detrimento das outras, a equipe elaborou um jogo de cenários. Dividiu as diferentes ações do Plano, identificando se elas tinham mais impacto na mitigação ou na adaptação às mudanças climáticas. Em seguida, organizou três cenários

distintos de alocação dos R\$3.8 bilhões disponíveis: um que priorizava as ações de mitigação, outro, as ações de adaptação, e um terceiro em que todas as ações teriam sua implementação iniciada pela Prefeitura, mas nenhuma seria concluída no quadriênio. Munidos de cartinhas individuais que davam contexto, custo e impacto de cada ação, os participantes montaram, ao fim da deliberação, um quarto cenário com suas prioridades.

A deliberação

A etapa deliberativa amarra etapas anteriores e encaminha os participantes da Assembleia Cidadã a prepararem um documento de Recomendações Cidadãs que será entregue ao poder público. Por meio de processos mediados por facilitadores, durante as sessões, os participantes começam a chegar a conclusões sobre como aliar o que leram/assistiram, o que escutaram de especialistas e suas experiências vividas, e passam a deliberar e negociar pontos de vista que, quando convergem, entram no relatório final, organizados em torno de alguns grandes tópicos.

Nessa etapa, é crucial que se leve em conta as diferentes dinâmicas de poder que existem em grupos diversificados. Caso a facilitação não assuma um papel ativo em equilibrar os tempos de fala e contribuições, fatalmente a deliberação será dominada por aqueles que costumam se sentir mais confortáveis em expor suas opiniões a todo momento – normalmente homens, brancos e com nível de instrução (ou apenas poder aquisitivo) maior. **A Assembleia Cidadã permite algo inédito em uma sociedade estratificada como a brasileira, possibilitando que convivam em pé de igualdade pessoas que só interagem fora dali em relações hierarquizadas.** O papel da facilitação é permitir que a riqueza dessa troca possa emergir, alertando e interrompendo a reprodução de diferenças de poder que existem fora da sala. Isso é feito com base em combinados sobre equidade e trabalho coletivo deliberados pelo grupo já no primeiro encontro.

Ao celebrar um certo tipo de contribuição e frear aquelas que não agregam para a missão coletiva, a facilitação tem o poder de dar o

tom para o grupo, fazendo com que ele passe a se autorregular. Por exemplo, em um determinado processo de Assembleia Cidadã, um dos participantes pedia a palavra constantemente e inseria em seus apontamentos termos em inglês, que eram desconhecidos pela enorme maioria dos demais presentes. Na terceira vez que isso ocorreu, a facilitação mencionou que não entendia o termo, e pediu para ele explicar de outra maneira. Quando isso ocorreu de novo, um próprio membro da Assembleia se sentiu autorizado a pedir que ele explicasse em português e, após isso, ele não voltou a usar termos em inglês.

Há ainda alguns fatores externos à deliberação em si que têm a capacidade de influenciá-la ao dar o devido verniz institucional ao trabalho feito. Os participantes devem sentir que sua contribuição é valorizada. É importante garantir, por exemplo, alimentação gostosa e com boa apresentação para os participantes (lanche e almoço, no caso de sessões de dia inteiro), além de, quando o orçamento permite, investir na qualidade e apresentação do material informativo (distribuindo canetas e caderninhos personalizados, por exemplo). Apesar de parecerem menores, esses elementos têm o potencial de contribuir enormemente para a autoestima dos participantes, o que afeta a deliberação.

A remuneração pela participação dos cidadãos é ainda um elemento que diferencia essa metodologia das demais iniciativas de participação popular, e que tem uma contribuição vital para a qualidade do processo e, em última análise, das recomendações em si. Além de custear o transporte e a alimentação dos presentes, seu tempo e contribuição também são remunerados ao fim do processo. Com esse dispositivo, sinaliza-se mais uma vez ao cidadão que o que ele tem a aportar é valioso. De uma maneira prática, é também uma medida de inclusão e permanência, uma vez que os participantes podem ter que renunciar a alguns dias de trabalho ao participar (mesmo os encontros sendo aos sábados), delegar o cuidado com crianças e com a alimentação de sua família.

Ocupar espaços institucionais do poder público, normalmente pouco convidativos ao cidadão comum, tem também um efeito de conferir gravidade e senso de responsabilidade ao trabalho da deliberação. As sessões podem ser marcadas, por exemplo, na Câmara de Vereadores. É muito importante que as sessões sejam prestigiadas pelas autoridades competentes, o que, curiosamente, tem efeito tanto

para os participantes quanto para as próprias autoridades. Lideranças eleitas, principalmente do executivo, têm por vezes desconfiança em relação às intenções do público e entram em espaços de diálogo já com postura defensiva. Ao acompanhar todo o processo de uma Assembleia Cidadã, eles atestam que a metodologia leva os participantes a superarem a lógica puramente reivindicativa e a vestir o chapéu de tomada de decisão pensando no bem comum. Com isso, as lideranças públicas se desarmam e têm a rara oportunidade de contar com um grupo mobilizado de seus constituintes para elaborar juntos soluções públicas.

Pudemos observar na Assembleia Cidadã RespirAr Puro, de Toritama, os efeitos de promover a colaboração próxima entre os cidadãos e os representantes do poder público na prática da deliberação. Além da vereadora Carol Gonçalves, proponente da Assembleia, as sessões contaram integralmente com a presença do Secretário Municipal do Meio Ambiente, João Paulo Rocha. O Prefeito Edilson Tavares compareceu à penúltima sessão para dar um retorno institucional sobre as recomendações preliminares, permitindo que a Assembleia pudesse reavaliar se cortava, readequava ou mantinha as recomendações como estavam no documento final.

O Prefeito ressaltou o papel importante que a Assembleia teve em finalmente pautar a questão da poluição do ar advinda das lavanderias industriais de Toritama (cidade marcada por uma vigorosa indústria de jeans), assunto politicamente difícil por causa da centralidade de sua contribuição para a atividade econômica municipal. Ao trazer para a mesa a cidadania, o poder público, os ativistas do meio ambiente e donos de lavanderia, as recomendações ganham a força política necessária para que possam avançar, provocando, por exemplo, o envolvimento de novos atores, como o Ministério Público de Pernambuco.

Conclusão

O impasse democrático que vivemos hoje tem raízes profundas e não será revertido por qualquer bala de prata. Entretanto, é preciso se questionar se o modelo democrático eleitoral sozinho dá conta de oferecer caminhos para que a cidadania trabalhe em busca de consensos, ou

seja, de soluções comuns para desafios compartilhados. Inovações democráticas, que são processos dedicados e robustos de participação, requerem investimento financeiro, planejamento e tempo, e podem ser os antídotos que precisamos para, envolvendo os que estão alijados das formas tradicionais de participação, construir soluções de políticas mais qualificadas e legítimas, contribuindo pouco a pouco para a reconstrução do tecido social.

A Assembleia Cidadã não é um processo de escuta da sociedade (existem outras metodologias mais adequadas para isso); na deliberação cidadã, os cidadãos precisam ter missão e entrega claras sobre as quais deliberar e fazer suas recomendações. Um trunfo da metodologia é que ela permite superar o binarismo das perguntas sim e não (mais adequadas a referendos, por exemplo). Quando conduzidas de maneira responsável, as Assembleias Cidadãs permitem destravar pautas difíceis de avançar no sistema político tradicional por serem consideradas divisivas demais. Recomendações que passaram por um processo cuidadoso de deliberação por parte dos cidadãos são dotadas da legitimidade popular que pode encorajar políticos eleitos (que, por almejar reeleição, evitam antagonizar grupos de interesse) a ir em frente com essas pautas.

A contribuição da deliberação cidadã para a vida pública é potencializada com um processo posterior de incidência das recomendações. Existem técnicas e ferramentas que buscam aumentar as chances de que as recomendações sejam institucionalizadas, como uma boa definição do tema da deliberação, garantindo que existam condições legais e políticas para a implementação do que for deliberado, envolvimento e comprometimento (ou *buy-in*) prévios dos tomadores de decisão, além de um plano de mobilização e comunicação.

O que buscamos explicitar neste texto, no entanto, é que as ferramentas particulares da Assembleia Cidadã, nas etapas de chamamento, sorteio, informação e deliberação, têm, por si só, um imenso potencial democratizante, permitindo que pouco a pouco possamos reimaginar a vida pública.

Mulheres na liderança do campo estratégico da comunicação e da produção independente

SOFIA AMARAL

Em 2007, quando entrei no meu primeiro emprego no mercado audiovisual, uma das primeiras coisas que aprendi foi como deveria me vestir em um set de filmagem. E, antes que o leitor pense que eu pretendia passear no set de salto agulha ou tamancos barulhentos, explico que eu era uma jovem assistente de produção cheia de vontade de carregar três-tabelas¹ e descarregar da van o máximo possível de coisas pesadas para mostrar que era tão capaz quanto qualquer assistente homem.

Logo recebi, ao lado de outras assistentes e estagiárias, a primeira de muitas aulas sobre figurino adequado a mulheres no set: “usem calças largas, camisetas largas, nada de decote ou alcinha. Cuidado para não ‘distrair’ a equipe. Vocês não estão lá para atrapalhar”. Por equipe, naturalmente, se referiam à equipe “da pesada” — elétrica e maquinária — invariavelmente formada apenas por homens. Eu não queria que minha presença chamasse atenção da maneira errada e, muito menos, “distráísse” ninguém. Então, passei a me certificar de que minhas roupas estavam feias o suficiente para ir ao set de filmagem.

1. Caixote de madeira padronizado muito utilizado em gravações do audiovisual.

É curioso notar que eu tenha começado no audiovisual justamente na área de educação, porque é um tema que vem perpassando minha carreira até hoje, em diferentes momentos e contextos. Meu primeiro emprego no audiovisual foi como assistente de produção no Novo Telecurso, da Fundação Roberto Marinho, que à época do projeto tinha o nome de Telecurso 2000+10 e foi produzido na saudosa GW Comunicação, em São Paulo.

O *job* era produzir as aulas de novas disciplinas que haviam sido incorporadas ao ensino regular: Sociologia, Filosofia, Música, Arte e Teatro. A produção era relativamente grande, com dramaturgia, e comandada por três diretores muito experientes (Mario Masetti, Jaílson de Almeida e Amílcar Claro). Havia muitas demandas de produção, elenco e arte, mas uma equipe bastante reduzida para dar conta de todas as tarefas. Para mim, que estava começando na área, foi a melhor escola possível. O projeto durou quase um ano, resultando em amizades duradouras, casamento e filhos (inclusive para mim), e muitos trabalhos futuros.

Com o término desse projeto, fui trabalhar na publicidade e, com uma diretora muito querida, aprendi que: “a gente tem que se vestir para parecer homem”. Eu queria ser uma boa profissional e não iria deixar de maneira nenhuma que meu corpo feminino atrapalhasse meu objetivo. Foi o que eu aprendi há mais de quinze anos.

A passos de formiga

Graças às deusas, o mundo evoluiu e, atualmente, vejo meninas de vinte e poucos anos, como eu era na época, trabalhando em sets de short e regata, aparentemente sem ter recebido as mesmas aulas de vestuário que recebi. Dez anos depois do meu primeiro emprego na área, em 2017, o surgimento do movimento *Me Too*² sacudiu Hollywood e levou a dezenas de denúncias e relatos de assédios sofridos por trabalhadoras do audiovisual em seu local de trabalho. O *Me Too* refletiu também

2. Movimento contra o assédio e violência sexual contra mulheres nos sets de filmagens que começou com profissionais do audiovisual de Hollywood em 2017 e gerou uma onda de denúncias por todo o mundo.

no Brasil e botou lenha na fogueira dos assediadores do audiovisual brasileiro: mulheres passaram a denunciar como assédio inclusive atitudes de colegas homens que, há pouco tempo, eram consideradas como “brincadeira”. A participação das mulheres no audiovisual, no entanto, ainda tem muito a evoluir.

Segundo dados do estudo Emprego no Setor Audiovisual (Brasil, 2021), as vagas no setor estão, em sua maioria, no Sudeste (60,9%), reúnem pessoas de nível médio (48%) ou superior (46%), e mais jovens do que outros setores da economia em geral: enquanto a idade média do trabalhador brasileiro é de 38 anos, a idade média do trabalhador do audiovisual é de 34 anos. O audiovisual é também mais masculino: enquanto nos dados nacionais 56% dos trabalhadores são do gênero masculino, olhando especificamente para o mercado audiovisual, a porcentagem de homens chega a 59%. Essa porcentagem, aliás, pouco se altera ao longo do tempo. Observando a série desde 2010, o percentual se mantém praticamente o mesmo: 60% de homens e 40% de mulheres.

Olhando para os dados, nós mulheres, podemos não ser a maioria, mas somos uma parcela bastante significativa do setor. E onde estamos dentro de tantas áreas e funções do audiovisual? Considero sintomático que não tenhamos dados mais atualizados. Os dados mais recentes são os da apresentação feita em 2017 por Debora Ivanov — primeira mulher a dirigir a Agência Nacional do Cinema (Ancine) — no I Seminário Internacional Mulheres no Audiovisual (Ivanov, 2017).

Feita a partir dos registros do Certificado de Produto Brasileiro (CPB), documento emitido pela Ancine que funciona como certidão de nascimento de cada obra audiovisual e é imprescindível para sua veiculação, a apresentação consegue nos trazer alguns dados interessantes. De 2.583 obras registradas em 2016, apenas 17% foram dirigidas exclusivamente por mulheres; 75% foram dirigidas exclusivamente por homens e 8% tiveram ambos os gêneros na direção. Olhando para o roteiro, a situação é semelhante: 67% das obras foram roteirizadas exclusivamente por homens. Na direção de fotografia, outro campo estratégico na liderança de uma produção audiovisual, o abismo é ainda maior: 88% dos diretores de fotografias registrados nos CPBs de 2016 são homens. O único campo em que temos maioria de mulheres é a direção de arte, com 58% de pessoas do gênero feminino. Na última

função analisada, a produção executiva, a situação é mais equilibrada: temos 41% de mulheres, o que combina com a porcentagem total de mulheres na área, citada no parágrafo anterior.

Para quem trabalha no setor, os dados apenas refletem o que vemos no cotidiano: com exceção da produção, nossos chefes foram e serão, quase sempre, homens.

Mamãe vida loka

Quarta-feira, seis horas da tarde. Pré-produção acontecendo e filmagem no dia seguinte; só quem já passou por isso sabe a loucura que é esse momento para um produtor. Dezenas de coisas estão acontecendo ao mesmo tempo e em diferentes lugares: profissionais estão carregando ou checando equipamentos; equipes de arte estão produzindo ou carregando cenários, objetos e figurinos; produtores de locação estão confirmando últimos detalhes; produtores de elenco possivelmente estão imprimindo contratos. Você, produtor geral, é a ponte entre todos. Seu telefone já está quente de tanto ser usado e seu computador vai querer parar em breve. Esse é o momento que estou vivendo quando chego, atrasada, e levada por um motorista de produção (claro), na escola da minha filha, então com cinco anos de idade.

Na sala escura, os pais assistem a um vídeo em silêncio. Na tela, um espermatozoide encontra um óvulo e a concepção começa. A locução fala sobre a passagem do tempo e imagens de bebês e crianças cobrem a locução emocionada, acompanhada por uma trilha épica. Nossos filhos cresceram, estão saindo da Educação Infantil e indo para o Ensino Fundamental. Os pais se emocionam e, ao acender das luzes, todos aplaudem enternecidos. Enquanto isso, meu telefone não para: o motorista do caminhão baú não consegue estacionar para descarregar na frente da locação, a quilômetros de onde eu estou, em algum outro lugar do *rush* do final da tarde em São Paulo. O motorista está bravo. O produtor de locação não responde. Eu olho ao redor me sentindo a pior mãe do mundo, peço licença e saio da sala. Ligo para uma amiga que está tocando outra produção na mesma produtora e peço a ela que me ajude a resolver, pois preciso voltar para a reunião de pais.

Caímos as duas em um ataque de riso histórico e incontrolável diante da minha situação. Ela também é mãe.

Se ser mulher já é uma questão, ser mãe em um meio liderado por homens é obviamente complexo. Quando engravidei tinha apenas 26 anos, era assistente de produção e direção. Orgulhei-me de continuar tocando sets mesmo grávida, mas também sofri muito calada, entre a culpa de não dar tanta atenção ao momento da gestação e a culpa de não conseguir ser mais tão perfeitamente dedicada ao trabalho como antes de ficar grávida. Trabalhei até quando me quiseram e contei com a grande ajuda do amigo e diretor de arte Osmar Muradas, na época à frente de sua produtora Mukeka Filmes, tanto para continuar trabalhando nos últimos meses da gravidez (fazendo produção “de mesa” — sem ir ao set — para uma série de comerciais) quanto para buscar uma nova alternativa, um pouco mais estável, para minha vida profissional após ser mãe: roteiro.

Eu sempre gostei de escrever e, por isso mesmo, quis ser jornalista desde que me entendo por gente. Meus pais são jornalistas: minha mãe na área do texto e, meu pai, na área audiovisual, e eu nunca considerei outra profissão. Escolhi estudar Ciências Sociais porque na época, início dos anos 2000, havia uma forte campanha entre os jornalistas mais progressistas contra a obrigatoriedade do diploma e meus pais me aconselharam a escolher um curso que desse “uma formação melhor”, já que o diploma não seria mais obrigatório. Iniciei minha vida profissional aos dezenove anos como estagiária em jornalismo, mas em pouco tempo percebi que aquilo não era para mim — eu não queria ser repórter. Outra de minhas paixões sempre havia sido a fotografia (na época ainda em 35mm), e o audiovisual parecia unir as duas coisas que eu amava: texto e imagem. Assim, as duas colunas do roteiro pareciam feitas sob medida para mim. Ao lado de Muradas, escrevi meus primeiros roteiros que foram efetivamente filmados e cheguei a ser redatora de um programa diário na Rede TV.

Após deixar a emissora, no entanto, não pude me dar ao luxo de esperar um emprego na área de texto; voltei mais uma vez para a produção, primeiro para a área de educação, filmando teleaulas para a Fundação Vanzolini, e depois novamente para publicidade e vídeos corporativos. Em meados de 2015, passei a me sentir um tanto

entediada. Estava ansiosa por trabalhar em projetos mais significativos e queria ter mais liberdade criativa. Em suma, eu estava disposta a me arriscar em um projeto autoral. Naquele momento, duas instituições foram fundamentais: o Canal Futura e a Agência Pública.

Da produção à criação: realizadoras

Minha filha nasceu em agosto de 2010; poucos meses depois, em março de 2011, nascia a Agência Pública, agência de jornalismo investigativo fundada e dirigida por duas mulheres. Tenho colaborado com ela desde o início e continuo fazendo parte até hoje, atuando de maneiras diversas.

A Pública trouxe para o Brasil um modelo inovador no mercado jornalístico: uma agência de jornalismo sem fins lucrativos, cujo conteúdo pode ser republicado por qualquer outro veículo de forma gratuita. Por não visar lucro e não ter anunciantes, o compromisso da organização é apenas com os leitores e com as histórias reportadas, permitindo que o trabalho de investigação jornalística seja feito de forma mais aprofundada e produzindo as chamadas reportagens “de fôlego” — investigações longas, que levam meses para ser concluídas e trazem uma abordagem mais complexa do tema. Além disso, todas as reportagens da Pública são pautadas pela defesa dos direitos humanos e dão voz às pessoas e comunidades efetivamente afetadas pelos fatos retratados, aquilo que eu buscava depois nos meus projetos: “a ótica dos personagens”.

O jornalismo não perde para o audiovisual em termos de misoginia, embora a fatia da participação feminina seja maior: 58% dos trabalhadores da área são mulheres (Mick *et al.*, 2022). Apesar disso, o recente estudo divulgado pelo Instituto Reuters e a Universidade de Oxford (Kirsten, 2023), que analisou 240 organizações de notícias em 12 países, mostra que apenas 13% dos cargos de chefia nessas redações eram ocupados por pessoas do gênero feminino.

Não espanta, portanto, o resultado da pesquisa feita com jornalistas mulheres pela Abraji em parceria com a Gênero e Número (Mulheres, 2017): 86% dizem já ter passado por, pelo menos, uma situação de discriminação de gênero no trabalho; 70% relatam já ter recebido cantadas

desconfortáveis enquanto trabalhavam e 53% afirmaram acreditar que as mulheres têm menos oportunidades de progredir na carreira que os homens. É nesse contexto que as corajosas Marina Amaral e Natalia Viana fundaram e dirigem a Agência Pública, atualmente referência no País para dezenas de veículos digitais independentes e incontáveis jovens jornalistas.

No ano de 2015, inspirada pela Pública, que já vinha financiando reportagens por meio de *crowdfunding*, dei meus primeiros passos como realizadora: resolvi colocar em prática o desejo que alimentava há anos de realizar um documentário sobre a artista plástica capixaba Adriana Duarte, mais conhecida como Xiclet, minha amiga há mais de uma década e uma personagem incrivelmente autêntica. À frente da Casa da Xiclet, uma galeria de arte independente, “sem patrocínio e sem jabá”, como ela gosta de anunciar, Xiclet, uma mulher negra e LGBT+, há quase quinze anos provocava insistentemente o mercado das artes plásticas e abria sua própria moradia para que dezenas de jovens artistas “sem galeria” pudessem mostrar seu trabalho, muitos pela primeira vez.

Como uma diretora estreante, com um projeto sobre uma personagem conhecida apenas no nicho das artes plásticas, conseguiria bancar um documentário? O financiamento coletivo caiu como uma luva, afinal centenas de pessoas haviam passado pela Casa, vários artistas haviam começado suas carreiras lá e o principal: em seu acervo, havia uma enorme quantidade de obras de arte; assim, vários artistas cederam suas obras para que se tornassem recompensas aos doadores do *crowdfunding*. A campanha, apesar de sofrida como todo processo de financiamento coletivo, foi um sucesso e contou com doações de obras de artistas renomados como Jac Leirner. Em dezembro de 2015, portanto, eu embarcava na minha primeira aventura como documentarista, o média-metragem “Casa da Xiclet”, que tivemos a honra de apresentar em festivais de peso como MixBrasil de Cultura da Diversidade, em São Paulo, e pelo qual recebemos menção honrosa do Júri do Rio Festival de Gênero & Sexualidade no Cinema e os prêmios de “Melhor Filme” e “Melhor Direção” no Recine — Festival Internacional de Cinema de Arquivo, também no Rio.

A ótica das personagens

No ano seguinte, 2016, enquanto o material de “Casa da Xiclet” estava na ilha de edição e eu me dividia entre o filme e os *freelas* na publicidade, Natalia Viana, da Pública, me procurou falando sobre um edital de curtas do Canal Futura. Coloquei no papel duas ideias que vinha alimentando há algum tempo. Natalia gostou e enviamos. Para nossa surpresa, ambas as propostas foram contempladas.

A primeira delas era sobre homens gays periféricos. A ideia era contrapor o glamour da cultura gay com a vivência cotidiana na periferia e apresentar ao espectador as dores e delícias da vivência desses personagens. Desde o início, eu queria um filme colorido e “purpurinado”, que empoderasse nossos personagens e não os colocasse (novamente) no lugar da vitimização e violência, que já naturalmente permeava suas vivências. Lembro de minha satisfação quando, em uma conversa com espectadores depois de uma sessão no MixBrasil, André Fischer, fundador do festival, disse: “esse filme faz com que eu me sinta feliz”. Era essa a ideia.

No entanto, “Arrasa” acabou trazendo uma discussão que começava a surgir com mais força naquele período, a de identidade e expressão de gênero. O curta acabou trazendo também a questão da transfobia, em uma época em que esse termo sequer era conhecido. Parece que foi ontem, mas em oito anos absolutamente tudo mudou, e até o nome do filme acabou ficando datado: “Arrasa, Manx”, com o “X” que, no *lettering* inicial, substituía o “O” de “mano” e que hoje não é mais usado. Apesar disso, o filme continua fazendo o que se propôs a fazer: trazer uma visão amorosa e empoderadora desses jovens.

A segunda proposta era de execução muito mais complexa, tanto em termos de produção quanto de abordagem. “Noia” tinha por objetivo um mergulho no universo da Cracolândia, em São Paulo, a partir do programa de redução de danos implantado durante a gestão municipal de Fernando Haddad, que oferecia moradia e trabalho remunerado a usuários de crack, e até hoje alvo de intensa polêmica. A proposta era ousada: não seriam entrevistados gestores nem especialistas, mas apenas usuários de crack atendidos pelo programa — a tal “ótica das personagens”. Lembro que, ao assistir a primeira versão,

Natalia disse que nunca havia visto usuários de crack sendo entrevistados de maneira tão respeitosa. Era verdade: o que para mim parecia óbvio (colocar meus entrevistados em um quadro de depoimento “normal”, como filmaria o depoimento de qualquer outra pessoa) era inusitado quando os entrevistados eram usuários de crack, muitas vezes em situação de rua. Essas pessoas dificilmente têm espaço de fala (quem fala por elas são autoridades ou especialistas) e, nos raros casos em que isso acontece, geralmente são enquadramentos em que a pessoa é entrevistada no chão, entre andrajos, ou em qualquer outro quadro não usual.

Esse é um dos trabalhos de que mais me orgulho, e sinto que tenha performado tão pouco no circuito de festivais, algo para mim até hoje incompreensível. Por outro lado, “Noia” foi durante bom tempo um dos vídeos mais assistidos no *YouTube* da Agência Pública. Também tive o prazer de exibi-lo por duas vezes no próprio fluxo — como era chamado o perímetro onde os usuários de crack se concentravam no centro de São Paulo, e segui acompanhando o desenrolar das políticas (e antipolíticas) públicas implantadas na cidade para essa população. Esse acompanhamento rendeu outro vídeo entre os mais assistidos da Pública, “Operação Barbárie”, que fiz em conjunto com o repórter, fotógrafo e *filmmaker* José Cícero da Silva, em 2017, logo após a primeira das megaoperações policiais realizadas durante a gestão de João Doria e a aniquilação total do programa De Braços Abertos.

Machismo 2.0

Foram dois anos intensos: entre 2015 e 2016, concebi, financiei e realizei três documentários (dois curtas e um média-metragem). A parceria da Agência Pública com o Canal Futura estava consolidada e outros curtas documentais produzidos pela Pública já haviam sido ou viriam a ser exibidos pelo Futura. A minha parceria com ambas as instituições perdura até hoje e me trouxe muitos frutos.

Depois desse período, me tornei cada vez mais uma realizadora. Passei a roteirizar e dirigir também trabalhos “encomendados” e não apenas projetos autorais. A partir de 2017, comecei a trabalhar

em minha própria produtora, a Guarda-Chuva Filmes, ao lado do *filmmaker*, *motion designer* e artista visual André Oliveira Cebola. Juntos, entregamos muitos produtos audiovisuais para o Canal Futura e tivemos a oportunidade, graças à Agência Pública, de viver a experiência transformadora de trabalhar junto aos povos indígenas em outros projetos documentais.

Na Guarda-Chuva, como todos os pequenos empreendedores do audiovisual, assumi múltiplos papéis: diretora, roteirista, produtora executiva e atendimento. Passei a vivenciar outras relações dentro do audiovisual e a conhecer o machismo de um novo ângulo, com o qual eu me acostumaria a lidar tanto quanto aprendi a usar roupas folgadas para parecer “menos mulher” no início da carreira. Lembro que, certa vez, tive um conflito muito sério com um finalizador. Tivemos um embate em razão da escolha da trilha sonora, que ele insistia em incluir em determinado momento do filme, e que eu não concordava. Chegamos a um ponto em que não havia negociação, pois tínhamos opiniões opostas, e, nesse caso, o natural dentro da lógica do audiovisual seria que ele respeitasse minha escolha como diretora. Porém, ele se recusou e foi extremamente rude. Cheguei em casa muito chateada, magoada mesmo, e de repente me dei conta do óbvio: ele jamais teria me tratado daquela maneira se eu fosse homem. Jamais. Mesmo que fosse um diretor estreante como eu era, sendo um diretor homem, a conversa teria sido diferente. Certamente, a trilha não estaria lá: não tive forças para lutar até o fim, e ele, muito “generoso”, fez a “concessão” de colocá-la “bem baixinha”, coisa que até hoje me mata de irritação ao assistir novamente a sequência.

Perceber de forma tão cristalina essa diferença, não só de tratamento, mas também de liberdade criativa, de poder e de respeito, foi um choque. Toda vez que esse tipo de situação se repetiu, foi novamente chocante. Certa vez, eu estava dirigindo um depoimento de uma pessoa para um vídeo corporativo. O produto seria curto, cerca de três minutos. Então, eu tentava explicar à pessoa que sua resposta precisava ser curta e objetiva, porque explicações longas e muito técnicas sobre o produto não iriam funcionar, nem mesmo editando. Ou seja, meu objetivo era ajudá-la a aparecer “bem” no vídeo e valorizar o produto que estávamos retratando (além de entregar um bom

vídeo para o meu contratante, é claro). A pessoa, um homem, ignorava minhas orientações, dava falas técnicas e longuíssimas e só dirigia o olhar para meus companheiros de equipe — outros homens. Fiz o melhor que pude e, ao final, fui confirmar como ele gostaria de ser creditado. Entretanto, ele era prolixo também nos créditos: elencou uma lista de cinco ou seis títulos e profissões. Reuni toda a minha paciência para explicar que não era possível incluir tantas coisas, que ficaria estranho na arte gráfica, ao que ele me respondeu: “mas ninguém é uma coisa só, né? Você, por exemplo, é uma esposa, é uma mãe. No seu crédito iriam as duas coisas — esposa e mãe. Não poderia ser uma coisa só”. Esposa e mãe. Em nenhum momento dei nenhuma informação da minha vida pessoal para o digníssimo senhor, jamais mencionei se era casada ou tinha filhos. Esposa e mãe. A profissional que o entrevistava e dirigia, e que provavelmente fez com que ele se sentisse desconfortável ou contrariado, o que ela era? Apenas esposa e mãe: mulher — não uma profissional.

Contei essas duas situações a título de ilustração e tenho certeza de que toda mulher viveu coisas semelhantes um sem-número de vezes. ***Mansplaining, manterrupting, bropropriating*³ — são muitos os nomes em inglês para descrever o quanto as mulheres têm de estar atentas e fortes para encarar a vida profissional.** Fortes, mas não muito: lembre-se de não parecer agressiva. Infelizmente, enquanto o chefe que “fala grosso” é respeitado por todos e visto como assertivo, a mulher na liderança com uma mesma fala assertiva é “brava”, “histérica” ou “louca”.

3. *Mansplaining*: junção dos termos “homem” e “explicação” em inglês. É quando um homem explica a uma mulher, muitas vezes de forma condescendente ou arrogante, algo que ela já sabe ou tem mais conhecimento do que ele. *Manterrupting*: mistura dos termos “homem” e “interrupção” em inglês. É quando um homem interrompe incessantemente uma mulher, não permitindo que ela conclua o raciocínio.

Bropropriating: criado a partir da união de “bro” (algo como “mano”, em inglês) e “*appropriating*” (apropriação). É a situação em que um homem se apropria da ideia de uma mulher, levando o crédito no lugar dela.

The future is female?

Outro fato que sempre me chocou e, confesso, me gerou inveja, é como os homens podem simplesmente sair para trabalhar. Eles podem apenas fechar a porta, sair e se concentrar no trabalho. Explico: para nós, mães, sair para trabalhar envolve uma gincana diária. Você nunca simplesmente sai, sempre existe uma preocupação em relação à casa ou aos filhos, algo que você deveria ter feito ou deverá fazer ou, ainda, algum problema logístico de “onde eu vou deixar a criança hoje para poder trabalhar”.

É o que as feministas chamam de “carga mental”, termo que se popularizou a partir da fantástica história em quadrinhos criada pela cartunista francesa Emma Clit, traduzida em português pelo Coletivo Bandeira Negra com o título “Era só pedir”⁴. Na HQ, uma pessoa vai visitar um jovem casal com filhos. A mãe tenta receber a visita, terminar de preparar o jantar dos adultos e alimentar as crianças, enquanto seu marido apenas aguarda no sofá. Um pequeno acidente doméstico acontece, a mulher perde a calma e reclama de estar fazendo tudo sozinha, ao que o marido responde “mas era só pedir!”. A partir daí, o quadrinho destrincha como as mulheres ainda são invariavelmente vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico, não apenas pela execução, mas especialmente pela gestão e planejamento de todas as tarefas que devem ser realizadas. Ou seja, a “ajuda” fornecida pelos companheiros não libera as mulheres da carga mental envolvida na gestão da vida doméstica da família. Isso naturalmente acontece também com mulheres que não são mães ou que já têm filhos crescidos, uma vez que o lugar do “cuidar” é quase sempre feminino: por exemplo, quando há um parente idoso, doente ou que demande qualquer tipo de cuidado, na esmagadora maioria das vezes, isso será feito por uma mulher.

Em suma, toda vez que uma mulher sai para trabalhar (ou trabalha em casa, nesses tempos pós-pandêmicos), não sai só: já traz com ela esse peso chamado “carga mental”, que pode ser um paralelepípedo ou uma pedrinha, a depender do dia e da dinâmica de cada família,

4. É possível ver a história em quadrinhos traduzida nesse *link*: <https://www.hypeness.com.br/2017/05/quadrinho-explica-porque-as-mulheres-se-sentem-tao-cansadas/>.

mas que está sempre lá. Ganhamos, assim, a fama de “multitarefa”, ou “guerreiras”, mas somos apenas mulheres exaustas e irritadas por estarmos sempre competindo com nossos colegas homens em condições desiguais. Ainda assim, somos cada vez mais líderes e destaques em nossos meios profissionais — o mundo será, então, das mulheres?

Tenho uma visão otimista. Apesar de ainda vivermos tudo que citei nesse texto, completo quarenta anos confiante nas próximas gerações. É preciso lembrar que, em um passado recente, a situação das mulheres em relação à divisão de tarefas, inserção no mercado de trabalho e assédios de todos os tipos era ainda mais grave. Quando penso em nosso futuro, lembro sempre de uma foto da minha filha, por volta dos sete anos, olhando firme para a câmera e exibindo orgulhosa sua camiseta rosa *pink* com os dizeres “*girl power*”. Essa geração e as próximas têm, a meu ver, todas as ferramentas para finalmente construir um futuro em que homens e mulheres sejam parceiros iguais na construção da sociedade.

Isso será necessário para o enfrentamento dos grandes desafios que o futuro nos reserva, como a crise climática e o abismo da desigualdade social, e faz parte da nossa evolução como sociedade. Na minha visão, como se dizia no começo dos anos 2000: “estamos vencendo”⁵. E isso se deve, entre outras coisas, a tantas mulheres que lideraram produções jornalísticas e culturais nas últimas décadas, transformando a cultura da sociedade, influenciando os tomadores de decisão e abalando os alicerces que constituem o machismo estrutural.

5. Em 1999, manifestações gigantescas sacudiram a cidade de Seattle (EUA) contra a “Rodada do Milênio”, uma rodada de negociações de liberação de comércio que seria realizada na reunião da Organização Mundial do Comércio. As manifestações reuniram ecologistas, anarquistas, trabalhadores e estudantes e deram início a uma onda de manifestações globais contra o neoliberalismo econômico. Em meio aos protestos de Seattle, os muros da cidade amanheceram grafitados com a frase “*We are winning*” (estamos vencendo), gesto depois repetido em vários idiomas e cidades do mundo, inclusive no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Emprego no Setor Audiovisual — ano-base 2019*. Ancine; Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oaca/publicacoes/arquivos.pdf/emprego_setor_audiovisual.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.
- IVANOV, Debora. *Presença feminina no audiovisual brasileiro*. I Seminário Internacional Mulheres no Audiovisual. Brasil: Ancine, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/1DeboraIvanov.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- KIRSTEN, Eddy et al. *Women and Leadership in the News Media 2023: Evidence from 12 markets*. Reuters Institute; University of Oxford, 2023. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-03/Eddy_et_al_Women_and_Leadership_2023.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.
- MICK, Jacques et al. *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas de saúde e do trabalho*. Florianópolis, UFSC: Quorum comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- MULHERES no jornalismo brasileiro. Abraji; *Gênero e número*, 2017. Disponível em: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.



Jornalismo de educação: o que é e o que não é notícia e como elas são definidas

MARIANA TOKARNIA

Em abril de 2016, o relator da comissão especial do *impeachment* da Câmara dos Deputados, Jovair Arantes (PTB-GO), havia acabado de apresentar o parecer favorável à abertura do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, quando fiz minha primeira entrevista exclusiva com o então Ministro da Educação Aloizio Mercadante (Tokarnia, 2016). Eu já havia conversado com ele diversas vezes, participado de várias coletivas de imprensa e conseguido breves conversas a sós, mas nunca tanto tempo na agenda para uma entrevista exclusiva.

Fiquei muito feliz por isso. Estar imersa na política e ter um acesso relativamente fácil a deputados, senadores, ministros e até mesmo, com alguma sorte, à presidência, é algo que faz parte do dia a dia da cobertura da capital. Contudo, mesmo para quem estava há pelo menos três anos cobrindo educação, essa entrevista era algo pela qual eu havia batalhado muito. Uma exclusiva. E eu tive apenas uma hora para as minhas perguntas.

Enquanto a tensão política em Brasília se intensificava, a educação também ganhava destaque. O governo apostava em greves e na resistência de universidades federais e escolas para que o *impeachment* não

acontecesse. Professores e estudantes são capazes de parar o país, até porque representam grande parte da população.

Na entrevista, passamos por várias etapas da educação, pela educação básica — cujos professores, inclusive, estavam em greve pelo cumprimento do piso salarial, pela educação superior, por financiamento da educação e por projetos em discussão no Congresso Nacional. Naquele momento de incerteza, eu e ele tentamos vislumbrar cenários em que a presidente Dilma Rousseff permaneceria no poder, discutindo até novos programas, mas sabíamos que essa não seria “uma marolinha”. E não foi.

Educação em Pauta

A educação faz parte da vida da maioria das pessoas e, por isso, está frequentemente entre os temas que mais interessam e preocupam a população. Além da formação educacional de fato, é um campo imenso que envolve política, economia, direitos humanos, meio ambiente e segurança pública.

Somente na Educação Básica, etapa que vai da creche até o ensino médio, são 47,4 milhões de estudantes matriculados no Brasil, o que por si só equivale a pouco mais de um quinto dos 215,8 milhões de habitantes de todo o país (Brasil, 2022). Isso sem contar com quase 23 milhões de matrículas no ensino superior (Brasil, 2021), mais todas as professoras e professores, mães, pais e responsáveis.

Uma pesquisa encomendada pela Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca) ao Instituto Datafolha (Jeduca, 2018) mostra que, do total de entrevistados, 80% afirmaram ter muito interesse em reportagens e notícias sobre educação, enquanto apenas 4% informaram não ter nenhuma atração por matérias dessa editoria. Em 2018, quando a pesquisa foi feita, educação aparecia à frente de temas como saúde (78%), cultura (54%), economia (45%) e política (23%). Mas apesar do interesse ser grande, isso não se traduz necessariamente em busca por notícias do tema, como mostra outro estudo do mesmo ano. Também realizado a pedido da Jeduca pela Rede Conhecimento Social (Jeduca, 2018), a pesquisa mostra que as pessoas sentem-se mobilizadas a buscar notícias quando o tema está relacionado com a sua própria

vida cotidiana, especialmente se tiverem relação com a etapa escolar de filhos. Ou então, quando veem temas que mexem com a emoção e assuntos para comentar em rodas de conversa.

Escrever sobre educação é um desafio diário. Há notícias que impactam diretamente milhões de pessoas, como o fechamento de escolas, prazo de matrículas, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e há também aquelas pautas mais difíceis até mesmo de escrever sobre. Quase sempre, elas envolvem várias siglas: BNCC, Saeb, Fundeb, Ideb. Cabe a nós jornalistas tornar essas letras mais próximas da vida da população. Quem está diariamente nessa cobertura sabe bem o quanto estudamos para isso e o quanto enchemos nossas fontes de perguntas para tornar o assunto mais palatável e mais atraente.

Com redações cada vez mais enxutas, há também cada vez menos jornalistas dedicados exclusivamente ao tema da educação, mas isso não significa que a área tenha saído da pauta. Isso é impossível, até mesmo porque a educação está presente em praticamente todos os setores de cobertura.

Está na política, por exemplo, quando um áudio do Ministro da Educação Milton Ribeiro revelou que o Ministério da Educação priorizava prefeituras ligadas a pastores em repasses de verba (Saldaña, 2022). Está em economia, quando se discute, no Congresso Nacional, mudanças na lei que define o principal repasse para as escolas do país, o Fundeb. Aparece como pano de fundo de momentos históricos do país, como o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, acusada de driblar o orçamento com as apelidadas pedaladas fiscais. Entre os programas beneficiados por esses arranjos está o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Isso sem falar em manifestações, greves, ocupações de escolas e movimentos que, de fato, marcam o dia a dia do Brasil.

Trata-se de uma das áreas mais apaixonadas e apaixonantes da qual o noticiário não pode fugir. Entretanto, ao contrário de áreas como política, economia e cultura, são raras as formações específicas para a cobertura de educação nas faculdades de jornalismo. A tese de doutorado “Jornalismo e Jornalistas de Educação no Brasil: Um olhar multifuncional da história, estrutura, agentes e sentidos”, de Rodrigo Ratier (2015), mostra que muitos jornalistas — e eu me incluo nesse

grupo — acabam entrando na cobertura de “paraquedas”: 99% dizem não ter recebido qualquer preparo para atuar na área (Ratier, 2015).

Esse e outros dados motivaram, em 2016, a criação da Jeduca, inspirada na organização norte-americana *Education Writers Association* (EWA)¹. O objetivo da Jeduca² é melhorar a cobertura desse setor no Brasil e oferecer conteúdo de fácil acesso para quem precisa escrever sobre um tema educacional. Atualmente, a associação possui mais de 1,7 mil jornalistas associados de todo o país e realiza anualmente o Congresso Internacional de Jornalismo de Educação³.

A Jeduca busca também formas de mensurar o setor e a cobertura de educação. Uma pesquisa entre os associados (Jeduca, 2021) mostrou que a maioria dos jornalistas de educação (assessores ou produtores de conteúdo) atua no setor há pelo menos seis anos e cerca de 60% concluíram uma pós-graduação. Ou seja, são profissionais qualificados e que tendem a permanecer atuando na área.

Educação: uma cobertura a longo prazo

Cobrir educação você vive, na prática, o que os educadores e especialistas sempre apontam: cada mudança que é feita demora anos para ter de fato um impacto que possa ser mensurável. Esse talvez seja um dos principais desafios de cobertura: conseguir perceber, no presente, questões que terão impactos grandes no futuro e conseguir dimensioná-los.

Podemos mostrar, por exemplo, que decisões que estão sendo tomadas com base em estudos e falas de especialistas terão impacto futuro, mas isso nem sempre gera mobilização e interesse e muita coisa acaba escapando. Um exemplo é o corte de bolsas de pós-graduação que foi sendo feito de maneira gradual no Brasil desde 2017. Sabe-se que deixar de investir em ciência gera impactos, podemos citar especialistas e podemos citar pessoas que precisaram deixar os estudos

1. Mais informações em: <https://ewa.org/>.

2. Mais informações em: <https://jeduca.org.br>.

3. Mais informações em: <https://jeduca.org.br/congressos>.

por conta de cortes orçamentários. No futuro, saberemos exatamente o quanto isso significou para o país, o quanto deixou de ser produzido e qual o peso desse atraso.

Na educação, mudanças estruturais são feitas aos poucos. Um “passinho” de cada vez, o que demanda um acompanhamento constante por parte do jornalista. Foi assim com o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴ que define, em metas e estratégias, o que deve ser feito na educação brasileira até 2024 desde a educação infantil até a pós-graduação. A lei passa pela valorização dos professores, com equiparação salarial a outras carreiras, e pelo aumento de investimento público em educação. O PNE foi aprovado em 2014, mas teve um longo caminho no Congresso Nacional: passou por comissões, plenário da Câmara e do Senado. Foram reuniões longas e exaustivas, sem contar com os acordos feitos por fora. Cada tópico precisava ser discutido em detalhes.

Assim como ter um olhar atento ao presente, é importante também conhecer o passado. **É possível entender um pouco da desigualdade brasileira pelos caminhos que o Brasil tomou na educação, percebendo que muitas vezes foi uma escolha política.** No livro “O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente”, Antônio Gois escreve: “Até a abolição da escravidão, os negros brasileiros — mesmo os libertos — conviveram com restrições no acesso à escola, de ordem prática ou legal. Algumas províncias deixaram bem explícito a quem era negado o direito à escola. No Rio de Janeiro, por exemplo, o regulamento de 1º de setembro de 1847 citava “os que padecem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, sejam libertos ou livres”.

No podcast “Projeto Querino”, o jornalista Tiago Rogero acrescenta que, na época:

Mesmo quem era livre e, por isso tinha direito de estudar, mesmo para quem era na teoria, um cidadão brasileiro, o que era o acesso à educação em uma sociedade alicerçada na escravidão? Uma sociedade em que um professor negro precisava criar uma escola na casa dele, porque as crianças negras não eram aceitas em

4. Mais informações em: <https://pne.mec.gov.br/>.

outras escolas pelos pais das crianças brancas. Uma sociedade em que um juiz dizia para uma viúva que ela não poderia usar o dinheiro dela para educar os filhos dela porque como pardos, eles deveriam mesmo era trabalhar.

Outra lei que pode ser citada é a primeira lei educacional do Brasil, de 1827, que definia que o ensino de matemática destinado às meninas deveria ser mais enxuto e que elas deveriam aprender, na escola, “as prendas, que servem à economia doméstica” como corte e costura, por exemplo. Segundo a Agência Senado, a lei:

Determinava que, nas ‘escolas de primeiras letras’ do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes. Em matemática, as garotas tinham menos lições do que os garotos. Enquanto eles aprendiam adição, subtração, multiplicação, divisão, números decimais, frações, proporções e geometria, elas não podiam ver nada além das quatro operações básicas. Nas aulas de português e religião, por outro lado, o conteúdo era o mesmo para meninos e meninas (Westin, 2020).

A reportagem traz um trecho do discurso do senador à época, Visconde de Cayru (BA):

A questão é se as meninas precisam de igual grau de ensino que os meninos. Tal não creio. Para elas, acho suficiente a nossa antiga regra: ler, escrever e contar. Não sejamos excêntricos e singulares. Deus deu barbas ao homem, não à mulher.

A história não fica apenas no passado, ela reverbera até hoje. A questão racial, por exemplo, além de estar presente nos diversos casos de racismo dentro de escolas e universidades que a imprensa noticia com frequência, apenas para focar no setor da educação, está na discussão da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) para as universidades federais, que além de reservar vagas nessas instituições a estudantes egressos de escolas públicas, determina também subcotas raciais e para pessoas com deficiência. Quando se conhece a história, não parece absurdo que um país que, por lei, restringiu o acesso de determinadas pessoas à educação, agora, com muito atraso, incentive o ingresso delas.

No caso da desigualdade de gênero, para citar um exemplo, vemos até hoje dados que mostram que as mulheres são minoria nas áreas de exatas. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nas universidades, as mulheres são 35% dos alunos matriculados nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Esse percentual é ainda menor nas engenharias de produção, civil e industrial e em tecnologia, não chegando a 28% do total (Onu mulheres Brasil, 2019).

Quando os números ganham nome e sobrenome

Educação é uma das áreas com mais dados disponíveis. São censos, avaliações e as mais diversas métricas que contribuem com o trabalho jornalísticos e que são indispensáveis para uma boa apuração. Mas educação é feita também de pessoas, e essas pessoas precisam ter espaço nas matérias.

Na contramão de uma cobertura cada vez mais feita às pressas e muitas vezes remotamente, acredito que por mais trabalho que isso possa dar, uma pauta de educação fica mais completa quanto conseguimos estar presencialmente nas escolas, faculdades, congressos etc. Claro que isso exige recursos e tempo, coisas escassas no jornalismo atual. Em 2019, no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, escolas cívico-militares começaram a ser implantadas no país. No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha implementou o modelo inicialmente em quatro escolas, já no início do ano letivo. Pela Agência Brasil, acompanhei as reuniões feitas com os responsáveis e com os estudantes ainda nas férias e a discussão que foi levantada pelos docentes – muitos contrários ao modelo. Também participei de reuniões com policiais que passariam a atuar nessas escolas (Torkania, 2016). Não era possível fazer esse acompanhamento de forma remota; por mais que pedisse relatos ou que conversasse posteriormente com mães, pais, responsáveis, alunos e professores, isso não seria suficiente para captar o clima dessas reuniões. No primeiro dia de aula, houve uma mudança gritante no Centro Educacional 1, na Estrutural: uma pintura no muro da escola com o rosto de Nelson Mandela com os dizeres “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o

mundo. Acredite em você” havia sido apagada. Isso logo virou pauta e foi publicado por uma série de veículos de imprensa (Marques, 2019). Pautas como essa são mérito de uma observação cuidadosa e presencial.

Uma pesquisa realizada pela Jeduca mostra que cerca de um a cada três leitores se interessa por matérias de educação que trazem o depoimento de alguém que vive o cotidiano nas escolas (Jeduca, 2018). E como é complicado para o jornalismo captar o cotidiano. Formar-se ou ajudar na formação de pessoas é um processo árduo, diário, que exige esforço e dedicação. A rotina é invisibilizada pelo jornalismo, que se ocupa do inusitado — síntese simplificada do que chamamos de notícia. O que aparece é, muitas vezes, o final desse processo, quando o cotidiano transborda e gera um fato diferente. Aprendi a olhar com sensibilidade esses momentos, tentando captar toda a história contida ali, já que não conseguimos estar presentes no dia a dia de cada um. Guardo com muito carinho alguns instantes muito emocionantes. Um deles, a final da Olimpíada do Conhecimento de 2014. Maurício Duarte ganhou a única medalha de ouro do Amazonas, na modalidade vitrinismo. Ele mal conseguiu chegar no palco, parou e ajoelhou-se em prantos antes de alcançar o pódio. Saiu de lá com a medalha e veio me abraçar, pois tínhamos conversado algumas vezes durante o evento. Peguei a declaração dele já com os olhos marejados (Tokarnia, 2014).

A cobertura também depende de quem cobre. A pesquisa da Jeduca mostrou que falta diversidade no setor. Os resultados indicam que as mulheres são maioria entre os profissionais que atuam no jornalismo de educação. Elas são 66,3% do total. Também são brancas (79,3%), residem na região Sudeste (70,5%) — com destaque para São Paulo (56,1%), estão na faixa etária entre 31 e 40 anos (39,6%), recebem de R\$ 4.401,00 a R\$ 6.600,00 ao mês (26,3%) e têm pós-graduação completa ou incompleta (76,4%). Outros resultados sobre cor indicam que os pardos correspondem a 12,6% do total, os pretos são 5,6% e os amarelos, 1,8%. Quanto ao gênero, 32,6% são do gênero masculino e 1,1% se declararam não-binários — além das mulheres.

Embora, claro, seja possível reportar situações das quais não fazemos parte — o que é basicamente o trabalho do jornalista —, uma vez que se tem uma redação mais diversa, mais temas tendem a entrar na cobertura. Isso dá para ser medido de forma empírica. As pessoas

estão inseridas em determinados ambientes e em determinadas situações que inevitavelmente trazem para as pautas. Quanto mais diversificado esse olhar, mais diversificada será a cobertura.

O jornalismo e a desinformação

Muitas vezes, nós jornalistas sabemos o que precisamos fazer para ter matérias de qualidade, mas são muitos os fatores que impedem o exercício da profissão. Além de dificuldades no próprio mercado e de uma ressignificação da produção e do consumo de notícias por conta das redes sociais e outras ferramentas, os profissionais sofreram, nos últimos anos, uma escalada de ataques e de violência. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o número de ataques à categoria e a veículos de imprensa em 2022 chegou a 376. Embora esse número represente uma redução de cerca de 12% em relação a 2021, o Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil mostra que aumentaram as formas de violência mais diretas e graves, como as ameaças, hostilizações e intimidações, com 77 casos, o que representa um crescimento de 133,33%, e de agressões físicas, com 49 casos, um aumento de 88,46% em relação ao ano anterior⁵.

Os ataques têm diversos motivos, mas podemos estar diante de uma oportunidade de reduzi-los e de discutir os modelos de comunicação que temos no país e as melhores formas de fortalecer uma consciência crítica entre os brasileiros. Entre as dez competências gerais previstas na BNCC para toda a educação básica, está a de que os estudantes devem ser capazes de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética “nas diversas práticas sociais (incluindo as escolas), para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva”. Nesse processo, os jornalistas podem ter uma

5. O relatório completo pode ser acessado em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

chance de conseguir mais espaço para discutir o próprio trabalho e, quem sabe, chegar também às escolas. Não que os jornalistas estejam sempre certos, mas é importante que a sociedade saiba como é feito o trabalho jornalístico, até mesmo para que possa criticá-lo, sem, no entanto, haver a necessidade de violência.

REFERÊNCIAS

- 80% dos brasileiros dizem ter interesse por matérias de educação. *Jeduca*, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/80-dos-brasileiros-dizem-ter-interesse-por-materias-de-educacao>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. *Dados do Censo da Educação Superior 2021*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. *Dados do Censo Escolar 2022*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- COBERTURA jornalística sobre educação: como impacta o público? *Jeduca*, ago. 2018. Disponível em: https://jeduca.org.br/arquivos/jeduca_relatorio_completo_20180806.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.
- DESIGUALDADES de gênero empurram mulheres e meninas para longe da ciência, avaliam especialistas, executivas e empresárias. *ONU mulheres Brasil*, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/desigualdades-de-genero-empurram-mulheres-e-meninas-para-longe-da-ciencia-avaliam-especialistas-executivas-e-empresarias/>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- JEDUCA divulga pesquisa inédita sobre jornalismo de educação. *Jeduca*, 23 jul. 2018. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/jeduca-divulga-pesquisa-inedita-sobre-jornalismo-de-educacao>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- MARQUES, Marília. *Mural com rosto de Mandela é apagado em escola que adotará gestão militar no DF*. G1, Brasília, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/02/11/mural-com-rosto-de-mandela-e-apagado-no-primeiro-dia-de-gestao-militar-em-escola-do-df.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RATIER, Rodrigo. *Jornalismo e Jornalistas de Educação no Brasil: Um olhar multifuncional da história, estrutura, agentes e sentidos*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102016-151406/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RELATÓRIO de pesquisa associados(as) Jeduca 2021. *Jeduca*, jul. 2021. Disponível em: https://jeduca.org.br/arquivos/Relatorio-Pesquisa-Associados-Jeduca_2021.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

SALDAÑA, Paulo. *Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro*; ouça áudio. Folha de S. Paulo, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

TOKARNIA, Maria. “*A educação não pode parar em tempos de crise*”, diz Mercadante. Agência Brasil, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/educacao-nao-pode-parar-em-tempos-de-crise-diz-mercadante>. Acesso em: 15 jul. 2023.

TOKARNIA, Maria. *Minas Gerais conquista mais medalhas na Olimpíada do Conhecimento*. Agência Brasil, 8 set. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/educacao/2014/09/minas-gerais-conquista-mais-medalhas-na-olimpiada-do-conhecimento>. Acesso em: 15 jul. 2023.

TOKARNIA, Maria. *No DF, ano letivo começa com escolas cívico-militares*. Agência Brasil, Brasília, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://agencia-brasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-02/no-df-ano-letivo-comeca-com-escolas-civico-militares>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WESTIN, Ricardo. *Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos*. Arquivo S – Senado Federal, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 15 jul. 2023.

EDUCAÇÃO COMO PAUTA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Educação Já: uma agenda transformadora na cobertura da mídia

PRISCILA CRUZ

DANIEL CORRÁ

Alguns jornalistas marcaram a história do “Todos Pela Educação”¹, mas três foram fundamentais para a sua criação. Em uma conversa no começo dos anos 2000, Ricardo Kotscho fez o alerta: “Precisamos de uma pauta que una os brasileiros. E essa pauta é a Educação”. Não havia como ignorar essas palavras, que deram impulso para a criação de uma organização voltada à mobilização da sociedade e ao engajamento dos tomadores de decisão para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

Pouco tempo depois, em 2005, Gilberto Dimenstein (1956-2020), reconhecido por se dedicar a projetos educacionais, trouxe em outra conversa a necessidade de pilares que se firmaram na essência do “Todos”²: ser independente, suprapartidário e plural.

O “Todos Pela Educação” foi fundado com compromissos sociais e democráticos, que têm muito a ver com o papel da imprensa. Enquanto

1. Organização Não Governamental criada em 2006 para assegurar o direito à educação básica de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

2. Apelido, forma abreviada à que muitos se referem ao “Todos Pela Educação”.

organização, somos e devemos ser plurais, independentes, decisivos. Dessa forma, me parece fazer muito sentido ter o jornalismo como aliado para cobrar do poder público avanços na educação do país.

Não menos importante, outro grande nome do jornalismo brasileiro foi fundamental para essa trajetória: Raul Bastos. Ele nos estendeu a mão em uma jornada por diferentes redações brasileiras. Entendeu que poderia ajudar, mas compreendeu algo ainda maior: que a pauta da Educação poderia entrar forte na agenda da imprensa para transformar o Brasil.

Desde então, quase duas décadas se passaram. Tivemos grandes batalhas pela Educação, e o jornalismo forte tem sido fundamental nessa luta. É por isso que começo este capítulo recordando, com minha imensa gratidão, esses três profissionais da imprensa que acreditaram e contribuíram para o “Todos Pela Educação” se tornar o que é hoje. Eles foram fundamentais em pautar a educação na mídia e qualificar o debate público.

Produção de conhecimento

Enquanto organização, existe uma missão importante do nosso lado: mobilizar e engajar a sociedade. Para isso, também é preciso pensar em ações concretas e criar agendas robustas, com objetivo de qualificar o debate público, chamando a atenção para problemas graves e, acima de tudo, apontando caminhos e soluções.

Por trás dessas iniciativas existe uma equipe absolutamente técnica, debruçada sobre grandes questões envolvendo a educação pública. Um dos nossos pilares é produzir conhecimento aplicado. Isso inclui documentos com recomendações de políticas públicas, notas técnicas sobre temas fundamentais para a área, além de pesquisas qualitativas com toda a comunidade escolar.

Boa parte dos materiais é usada como referência para acompanhar indicadores educacionais, bem como a realidade do país, em suas mais diversas camadas. Frequentemente, somos procurados por jornalistas para colaborar não somente em entrevistas, mas também para organização de dados públicos (sobre alfabetização, evasão, níveis de aprendizagem, taxas de conclusão das etapas de ensino etc.).

Uma dessas produções técnicas é o documento “Educação Já”³, com contribuições para uma agenda sistêmica na educação básica. Ele é resultado da contribuição de dezenas de especialistas, profissionais do campo educacional e organizações. Além de recomendações para governos, o documento inclui, de maneira organizada e de fácil acesso, números de matrículas, de alunos e professores de cada região, bem como indicadores diversos — em um verdadeiro panorama educacional das unidades da federação do país.

No leque de publicações também estão notas técnicas sobre temas diversos (Equidade Racial, Ensino Médio, Reajuste da Merenda Escolar, entre outros). Em fevereiro de 2022, por exemplo, o “Todos Pela Educação” lançou uma nota técnica com um retrato dos efeitos da pandemia no aprendizado de crianças brasileiras. Considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o documento apontou que, na percepção dos responsáveis, havia disparado o percentual de crianças de seis e sete anos que não sabiam ler e escrever no país. A nota pautou amplamente a imprensa, colocando o tema entre as principais manchetes dos jornais naquele dia, aparecendo em veículos impressos, na internet, na TV e no rádio. A discussão do tema foi amplamente estendida. Para se ter ideia da força da pauta, nosso material foi utilizado em cerca de 1,2 mil publicações na imprensa (entre notícias, artigos e editoriais) até junho de 2023.

Também destaco aqui uma iniciativa que une parte da produção de conhecimento com conteúdo multiplataforma na mídia: o projeto “Educação Que Dá Certo”, que tem como objetivo mostrar boas práticas na educação pública brasileira. Além da análise robusta de casos positivos de redes estaduais e municipais de ensino, foram desenvolvidos documentos técnicos sobre essas ações, para disseminar o que o Brasil tem para ensinar ao próprio Brasil. Com isso, queremos mostrar que há boas políticas públicas sendo feitas; valorizar os gestores e as secretarias que se destacam e influenciar a tomada de decisão dos gestores públicos.

3. O Educação Já é resultado de amplo debate e estudo de políticas educacionais. Lançado em 2022, o documento apresenta contribuições para a elaboração de um plano sistêmico para a Educação Básica brasileira nas gestões federal e estaduais.

Entre os materiais produzidos, está uma série audiovisual, contando casos de sucesso espalhados pelo país em cidades como Teresina (PI), Coruripe (AL), Londrina (PR), São Paulo (SP) e Sobral (CE). Uma parte desse conteúdo serviu de apoio para reportagens especiais da CNN Brasil; outra, foi exibida em formato de programa pelo Canal Futura e está disponível no *Globoplay*.

O papel do jornalismo em coberturas decisivas

Entendemos a imprensa como uma aliada muito importante da educação, porque também é papel dela tratar de temas que afetam de maneira significativa a sociedade. Cabe à imprensa, inclusive, traduzir ao público informações de maneira democrática, ampliando a capacidade de entendimento dos assuntos mais simples aos mais complexos. E, na educação, existe muito assunto complexo e que afeta a vida da sociedade inteira.

Um desses assuntos envolve o repasse de recursos para Educação, com destaque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, chamado Fundeb. Criado em 2007, ele constitui um conjunto de 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) que servem como mecanismo de redistribuição de recursos destinados à educação básica. Ou seja, trata-se de um grande cofre do qual sai dinheiro para valorizar os professores e desenvolver e manter funcionando todas as etapas da educação básica. O fundo, porém, foi criado com prazo de validade e, pela lei, deveria terminar em 2020 (mais um entre tantos problemas para o Brasil resolver em plena pandemia).

Antes mesmo dessa discussão chegar ao Congresso, o “Todos Pela Educação” já entendia a necessidade do caráter permanente do Fundeb, algo fundamental para reduzir desigualdades nas redes de ensino. Mergulhamos nessa luta não só pelo nosso *advocacy* junto aos agentes públicos, mas também pelo nosso relacionamento com a própria imprensa, na tentativa de explicar as complexidades do tema e a importância dele para o futuro do país. Para isso, entendemos também que é importante dedicar parte de nossas agendas para conversas de qualidade, que permitam aos jornalistas se

aprofundarem melhor sobre determinados temas. Afinal, se o jornalista esmiúça bem um assunto complexo, aumentam as chances de que a população também o compreenda.

Sobre o Novo Fundeb, inclusive, coloco como exemplo a cobertura feita pelo Grupo Globo, com destaque ao “G1”. Em uma reportagem de 20 de julho de 2020, em plena discussão da pauta no Congresso, o portal trazia uma reportagem esclarecendo as seguintes questões:

- O Fundeb serve para quê?
- Como é a divisão desse “pote de dinheiro”?
- Qual era a proposta do governo federal? Como o MEC participou do debate?
- Qual o impacto da aprovação?

Essas perguntas simples e com respostas didáticas facilitaram a compreensão do leitor sobre a importância do tema que estava sendo discutido, democratizando, de fato, o acesso à informação.

Após anos se arrastando na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tornou o Fundeb maior e permanente, foi aprovada no Senado em agosto de 2020 e, então, promulgada pelo Congresso. Na época, a própria imprensa destacou o caráter histórico das votações.

Recentemente, vale ressaltar o espaço que a mídia dedicou a outro tema fundamental para o futuro da nossa juventude: o Novo Ensino Médio. Por falta de coordenação do Ministério da Educação do governo Bolsonaro, além de outras questões, a implantação da reforma colocou muitos estudantes diante de graves problemas para a aprendizagem. Rediscuti-la de maneira ampla e ressignificá-la de maneira profunda foi urgente logo no começo de 2023. Nessa discussão, pudemos colaborar com nossas análises técnicas na mídia impressa e digital, na televisão, em programas de rádio e em podcasts. Novamente, nossos materiais contribuíram em editoriais, artigos de opinião, entrevistas e reportagens. O objetivo? Sempre um: apontar soluções para problemas que atingem alunos e alunas, professores e professoras, além de avançar com políticas públicas que transformem e melhorem verdadeiramente nossas escolas.

Nada, porém, foi tão marcante e desafiador como o momento que vivemos na pandemia da Covid-19, a partir de 2020, com escolas fechadas por meses a fio e alunos sem aprender. Fomos para o “*front*”, em defesa da garantia de aprendizagem para nossos meninos e meninas — duramente impactados pela omissão do Ministério da Educação à época. Acompanhamos de perto as dificuldades de estudantes e professores, alertando para os impactos futuros. A imprensa profissional, que fez uma cobertura extensa e combativa sobre a emergência em saúde pública, também chamou atenção sobre os efeitos para a Educação. No noticiário, fomos uma das primeiras vozes a ecoar sobre a necessidade de retomada do ensino presencial, seguindo o máximo possível de protocolos sanitários. Cobramos o poder público de maneira intensa e aguerrida sobre a garantia de condições seguras para o retorno da comunidade escolar às salas de aula.

Pautando o debate com ações e fatos

Além de sensíveis à pauta da educação, diferentes redações têm sido parceiras na atuação do “*Todos Pela Educação*” nos últimos anos. Dentro dessas parcerias, cabe destacar ações de diálogos e entrevistas com candidatos em eleições gerais e municipais, sempre sob o prisma educacional.

Em 2018, em parceria com a “*Folha de S. Paulo*”, o “*Todos*” promoveu uma série de diálogos com candidatos à presidência da República à época. Ao lado de jornalistas e especialistas, questionamos as propostas de *Ciro Gomes*, *Fernando Haddad*, *Geraldo Alckmin* e *Marina Silva*. Como critério para convite, o “*Todos*” e a “*Folha*” selecionaram os primeiros colocados em pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em junho daquele ano (considerando apenas aqueles com 2% ou mais de intenção de voto). O então candidato *Jair Bolsonaro*, que venceu as eleições para presidente, foi convidado, mas não participou da iniciativa.

Já em 2020, promovemos uma iniciativa parecida. Dessa vez, as sabatinas foram com os candidatos às prefeituras de capitais do país, em parceria com veículos locais. No centro dos debates: a educação. Em São Paulo, por exemplo, a parceria foi feita com o jornal “*O Estado*

de S. Paulo”. Em Porto Alegre, com o jornal “Zero Hora”. Já em Recife, jornalistas do “Jornal do Commercio” se juntaram para a série de entrevistas. Em Goiás, contamos com apoio do jornal “O Popular”.

O olhar regional nos levou a uma “caravana” por todas as regiões do país em 2022. Percorremos 13 estados brasileiros para conversas e trocas com a comunidade escolar, além de diferentes agentes, como pré-candidatos aos governos estaduais, jornalistas e influenciadores. Ao todo, passamos por São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul.

Àquela altura, estávamos às vésperas de uma das eleições presidenciais mais decisivas para o país. Repetindo a parceria com a “Folha de São Paulo”, fizemos uma nova série de sabatinas com representantes das campanhas dos candidatos que pontuaram melhor nas pesquisas de intenção de voto à época: Simone Tebet, Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes. A campanha de Jair Bolsonaro foi convidada, mas não respondeu.

Em dezembro, com a eleição já definida e sacramentada a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente da república Geraldo Alckmin e governadores recém-eleitos ou reeleitos, selaram, em Brasília, compromissos pela educação básica e recuperação da aprendizagem no país. Tudo isso, sob os olhos atentos da imprensa brasileira, representada por diferentes jornalistas e veículos — com papel fundamental para acompanhar e cobrar as promessas seladas pelos agentes públicos.

Diálogo plural e democrático

Existe algo em que eu acredito muito no que se refere ao relacionamento com a imprensa: tratar todos os jornalistas com o mesmo respeito e atenção. Não importa se o veículo é maior ou menor; se tem mais ou menos audiência; se está em capitais ou no interior. Quando um profissional me procura ou procura algum especialista do “Todos”, é porque tem interesse na nossa causa mais nobre — e porque tem interesse no que temos a dizer sobre essa causa. Ora, se provocamos interesse é porque construímos credibilidade com nosso trabalho feito de forma técnica e suprapartidária.

Por isso, o diálogo se dá com veículos tradicionais, mas também com veículos especializados, independentes, regionais e periféricos. No dia a dia, queremos sensibilizar todos em torno da importância de temas fundamentais: primeira infância, alfabetização, Ensino Médio, evasão escolar, educação inclusiva, equidade étnico-racial, formação de professores, entre tantas e tantas outras pautas.

Nossa missão é sempre fortalecer e qualificar o debate em torno das pautas de Educação. Aliás, um dos eixos de atuação do “Todos” é colocar a educação em pauta: na pauta da imprensa, dos formadores de opinião, da sociedade civil, dos agentes públicos e dos atores políticos, pois entendemos que essa área — conectada com tantas outras — pode fazer o Brasil reduzir desigualdades e se desenvolver socialmente. Nosso desejo é seguir nessa agenda transformadora na cobertura da Educação, para que possamos mudar as manchetes do nosso noticiário e ver, o mais breve possível, as melhores notícias sobre a realidade da comunidade escolar no nosso país.

A cobertura que precisamos

Aproveito o contexto para deixar, enquanto profissional de Comunicação, singelas reflexões sobre o papel da mídia ao lado daqueles que lutam por pautas de impacto social.

Parto do começo: minha história com o jornalismo começou na escola, ainda no Ensino Fundamental. Aos 14 anos, com colegas de sala, criei o único jornal de uma cidade rural de quatro mil habitantes, no meio da Serra da Mantiqueira. Segui os estudos e, inevitavelmente, escolhi a faculdade de jornalismo (ou, talvez, ela tenha me escolhido). Como minha história com a profissão teve início em um ambiente escolar transformador, sempre carreguei o compromisso de estar atento às pautas sobre educação no meu dia a dia. Do interior de São Paulo à capital, passei por diferentes cargos em importantes redações — do Grupo Globo à CNN Brasil.

Nos últimos anos, foram inúmeras as vezes que procurei a equipe do “Todos Pela Educação” para apoio em reportagens. Seja para as minhas próprias pautas ou para apurações de colegas, vi sempre uma

equipe de especialistas prestativa em ajudar as redações a consolidar dados educacionais, explicar minúcias sobre o contexto educacional do país, dar entrevistas e análises técnicas e até mesmo ajudar a mapear os chamados “personagens” para reportagens.

Depois de dez anos como produtor, repórter, editor, coordenador e até editor-chefe, decidi fechar o ciclo em redação e mergulhar de maneira mais profunda no propósito social da minha profissão. Foi quando recebi o convite para coordenar parte da Comunicação do “Todos” — um dos melhores desafios na minha jornada profissional.

Quando cheguei à equipe, ouvi de uma colega: “O Todos Pela Educação é independente. De verdade”. Senti, então, a certeza de estar no lugar certo. Afinal, independência é o que nós, jornalistas, perseguimos com afincamento ao longo da nossa atuação para cobrar o poder público e oferecer fatos e contextos confiáveis ao público.

É papel da mídia, como premissa básica, pautar com independência e isenção aquilo que importa para a sociedade e que afeta, direta ou indiretamente, a população em larga escala. Nesse sentido, não vejo como tratar daquilo que importa à maioria sem falar de educação.

O bom jornalismo não pode e não tem o direito de perder o foco. Algumas abordagens são urgentes diante da nossa realidade enquanto país. Antes de notas sobre os boatos políticos, é preciso haver matérias sobre o uso do dinheiro público. Antes das matérias sobre fila para comprar jatos executivos, é preciso mostrar a realidade dos alunos que sequer têm uniforme e material didático, ou dos estudantes que passam fome e vão à escola, acima de tudo, para se alimentar. No lugar das manchetes que caçam cliques diariamente, é necessário chamar atenção para algo, de fato, polêmico e chocante: escolas que não têm banheiro, nem água potável pelo Brasil.

Sei que são tempos difíceis em redações enxutas, mas o jornalismo tem um dever social juramentado. Por isso, se faz necessário que jornalistas também estejam no chão da escola e ouçam meninos e meninas pelo país; que vejam de perto a realidade dos professores e das salas de aula; que apurem, investiguem, reportem e cobrem. Aproveito da referência feita pela Priscila na abertura deste capítulo para evocar o ilustre e célebre mandamento de Ricardo Kotscho aos demais colegas: lugar de repórter é na rua, onde a notícia acontece.

Aqui, do famoso “outro lado do balcão”, meu escopo de trabalho no dia a dia mudou, mas meu compromisso com o jornalismo forte e de qualidade é inabalável. Troquei a curadoria de conteúdo em um veículo específico, para colaborar, de maneira humilde e técnica, em qualificar o debate como um todo na mídia. Na imprensa, a cada conteúdo com olhar cuidadoso sobre a Educação, minha impressão é que a pauta sai fortalecida e que o nosso trabalho ecoa forte e tem cada vez mais sentido.

Quando vemos os principais jornais do Brasil dando espaço para abordar os desafios da alfabetização, damos um passo a mais para avançar com políticas públicas sobre o tema. Assim como quando grande parte do noticiário olha com lupa os níveis de desigualdade racial no Ensino Médio, avançamos melhor em direção a luta pela educação antirracista. Por isso é tão importante uma cobertura comprometida com a função social da imprensa. Só mudaremos as manchetes do futuro se dermos os espaços devidos às manchetes urgentes do presente.

Indicadores *versus* percepção de qualidade: um retrato da educação no Brasil

ERNESTO MARTINS FARIA

LECTICIA MAGGI

ROSALINA MARIA SOARES

No passado, era comum ouvirmos de familiares mais velhos a seguinte frase: “No meu tempo, a escola pública era valorizada e a gente aprendia de verdade”. Essa ideia de que a qualidade da educação brasileira, em especial da escola pública, era melhor antigamente do que é hoje não tem qualquer respaldo científico. Pelo contrário, se os seus avós (ou pais) concluíram a educação básica no Brasil há algumas décadas é porque pertenciam a uma minoria altamente privilegiada.

Este texto aborda o panorama de indicadores educacionais no país e como a nossa percepção de qualidade está relacionada aos dados e indicadores disponíveis e utilizados. Quanto mais confiáveis e objetivos eles forem, mais podemos realizar análises imparciais e críticas. Por outro lado, na ausência deles, como era na época de nossos avós e pais, nossa percepção de qualidade fica altamente subjetiva e vulnerável.

Para facilitar a compreensão dos indicadores educacionais e seu desenvolvimento ao longo dos anos, vamos considerar o contexto histórico, começando pelo final do século XIX. Em seguida, dividiremos o texto em quatro grandes períodos:

1. **Antes dos anos 1990** e da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Saeb;
2. **Dos anos 1990 até 2006:** após o Saeb e início da participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês);
3. **Entre 2007 e 2017**, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as metas do Todos pela Educação e do Plano Nacional de Educação (PNE);
4. **De 2018 até hoje**, com Pisa para Escolas, participação do Brasil no Estudo Internacional de Progresso em Leitura (Pirls, na sigla em inglês), novos indicadores e as discussões sobre a revisão do Saeb e do Ideb.

Em 1900, apenas 10% das crianças brasileiras entre 5 e 14 anos estavam na escola¹. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse índice chegava a 94%. Até mesmo os nossos vizinhos sul-americanos, como Uruguai e Argentina, apresentavam índices melhores: 21% e 32%. Mesmo décadas depois, em 1970, apenas 67,1% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola, e o percentual de jovens de 15 a 17 anos era de 40,1%². Somente nos anos 2000, alcançamos a universalização do atendimento às crianças de 7 a 14 anos, ou seja, quase todas dessa faixa etária matriculadas na escola.

Durante muitas décadas, uma parcela significativa das crianças no Brasil foi privada do acesso à educação. Entre os adolescentes (15 a 17 anos) ainda existe um desafio de atendimento escolar para cerca de 6% dos jovens nessa faixa etária, o que corresponde a aproximadamente 520 mil indivíduos, especialmente aqueles que pertencem a famílias com renda per capita inferior a R\$ 543,00 e são jovens negros. O acesso à educação básica depende tanto da disponibilidade de vagas

1. Dados compilados por Peter Lindert, em *Growing public*, e presentes no livro “O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente”, do jornalista Antônio Gois.

2. Estatísticas da Educação Básica no Brasil, do Inep. Disponíveis em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf.

e turnos nas escolas quanto de políticas intersetoriais que considerem os diversos aspectos da vida dos jovens, especialmente aqueles mais vulneráveis. É importante ressaltar que cerca de 16% dos jovens entre 18 e 19 anos, aproximadamente um milhão de pessoas, não concluíram o Ensino Médio e já não estão mais matriculados na escola. A Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad) aponta diversos motivos para a não frequência escolar dos jovens, como a necessidade de trabalhar, a gravidez na adolescência, a falta de vagas ou a impossibilidade de frequentar o turno desejado, entre outros.

Nesse primeiro período da história das avaliações no Brasil, que se estendeu por quase todo o século XX, não tínhamos recursos para nos informar sobre o aprendizado dos estudantes: as avaliações educacionais eram inexistentes ou limitadas e não havia a divulgação em larga escala de indicadores. Portanto, pessoas que frequentaram aquela escola excludente, que atendia apenas aos mais privilegiados, tinham essa visão enviesada de que a educação “era melhor”.

Em 1937, foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, com o objetivo de identificar os problemas do ensino nacional e propor políticas públicas. O referido órgão, hoje chamado de Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, foi um marco para o desenvolvimento de censos, anuários, pesquisas e avaliações educacionais. No entanto, o panorama de avaliações só começou mesmo a mudar com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que foi concebido no final dos anos 1980 e implementado pelo Inep, pela primeira vez, em 1990. Assim, entramos no segundo grande período de avaliações no País, que, para nós, se estendeu até 2006.

As duas primeiras edições do Saeb, em 1990 e 1993, avaliaram a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática a partir de uma amostra de escolas da rede pública, tendo como público-alvo estudantes da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental. Em 1995, o Saeb passou a adotar a Teoria de Resposta ao Item (TRI)³, que continua sendo utilizada até hoje. A utilização do modelo permite uma avaliação mais justa, na medida que considera não apenas o número

3. A TRI é um modelo estatístico para mensurar o desempenho dos estudantes em testes contendo itens com níveis de dificuldades variadas.

de itens corretos, mas também o nível de dificuldade de cada um deles, possibilitando a comparação do desempenho dos estudantes em diferentes edições do Saeb.

O período entre 1990 e 2006 foi marcado por aperfeiçoamentos no Saeb: em 1997, a avaliação passou a ter a sua própria matriz e escalas de referência, que orientam a elaboração dos itens da prova e a interpretação dos resultados. No mesmo ano, o Saeb avaliou a área chamada na época de Ciências Naturais (Física, Química e Biologia). Em 1999, foi a vez de um estudo piloto de avaliação de Ciências Humanas (História e Geografia)⁴.

A divulgação dos resultados do Saeb teve ampla repercussão na imprensa e evidenciou o baixo desempenho dos estudantes brasileiros, corroborando a percepção de que a qualidade da educação era melhor nas décadas anteriores. Todavia, naquele período, não tínhamos informações sobre a aprendizagem dos estudantes, pois não havia uma avaliação nacional que permitia a comparabilidade de resultados do “Oiapoque ao Chui”. Além do fato já mencionado de que o acesso à educação era para poucos.

O Saeb causou uma revolução ao fornecer uma avaliação objetiva do aprendizado dos estudantes das diferentes regiões do país, identificando desigualdades e desafios e fornecendo subsídios para pesquisadores e para as redes de ensino para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. A partir da disponibilização de microdados dos testes e dos questionários contextuais, especialistas como José Francisco Soares, Maria Teresa Alves e Naercio Menezes Filho puderam fazer diversos estudos. Uma série de marcadores sociais, tais como nível socioeconômico (NSE), gênero, cor e raça, evidenciavam o impacto das desigualdades sociais no âmbito da aprendizagem escolar. Fatores internos, como currículo, formação de professores, infraestrutura, dentre outros, se mostravam importantes, alertando aos gestores sobre a necessidade de que fossem considerados nas políticas públicas da área. Em 2005, houve outro grande avanço: as avaliações do Saeb tornaram-se censitárias e estudantes de todas as escolas públicas passaram a realizá-las.

4. Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>.

Todavia, é importante destacar que, ainda que a criação do Saeb tenha trazido enormes ganhos à educação brasileira, que passou, pela primeira vez, a avaliar os seus estudantes, a interpretação dos resultados da prova não era de fácil entendimento, nem para secretários de educação e nem para quem estava diariamente no chão da escola, como professores, diretores e coordenadores pedagógicos. Além do fato de que, até 2005, o Saeb só fornecia dados no nível dos estados e do Brasil. Só começamos a ter informações por rede de ensino quando a avaliação se tornou censitária. Depois, com o Ideb, em 2007, houve um incentivo ainda maior aos gestores para considerar a matriz de referência do Saeb, no processo de gestão da educação.

Em relação à interpretação pedagógica do Saeb, foi um grande avanço, quando, em 2007, o comitê de especialistas do “Todos pela Educação” definiu com base na escala de proficiência do Saeb a pontuação necessária para os estudantes terem um aprendizado considerado adequado⁵. Estabelecer um padrão de desempenho de referência foi muito importante por associar a pontuação no teste com as habilidades avaliadas, apoiando as redes de ensino e os(as) educadores(as) a realizar a interpretação pedagógica da escala de proficiência. Embora não tenha sido uma definição oficial do Ministério da Educação (MEC) ou do Inep, o padrão de desempenho definido pelo “Todos Pela Educação” foi validado por muitos especialistas na área e é amplamente utilizado, inclusive, pelo portal de dados educacionais QEdU, que adota essa interpretação e fornece o percentual de estudantes em níveis de proficiência no Brasil, nas regiões, estados e municípios.

Nesse segundo grande período de avaliações, em 2002, o Brasil começou a participar do Pisa⁶. Essa foi a primeira edição da avaliação e contou com 32 países, sendo o Brasil o único sul-americano na lista. São avaliados no Pisa estudantes de 15-16 anos, que respondem a testes de Matemática, Leitura e Ciências. Realizar o Pisa propiciou ao Brasil ter mais elementos, para além do Saeb, para entender o desempenho

5. Por exemplo: para os estudantes serem considerados proficientes em Língua Portuguesa, no 5º ano, precisam alcançar, no mínimo, 200 pontos; já em Matemática, 225.

6. O Pisa é uma avaliação internacional de aprendizagem, realizada a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

dos estudantes ao final do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio. Além disso, o Pisa é importante para identificar como os nossos jovens estão em perspectiva internacional. A comparação dos resultados deles com os de alunos de mesma idade em outros países oferece uma perspectiva social sobre a qualidade da educação, ao explicitar, por meio dos mesmos critérios, como os estudantes brasileiros se saem em relação àqueles de nações que possuem os sistemas educacionais mais avançados do mundo. Nesse sentido, o cenário é preocupante: na última edição disponível, em 2018, as médias do Brasil em Leitura, Matemática e Ciências (413, 384 e 404, respectivamente) ficaram muito atrás das médias dos países da OCDE (487, 489 e 489, respectivamente)⁷. A OCDE aponta que o país mantém uma “tendência de estagnação” em relação às edições anteriores.

Entre 2007 e 2017, estivemos no terceiro período significativo de avaliações no País, que foi marcado pela criação do Ideb, que até hoje é o indicador de qualidade mais utilizado na educação brasileira. O Ideb foi apresentado à sociedade em 2007, durante a gestão do então ministro da educação Fernando Haddad (2005 a 2012). Foi elaborado pelo Inep, na gestão do pesquisador e professor da Universidade de São Paulo (USP) Reynaldo Fernandes. Assim como o Saeb, o Ideb trouxe uma mudança profunda e foi inovador ao combinar dois conceitos essenciais em um único indicador: aprendizagem e fluxo escolar. De forma geral, o componente de aprendizagem é calculado a partir das médias dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme avaliado pelo Saeb. Já o fluxo escolar considera as taxas de aprovação medidas pelo Censo Escolar⁸ no ano de realização do Saeb. Essas informações são transformadas em um índice de 0 a 10, que é mais fácil de ser lido pelas redes de ensino e sociedade como um todo.

7. O site do MEC traz mais informações sobre o desempenho do Brasil no Pisa ao longo das edições: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>.

8. O Censo Escolar é o principal levantamento de dados sobre a Educação Básica brasileira. É realizado anualmente, com dados fornecidos pelas próprias escolas públicas e privadas.

Anteriormente, as escolas não tinham diretrizes explícitas, mas, com a introdução de avaliações censitárias no Saeb e a criação do Ideb, passaram a estudar as habilidades contidas nas matrizes de referência de Língua Portuguesa e de Matemática da Prova Brasil (atual Saeb) e acompanhar a evolução dos estudantes. Uma análise realizada pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) mostra que, de 2005 a 2015, o número de escolas com Ideb de pelo menos 6 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental saltou de 166 para 11.112. O número de escolas com Ideb de pelo menos 7 também cresceu, de 6 para 2.138. Nos anos finais, o salto observado foi menor, de 12 para 516 escolas com Ideb pelo menos 6 e de 3 para 36 de escolas com Ideb pelo menos 7. Ao passo que esses aumentos são muito positivos, sinalizando mais monitoramento por parte das redes de ensino e mais estudantes dominando habilidades importantes, eles também precisam ser analisados com criticidade. Um salto tão expressivo, em especial nos Anos Iniciais, deve nos fazer refletir sobre a complexidade da avaliação, se é exigente o suficiente e nos faz ter altas expectativas em relação aos nossos estudantes.

Desde a sua criação, os resultados do Ideb ganharam muito espaço na imprensa nacional e há um alto valor político associado ao indicador. Ao abordarmos o cenário atual das avaliações no Brasil, destacamos algumas críticas ao Ideb, especialmente pensando no futuro que almejamos para a educação e no potencial para a indução da gestão. No entanto, devemos reconhecer a evolução proporcionada pelo indicador em termos de monitoramento da educação e de incentivar as escolas e redes de ensino a direcionarem sua atenção a dois aspectos fundamentais de qualquer sistema de ensino: o fluxo e a aprendizagem. O Ideb, sem dúvidas, gerou uma maior responsabilização dos gestores públicos pela qualidade da educação ofertada a seus estudantes, o que chamamos de maior *accountability*.

A projeção de metas do Ideb para os níveis nacional, estadual, municipal e para cada escola, a cada dois anos, ajudou neste processo de gerar uma maior responsabilização das redes e unidades de ensino pela aprendizagem de seus estudantes. Desde a criação do Ideb, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental registraram uma evolução significativa no índice, que passou de 3,8, em 2005, para 5,8, em 2021. Nos

Anos Finais, esse movimento não aconteceu com a mesma intensidade e a variação foi de 3,8 para 5,1. No Ensino Médio, a situação é ainda mais complexa, e o Ideb tem evoluído em um ritmo muito mais lento do que o projetado: a expectativa é que a média do país estivesse em pelo menos 5,2, em 2021, porém a realidade mostrou um Ideb de 4,2.

Outro grande marco em relação a esse período foi a divulgação do primeiro relatório “De Olho nas Metas”, do “Todos pela Educação”, no ano de 2008. As metas incluem a universalização do acesso à escola para crianças e jovens de 4 a 17 anos, a plena alfabetização de todas as crianças até os 8 anos, o aprendizado adequado ao ano escolar, a conclusão do Ensino Médio até os 19 anos e a ampliação e gestão eficiente do investimento em educação. O relatório introduziu um conceito até então pouco explorado na área de educação: o uso de metas. A iniciativa foi bem-sucedida devido a características essenciais das metas estabelecidas: eram simples e facilmente compreensíveis, mas não simplistas; mensuráveis e monitoráveis por meio de indicadores nacionais; e desafiadoras, mas não impossíveis de alcançar. Além disso, o estabelecimento de metas intermediárias permitiu um acompanhamento anual e bianual para verificar o progresso em relação aos objetivos finais⁹. Nesse sentido, o relatório “De olho nas Metas” teve um papel importante na promoção da transparência, na cobrança por políticas públicas efetivas e na conscientização sobre a necessidade de priorizar a educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento do país.

As metas do “Todos pela Educação” e as do Ideb, portanto, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma cultura de metas em educação no Brasil — que se ampliou e consolidou com o passar dos anos —, com a adesão de gestores públicos nos três níveis de governo (federal, estaduais e municipais) e com uma maior participação e cobrança da sociedade por resultados.

Esse terceiro grande período da história das avaliações no Brasil foi repleto de acontecimentos significativos. A partir de 2007, o Censo

9. No site do Todos pela Educação há uma série de artigos e análises sobre a situação de cada uma das metas: <https://todospelaeducacao.org.br/>.

Escolar adotou o Sistema Educacenso¹⁰, que estabeleceu como unidade de investigação, além da escola, o aluno e o professor. Isso possibilitou a divulgação de microdados individuais (nível dos estudantes), o que gera uma base de dados longitudinal e permite o acompanhamento da trajetória desses alunos ao longo do tempo — algo fundamental para as pesquisas na área de educação.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, para avaliar a etapa, foi reformulado e, em 2009, ganhou características de vestibular, selecionando estudantes para o Ensino Superior. Em 2013, todas as então 59 universidades federais do país já tinham aderido ao Enem como processo seletivo ou parte dele. A prova também é exigida em políticas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Em junho de 2014, foi aprovada a Lei n° 13.005¹¹, que instituiu um novo Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos (2014-2024). O PNE definiu diretrizes essenciais, como a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a redução das desigualdades e a valorização dos profissionais de educação. Com o intuito de monitorar as metas do PNE e promover maior transparência na implementação do plano, o “Todos pela Educação”, junto a outras 28 organizações, lançou o portal Observatório do PNE¹², que tem como objetivo acompanhar os progressos de cada uma das 20 metas e fortalecer a lei para que cumpra seu papel de nortear políticas educacionais.

O Brasil também passou a avaliar estudantes do 3° ano do Ensino Fundamental por meio da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), iniciando com um projeto piloto em 2013, que foi descontinuado em 2016. Já em 2019, é implementada uma avaliação de aprendizagem para os alunos do segundo ano do Ensino Fundamental.

10. Para saber mais sobre as mudanças no Censo, acesse: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1185-censo-escolar-educacao-basica.html>.

11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

12. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/observatorio>.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, pudemos observar que o uso de indicadores e avaliações nacionais e internacionais desempenhou um papel fundamental ao enriquecer o debate sobre a qualidade da educação no Brasil. A partir daqui, abordamos o quarto e último período de avaliações, que compreende de 2018 até os dias atuais.

Hoje, dispomos de um vasto conjunto de informações que nos permitem acompanhar os avanços da educação brasileira, não apenas em relação ao aprendizado dos estudantes, mas também em termos de taxas de acesso, fluxo escolar, conclusão, entre outros aspectos. O Iede, por exemplo, utilizou os microdados do Censo Escolar para desenvolver um indicador denominado Indicador de Permanência Escolar¹³. Ele faz uma estimativa para cada município do Brasil do total de jovens que ingressou no sistema escolar no início do Ensino Fundamental, mas, em algum momento de sua trajetória, abandonou a escola sem ter concluído a educação básica obrigatória. A principal diferença desse indicador em relação a outros é que ele não apenas mostra as taxas de abandono (alunos que deixam a escola durante o ano letivo) e evasão (alunos que concluem um ano, mas não se matriculam no ano seguinte) de um determinado ano, mas também revela o acumulado de jovens que foram “perdidos” ao longo do tempo. Essa abordagem é crucial para identificar as regiões e áreas prioritárias que necessitam de programas de busca ativa, a fim de trazer esses jovens de volta ao sistema educacional.

Também não poderíamos deixar de mencionar a participação de algumas escolas brasileiras, pela primeira vez, no Pisa para Escolas (uma avaliação nos moldes do Pisa, com foco em Matemática, Ciências e Leitura, mas que fornece resultados individuais das escolas). Por iniciativa e com financiamento da Fundação Lemann, 46 escolas (33 públicas e 13 privadas), de seis estados, todas com bons resultados educacionais, foram convidadas a participar da avaliação. O objetivo era entender melhor seus sistemas de ensino e como se saíam em perspectiva global. Tivemos boas e más notícias: por um lado, descobrimos que há escolas no Brasil muito competitivas internacionalmente (embora sejam poucas e

13. Disponível em: <https://www.portaliiede.com.br/iede-lanca-indicador-de-permanencia-escolar-que-mostra-total-de-jovens-que-abandonaram-a-escola/>.

privadas) e que Sobral (CE) está acima da média do País. Por outro lado, a avaliação nos mostrou que, mesmo entre as escolas de destaque, há diferenças significativas segundo o nível socioeconômico dos alunos atendidos. Entre aquelas que atendem a alunos de baixo NSE, somente quatro conseguiram resultados acima da média da OCDE em Leitura; duas, em Ciências, e nenhuma em Matemática. Hoje, a Cesgranrio aplica o Pisa para Escolas em muitos estabelecimentos de ensino do País.

O que também passou a ser visto de forma mais analítica foi o próprio Ideb. Nos primeiros anos após a sua concepção, o objetivo entre as redes de ensino era alcançar o maior Ideb possível. Hoje, é praticamente consenso entre estudiosos de educação que um Ideb muito alto (9, por exemplo) além de ser difícilimo de se obter, não é, necessariamente, sinônimo de qualidade e equidade. Não sabemos se, de fato, uma escola nota 9 no Saeb tem garantido uma aprendizagem mais significativa do que uma escola nota 8. Os resultados extremos do Saeb são valorizados no Ideb mesmo tendo baixa precisão. Assim, uma rede de ensino pode ter um grupo de alunos que sabem mais do que é esperado para a sua idade e série e outros com desempenho insuficiente. Simulações feitas¹⁴ pelo Iede mostram que há municípios, como é o caso de Pedra Branca do Amapari (AP), Boa Vista (RR) e Benevides (PA), que possuem mais de 90% dos alunos com aprendizado adequado e Ideb abaixo de 8. Isso significa que, em vez de perseguir um Ideb altíssimo, o mais razoável e recomendado às redes de ensino é atuar para que todos os estudantes atendidos tenham um aprendizado adequado à sua série.

Outras críticas ao indicador também ganharam projeção recentemente: o fato de não contemplar todas as crianças e jovens do território e nem aqueles que faltam no dia de aplicação do Saeb; só considerar as taxas de aprovação no ano de realização do Saeb; e ter metas pouco factíveis para algumas redes de ensino. Isso fez com que um grupo de pesquisadores assinasse uma carta, organizada pelo Iede, defendendo princípios que devem orientar a revisão do Ideb, visando um maior equilíbrio da qualidade e da equidade e considerando o direito

14. As simulações estão disponíveis no documento “Propostas e reflexões para o novo Ideb”, disponível em: https://www.portaliiede.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Propostas_Reflexoes_Novo_Ideb_Agosto2022-2.pdf.

de todas as crianças e jovens, independentemente do NSE, cor/raça etc., de obterem o aprendizado adequado, em cada etapa de ensino.

Em relação às avaliações propriamente, tivemos, em 2023, uma aliada de peso: o *Progress in International Reading Literacy Study* (Pirls), uma avaliação global de Leitura, que existe desde 2000 e é aplicada a estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental, por iniciativa da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA). Em 2021, foram analisados estudantes de 65 países ou regiões e o Brasil integrou o grupo pela primeira vez. Os nossos alunos obtiveram média de 419 pontos, ficando à frente apenas dos colegas de Jordânia (381), Egito (378) e África do Sul (288) e estatisticamente empatados, dentro do intervalo de confiança, com Irã (413), Kosovo (421) e Omã (429). Esse resultado merece atenção por diversas razões: trata-se da única grande avaliação aplicada em um contexto de pandemia da Covid-19 (entre 2020 e 2022), com resultados já divulgados e que são comparáveis entre os países; é a primeira vez que os estudantes brasileiros dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental passam por uma avaliação global de Leitura (no caso do Pisa, eles são avaliados aos 15 anos), e pela pontuação em si, que coloca o País muito atrás das nações desenvolvidas. O Saeb nos mostrava um cenário mais positivo nos Anos Iniciais, o que fazia com que as discussões se concentrassem nos Anos Finais e no Ensino Médio. Agora, com o Pirls, sabemos que os Anos iniciais não estão “resolvidos”, não podem ser negligenciados e há muito para ser feito para que alcancemos um patamar que indique um bom nível de compreensão leitora.

Nos próximos meses, devemos ter uma definição muito importante, e que impactará diretamente sobre a temática de avaliações: o que será feito em relação ao novo Ensino Médio (NEM). No momento de escrita deste artigo, em julho de 2023, foi recém-concluída a consulta pública sobre o NEM e a promessa é que, em breve, o governo federal divulgue uma proposta para a etapa, como resposta às diversas críticas que a política tem sofrido, em especial, em relação aos itinerários formativos — com implementação precarizada em muitas localidades — e à redução da carga horária das disciplinas obrigatórias.

A definição sobre o Novo Ensino Médio é o primeiro passo para a realização de ajustes no Enem. É o que determinará as diretrizes da prova, que hoje é igual para todos os candidatos. Visto que o Enem

é hoje a principal forma de ingresso ao Ensino Superior no Brasil, é primordial sua revisão de maneira a garantir iguais condições de competitividade aos estudantes que optam por se aprofundar em áreas distintas durante o Ensino Médio.

É indiscutível o quanto o Brasil avançou no último século, em especial nos últimos 20 anos, em relação a avaliações e indicadores educacionais. Hoje, temos muitas informações — Saeb, Ideb, Pisa, Pisa para Escolas, Pirls, Enem, além de avaliações estaduais e municipais — para nos mostrar como está a situação dos sistemas de ensino e quais são as áreas mais vulneráveis e prioritárias. Com mais dados, conseguimos fazer diagnósticos mais precisos e, inclusive, rever antigas “crenças”. Uma delas, por exemplo, era a de que os nossos Anos Iniciais estavam relativamente bem, dados os avanços expressivos no Saeb e no Ideb nos últimos anos etc. Porém, o Pirls nos mostrou o contrário: obtivemos uma das piores médias em compreensão leitora, e, sendo essa uma habilidade fundamental para a aquisição de novos conhecimentos, os Anos Iniciais precisam de tanta atenção quanto os Anos Finais e o Ensino Médio. Com a inclusão do Brasil no TIMMS¹⁵, a expectativa é de obtermos mais informações sobre a aprendizagem dos estudantes em Matemática, que nos possibilitem novas reflexões e planos de ação.

O momento é de pensarmos nos próximos passos. É inegável que o Saeb e o Ideb cumpriram importantes funções na educação brasileira, por isso, entendemos como urgente a revisão de ambos a fim de que ampliem o olhar para a inclusão e a equidade e exijam habilidades mais complexas de nossos estudantes. Somente com mais e melhores avaliações e indicadores é que conseguiremos ter uma visão mais fiel da realidade e avançar rumo à educação que queremos e precisamos.

15. TIMMS é a sigla em inglês para Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências, uma avaliação internacional, aplicada pela IEA (a mesma organização responsável pelo Pirls) a estudantes do 4º e 8º anos do Ensino Fundamental. Como o próprio nome diz, ela avalia as áreas de Matemática e Ciências. A prova existe desde 1995 e, em 2022, o Brasil anunciou sua adesão. Para saber mais, acesse: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/timms>.

Videoaula, um recurso pedagógico em tempos de redes sociais

RAFAELA LIMA

Por muitas vezes, no chão da sala de aula na rede pública de ensino, eu ouvi: “professora, eu não estudei para a prova, pois não tinha livro didático”; “essa aula eu faltei, peguei a matéria, mas não entendi”; “eu li o livro, mas não entendi”; “só entendo quando você explica”; “eu queria você comigo na hora de estudar”, entre outras falas. Eu pensava: “eles querem mágica, que eu esteja em vários lugares ao mesmo tempo e ainda dê um jeito de repassar o conteúdo quando eles perdem?”. Acabava rindo e ia usando os recursos que tinha. Em 2015, comecei a pensar que a tal “mágica” poderia ser feita pela tecnologia, me levando a várias casas ao mesmo tempo, em qualquer horário e para quem tivesse o interesse: assim nasceu o canal Mais Ciências — Prof.^a Rafaela Lima, no *YouTube*.

Além de ver a internet como um encurtador das distâncias entre quem quer ensinar e quem quer aprender, lá no início do canal, eu observei que havia pouco conteúdo de Ciências para as crianças do Ensino Fundamental. Havia muito conteúdo para preparação de vestibulares e Enem, mas pouco sobre temas que, em sua maioria, são cotidianos e usados ao longo da vida. Assim eu defini com quem iria falar na internet e o que queria falar, ou seja, ensinar Ciências de forma leve e prática para crianças, adolescentes e jovens, o que tem sido meu lema ao longo dos anos.



Como professora, sempre produzi materiais didáticos e montei meu acervo pedagógico: lista de exercícios, provas, resumos de conteúdos, textos para aprofundamentos e interpretação, jogos etc. Com o canal “Mais Ciências”, passei a recriar esse acervo agora digital, incluindo cores, cenário, som, música e imagens. O mundo audiovisual era um novo mundo para mim. Além de pensar nos conteúdos, no currículo e nas referências bibliográficas, comecei a ampliar minhas capacitações para câmera, iluminação, gravação de áudio, edição de vídeos e vários outros temas que compõem esse mundo – o que, nem sempre, a meu ver, é satisfatório pelo desafio de equilibrar tantas demandas.

A história do “Mais Ciências” tem sido muito bonita, ajudando milhares de estudantes no Brasil e fora dele. Muitas vezes, sou questionada do porquê desse sucesso e tenho refletido sobre isso ao longo dos anos. As videoaulas, como outros recursos audiovisuais, são excelentes, pois possibilitam diferentes estímulos para a aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Elas podem ser grandes aliadas em uma dura realidade que aflige muitos de nossos jovens estudantes: dificuldade na leitura e na interpretação de textos somadas à dificuldade de concentração e ao uso por vezes excessivo de redes sociais. Nesse contexto, nós “edutubers”, *youtubers* de educação, usamos a internet a nosso favor. As videoaulas acontecem em um ambiente onde os jovens já estão, em um formato que gostam e se identificam, com uma linguagem simples e com recursos lúdicos sem perder o compromisso com a seriedade do conteúdo. Esse formato auxilia o processo de aprendizagem de temas curriculares importantes para nossos estudantes.

Outro motivo que posso apontar para o êxito das videoaulas como recurso de aprendizagem é o modo como aprendemos. William Grasser, na pirâmide de aprendizagem, aponta que aprendemos 10% quando lemos, 20% quando ouvimos e 50% quando vemos e ouvimos, que é justamente o que ocorre em uma videoaula. Assim, esse estudante pode potencializar sua aprendizagem somando o que é oferecido na escola (textos, aulas expositivas, exercícios, práticas etc.) ao conteúdo disponível na internet.

Além disso, a sala de aula pode ser um ambiente com muitos distraidores. Um tipo de comentário muito comum que recebo nas minhas videoaulas, e que muito me incomoda, é: “aprendi aqui em minutos o que não aprendi em horas na escola”. Entendo que é um elogio ao meu

trabalho *on-line*, mas percebo que esse comentário é o sintoma de um problema maior: turmas lotadas (muitas vezes, 40 a 50 alunos agitados em sua imaturidade juvenil), acústica ruim, temperaturas elevadas ou arquitetura de salas que não favorecem a aprendizagem, por exemplo. Esses são cenários que deixam o trabalho do professor contraproducente, levando o estudante desajustado de aprender a achar na internet o lugar produtivo que não encontra em sala de aula.

O fator tempo também é frequentemente apontado como positivo no meu conteúdo no Mais Ciências. Durante as videoaulas, decidi reproduzir uma prática de sala de aula que funciona muito: o conteúdo é trabalhado em blocos de tempo reduzidos e com pausas. Essa abordagem, chamada de *microlearning*, transmite pequenas doses de conhecimento em uma curta duração e com objetividade. Além de pensar nas características de meu público-alvo juvenil, também me coloquei em um lugar de apoio à escola, deixando para ela os aprofundamentos e personalizações de ensino necessárias.

Esse meu lugar específico de educadora na internet me permitiu atuar na sensibilização sobre temas de Ciências e atrair com pequenas pílulas de conhecimento alunos desinteressados ou até “traumatizados” com conteúdos científicos considerados “difíceis”. É parte do meu papel também como divulgadora científica transformar um conteúdo científico e de linguagem específica em um conteúdo que possa ser consumido e entendido por pessoas fora desse campo de conhecimento.

Após a pandemia de Covid-19, que fechou as escolas por longos meses e forçou a aprendizagem a distância por meio de diferentes plataformas, pude perceber uma nova relação entre professores e o uso das videoaulas. Antigamente, era comum os estudantes buscarem de modo independente os conteúdos para estudar às vésperas das provas ou para conhecer um novo assunto. Por parte de muitos professores, havia uma certa resistência aos “professores do YouTube”: “eles são sérios?”, “querem substituir a escola?”. Por outro lado, alguns, mais antenados, já indicavam videoaulas aos estudantes como revisão e introdução a novos assuntos. Contudo, a partir da pandemia, as videoaulas se tornaram grandes aliadas de muitos professores.

A educação digital ganhou espaço em muitas escolas brasileiras e até, de modo mais tímido, em locais marcados pela baixa conectividade,

como nos que eu leciono, na periferia do Rio de Janeiro. As videoaulas trouxeram novas possibilidades aos professores. Formações sobre o uso e a disponibilidade de mecanismos tecnológicos em métodos de ensino — que geralmente estão relacionados a processos mais dinâmicos de aprendizagem — têm se tornado uma possibilidade real para professores, e o uso das videoaulas também se destaca nesse novo cenário.

Ao analisar os dados estatísticos do “Mais Ciências” no *YouTube*, percebi um aumento significativo da inserção das minhas videoaulas em sites de educação e blogs de escolas, em docs. e em plataformas voltadas para uso escolar, como Google Sala de Aula e Microsoft Teams. Nos comentários dos vídeos foi crescente o “meu(minha) professor(a) nos enviou essa aula” ou “sou professor(a) e uso suas aulas”, bem como essa interação em outras redes sociais. Desde então, me pareceu que, para muitos professores, foi desmistificada a ideia das videoaulas como vilãs que querem tirar o espaço do professor das salas de aula. Esse recurso passou a ser visto como o que é: um aliado no processo de aprendizagem.

Pela minha formação, eu sempre acreditei que, na sala de aula, eram necessárias abordagens para além do “cuspe e giz”, para propiciar uma aprendizagem mais significativa dos alunos. O uso de recursos lúdicos com ou sem tecnologia, como vídeos, animações, filmes, experiências, dinâmicas, leituras, jogos, debates etc., já aparecia como importante para a aprendizagem. Contudo, ao longo do tempo, percebi as videoaulas surgirem em temas de pesquisas, monografias, dissertações de mestrado etc., por estarem realmente no cotidiano escolar.

Além dos jovens alunos, tenho estabelecido uma boa parceria com professores e licenciandos a partir do meu trabalho *on-line*, tanto no canal “Mais Ciências”, que consta com mais de 200 mil inscritos, quanto nas aulas do projeto “Nem 1 pra trás”, do Canal Futura, para o qual planejei e gravei centenas de aulas que alcançaram até o momento mais de 10 milhões de pessoas. Tenho atuado também no processo de formação continuada, tão necessário a todos nós professores, dando capacitações em planejamentos de aulas lúdicas, metodologias ativas, uso de recursos tecnológicos para educação, dentre outros.

Uma iniciativa muito positiva para “edutubers”, estudantes e professores é o canal *YouTube* Edu, elaborado pelo *YouTube* e com a curadoria da UNESCO, que reúne aulas de diferentes disciplinas, temas e séries.

Este projeto que já existia e foi repaginado em 2022, trouxe formação e capacitação para desenvolver o trabalho de produtores de conteúdo, mas para o grande público apresenta também um conteúdo organizado e curado de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Fica claro para mim que a internet pode ser uma ferramenta importante para democratizar a educação, mas ainda há muitos desafios quanto à disponibilidade dela para a maioria. Como mostrou a pesquisa TIC Educação 2021, existe uma falta de conectividade em muitas regiões brasileiras, falta de dispositivos e acesso à internet em domicílios, bem como um número insuficiente de computadores por alunos e baixa velocidade de conexão da internet em muitas escolas.

Gosto de destacar esses dados, pois sei que muitos professores se afligem por desejar usar os recursos tecnológicos para educação, mas se veem de mãos atadas. Percebe-se ainda em muitos grupos o senso comum de que todos têm acesso à tecnologia e basta querer usá-la. Os dados mostram que essa ideia é um equívoco. É essencial que haja investimentos nessa área, o que traria benefícios para toda a comunidade escolar.

Novos formatos e reinvenção de práticas para educadores digitais

NOSLEN BORGES

A revolução digital trouxe uma transformação profunda na forma como aprendemos e ensinamos. A educação também passou por uma transformação significativa nas últimas décadas, impulsionada por essa revolução. Uma das maiores mudanças nesse cenário educacional é a ascensão das videoaulas e a necessidade de os educadores se reinventarem para atender às demandas desse novo formato. Eles têm enfrentado o desafio de se adaptar a um ambiente de aprendizagem que está em constante evolução, e as videoaulas emergiram como uma ferramenta poderosa nesse cenário.

Neste artigo, não pretendo ensinar como fazer videoaulas, nem mesmo apontar o que é certo ou errado para essa ferramenta, mas sim partilhar do que tenho vivido nesse meio tecnológico e mostrar alguns dos benefícios dos novos formatos que estão surgindo. Pretendo, assim, contribuir com os educadores, que podem se adaptar e prosperar nesse ambiente em constante mudança e até mesmo se tornar educadores digitais.

A evolução das aulas em vídeo

Atualmente, a educação não está mais restrita às salas de aula em locais físicos, e a aprendizagem *on-line* se tornou uma parte integrante do nosso sistema educacional. Esse cenário evoluiu rapidamente, criando desafios e oportunidades para educadores e alunos.

Há anos, a videoaula é vista como uma ferramenta educacional útil. Inicialmente, era limitada a cursos em fitas VHS ou DVDs, entregando conteúdo de maneira unidirecional, ou seja, do produtor para o consumidor, sem a possibilidade de interação entre eles. Com a expansão da internet de alta velocidade e a disseminação de dispositivos digitais, as videoaulas se tornaram mais acessíveis e interativas, com a possibilidade de comentários, curtidas, compartilhamentos e reações a essas aulas em tempo real.

As videoaulas têm sido uma das principais ferramentas na revolução educacional, pois oferecem uma maneira eficaz de transmitir informações, envolver os alunos e facilitar a aprendizagem autônoma.

Com a capacidade de pausar, retroceder e revisar o conteúdo a qualquer momento, plataformas de vídeos *on-line*, como o *Youtube*, e de ensino *on-line* popularizaram a ideia de compartilhar conhecimento por meio de vídeos.

Professores e especialistas de todo o mundo começaram a criar conteúdo educacional acessível a todos, expandindo os horizontes da aprendizagem. As videoaulas possibilitaram que pessoas, que antes não poderiam ter acesso a uma boa educação, pudessem estudar com professores do Brasil todo apenas tendo um celular em mãos. Esse acesso democratizado à educação tem sido uma mudança transformadora, permitindo que estudantes de todas as idades e origens obtenham conhecimento em qualquer área e em qualquer momento.

No entanto, à medida que as videoaulas se tornaram mais populares, também se tornaram mais diversificadas em termos de estilo e qualidade. Hoje, podemos encontrar desde palestras tradicionais gravadas até tutoriais animados, aulas ao vivo interativas e vídeos em realidade virtual. Essa diversidade de formatos demonstra a flexibilidade dessa ferramenta e a capacidade de se adaptar às necessidades de diferentes públicos.

Novos formatos de videoaulas

Além dos formatos tradicionais de videoaulas, novas tendências têm surgido a partir da evolução das tecnologias. Entre elas, temos a Realidade Virtual (RV) e a Realidade Aumentada (RA), que estão começando a revolucionar a forma de aprender.

As videoaulas em RV permitem que os alunos mergulhem em ambientes de aprendizagem virtuais, enquanto a RA pode adicionar elementos interativos ao mundo real. Isso oferece experiências educacionais mais imersivas e envolventes. Aprendemos mais quando vemos sentido no conteúdo apresentado e essas tecnologias auxiliam justamente nisso.

A tecnologia das videoaulas pode ser uma aliada no processo educativo por algumas características, são elas:

- **Microlearning:** vídeos curtos e concisos que estão ganhando popularidade. Os educadores digitais criam conteúdo que pode ser consumido em pequenas pílulas, facilitando o aprendizado contínuo e flexível;
- **Gamificação:** elementos de jogos que são incorporados em videoaulas e que podem tornar o aprendizado mais divertido e motivador. Plataformas educacionais estão explorando jogos educacionais que ensinam enquanto entretém, uma ferramenta chamada de “educatenimento” (educação + entretenimento);
- **Interação em tempo real:** plataformas de ensino ao vivo permitem que os alunos participem de aulas interativas e façam perguntas em tempo real, aproximando a experiência digital da sala de aula física. Os estudantes querem e precisam ser escutados;
- **Personalização:** com o uso de algoritmos de aprendizado de máquina, as videoaulas podem ser adaptadas às necessidades individuais de cada aluno, fornecendo um aprendizado mais personalizado.

Reinvenção de práticas para educadores digitais

A transição para o ensino digital não diz respeito apenas a adotar novos formatos de videoaulas; ela também é sobre uma mudança fundamental na abordagem educacional para uma nova geração de estudantes que nasceu dentro do ambiente da internet.

Apesar dos benefícios, a adoção de novos formatos de videoaulas também apresenta desafios. Os professores que usam o digital podem enfrentar dificuldades na criação de conteúdo, na manutenção do envolvimento dos alunos e na avaliação do aprendizado. No entanto, esses desafios podem ser superados com estratégias adequadas, por exemplo: desenvolvimento de conteúdo produtivo atrelado ao cotidiano, interatividade efetiva e avaliação contínua. Os professores precisam buscar formas de envolver os alunos por meio de discussão, atividades práticas e *feedback* individualizado.

Criar uma videoaula envolvente requer planejamento e habilidades específicas como uma a leitura de mundo particular, especialmente o mundo dos jovens. É importante conhecer muito bem esse mundo e a realidade de seus estudantes, o que eles gostam de consumir em seu cotidiano e aproveitar esses elementos para inserir a educação contextualizada em seus dia a dia. Videoaulas não devem ser apenas palestras gravadas.

Utilizar recursos interativos, como questionários e investigação *on-line*, *games* educativos, esquetes, músicas e propor que o estudante encontre em um *game* de sua preferência relações com os conteúdos ensinados em sala, podem manter os alunos envolvidos e promover uma maior interação.

Avaliar o progresso dos alunos de forma contínua é fundamental. Ferramentas *on-line* permitem o acompanhamento do desempenho e a adaptação do ensino conforme necessário, mas o diálogo e a escuta também auxiliarão a medir a eficiência das próprias propostas pedagógicas de cada professor. A avaliação deve ser projetada de forma a medir o aprendizado real, não apenas a memorização. Isso pode incluir projetos práticos, apresentações e divulgação. Reconheça que os alunos têm diferentes estilos de aprendizado e necessidades e ofereça opções

flexíveis para que eles possam acessar o conteúdo de acordo com sua própria agenda e preferências de formatos.

Entretanto, nada disso é tão simples quanto parece, já que os educadores precisam estar confortáveis com as ferramentas tecnológicas que utilizam. Isso inclui não apenas a criação de videoaulas, mas também a gestão dessas plataformas, a interação com os alunos de modo *on-line* e a resolução de problemas técnicos que podem aparecer.

Conclusão

Entendemos que as videoaulas se tornaram uma parte fundamental da educação digital, oferecendo uma ampla variedade de formatos para atender às necessidades de educadores e alunos. Elas oferecem flexibilidade, personalização e envolvimento, capacitando educadores digitais para atender às necessidades dos estudantes de hoje. No entanto, para a maioria dos educadores, se tornar digital e fazer a adoção desses novos formatos, além da própria reinvenção de práticas, pode em um primeiro momento soar desconfortável, mas são essenciais para fazer uma educação eficaz e envolvente nos tempos de hoje. O futuro da educação digital está cheio de promessas, e os educadores que se adaptarem a essas mudanças estarão bem-posicionados para moldar o futuro da aprendizagem.

A educação digital não é o futuro, ela é o presente. Reinventar-se é uma necessidade básica para qualquer área profissional e não seria a educação que ficaria fora dessa reinvenção de práticas educacionais. Contudo, é essencial estar antenado em todas as possibilidades que a tecnologia oferece, preparando os alunos para o sucesso na carreira na era digital e dominando as novas tecnologias a favor do seu bem-estar como professor — um motivo que deve fomentar a reinvenção individual.

O mundo evolui, nós acompanhamos essa evolução e somos parte dela. Não devemos nos acomodar com o que nos incomoda; encarar a vida e todas as suas belezas é parte essencial de ser um humano vivo.

Aceleração de projetos, conversas e conexões. Por dentro do movimento LED — Luz na Educação

VIRIDIANA BERTOLINI

O prêmio Luz na Educação (LED)¹ trouxe mais visibilidade para o trabalho do Banco da Providência² e destacou a importância do impacto da nossa Metodologia. Levou conhecimento sobre a nossa atuação para um universo enorme de pessoas, jogando luz na urgência da implementação de programas de inclusão produtiva no atual contexto social e econômico do país.

Esse prêmio reflete a seriedade, transparência e impacto do nosso trabalho, reconhece a competência e comprometimento da nossa equipe e reforça nossa missão de contribuir com a redução da desigualdade social por meio do desenvolvimento humano, capacitação profissional e geração de trabalho e renda.

1. O projeto LED (Luz na Educação) é uma iniciativa da Globo e Fundação Roberto Marinho para fomentar ações relacionadas à educação.

2. O Banco da Providência é uma organização social sem fins lucrativos, que realiza projetos visando contribuir para a redução da desigualdade social e promover o desenvolvimento humano de famílias residentes nas comunidades do Rio de Janeiro, por meio da capacitação para o trabalho, geração de renda e fortalecimento das lideranças comunitárias.



Com o recurso do Prêmio, criamos a TURMA LED e selecionamos 55 mulheres, que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Zona Oeste do Rio de Janeiro, para participarem do nosso Programa de Inclusão Social Produtiva.

CÍNTIA RAMIRES, gerente institucional do Banco da Providência, uma das iniciativas vencedoras do Prêmio LED 2022.

A educação do futuro transborda o ensino formal, vai muito além da sala de aula e exige competências e habilidades comportamentais aprimoradas. Tal constatação impõe um desafio à sociedade: como contribuir para elevar o nível educacional da população?

Os baixos níveis educacionais têm sido, ao longo da história, um grave obstáculo ao desenvolvimento pleno de nosso país — e estão no centro do combate à desigualdade social. O tema se torna ainda mais urgente em um Brasil que sofre com questões sociais ao longo de toda sua história, agravadas fortemente em 2020 pela pandemia da Covid-19. Todas as esferas sociais foram duramente afetadas, mas a educação, em especial, traz um quadro alarmante.

Segundo relatório Educação Já, 2022, do Instituto Todos pela Educação³, com a pandemia, mais de 5 milhões de estudantes brasileiros de 6 a 17 anos (13,9% do total) chegaram a estar fora da escola ou sem atividades escolares. Mais uma vez, os mais afetados foram a população negra, indígena e de nível socioeconômico mais baixo. O fechamento de escolas aliado às fragilidades e limitações próprias do ensino remoto e o agravamento de problemas sociais trouxeram mais desafios na trajetória dos estudantes, com potencial de elevação expressiva da evasão escolar.

Como resposta, para além do âmbito público, muitas empresas brasileiras têm empreendido ações como parte de uma política de Responsabilidade Social Corporativa conectada ao seu ramo de atividade e alinhada aos preceitos de uma agenda Environmental, Social and Corporate Governance (ESG). Em linhas gerais, a sigla compreende três aspectos de atuação empresarial: preservação ambiental no processo

3. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/#>. Acesso em: 26 jun. 2023.

produtivo, iniciativas de impacto social e questões relacionadas à ética e governança corporativa. A educação se insere, prioritariamente, no segundo preceito, que diz respeito a ações de impacto social.

Em um país marcado por demandas sociais insuficientemente atendidas, a importância do Investimento Social Privado (ISP) para o Brasil está longe de ser contestada, sendo essa mobilização de recursos privados de suma relevância para a consolidação dos marcos democráticos, fortalecimento da sociedade civil e contribuição para a inovação de políticas públicas. Segundo dados do Censo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE, 2020) a educação é a principal área temática das 131 organizações que participaram da pesquisa e está entre as 1.015 iniciativas indicadas por elas, caracterizando-se como um dos temas mais estratégicos no campo do Investimento Social Privado brasileiro.

E quais estratégias devem ser adotadas pelas empresas para efetivamente causar impacto social?

Ensinar a pensar de forma crítica, agir de maneira criativa e aplicar esses saberes na resolução de problemas complexos são desafios que se juntam à grande missão da educação, que é preparar pessoas para um futuro desejável. O autor Edgar Morin aborda em sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro” caminhos para que a educação seja, de fato, o vetor central de transformação e desenvolvimento de uma sociedade e seus cidadãos. Para isso, ele defende o pensamento complexo, capaz de relacionar, contextualizar e religar diferentes saberes ou dimensões da vida.

É necessário manter a mente aberta e a escuta sensível. Criar espaços de diálogos, criativos e democráticos, capazes de viabilizar novas práticas pedagógicas, baseadas na ética, solidariedade e justiça social. Uma educação que seja pautada no desenvolvimento da compreensão e da condição humana, na cidadania e ética poderá colaborar para o enfrentamento de crises sociais, econômicas, políticas e ambientais que nos colocam em risco (Morin, 2011, p. 13).

Novas práticas pedagógicas são, assim, necessárias para essa educação transformadora. É preciso olhar para o conhecimento de maneira transdisciplinar, envolvendo as relações indivíduo-sociedade-natureza. Essa é a condição fundamental para a construção de um futuro viável para as gerações presentes e do amanhã.

Morin (2011) reflete, ainda, sobre a compreensão mútua, a importância da escuta, em todos os níveis educacionais, como aspecto vital para as relações humanas saírem do seu estado de incompreensão.

Podemos observar o quanto o pensamento de Morin está conectado às questões da atualidade e o quanto expande os conceitos da educação formal. O território abordado em suas ações traz uma visão de educação que não se limita apenas ao ambiente formal, escolar ou universitário, mas que olha, também, para fora dos muros institucionais, integrando família, comunidade, sociedade.

Educação: a gente vê por aqui

A Globo⁴ atua na educação desde a década de 1970 quando, junto com a Fundação Roberto Marinho, lançou o Telecurso, uma iniciativa pioneira em educação à distância. O projeto durou mais de 35 anos na TV aberta e, ao longo desse período, foram impactados 7 milhões de estudantes, 40 mil professores, 32 mil salas de aula e mais de 1.500 instituições em todo o Brasil (ESG Globo, 2022, p. 81).

Para além do Telecurso, muitas ações foram desenvolvidas ao longo do tempo, como a iniciativa “Amigos da Escola”, criada em 1999 para valorizar a educação e a escola pública em campanhas e reportagens. O projeto incentivava o voluntariado interno e externo, envolvendo profissionais da educação, alunos, familiares, comunidade escolar e

4. A Globo hoje pertence ao Grupo Globo, do qual também fazem parte a Editora Globo, o Sistema Globo de Rádio, a Globo Ventures e a Fundação Roberto Marinho. Desde 2020, após um processo de integração e revisão de atuação, a Globo passou a abarcar, em um mesmo guarda-chuva de marcas, as empresas Globo.com (plataformas digitais – como o portal de notícias G1, o portal de esportes GE e o portal de variedades GShow), Globoplay (serviço de streaming), TV Globo (canal de TV aberto) e Globosat (portfólio de canais pagos). Já no campo social, ao fazer um resgate histórico, percebe-se uma evolução dentro da missão, visão e valores da companhia, sempre com a presença da educação como pauta ao longo dos anos e de diferentes formas.

colaboradores da companhia. No mesmo ano, o “Globo Universidade” foi lançado para gerar diálogo com o meio acadêmico por meio de apoio a pesquisas, troca de conhecimento e fomento da ciência.

Outra iniciativa promovida com objetivo de impulsionar a educação é o Menos 30 Fest, projeto que tem como foco fomentar a educação empreendedora entre jovens no Brasil por meio de eventos presenciais e virtuais, além de conteúdos inspiradores, cursos e workshops. Em 2021, em meio à pandemia da Covid-19, juntamente com a FRM e instituições do campo da Educação, foi lançada a “Campanha de volta às aulas — Não desista do seu futuro”, para combater a evasão escolar. Em duas fases, a campanha contou com 10 filmes e impactou mais de 115 milhões de lares brasileiros. Esse e outros projetos de educação estão detalhados nos relatórios ESG, disponíveis no QR CODE ao lado.

Movimento LED — Luz na Educação

Toda essa trajetória de alguma maneira pavimentou uma estrada e deu espaço para criação do mais novo projeto da Globo no tema Educação. Lançado em dezembro de 2021, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Movimento LED — Luz na Educação⁵ surge com o objetivo de identificar, reconhecer e impulsionar iniciativas inovadoras em educação por meio de três pilares fundamentais: um prêmio anual no valor total de R\$1,6 milhão, um festival também anual e presencial para prover encontros e aprofundar o debate, além de uma comunidade desenvolvida em uma plataforma digital dedicada a manter a conversa aberta e constante entre interessados na temática educacional.

Desde quando começou a ser planejado, a ideia central era estruturar algo que pudesse contribuir de maneira efetiva, usando a força narrativa que os canais e produtos Globo têm para iluminar boas histórias, com o propósito de sensibilizar e engajar a sociedade no tema. Da mesma forma, o Movimento LED quer mostrar que a educação não tem apenas um olhar linear, ou seja, não existe uma única forma de aprender e de ensinar, sem ignorar o protagonismo das escolas de Educação básica,

5. Disponível em: <http://www.movimentoled.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.

mas mostrando que é possível se conectar com conhecimento de múltiplas maneiras. O movimento surge do desejo de impulsionar iniciativas inovadoras em Educação, que estão espalhadas por todo o Brasil e que precisam ser reconhecidas pela sociedade e conhecidas pelo grande público, para ganhar cada vez mais escala e notoriedade e atingir um número maior de pessoas. A ideia do Movimento LED é mostrar que a educação é um assunto necessário e fundamental para a construção de um futuro cada vez mais justo, inclusivo e próspero.

Ainda é importante ressaltar que, para o Movimento LED, iniciativas inovadoras não são necessariamente aquelas que nascem de novas tecnologias, mas, sim, as que geram impacto positivo na comunidade a partir de ideias transformadoras e escalonáveis. No Prêmio do Movimento LED, seis vencedores são escolhidos em cada edição, dois vencedores para cada um das três categorias — estudantes, educadores e empreendedores — ganham R\$ 200 mil cada. Além de um sétimo premiado selecionado por voto popular com um prêmio de R\$ 100 mil. Toda essa jornada é contada em um especial de TV exibido pela TV Globo em horário nobre no mês de abril.

O Prêmio do Movimento LED ainda inclui um desafio para estudantes em que boas ideias são selecionadas e desenvolvidas em uma mentoria no formato de hackathon e, ao final, cinco jovens finalistas dividem uma premiação de R\$ 300 mil. Os vencedores dessa etapa são conhecidos durante o Festival LED, um evento presencial que reúne durante dois dias mais de 150 palestrantes, nomes nacionais e internacionais, além de inúmeras atividades, entre mesas de debates, painéis, workshops, shows etc.

Em dois anos de projeto, o LED já coleciona bons resultados: foram dois editais somando 5.500 iniciativas inscritas; mais de R\$ 3 milhões distribuídos em prêmios; 10 mil pessoas participando presencialmente das duas edições do Festival LED, no Museu do Amanhã e no Museu de Arte do Rio; mais de 400 mil *videoviews* nas transmissões ao vivo das edições do Festival LED no Globoplay e 27 milhões de brasileiros alcançados pelo programa da TV Globo, só na edição de 2023.

O Movimento LED ainda está no início de sua jornada, mas para seguir crescendo e se tornando cada vez mais relevante estabelece uma escuta permanente e ativa com a sociedade, a começar por um conselho consultivo composto por dez organizações de referência no tema. Esse grupo se dedica a pensar a atuação do projeto, acompanhar o impacto gerado, mobilizar redes de apoio e incentivar o diálogo sobre o futuro da educação em fóruns e eventos. Fazem parte do Conselho Consultivo do LED: Atlas da Juventude, CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira), ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio), OEI (Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), Porto Digital, Unesco, Unicef, Todos pela Educação, Vale do Dendê, Fundação Bradesco, além do apoio institucional de Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação).

Globo e a agenda ESG

O Movimento LED faz parte da agenda ESG da Globo, com o objetivo de ampliar a visão da Educação e iluminar o seu poder transformador. A Globo lançou em julho de 2022, pela primeira vez, seu relatório ESG com seis compromissos públicos a serem alcançados até 2030. Na mesma data, a empresa divulgou também a assinatura do Pacto Global e se tornou signatária de uma das maiores iniciativas de sustentabilidade corporativa do mundo, que está presente em 160 países e possui mais de 20 mil participantes. Com essa ação, a Globo passa a estar presente no campo do diálogo com diversas empresas do setor para uma rica troca de conhecimento e boas práticas.

Os seis compromissos divulgados pela companhia são:

- **Compromisso #1.** Impacto Social no Conteúdo. Produzir e distribuir conteúdo em sintonia com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e ambiental;
- **Compromisso #2.** Inclusão e Diversidade. Promover a inclusão e a diversidade em conteúdos e equipes internas;

- **Compromisso #3.** Desenvolvimento & Bem-estar dos colaboradores. Investir no desenvolvimento contínuo e no bem-estar de nossos colaboradores, buscando ser, cada dia mais, uma empresa da qual todos se orgulham de pertencer;
- **Compromisso #4.** Biodiversidade & Consciência Ambiental. Valorizar e proteger a biodiversidade, promover a consciência ambiental e respeitar os limites naturais do nosso planeta;
- **Compromisso #5.** Governança Transparente & Responsável. Promover uma governança transparente e responsável, pautada pela essência Globo;
- **Compromisso #6.** Educação como vetor de transformação do país. Apoiar ativamente a educação como vetor de transformação do Brasil.

Considerações finais

Mais do que um direito dos cidadãos, a Educação é um bem social que permite transformar realidades. É a ferramenta primordial que capacita os indivíduos para atuarem na melhoria das condições de vida ao seu redor.

No entanto, os desafios a serem enfrentados no Brasil são muitos: ensino técnico profissional insuficiente; evasão escolar, professores e estudantes sobrecarregados emocionalmente; infraestrutura tecnológica precária e tantos outros.

Por outro lado, há muita gente fazendo, criando soluções e inovando no campo educacional, apesar das adversidades. É nesse contexto que a agenda social da Globo está pautada. Aliar sua força mobilizadora com uma temática relevante, como é a Educação, se mostra estratégico, pois traz resultados importantes para a sociedade e para a própria Globo. Ser luz e motor para iniciativas de pessoas inspiradoras é o que move o Movimento LED.

REFERÊNCIAS

BRETAS, Gabriela et al. *Censo GIFE 2020*. São Paulo: Gife, 2021. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>. Acesso em: 11 jun. 2023.

EDUCAÇÃO JÁ 2022. *Todos pela Educação*, 2022. Brasil. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf?utm_source=download&utm_id=documento. Acesso em: 11 jun. 2023.

GLOBO. *Jornada ESG: fazer a diferença é todo dia*. Relatório 2021, 2021. Disponível em: <https://globoir.globo.com/esg/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GLOBO. *Valor social*. 11 out. 2020. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/playlist/confira-os-nossos-videos-com-a-tematica-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: Cortez Editora, 2011.

**CIDADANIA,
PARTICIPAÇÃO
E DIREITOS
EM NARRATIVAS
URGENTES**

A força das periferias e da cultura marginal na construção de narrativas

MIDRIA

TAWANE TEODORO

Apresentação

Este artigo vai ser todo escrito em primeira pessoa, como fazemos nas ruas e nas competições de poesia falada. Nós, Midria e Tawane, somos jovens poetas que se descobriram assim por meio dos movimentos de literatura marginal-periférica da cidade de São Paulo, os *saraus* e os *slams*. Ao longo desse texto, pretendemos mobilizar nossa experiência pessoal como ponto de partida para reflexões relativas ao poder de criação de novas narrativas nas periferias por meio da cultura, além das histórias vivenciadas por outras pessoas participantes dessas cenas poéticas.



A literatura marginal-periférica: origem dos saraus e dos slams

O termo literatura marginal-periférica aparece no trabalho de Érica Peçanha do Nascimento sobre escritores das periferias paulistanas (2006), designando a literatura escrita por pessoas de origem periférica, que escrevem sobre a periferia de forma específica, entrecortando as palavras por suas próprias vivências cotidianas.

Há uma literatura que precede essa literatura marginal-periférica, a chamada “geração marginal”, registrada no livro “26 poetas hoje”, organizado pela escritora Heloisa Buarque de Hollanda. As poetas que apareceram no livro, de formas plurais, desafiavam o regime da ditadura militar fora do círculo editorial tradicional. Entretanto, o perfil dessas pessoas, durante a década de 1970, não era essencialmente de pessoas periféricas: daí talvez faça mais sentido pensar que essa era uma literatura contra o sistema vigente, mas que não retrata de modo direto as vivências de todas as margens possíveis, incluindo as geográficas.

É importante pensarmos que esses movimentos de transgressão por meio da arte são retroalimentados entre si, sendo muito possível que o que conhecemos como literatura marginal-periférica hoje possua seus diálogos com a geração marginal e de forma mais recente com o *hip-hop*.

A chegada do *hip-hop* em São Paulo na década de 1980 e a sua popularização na década seguinte representam uma influência sobre grande parte dos grupos que fundaram os saraus na mesma cidade a partir dos anos 2000. Sendo esse o caso de Sérgio Vaz, Ferréz e Sacolinha, três expoentes interlocutores da literatura marginal-periférica com os quais Érica dialoga em seu trabalho.

Saraus como o Sarau da Cooperifa, fundado pelo próprio Sérgio Vaz, e o Sarau do Binho, organizado pelo também poeta Binho, ambos na zona sul da cidade de São Paulo, são exemplos de potentes encontros que impactam fortemente a vida de pessoas periféricas de diversas origens. Na origem, saraus chegam ao Brasil por influência da corte portuguesa, com espaços para recitais e apresentações musicais em 1808 (Amaral, 2020). Nas visões de Sérgio Vaz e Binho, há a concepção de um resgate da tradição a partir de uma reapropriação, de modo a criar espaços de voz para sujeitos advindos das periferias.

Se Carolina Maria de Jesus esteve sozinha em sua época, ainda na década de 1960 retratando as agruras da pobreza nas favelas em formação na urbanidade de São Paulo, o que esses movimentos podem propor é justamente o encontro (Balbino, 2016). Enquanto faltam espaços de representação de agentes periféricos nos espaços centrais do governo, da mídia e no próprio mercado editorial, os saraus surgem acordando os bairros-dormitórios para sugerir um caráter comunal de troca e escuta.

E nessa mesma esteira, bebendo da fonte dos saraus e do *hip-hop*, chegam ao Brasil em 2008 os *slams*, ou *poetry slams*, uma competição de poesia falada que nasceu na década de 1980 em Chicago, nos Estados Unidos a partir das movimentações do poeta, ator e ex-trabalhador do ramo da construção civil Marc Kelly Smith. Os *slams*, em seu formato básico, possuem como premissa autoria própria de no mínimo três poemas de até três minutos com tema livre a serem partilhados em três rodadas, nas quais pessoas convidadas do público dão notas de 0 a 10 a cada poeta participante (D'alva, 2014). A partir da exclusão da maior e menor nota, seguida da soma que reflete uma média das três notas restantes, sabemos quem é a pessoa campeã da competição.

O surgimento dessas competições também responde a uma necessidade de criação de outros espaços de vozes vislumbrada por Smith, em um processo de elitização constante da literatura, que era então vivida no contexto estadunidense. Atualmente, as competições no Brasil já chegaram a 250 comunidades, entre mais de 20 estados, de acordo com o Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, fundador do ZAP! *Slam*, primeiro *slam* brasileiro¹. Essas competições hoje colocam em evidência as narrativas de histórias periféricas, de mulheres, pessoas negras, população LGBTQIAP+, povos indígenas, pessoas com deficiência, entre outras socialmente oprimidas.

Traremos a seguir, partindo de nossas próprias vivências, reflexões sobre o poder desses movimentos.

1. Encarte “*Slam* BR. 19 – Campeonato Brasileiro de Poesia Falada” distribuído no campeonato nacional de 2019. Concebido pelo Núcleo Bartolomeu de Depoimentos e distribuído no SLAM BR – Campeonato Brasileiro de Poesia Falada 2019.

Nossas experiências

*Eu quero que meu bairro não seja mais um bairro dormitório,
eu quero que ali tenha vida, seja noite ou seja dia.*

MIDRIA (2017)

Sou uma mulher negra não binária, nascida e crescida na periferia da Zona Leste de São Paulo. Fui uma boa aluna, dessas muito dedicadas, que se destacam entre a turma. A leitura fez parte da minha infância, com livros que ganhei desde pequena, fosse da minha família ou do patrão de minha avó, que era diarista. Quando estava na segunda série do Ensino Fundamental, a professora da classe nos contou sobre o que seriam poemas e como escrevê-los; foi assim que me apaixonei por esse formato e, desde então, saí por aí escrevendo a vida.

Contudo, nesse contexto, a literatura que me cercava como referencial era majoritariamente branca, masculina e falava sobre realidades muito distantes da minha própria. Quando estava já na pré-adolescência, minha escola recebeu (por ter tido algumas das piores avaliações de rendimento entre alunos) um projeto chamado “Círculos de Leitura”. Foi nesse projeto que comecei a ter acesso a livros de forma ainda mais facilitada, visitando a escola no contraturno para ler e filosofar sobre clássicos da literatura como Lewis Carroll, L. Frank Baum e Dostoiévski.

Percebam que são todos homens brancos e do norte global. Ouvindo esse tipo de história, não era difícil que eu observasse o meu entorno sem muitas referências. Inclusive, meu maior desejo durante a adolescência era me mudar do bairro onde cresci para um espaço mais urbanizado e com acessos melhores a direitos básicos, como educação, transporte, saúde, lazer e saneamento. Ou seja, aspectos básicos do Bem Viver².

2. De acordo com Juliana Gonçalves do Santos, Bem Viver pode se definir como “O conhecimento que emerge de memórias antigas. Aprendizados fincados em práticas comunitárias. ‘Bem Viver’ é um nome novo usado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar”. Trecho recolhido do artigo “O Bem Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos”, disponível em: <https://usinadevalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Foi só quando já no Ensino Médio passei a frequentar o Sarau do Vale, um espaço de troca criado por outras pessoas residentes no bairro, agitadoras culturais, que minha trajetória e visão sobre minha própria quebrada ganhou outros contornos. No sarau realizado no alto de um morro no bairro com vista panorâmica da cidade, no Bar do Zé Costa (como é comum dos saraus na cidade), comecei a perceber a potência imensa que residia ao meu redor. Se antes meu olhar em relação ao que me cercava era de falta, ao conhecer cantores e compositoras, dançarinas de dança do ventre, fotógrafas, desenhistas, grafiteiros, entre outras pessoas artistas da região, fui percebendo a potência que nos cercava e que só precisava de espaços de partilha para ser colocada no mundo.

Pouco tempo depois, com esse olhar de pessoa periférica consciente de seu lugar de origem, no início da minha graduação, descobri o movimento de *slams*. Iniciando Ciências Sociais na USP, no primeiro dia de aula, fomos assistir ao *Slam Resistência*, na Praça Roosevelt. Eu conhecia poetas como Sabrina Lopes, que recitavam sobre a subversão de expectativas sobre os corpos femininos de vídeos do *Slam Resistência* no *Facebook*. Mas na primeira ida à competição, não consegui escutar muito das poesias, já que a praça estava tomada por centenas de pessoas.

Durante a Semana de Ciências Sociais de 2017, tive a oportunidade de participar de um *slam* “de brincadeira”, guiado por Eugênio Lima³, uma das pessoas responsáveis por trazer o *slam* para o Brasil. Já possuindo alguma experiência como poeta de antes dos saraus, acabei competindo e entendendo na prática como esse movimento que eu só via a partir de vídeos na internet se concretizava.

Depois dessa vivência na universidade, assisti ao *Slam SP* — Campeonato Paulista de Poesia Falada com a presença de poetas de todo o estado. Ao fim do ano de 2017, tive minha primeira experiência “séria” ao participar de um *slam* com o *Slam* das Minas SP, em um espaço de mulheres na Zona Oeste da cidade. Competi com meus poemas da época de sarau e, a partir dali, fui entendendo e ouvindo de outras poetas a magnitude do movimento, em termos estéticos,

3. Uma fala recorrente de Roberta Estrela D’alva, rosto principal da origem do *slam* no Brasil diz que “o *slam* mais velho ensina o *slam* mais novo”. O que pode explicar como o movimento cresce no país.

políticos, de representatividade⁴ e empoderamento⁵ como estava em voga falar na época.

O mais potente nos *slams* talvez seja a abertura sempre constante para que mais pessoas se somem à comunidade: no ano seguinte, em 2018, me tornei participante assídua das competições e cheguei à viralização de um vídeo a partir da minha apresentação no programa Manos e Minas da TV Cultura. Isso abriu infinitas e nunca imaginadas portas para minha carreira como poeta e para os meus caminhos como jovem negra de origem periférica.

Seguindo a tradição de olhar para trás, para saber por onde ir, no bom e velho conhecido ato de Sankofa, eu e mais dois amigos também negres de origem periférica fundamos o *Slam* USPerifa, no primeiro ano de cotas étnico-raciais na Universidade de São Paulo, depois de décadas de lutas históricas dos movimentos negros e indígenas.

*“Eu tropecei na poesia, e essa foi
a minha melhor queda!”*

TAWANE THEODORO (2019)

Sou uma mulher preta e periférica, nascida na primavera de 1998, em São Paulo capital. Resido na Zona Sul, pelo Capão Redondo desde sempre!

Durante a minha infância e adolescência, fui movida pelo esporte. Comecei a jogar basquete com 8 anos, me tornando jogadora profissional dos 10 aos 16 anos. Dentro das quadras, criei a minha personalidade e, principalmente, comecei a entender sobre trabalho em equipe e sobre lutar para alcançar os meus objetivos. Em 2016, por vários fatores, deixei a carreira de jogadora e dediquei aos estudos para prestar o vestibular.

4. Compreendida aqui como expressão que designa o ato de grupos minoritários ocuparem espaços de poder, usualmente tendo como referência poucas pessoas desse grupo neste lugar.

5. Cf. Empoderamento (Joice Berth, 2019).

O cursinho pré-vestibular escolhido por mim, o Cursinho Popular Carolina de Jesus, é um movimento social, que realizava frequentemente saraus. Os professores falavam sobre os *slams* e frequentavam esse movimento. Foi quando, curiosa, comecei a pesquisar sobre o assunto.

Meu primeiro contato com arte periférica foi na Fábrica de Cultura do Capão Redondo: lá, fiz curso de teatro, DJ, percussão, sempre encontrando atividades para realizar naquele local.

Como uma boa moradora do Capão Redondo, o grupo Racionais MC's sempre foi muito presente dentro da minha casa. Quando presenciei pela primeira vez uma amostra de *slam* dentro da Fábrica, associei muito ao estilo do movimento do RAP, e a identificação foi imediata! Então, quando começaram as atividades do Cursinho, em uma aula de gramática, o professor Gabriel passou como lição de casa escrever uma poesia. Na época, achei até engraçado e falei para ele: “como é que eu vou escrever uma poesia? Eu não sei fazer isso”, mas, de uma forma brilhante, ele me auxiliou, fazendo com que eu escrevesse a minha primeira poesia. A sensação foi inexplicável: eu estava incrédula por ter conseguido terminar uma poesia e gostado do resultado! O professor me incentivou a continuar escrevendo, dizendo que eu tinha talento para isso. Foi o empurrão que eu precisava!

Aos poucos fui aprendendo a lidar com a minha timidez, mostrando o texto para pessoas mais próximas, que me incentivaram a recitá-lo. A sensação é que eu tinha tirado um peso gigantesco das minhas costas — o do silenciamento. Eu entendi o quanto precisava daquele palco, e como o palco precisava de mim. Depois disso, foi só uma questão de aperfeiçoamento.

Apesar de ter afinidade com a matéria de língua portuguesa na escola, o ambiente escolar não mostrava que poesia era um caminho acessível. Isso porque aquele texto elitista não conversava comigo e nem com a minha realidade; eu não sabia o que significava metade daquelas palavras e isso fez com que eu me afastasse desse gênero textual.

Com o incentivo dos professores do cursinho, eu fui ao meu primeiro *slam*. Durante meses, eu só apreciei aquele movimento pelo qual eu estava completamente apaixonada — fui várias vezes ao *Slam Resistência*, que na época reunia mais de 400 pessoas na praça. Competi pela primeira vez em setembro de 2016, no *Slam* das Minas SP. Nessa

época, já admirava e acompanhava o trabalho das organizadoras do *slam*, e recitar na presença delas foi um desafio gigante! Mas o palco me abraçou porque sabia o quanto eu precisava dele, e foi uma das melhores experiências da minha vida! Desde essa apresentação, eu não parei mais e segui me aprofundando dentro desse universo que é a arte periférica.

No ano seguinte, antes que eu completasse um ano de carreira, uma poesia minha alcançou mais de 8 milhões de *views* pelo *Facebook*. A poesia intitulada “Eu não queria ser feminista”, texto que fala sobre a luta diária das mulheres em um mundo machista, fez o meu trabalho chegar em lugares que eu nunca imaginaria; esse reconhecimento me deu energia para seguir nesse caminho e entender o quanto eu podia fazer dentro da literatura.

Entendo a arte marginal como uma via de mão dupla: você vive tanto essa cultura que quer construir para que ela continue crescendo. Meu primeiro coletivo foi o Sarau do Capão, formado logo em 2017 ao lado da minha melhor amiga e grande poeta Jéssica Campos. Tínhamos apenas 17 anos e fomos amadurecendo junto com o nosso evento. De 2017 a 2022, realizamos nossas edições nas dependências da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, o que foi muito importante para mim também pela história que tenho com esse lugar. Em 2023, nos tornamos itinerantes por entender a necessidade de circular por outros territórios da Zona Sul.

Em 2019, fui convidada para integrar o time de organizadores do *Slam* do Bronx, coletivo que me ensinou muito e no qual pude somar na organização até 2022. Atualmente, ainda acompanho e tenho muito respeito e admiração pela nova formação!

Em 2019, também fui convidada pelo *Slam* da Guilhermina para ser poeta formadora do *Slam* Interescolar, competição de poesia falada dentro das escolas. Esse foi outro momento importante em minha vida, porque entendi que quero trabalhar com isso para sempre!

De 2020 a 2022, fiz parte do projeto Canal Reload, um canal do *Youtube* que tinha como objetivo descomplicar notícias para o público jovem. Dentro dele, me entendi como apresentadora, algo que eu nunca tinha imaginado. Durante a pandemia, esse projeto me ensinou a lidar com a tecnologia. Depois, fizemos uma parceria com o Canal Futura,

criando o Reload no Futura, quando tive a honra de ser apresentadora ao lado de Junior Cardeal. Realizamos duas temporadas de oito episódios cada, com temáticas de extrema importância.

Além de contribuir com esses coletivos, publiquei pela Editora Quirino dois livros autorais. O primeiro, “Afrofênix: a fúria negra ressurge”, foi lançado em 2019, com poesias que trazem o que é ser uma mulher preta favelada. Em 2022, lancei o segundo livro, “A pluralidade da poeta”, com poesias de diversos temas que mostram que poetas podem (e devem) ser plurais! Ainda, atualmente, participo e contribuo com 17 antologias, um presente que os *slams* me proporcionaram.

Mesmo estando à frente desses projetos, sigo frequentando e participando das batalhas de poesia. Participo da competição estadual de poesia falada (*Slam SP*) desde 2017, fui campeã em 2018, 3º lugar no ano de 2019 e 2022 e 4º lugar em 2020, conseguindo assim a vaga para a Competição Nacional de Poesia falada (*SLAM BR*), sendo finalista em 2022.

Como Emicida já disse e eu sempre reforço: “Jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazia”: tentaram por muito tempo que as nossas narrativas fossem vividas de forma discreta e que fossem narradas pela elite, mas hoje entendemos a importância de contar nossa própria história e disseminar isso para os nossos! E a partir daí, ninguém mais nos para.

Ubuntu!

Reflexões sobre o poder da literatura marginal na construção de narrativas das juventudes periféricas

“Por muito tempo eu fui a menina que nasceu sem cor, mas um dia gritaram-me ‘NEGRA’ E eu respondi”.

MIDRIA

Começamos muito jovens na poesia: eu, Midria, com 16 anos já era frequentadora assídua do Sarau do Vale, sem faltar em nenhuma edição mensal do encontro para ouvir e trocar versos sobre nossa realidade cotidiana. Aos 18 anos, quando entro na universidade e os *slams* se apresentam, um universo de novas possibilidades se abre à minha frente. A visibilidade que a competição oferece me levou a lugares novos de muita potência.

A viralização de um vídeo na internet me conectou a pessoas e espaços que sem esse alcance de milhões de pessoas que um vídeo postado nas redes oferece, eu não conheceria. Após alguns meses de “A Menina que Nasceu sem Cor” chegar a muitas pessoas, fui convidada para estar na Pinacoteca de São Paulo, no encerramento da exposição Mulheres Radicais, recitando esse poema em diálogo com a obra da artista peruana Victoria Santa Cruz. Por esse mesmo vídeo, que continuou ecoando em livros didáticos, páginas de negritude, entre outros lugares, em 2022, fui lembrada e convidada para compor a programação da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Esse processo me levou ao convite para publicar um livro novo com a Editora Record, uma das maiores do país.

Ceguei até o Canal Futura por conta da Ashoka, organização em que hoje trabalho e pela qual fui reconhecida em 2019 como Jovem Transformadora por conta da iniciativa com o USPerifa. Esses espaços foram proporcionados pela literatura marginal-periférica; sem ela, talvez eu tivesse demorado muito mais para chegar ou nunca tivesse tido a possibilidade de acessá-los.

Para além do campo individual, podemos pensar nas vitórias coletivas. Esse meu poema viralizado, que retratava o tema do colorismo, chegou a milhões de pessoas, muitas negras de pele clara, como eu, que têm seus traços constantemente apagados e histórias negadas. Alcançar tantas pessoas me trouxe a possibilidade de visualizar como nossas palavras têm força, assim como os saraus me inspiraram a ver meu bairro de forma diferente. Meu poema apoiou outras pessoas a se verem de forma mais potente e se autoafirmarem como negras, a despeito das tentativas de embranquecimento pelas quais passaram.

É nessa mesma direção que busco caminhar com meus livros: uma obra que reúne poemas dos meus primeiros anos no *slam*, abordando questões de opressões de gênero, raça e classe; um livro infantil que

conta minha história de autoconhecimento como menina negra; e, por fim, um livro que exalta a autoestima de mulheres negras. Afinal, a dor não é o único traço de nossas vidas — somos mais do que as opressões e precisamos resgatar as referências positivas que também nos pertencem.

Até que isso chegue a ser feito, precisamos garantir que toda e qualquer pessoa tenha a possibilidade de contar suas próprias histórias em primeira pessoa, da mesma forma que Carolina Maria de Jesus fez e que hoje poetas dos *slams* fazem. Os movimentos de sarau e *slam* ainda possuem um grande desafio: embora, com quase 25 anos de saraus periféricos no Brasil e chegando à marca dos 15 anos do *slam* no território em 2023, esses espaços têm pouco ou quase nenhum apoio institucional.

Há um poder imenso no ato de escrever nossas próprias histórias, literal e metaforicamente. Compreender e narrar o mundo em primeira pessoa, ouvindo de outras pessoas que praticaram o mesmo exercício, é transformador e pode gestar outros futuros que sequer imaginamos. Nos *slams*, não existe espaço para opressão, de qualquer ordem que seja. Neles, podemos refletir que, se a literatura marginal-periférica não adentrou algum lugar ainda, é porque talvez esse espaço seja tolerante com a opressão.

*“...Imagine a ousadia,
Quem eles queriam calada
Ocupando palcos com o dom
de dominar palavras”*

TAWANE THEODORO (2019)

Comecei na poesia marginal com 17 anos, e já ouvia comentários surpresos pela minha idade. Isso só foi possível porque, através da educação popular, eu descobri este mundo: um mundo que permite e nos dá suporte para que nós, seres periféricos, possamos ser donos das nossas próprias narrativas — algo que deve acontecer porque, além de ser sobre lugar de fala, também é sobre justiça e ancestralidade.

Já não me imagino mais fora da literatura, pois foi ela que me abriu

para o mundo. Sempre fui muito tímida e, no início, o meu nervosismo era imenso. Contudo, entendi a missão que eu tinha e o que eu queria fazer dentro desse universo que é a poesia falada.

Atualmente, já temos vários meios e parceiros que facilitam o processo de fazer a poesia marginal chegar a cada vez mais jovens, com a ideia de que desde cedo as crianças e adolescentes já entendam a poesia marginal como opção para vida, seja como criador ou consumidor daquela arte. Espero que sigamos nos surpreendendo com a idade dos poetas e do público que está nos acompanhando, e que cada vez mais novos eles se apossam dessa arte.

A tecnologia é um facilitador mundial. Assim, os chamados vídeos-poesias fazem sucesso e são o começo de vários jovens que procuram o *slam* presencial após terem assistido algum vídeo.

Outro facilitador, que participou da minha história também, é a junção da arte com a educação. Atualmente, alguns livros didáticos já carregam a poesia marginal como opção, e a importância disso é imensa! Mesmo sendo um movimento novo aqui no Brasil, o *slam* vem tomando um espaço lindo que precisa ser trabalhado dentro das escolas. Além dos livros didáticos, alguns professores estão trabalhando em sala de aula com livros de poetas marginais. A poesia periférica aproxima o aluno de uma literatura que retrata a sua realidade — muito mais atrativo do que um universo no qual ele não se reconhece.

Por ser um movimento periférico, contamos com inúmeros obstáculos, e a falta de financiamento nos perturba todos os dias! As políticas públicas são poucas ainda e a desvalorização do nosso trabalho é imensa. A arte é vista como trabalho se ela é acompanhada da fama e dos holofotes, quando não, vira um *hobby* que precisa ser colocado em segundo plano, cercado de julgamentos.

Muitas vezes falta o mínimo, como o dinheiro da locomoção para os eventos. O problema com mobilidade que enfrentamos no Brasil obviamente atinge em cheio a população periférica, que usufrui do transporte público precário todos os dias. Isso também atinge os poetas marginais que rodam a sua cidade para chegar aos eventos de poesia; mesmo com o crescimento dos *Slams* e a fortificação do Sarau nas quebradas, é necessária a movimentação por outros territórios. Infelizmente, não há nada que nos guarde financeiramente nesse processo.

Considerações finais: nossos sonhos futuros

“Eu queria que toda menina negra tivesse desde pequena um telescópio Para mirar no céu estrelado e perceber a longesa onde seus sonhos podem alcançar”.

MIDRIA (2018)

Precisamos de estruturas, de novas estruturas, e reformar as antigas que não beneficiam as maiorias silenciadas. O ato de verbalizar é essencialmente um exercício de definição, de criar narrativas que indicam o que se pensa sobre o mundo ou como gostaríamos que ele fosse. Para muita gente está tudo bem, mas o que é possível observar em movimentos como os da literatura marginal-periférica é que para maioria não está, e que tem um bocado de gente que deseja mudar essa paisagem.

Nossos sonhos para o futuro são simples: podem começar com a concretização do que conclamamos em nossas poesias. O fim do genocídio das populações negra e indígena, da violência de gênero contra as mulheres, do capacitismo, da LGBTQIAP+fobia, da xenofobia e de todas as formas de intolerância e desigualdade. Isso exige uma compreensão coletiva de todos os setores da sociedade sobre a importância de se lutar por essas pautas.

Para isso, precisamos de investimento sério nas possibilidades de que jovens de todo o Brasil desenvolvam seus talentos, seja na poesia ou não. Ter um espaço de pertencimento e força como a literatura é só um dos jeitos. Na nossa área, bolsas de desenvolvimento artístico para poetas e financiamento para coletivos são um caminho.

Em tempos anestesiados, a poesia conclama à indignação e ao agir como ferramentas essenciais. Sem a poesia, talvez nossos sonhos sequer tenham espaço para serem devidamente formulados.

*“Através da poesia
Lhes apresento meu novo eu:
A voz, da periferia!”.*

TAWANE THEODORO (2019)

REFERÊNCIAS

- BALBINO, Jéssica. *Pelas margens: vozes femininas na literatura periférica. Dissertação (Mestrado)* – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- D'ALVA, Roberta Estrela. *Teatro Hip-hop*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DE OLIVEIRA, Lucas Amaral. Sociogênese possível dos saraus: uma história de rupturas na cultura brasileira. *Sociedade e Cultura*, v. 23, 2020.
- MIDRIA. *A Menina que Nasceu sem Cor*. São Paulo: Grandir, 2020.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. \‘Literatura marginal\’: os escritores da periferia entram em cena. *Tese (Doutorado)*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- THEODORO, Tawane. *Afrofênix: A fúria negra ressurge*. São Paulo. Quirino, 2019.

Reconhecer e reparar: a educação antirracista como compromisso para mobilização social

PÂMELA CARVALHO

Para muitas pessoas negras, a escrita é, além de uma forma de troca de conhecimento e registro, um ato de liberdade. A escrita se torna um espaço de autonomia e independência, especialmente para as mulheres negras, revelando uma perspectiva que dialoga com o que a escritora Conceição Evaristo elabora quando desenvolve o conceito de “escrevivência”: “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Vozes negras e vozes femininas negras foram sistematicamente excluídas da literatura hegemônica brasileira, mesmo diante de inegáveis contribuições dessas populações para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Neste texto, teremos uma experimentação do que podemos compreender como movimento de insubmissão de vozes de mulheres negras. Minha história, minha existência e minha escrita corroboram com o movimento de retirada das mulheres negras de posições subalternizadas por uma sociedade racista e combatem a invisibilidade dos saberes negros e das práticas antirracistas empreendidas ao longo da história. Pensaremos trajetória, educação e políticas afirmativas em

um movimento “do eu, para nós”, entendendo que a própria escrita é fruto de uma série de processos e lutas de pessoas negras que construíram a estrada para que pudéssemos caminhar.

Dialogando ainda com o conceito de escrevivência e com a importância de localizarmos nossos saberes, cabe me apresentar. Assim, em primeira pessoa.

Uma frase muito ouvida em espaços de educação e cultura negra é: “Somos o sonho mais bonito de nossos ancestrais”. E sou. Sou o sonho de Vânia Maria e Roberto Carlos, meus pais. Vânia é merendeira da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e Roberto é vigilante aposentado. Sou também a irmã da Priscila Roberta, do Pablo Vinicius e do Pedro Henrique. Fazer parte dessa família me constrói e me forma antes mesmo de qualquer acesso à educação formalizada. A família que, em linhas gerais, acompanha o ser humano desde o seu nascimento, é considerada a instituição social mais antiga da humanidade. Pensar relações humanas e processos políticos desde uma escrita em primeira pessoa, passando por relações familiares, é importante porque essa instituição também está incluída no debate sobre poder, cultura e sociedade. As famílias historicamente contribuíram para o funcionamento social pelo mundo, influenciando a vida dos indivíduos.

A educação formal tem papel fundamental nos processos de emancipação de pessoas negras. As ações afirmativas, a Lei nº 10.639, o incremento na quantidade de publicações acerca da história e cultura africanas e afro-brasileiras são conquistas devidas aos movimentos negros. A importância de ações como estas é inegável. Porém, aqui, farei um caminho não óbvio. Por que pensar educação antirracista apenas em espaços formais, especialmente considerando que esses — a escola, a universidade — por muito tempo foram proibidos para o povo negro? Onde e como se educavam as populações não brancas no Brasil, antes de poderem ingressar em instituições? Quais serão os espaços de educação, cultura e memória não convencionais que devemos reconhecer para aprofundar a discussão sobre mobilização social? Pensaremos um pouco sobre isso.

Ao longo dos séculos, a definição de família passou por mudanças significativas, também influenciadas pelas relações de poder. Muitas famílias negras foram destruídas pela escravidão. Núcleos foram

divididos, interrompendo laços de afeto e possível cuidado psicológico. Estar longe dos seus, enfraquecia mente, alma e corpo. Quando escapavam da possível divisão nos “mercados de escravos”, ainda havia o risco de serem separados no momento da morte ou partilha de bens de seus senhores. De acordo com Sidney Chalhoub:

[...] a situação do testamento, e posterior inventário, apresenta sempre um potencial de tensão e conflito: os herdeiros defendem seus interesses, e freqüentemente se desentendem, no processo de partilha dos bens; os agregados e dependentes em geral vivem a incerteza da permanência de arranjos passados; e os escravos, via de regra o elo mais frágil, enfrentam o risco de ver suas famílias e comunidades divididas entre os herdeiros ou bruscamente destruídas por transações de compra e venda (Chalhoub, 2003, p. 20).

Corroborando com o historiador, Andrade observa que:

[...] a comercialização envolvendo famílias era pouco expressiva no conjunto e atendia quase que exclusivamente o interesse dos senhores, não havendo respeito aos laços familiares dos cativos. No momento em que a lei favorecia a unidade familiar, ainda assim o que vimos foi um número significativo de casais negociados sem os filhos e de filhos negociados sem os pais (Andrade, 1995, p. 365-366).

Dessa forma, é possível afirmar que as famílias pretas foram as primeiras instituições a serem vilipendiadas pela colonização. Esse processo de destruição política e simbólica se reflete até os dias de hoje. Muitos de nós, pessoas negras, não conseguimos reconstituir nossa “árvore genealógica”, porque no meio dela, esbarramos com a escravidão. Também por isso é essencial reconhecermos a agência de famílias negras ao formar, manter vivos, pensantes e amados, gerações e gerações de jovens negros como eu. No texto “Vivendo de amor”¹, a intelectual afro-americana bell hooks, discute:

1. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 2 de agosto de 2023.

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor. Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (Hooks).

Nossos ancestrais — sejam aqueles que foram sequestrados de África, ou nossos pais- ousaram experimentar e manter relações de amor. Amor em meio ao ódio. Amor por si, amor pelas suas famílias e, especialmente, amor pela sua comunidade. Os avanços em políticas de acesso à educação para pessoas negras é também uma demonstração de amor aos que virão.

Reconhecer nossa história contribui para a construção de outras narrativas, que se contrapõem ao que escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie chama de “perigo da história única”:

[...] é assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: “ser maior do que o outro.” Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo

princípio do nkali. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa (Adichie, 2009).

Dentro da história única, só há uma perspectiva. E, no nosso caso, é a do colonizador. A história contada pelo senso comum fala sobre “nações desenvolvidas”, que “descobriram” outras terras e trabalharam arduamente para salvar os “selvagens nativos” do pecado e da “incivilização”. A história única invisibiliza os interesses econômicos e políticos que estão por trás do empreendimento escravista. Calam as vozes de milhões de pessoas africanas e originárias que foram vítimas do epistemicídio colonial. Esconde também o brilhantismo de um sem-fim de iniciativas de libertação, construção política e agência de populações negras e indígenas. Apresentaremos brevemente algumas delas.

A história do povo negro não começa na escravidão, bem como a história de suas criações e de seus espaços de fazer político. Para iniciarmos esse percurso, retomaremos a família e a noção de comunidade enquanto espaços de inventividade e construção de subjetividade negra perante a história única. Sobre isso, “O espírito da Intimidade”, de Sobonfu Somé, traz reflexões importantes. O livro apresenta a cultura e as formas de relação entre as comunidades Dagara, na África Ocidental:

Quando você não tem uma comunidade, não é ouvido; não tem um lugar em que possa ir e sentir que realmente pertence a ele; não tem pessoas para afirmar quem você é e ajudá-lo a expressar seus dons. Essa carência enfraquece a psique, tornando a pessoa vulnerável ao consumismo e a todas as coisas que o acompanham. Além disso, a falta de comunidade deixa muitas pessoas com maravilhosas contribuições a fazer sem ter onde desaguar seus dons, sem saber onde pô-los. Quando não descarregamos nossos dons, vivenciamos um bloqueio interior que nos afeta espiritual, mental e fisicamente, de muitas formas diferentes. Ficamos sem ter um lugar para ir, quando temos necessidade de ser vistos (Somé, 2007, p. 31).

A partir da espiritualidade, a autora Sobonfu Somé faz uma comparação da vida no ocidente com a vida em África, observando suas diferentes perspectivas de ver e viver o mundo:

Um dos princípios do conceito dagara de relacionamento é que esse não é um assunto privado. Quando falamos “nosso relacionamento”, na aldeia, a palavra “nosso” não é limitada a dois. É por isso que achamos difícil viver um relacionamento em uma cultura moderna, que não tem verdadeira comunidade. Na ausência de comunidade, duas pessoas são forçadas a dizer “este relacionamento é nosso”, quando, na verdade, a comunidade é que deveria estar dizendo isso (Somé, 2017, p. 32).

Ou seja, a comunidade é o primeiro movimento de conferência de subjetividade e reconhecimento que conhecemos — ou que deveríamos conhecer. Em África, antes da escravidão, as comunidades desenhavam as relações, bem como as soluções, para possíveis problemas ou dilemas. E, acima de tudo, eram espaços de escuta. Com o advento do tráfico de pessoas, essa noção comunitária teve de ser redesenhada na diáspora, dando origem a uma série de microcomunidades que comungam dos objetivos das comunidades africanas de garantia da subsistência e do espírito dos seus membros.

Caminhando com o tempo e atravessando o período de invasão das terras hoje conhecidas por Brasil, vale ressaltar a criação de um importante tipo de comunidade no período colonial: as irmandades.

Irmandades são associações que, no Brasil, foram formadas majoritariamente por mulheres e homens negros. Os associados faziam contribuições que contavam com taxas anuais, valores em dinheiro ou joias. Em troca, eram assistidos em caso de prisão, doença ou até mesmo morte. Cabe destacar o culto a santos negros dentro dessas tradições, como Nossa Senhora da Aparecida, São Benedito e São Elesbão de Axum.

De forma pública, a motivação para a existência da irmandade era organizar festas e rituais católicos e incluir a população africana e negra brasileira nas liturgias. Mas, por dentro da história, podemos observar a capacidade de incidência política de escravizados diante da Igreja Católica, bem como a reescrita de uma narrativa outra. De acordo com Quintão:

A principal característica das irmandades [...] era a sua autonomia. Através da Mesa Administrativa, geriam todos os seus negócios e decidiam sobre todas as questões internas e externas. A mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário (Quintão, 2000, p. 163).

Algumas das funções das irmandades eram: a ajuda mútua — os “irmãos” ajudavam em caso de doença, miséria ou morte do “irmão” ou de familiar. Outra função — que tinha vistas católicas, mas com raízes africanas —, eram as festas das irmandades, nas quais se celebrava o padroeiro ou padroeira da irmandade, mas também se faziam conexões, acordos e processos políticos. Duas das mais importantes ações das irmandades eram o pagamento da alforria de irmãos cativos e a realização de sepultamentos — muitas tinham jazigo em cemitérios —, em um período em que pessoas negras mortas eram lançadas em valas comuns ou cemitérios coletivos, como observamos na região da Pequena África, no Rio de Janeiro. As irmandades eram espaços de fortalecimento, alimentação do corpo e da alma, afeto e luta por direitos. Muito mais do que acolher as demandas da Igreja Católica, foram espaços de retomada da dignidade para pessoas negras.

O regime escravocrata trouxe para o Brasil milhões de africanos, especialmente da costa ocidental do continente. Os primeiros vieram das regiões de Senegal e Serra Leoa e, depois, se juntaram a eles uma forte onda de tráfico de pessoas da região Congo-Angola. Assim, trouxeram algumas de suas práticas ritualísticas e as ressignificaram em solo brasileiro, criando uma terceira instituição que apresentaremos aqui brevemente: o terreiro.

No continente africano não se observa a mesma organização dos terreiros brasileiros, nos quais juntam-se em um mesmo espaço cultos originalmente realizados em territórios diferentes. Aqui, no Brasil, surge a necessidade de adaptações e ressignificações, muito por conta de junções espaciais e culturais forçadas pela escravidão. Dessa forma, os primeiros candomblés se instalam em terrenos amplos, chamados de “roça” ou “terreiro”, termos que persistem até hoje e que aparecem quando falamos de outras tradições de matrizes africana, como a umbanda, o terecô, o tambor de mina, entre outros. Nesses espaços,

há local para culto, mas há também cozinha, dormitório, locais para refeições coletivas, entre outras áreas que fortalecem a criação de uma comunidade. Forma-se “uma comunidade flutuante, que concentra e expressa sua própria estrutura nos terreiros” (Santos, 1986, p. 33).

Para além da prática religiosa em si, o Brasil vê o surgimento dos terreiros como fenômenos de ressignificação, resistência de práticas linguísticas e culturais negras e socialização. As roças são também espaços de preservação da memória, seja através da guarda de objetos e signos históricos e simbólicos, seja pela preservação da oralidade, da circularidade e das práticas ancestrais. No terreiro, o tempo é outro. A lógica capitalista ocidental fica do lado de fora e o tempo deixa de ser visto como um inimigo ou como um sinônimo de dinheiro ou produtividade e passa a ser Orixá e elemento central no desenvolvimento pleno das relações consigo e com o outro.

Por fim, um último espaço que será aqui apontado como resultado de amor das comunidades negras — enquanto ação política e alternativa à histórica única — é a favela. **A abolição da escravidão no Brasil é analisada como um processo inconcluso**, uma vez que não inseriu os ex-cativos nas dinâmicas econômicas e sociais. Esses indivíduos buscam formas de sobrevivência, entre elas a migração de áreas rurais para áreas urbanas que surgiam. As migrações no pós-abolição contribuíram com a formação de várias favelas do Rio de Janeiro, entre elas o Morro da Serrinha, Morro do Salgueiro e Morro de Mangueira. No fluxo migratório, as famílias negras carregaram consigo as tradições, saberes e formas de sociabilidade. Assim, a favela se revela como espaço de manutenção de uma herança tradicional e, ao mesmo tempo, como possibilidade de uma (re)construção de identidades negras e processos de educação a partir da cultura, da oralidade e da memória. Na importante publicação “A favela reinventa a cidade”, temos que:

No caso da favela e de outros territórios periféricos, ao contrário, as formas de sociabilidade, cooperação e vivência no lugar comum, nas áreas públicas, continuam se fazendo presentes. Seja em função de necessidade econômica, das formas arquitetônicas das moradias e estruturas viárias, das experiências comuns de luta pela garantia de seus territórios de moradia e outros direitos

básicos, o fato é que as favelas se constituem acima de tudo, como *Polis*. Nelas se torna possível que as pessoas consigam maximizar seus poucos recursos materiais e seus repertórios, ampliando as possibilidades de experienciar a cidade [...]. Assim, a dimensão política da vida permite que as pessoas e grupos populares lidem de forma inovadora, inventiva e participativa em relação às restrições de equipamentos, serviços e recursos econômicos em seus cotidianos (Silva; Barbosa; Simão, 2020, p. 20).

Assim, podemos ler a favela como quilombo contemporâneo, onde uma população majoritariamente negra se encontra, se reencontra, produz conhecimento, se reinventa e produz soluções e incidências.

Inúmeras foram e são as violências sofridas pelas populações negras, mas também inúmeras são as epistemologias e estratégias criadas como resposta às sistemáticas violências. São também inúmeras as invenções que surgiram sem ser resposta a nada e que são potência simplesmente pela genialidade negra: famílias, comunidades, irmandades, terreiros, quilombos, capoeiras, rodas de samba, jongos, favelas, maracatus, rodas de rima, bailes *funk* são algumas dessas invenções. Para além dos espaços formais de educação, essas iniciativas têm associado processos educativos, cultura, produção de soluções e apresentado como resultado imensas mobilizações, que impactam diretamente a vida de pessoas negras. Reconhecer a capacidade mobilizadora de empreendimentos históricos como os citados aqui dispensar uma narrativa cômoda e única. É dar mais um passo para a nossa cidadania plena.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- ANDRADE, R. G. de. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo — USP, 442 p., 1995.
- CASTRO, João Paulo M. Espaços e formas de sociabilidades na favela da Serrinha. In: *Revista da Universidade Rural*. Série Ciências Humanas. Rio de Janeiro, vol. 22, número 1, jan./jun., p. 69-85, 2000.
- CHALHOUB, S. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, I. Del N.; SLENES, R.; SCHWARTZ, S. *A família escrava em Lorena (1801)*. Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão, v. 17, n. 2, p. 245-295, 1987.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J.R. 1997. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 — c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GARVAZO, J. *Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 286 p., 2006.
- GRAHAM, S.L. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *A educação tradicional na África*. Disponível em: http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&i_d_texto=6. Acesso em: 17 ago. 2023.

- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir* — A educação como prática para a liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. De mãos dadas com minha irmã. In: HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir* — A educação como prática para a liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. *Vivendo de amor*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- KI-ZERBO, Joseph. (Ed.) *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- LOPES, Nei. *Bantos, males e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- MUNANGA, Kabengele. *Identidade étnica, poder e direitos humanos*. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/187567.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco (Século XVIII)*, São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. As irmandades de pretos e pardos em Pernambuco e no Rio de Janeiro na época de D. José I: um estudo comparativo. In: NIZZA, Maria Beatriz da Silva (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte: Pàdè, Asèsè e o culto dos Égun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; SIMÃO, Mário Pires. *A favela reinventa a cidade*. Rio de Janeiro: Mórula; EdUniperiferias, 2020.
- SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odyseus, 2007.

Furando bolhas na comunicação: cidadania começa assim, com o combate ao discurso de ódio

LUCIANA BARRETO

Há algum tempo guardo comigo a história do dia em que um copo de molho de tomate mudou o curso da minha vida profissional. Decidi contar aqui por que o Canal Futura tem uma ligação intrínseca com esse episódio. Em 1998, já cursando o terceiro período da Faculdade de Jornalismo, eu, bolsista integral, moradora da Baixada Fluminense e de origem pobre, me vi em uma situação financeira muito delicada. Já não havia mais dinheiro para pagar as passagens de ônibus até a universidade. Quando conseguia juntar uma quantia com algum “bico”, até pagava a passagem, mas tinha que me privar de comer na faculdade ou de obter as fotocópias necessárias ao curso. Na prática, fazia um serviço aqui, uma faxina ali, e escolhia os dias de aula para faltar. O dinheiro do ônibus nunca dava para a semana toda.

Foi quando o Canal Futura abriu um processo seletivo para duas vagas de estágio. Consegui avançar nas etapas de provas, documentos e chegar à fase final na sétima colocação. Seis pessoas estavam na minha frente. Eu pensava obsessivamente nisso, pois precisava do estágio. Eu não tinha opção! Foi então que decidi usar o cartão de crédito oferecido para os universitários e comprar a melhor roupa possível para

encarar a entrevista. Abro aqui parênteses, caro leitor, para explicar o óbvio, mas importante para a formação da imagem mental sobre aquela estudante. Eu tinha apenas um par de calça jeans, um tênis, algumas blusas e uma bolsa doada por uma parente. Eram roupas velhas que me deixavam ligeiramente envergonhada. Comprei uma linda calça branca e uma blusa cinza muito clarinha. Acordei, como de costume, antes das quatro da manhã. Minha mãe se levantou logo em seguida. Ela estava em oração por mim e começou cedo com encorajamentos que só as mães sabem fazer. Elas leem nossos corações: “vai dar tudo certo”, “fica calma”, “Deus é contigo”, “você vai conseguir”, “vou fazer um café”. As gentilezas maternas eram muitas e consoladoras. Ela pôs uma mesa à minha frente, um copo de extrato de tomate que usávamos para tomar café e algo para comer que não me recordo. Peguei o copo, levei até a boca e, nesse instante, o fundo do copo descolou, derramando o café em minha roupa. Comecei a chorar, dizendo que tudo estava perdido... foi quando minha mãe entrou em campo novamente. Não tão doce, mas com a forma imperativa que elas, as mães, sabem usar na medida certa, disse: “seca as lágrimas, pega a roupa velha, se arruma novamente, vai embora para não se atrasar. Fica calma, faz a entrevista e você vai ficar com essa vaga”. Obediente, fui!

A garota que planejava não contar sobre a pobreza, as dificuldades com passagens, manutenção da bolsa integral, roupas, fotocópias etc., não tinha mais estrutura emocional e equilíbrio para esconder essas informações. Comecei “bem” a entrevista, mas, ao ser confrontada, chorei copiosamente contando, para aquela que seria minha futura chefe no Canal Futura, tudo que estava enfrentando por aquele emprego. Consegui a vaga! Foi assim que pisei em um canal de televisão pela primeira vez. Foi ali que descobri o que pretendia com o jornalismo.

O ano era 1998 e eu não fazia ideia do que era uma bolha social. Confesso que tive minhas primeiras experiências com a rede mundial no ano anterior. O conceito de bolha, tal como entendemos hoje, está bastante ligado a grupos virtuais que se unem por interesses em comum e, principalmente, afastam ou excluem quem tem pensamentos contrários. Trata-se de um reforço de convicções. Podemos dizer, então, que **uma bolha carece de diversidade**. Essa sim uma palavra que conheço bem, mesmo antes dos anos 2000. Já entendia bastante da falta de

diversidade na faculdade, na televisão e, daquele momento em diante, como estagiária do Canal Futura. Naquele tempo, as redações ainda eram quase que absolutamente brancas. Negros eram pouquíssimos nos espaços de decisões editoriais — nós estávamos espalhados nas funções técnicas. Entrei na televisão já tendo vivenciado a experiência de ser a única aluna negra do meu curso de Jornalismo. Passei a ser também a única estagiária negra em um canal de educação: mais uma bolha furada.

Você, leitor, pode enxergar nessa história um clichê, mas saiba que, em 1998, as palavras “representatividade” e “equidade” não estavam no plano das demandas urgentes. Não desmereço aqui a luta atual por inclusão. Ao contrário, reconheço que alcançamos avanços.

No jornalismo, mais precisamente no jornalismo televisivo, a partir do ano de 2020, o assassinato brutal, diante das câmeras, do segurança afro-americano George Floyd por um agente branco da força policial, nos Estados Unidos, jogou luz sobre os problemas raciais em todo o planeta. A falta de vozes para comentar o tema e o desconhecimento das nossas próprias questões raciais envergonharam grandes canais de televisão. Empregadores se movimentaram para dar um verniz de equidade à bolha branca do jornalismo. Voltarei mais à frente a esse contexto.

Usei a expressão “verniz de equidade” para provocar uma reflexão necessária. Furar bolhas exige entender a complexidade de variáveis que estão enraizadas em nossa formação como povo. Ninguém fura bolhas sem tocar em questões profundas. Por esse motivo, trago aqui um breve contexto do Brasil entre a última década do século passado e o início deste, exatamente o momento em que o copo de molho de tomate mudou minha vida.

Desde o fim do século XX, o Brasil passou a conviver com mudanças significativas em sua estrutura social. A desigualdade entre ricos e pobres começou a cair a partir de meados dos anos de 1990, destoando de outros países da América Latina, nos quais o abismo social se ampliou. Entre 1993 e 2013, o índice Gini, coeficiente que mede a desigualdade de renda, caiu de 60 para 53 pontos no Brasil — quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. A explicação para tal queda vincula-se a uma reorganização do acesso aos níveis mais elevados de escolaridade por parte dos sujeitos oriundos das camadas mais populares

da sociedade, seguindo, de modo geral, uma lógica simples: ao estudar mais, o trabalhador ganha mais, uma vez que há maior valorização de determinadas profissões (aquelas que exigem títulos universitários, por exemplo, em detrimento de outras).

No início dos anos 2000, as políticas de reparação com foco na desigualdade econômica, portanto, ainda voltadas para o social, deram uma grande contribuição para a mudança no quadro de desigualdade no país. Entre 2005 e 2015, com a implementação de ações afirmativas, como as cotas raciais, o percentual de negros quase dobrou nas universidades, saltando de 5,5% para 12,8% de pretos e pardos na academia. Programas como o ProUni, que oferece bolsas de estudos em faculdades, fez com que o número de alunos pobres nas entidades privadas passasse de 0,8% para 4%. No mesmo período, a escolaridade média do brasileiro subiu, a taxa de analfabetismo caiu e o número de crianças matriculadas na escola cresceu. Em 2003, o governo criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir. Em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a consolidação de políticas para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país. Os dados são expressivos e as mudanças foram intensas para um curto período.

É possível que o brasileiro não tenha acompanhado transformações tão profundas e com forte peso étnico-racial em tão pouco tempo sem que houvesse estranhamento entre classes sociais. Entender nossa conjuntura social e política é fundamental para compreender como chegamos a esse momento que muitos classificam como extremamente polarizado, carregado de bolhas sociais e ideológicas que foram, e ainda são, terreno fértil para circulação de discursos de ódio.

Em junho de 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, as primeiras convulsões sociais tomaram as ruas. De pequenos atos contra um aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus, a pauta ficou robusta, ganhou contornos maiores e múltiplos. Nos anos subsequentes, acompanhamos a Operação Lava Jato, o *impeachment* de Dilma Rousseff, o crescimento da direita radical e a eleição de Jair Bolsonaro. Durante o mesmo período do *boom* de políticas reparatórias citadas acima, as denúncias de injúria, racismo e discursos de ódio também aumentaram.

Em 2011, a ouvidoria da Seppir começou a receber queixas de injúria racial e de racismo. No primeiro ano, foram 219, seguidas de um significativo aumento — 413, em 2012; 425 no ano seguinte; 567 em 2014; 656 em 2015 e uma leve queda em 2016 (último registro), com 422 denúncias. Em 2019, no início do governo Bolsonaro, a página deixou de existir. O Disque 100, no entanto, continuou funcionando e registrou aumento de 19,46% nas reclamações sobre discriminação racial durante os primeiros dois meses daquele governo.

Ainda sobre discurso de ódio, é importante destacar dados mais recentes da Safernet, uma associação civil que recebe denúncias e pesquisa violações de Direitos Humanos na internet desde 2005. Os números apontam que, em ano eleitoral, crescem as queixas de crimes contra direitos humanos, como racismo, LGBTfobia, xenofobia, neonazismo, misoginia e apologia a crimes contra a vida. É correto dizer que, em momentos de maior tensionamento social, aumentam os crimes de ódio contra “maiorias minorizadas”. Peço licença para usar o termo cunhado por Richard Santos, no livro “Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade”, em que o autor se refere à maioria demográfica da população brasileira que é “minoridade no que se refere ao acesso a direitos, serviços públicos, cidadania e representação política”.

Vivemos, hoje, exatamente um momento de tensão social. Em 2017, a ONU já alertava para a maior crise humanitária desde sua criação no pós-Segunda Guerra Mundial. Dezenas de milhares de pessoas saíam — e continuam saindo — de seus países, muitas morrendo em travessias a bordo de barcos improvisados fugindo da fome, das perseguições políticas ou das guerras em seus territórios e tentando encontrar refúgio em países do hemisfério norte. Hoje, recém-saídos da pandemia de covid-19, convivendo ainda com a crise econômica decorrente dela e com o desprezo de alguns líderes mundiais aos constantes alertas da própria ONU sobre uma grave crise climática iminente, chegamos a um momento de desequilíbrio planetário que ameaça nossa existência. A temperatura mundial subiu 1,1 grau *Celsius*. Eventos climáticos extremos chegaram e nos atormentam com maior frequência. As mudanças devem agravar a fome e a já preocupante crise hídrica em todo o planeta. Esse quadro já é suficiente para soar o alarme sobre a luta que deve ser travada por recursos naturais remanescentes. O

cenário caótico ganhou um tom ainda mais dramático nos primeiros meses de 2023. Um relatório encomendado e divulgado pelo banco Goldman Sachs previu que a Inteligência Artificial (IA) pode substituir até 18% dos trabalhadores no mundo. Os efeitos seriam sentidos mais nas sociedades informatizadas que nas economias emergentes, com ocupações que exigem mais fisicamente. E as consequências prometem ser devastadoras.

Importante traçar a imagem, mesmo que em linhas gerais, das ameaças reais que rondam o planeta. Não é coincidência que, neste momento, discursos extremistas seduzem parte da população em diversos países. Xenofobia, perseguição a imigrantes e refugiados, racismo latente, misoginia, capacitismo e toda sorte de ataques a grupos que podem ser “eliminados” da luta que será travada por territórios, empregos e recursos. O aumento do discurso de ódio e a perseguição a determinados grupos são perceptíveis a todos nós. Lembrando Umberto Eco, “muitas vezes os hábitos linguísticos são sintomas importantes de sentimentos não expressos”.

Trago aqui um alerta nada animador: tendemos a olhar o discurso de ódio como resultado do contexto geopolítico exposto aqui, mas precisamos jogar luz sobre a criação de uma nova e potente conjuntura de ódio potencializada por essas próprias práticas discursivas. Estamos correndo um duplo risco. Precisamos nos engajar com veemência para frear ataques contra minorias, desenvolver tecnologias e adotar práticas capazes de promover diversidade e, assim, furar bolhas. Não vai ser fácil, mas é necessário e possível. Não podemos delegar ao metafísico o nosso dever: nem sempre teremos a ajuda de um copo de molho de tomate.

Os desafios do protagonismo e pioneirismo da mulher indígena na TV brasileira

LUCIENE KAXINAWÁ

Não há como iniciar este capítulo sem antes destiná-lo às minhas ancestrais. Se hoje estou aqui, é graças às mulheres que vieram antes de mim, principalmente minha mãe Maria — Panteãny, e minha avó Raimunda — Ibatsai (da qual levo o mesmo nome dentro de nossa cultura).

Quem sou eu? Sou chamada e reconhecida como Luciene Kaxinawá, mas nem sempre foi assim. Meu nome civil é Luciene Marçal de Araújo e, durante um bom tempo, eu fui conhecida apenas como Luciene Marçal.

Nasci no estado de Rondônia, em 1996, prematura. Minha mãe estava com malária, e minha história de luta começou a partir daí. Aos 4 anos, fui para o território onde minha mãe nasceu, terra indígena kaxinawá, que fica localizada no sul do Acre, na fronteira do Brasil com o Peru. Mesmo tão pequena, tenho algumas memórias, como uma casa de madeira, uma lata de mingau com um homem de chapéu, cachimbo, cadeira de balanço e uma casa de farinha. Sinto até hoje o cheiro desse lugar que mais tarde entendi como meu lugar. Permaneci apenas alguns meses naquele território, depois voltamos para Rondônia.

Quando completei 10 anos, minha mãe e alguns familiares decidiram sair de Rondônia e começar uma nova fase em Cruzeiro do Sul,



no Acre. Chegando lá, me deparei com muitas coisas: uma delas era a população indígena, presença constante em qualquer lugar daquela cidade. Na época, eu sentia medo porque aprendi na escola que os “índios”¹ eram selvagens, perigosos, atacavam, usavam lanças e flechas. Eu estranhava as pinturas nos rostos e roupas longas com desenhos. Um certo dia, vi um homem com rosto pintado de vermelho (com urucum), com uma bolsinha diferente nas costas, fiquei apavorada e comecei a gritar, pedindo para minha mãe fechar a casa porque os “índios” estavam invadindo. Vendo meu desespero, ela me abraçou, me acalmou e disse: “Para com isso, menina, ele não vai fazer nada com você, não! Ele é seu primo!”. Eu parei, respirei e pensei: “Mas como ele é meu primo? Por que eu não sou como ele? Por que eu nunca me pinte como ele? Por que ele fala diferente de mim?” Foi, então, que eu descobri quem de fato é minha mãe, quais as origens dela e, consequentemente, quem eu sou.

Minha mãe se casou com meu pai aos 23 anos de idade. Ela é indígena do povo Huni Kuin, e todos os nossos familiares maternos vivem dentro da nossa comunidade até hoje. Meu pai, Francisco, é fruto do Ciclo da Borracha no estado do Acre, filho de um indígena do sul do Amazonas (vô Mário) com uma cearense arretada (Dona Dudu).

A partir desse momento de descoberta, meu lado jornalista foi despertado. Enfatizo que eu tinha apenas 10 anos quando comecei a questionar de fato quem eu era e qual era a minha verdadeira história. Tudo o que eu tinha aprendido na escola até ali sobre os povos indígenas estava errado. Eu já queria mostrar para o mundo a verdade, a minha verdade; queria que mais e mais pessoas conhecessem a diversidade dos povos indígenas, principalmente sobre o meu povo; queria registrar toda a minha experiência de alguma forma e, de fato, registrei na minha memória. Uma sementinha começou a germinar em mim.

1. A palavra “índios” foi definida pelos colonizadores portugueses, que acreditavam terem chegado às Índias, e durante todos esses anos, o termo foi socialmente ligado a pessoas primitivas. Portanto, Não é Legal se referir a povos indígenas como índios. Fonte: <https://simaigualdaderacial.com.br/site/nao-existe=-indio-no-brasil/#:~:text=Esta%20palavra%20foi%20definida%20pelos,a%20povos%20ind%C3%ADgenas%20como%20%C3%ADndios>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Após idas e vindas entre Acre e Rondônia, já no estado de Rondônia, minhas irmãs e eu tivemos problemas de falta de aula na escola onde estudávamos. Todos os dias, andávamos mais de uma hora e meia para chegar lá e não tínhamos aula, tampouco alguma resposta de quando as aulas retornariam ou mesmo o porquê de não estarem acontecendo. Minha mãe comentou com uma pessoa que fez com que esse assunto chegasse a uma emissora de televisão de Porto Velho, uma das maiores da nossa região, chamada na época de TV Rondônia. Então, num dia, uma repórter (saúdosa Cléo Subtil) foi até a minha casa junto com um rapaz que operava a câmera, fez a entrevista e, ao final, me perguntou: “Você já pensou em fazer faculdade de jornalismo? Você tem um senso crítico bem aguçado”. Confesso que nesse momento eu pensei: mas o que um jornalista faz? O que estuda? Será que faz a mesma coisa todos os dias? Será que ganha bem? Por um bom tempo, fiquei com todos esses questionamentos na cabeça.

Cléo se tornou minha madrinha no jornalismo. Por mais de 20 anos, trabalhou na Rede Amazônica/TV Rondônia, afiliada da Globo, atuando como repórter, apresentadora e, por último, editora chefe. Chegou a coordenar o jornalismo da TV Alamanda (SBT), até seguir para a comunicação da Prefeitura de Porto Velho.

No jornalismo, sempre buscou ter um olhar combatente para as causas sociais e que envolviam os maus tratos com crianças e adolescentes, o que rendeu para a jornalista diversos prêmios. Em 2021, aos 47 anos de idade, não resistiu a complicações da Covid-19 e faleceu.

Voltando à narrativa em ordem cronológica, naquele mesmo ano de 2012, surgiu uma vaga para menor aprendiz no mesmo canal de televisão no qual a Cléo trabalhava, além de outros jornalistas que eu gostava muito, como Débora Helena, que fazia reportagens de esporte de forma leve e descontraída. Participei de uma entrevista e, após alguns dias, recebi uma ligação confirmando que eu tinha passado no teste e começaria a trabalhar em breve.

Com meu primeiro salário, fui com a minha mãe em uma loja para comprar o meu primeiro computador, porque sabia que ia fazer faculdade e ia precisar. Metade do salário eu usava para pagar a parcela do notebook e a outra, eu dava para minha mãe para ajudar em casa.

Minha mãe ainda hoje trabalha como diarista e meu pai é pedreiro; tenho muito orgulho disso, pois, se não fosse pela criação deles, hoje eu não estaria aqui.

Na época, o meu trabalho era administrativo no setor do jornalismo, mas foi ali que eu comecei a observar os bastidores da produção de pauta dos telejornais locais e entender como o jornalismo funcionava na prática. Dia após dia fui me apaixonando por tudo aquilo e pesquisando as possibilidades do jornalismo, tipos de áreas de atuação, quais matérias eram estudadas em universidades etc. No ano seguinte, com a nota do Enem, prestei vestibular em uma universidade particular, pois a Universidade Federal de Rondônia, em Porto Velho, não tinha o curso de Jornalismo. Passei, solicitei ao Fies 100% de bolsa e consegui. Com quase 18 anos, iniciei a faculdade de Jornalismo sabendo que queria atuar no audiovisual e telejornalismo. Após o início na faculdade, fui observada pelos jornalistas Nonano Neves e Benedito Teles, que me deram a oportunidade de participar de alguns processos, como apuração de notícias, ronda de notícias e apuração de entrevistados para as matérias. Contudo, eu ainda não podia ir para a rua para ver como eram feitas as reportagens.

Quando completei os dois anos de trabalho como menor aprendiz, participei de um processo seletivo do Canal *Amazon Sat*, um canal temático que transmitia para toda Amazônia Legal, ou seja, conteúdos e programação distribuídos para nove estados. A vaga era para repórter, e eu ainda não sabia como era o trabalho de rua. Fiz uma prova de redação, português, matemática e raciocínio lógico, entrevista e teste prático. Nesse teste, eu teria apenas três tentativas para fazer a gravação de uma participação como se fosse ao vivo com algumas informações em um papel. Fiquei super nervosa e consegui gravar na terceira tentativa. Algumas semanas depois, recebi a ligação da coordenadora do Canal em Rondônia, Wagna Vieira, confirmando que eu havia conseguido a vaga.

A partir daí, comecei o meu processo de aprendizado na prática e na teoria. Durante o dia, eu trabalhava na emissora, fazendo produção de reportagem e, posteriormente, para as externas fazer as matérias. Lembro que o meu primeiro material não foi ao ar com passagem porque saiu muito ruim, minha fala era tímida, sem segurança e sem postura. Tudo era notado: a cor do esmalte não podia ser de cor forte,

eu não podia cortar o cabelo sem avisar, tampouco usar muitos acessórios ou acessórios que “chamassem atenção”, para não desviar o foco do telespectador.

Logo no meu primeiro mês de trabalho, eu fui enviada para gravar um documentário sobre o povo Juma. Foram quase dois dias para chegar a Aldeia do Povo Juma, que fica entre os municípios de Canutama e Lábrea, no sul do Amazonas. Meu desafio lá era contar a história de um povo que está em processo de extinção. Na época, conheci Aruká (o patriarca) e suas três filhas. Com meu colega cinegrafista, vivenciamos o cotidiano desse povo. Era uma trajetória marcada por lutas, massacres, sobrevivência, mortes e sofrimento. Eles estavam ali no meio da floresta tentando resistir para existir, manter o território, a cultura e o seu povo. As filhas de Aruká se casaram com indígenas do povo Jupaú, que possuem o mesmo tronco linguístico e várias semelhanças culturais.

Nos primeiros quatro anos de minha carreira, eu queria muito assinar como Luciene Kaxinawá, mas a gestão da época não aceitou, alegando que eu não tinha aquele nome no meu registro de nascimento e invalidando minhas origens e o nome do meu povo. A questão da documentação envolvendo indígenas em contexto urbano é bem complexa. Eu e minha família tivemos que entrar com um processo na União para acrescentar o nome indígena em nossos documentos. Com esse protocolo do processo junto com a documentação da Funai reconhecendo minha mãe como indígena e uma declaração de uma liderança e Federação do meu povo atestando meu pertencimento, fiz o pedido novamente e só a partir daí consegui assinar minhas matérias e meu trabalho como Luciene Kaxinawá. O processo até hoje não foi concluído.

Trabalhei em um programa de esporte chamado Esporte Amazônia, no qual eu produzia e apresentava. Também aprendi a editar vídeos. Houve um momento em que eu produzia, apresentava e editava o programa chamado Norte Rural, que era finalizado pela equipe de Manaus. Os *links* ao vivo faziam parte desse cotidiano, mas acredito que valha a pena contar a minha primeira experiência com o primeiro ao vivo. Era um dia de semana e fomos cobrir um evento sobre meio ambiente. O cinegrafista me avisou, de maneira inesperada, que teríamos que entrar ao vivo. O tempo era curto, de 1 minuto a 1 minuto e 30 segundos. A entrevistada estava à vontade, enquanto eu tremia e

meu rosto parecia que ia pegar fogo. Aquele minuto durou uma eternidade. No fim, deu tudo certo e eu pude respirar aliviada. Hoje ainda sinto um frio na barriga, mas já não como antes.

Foram muitas as viagens para fazer gravações, conheci lugares dentro do meu próprio estado, muitas pessoas de diferentes classes sociais, falei sobre assuntos complexos, mas sempre tentando usar uma linguagem acessível.

Por fim, permaneci no Canal de Rondônia até março de 2019. Então, a Rede Amazônica pediu minha transferência para o setor de jornalismo em Porto Velho, pois eram do mesmo grupo. Fiquei pouco mais de um mês na capital fazendo matérias e *links* ao vivo dentro dos programas locais.

Nesse período, meu antigo gestor me falou sobre o cargo como supervisora de imagens na região de fronteira entre Brasil e Bolívia. Nessa época, eu tinha 23 anos de idade. No início da carreira, eu cheguei a escutar que era jovem demais para trabalhar em frente às telas, pois uma mulher jovem demais não traria credibilidade. Acabei aceitando, afinal sempre gostei de desafios.

Em abril de 2019, fui transferida para Guajará-Mirim, interior de Rondônia, região de fronteira com a Bolívia. Trabalhei na edição, direção de TV (durante a transmissão do jornal local ao vivo), cinegrafia e, depois de várias demissões, fiquei também nas reportagens e transmissões ao vivo, entre outras funções. Passei a ser o que chamam hoje de videorrepórter: ligava, configurava e posicionava a câmera e ia para a frente dela para fazer as gravações e participações ao vivo dentro da programação. Um dos meus últimos trabalhos para essa rede também me marcou muito. Recebi um convite para registrar uma cerimônia que não acontecia há mais de 80 anos dentro do território do povo Juma: um casamento e uma festa para homenagear o Guerreiro Aruká (que no ano seguinte faleceu vítima da Covid-19). Foi a primeira vez que uma equipe de televisão registrou esse momento.



Luciene Kaxinawá durante gravações no estúdio do Canal Futura

FOTO: AMANDA NUNES

Em 2020, quando eu menos esperava, recebi um convite de uma das maiores emissoras de televisão do mundo, que estava chegando ao Brasil. A partir de uma mensagem de uma pessoa conhecida, soube que a emissora estava fazendo uma pesquisa sobre jornalistas da região amazônica. Respondi a um questionário, enviei *links* dos meus trabalhos e, tempos depois, conversei com os diretores de jornalismo. Ali, de certa forma, estava o reconhecimento do meu trabalho e da minha carreira. Gostaria de acrescentar aqui um parêntese: no início de minha carreira, a jornalista Maríndia Moura, que carinhosamente me chama de Curumim, me disse: “Curumim, você não sabe ainda, ou talvez não tenha noção agora, mas você está fazendo história!” — e eu nunca esqueci disso. Depois da conversa com os diretores, recebi uma proposta imediata para ser correspondente da CNN na Amazônia: eu precisaria ir para São Paulo, passar por um treinamento e, posteriormente, ir para Manaus, onde seria minha sede.

Aceitei o convite e, em 24 de janeiro de 2020, a emissora fez o anúncio oficial da minha contratação. Naquele momento, me senti pronta para realizar sonhos e ir a lugares que antes eu nem imaginava. Recebi o reconhecimento de ser a primeira jornalista indígena da televisão brasileira.

Fiquei dois meses e meio em São Paulo acompanhando a estruturação do prédio da CNN Brasil e participando de oficinas de produção audiovisual. Depois desse período, fui enviada para Manaus, onde comecei a atuar com entradas ao vivo e matérias. Foi quando começou a pandemia da Covid-19 e Manaus se tornou um verdadeiro caos. Infelizmente, vi muita gente morrer; foi uma das piores experiências de vida que eu tive até hoje. Ia para a rua com medo de adoecer, para a frente de hospitais em meio a uma pandemia, via hospitais lotados, cemitérios lotados sem ter onde enterrar as pessoas. Certa vez, eu e um colega entramos pela parte de trás de um cemitério para conseguir uma imagem que repercutiu o mundo inteiro: valas abertas para enterrar em um mesmo espaço dez corpos.

Também fiz outros trabalhos muito importantes na emissora, como apresentar o coletivo Kuykuro pela primeira vez em rede nacional. Noticiamos que os povos indígenas também estavam isolados por causa do vírus, que estavam deixando de praticar seus rituais e cerimônias por causa da doença. Aprendi muito, mas sete meses depois fui desligada da emissora.

Em 2021, atuei na afiliada da Record, em Porto Velho, como repórter e apresentadora. Essa emissora foi um dos melhores locais onde trabalhei até hoje, pois fui acolhida por vários profissionais, inclusive pelos presidentes Everton Leone e Marlon Leone. Saí de lá para viver novas experiências.

Já 2022 foi o ano de virada em minha vida, quando pude voltar para minhas origens, fazer vários trabalhos dentro da minha comunidade, produção de texto e audiovisual através de minha própria agência de notícias, fazendo trabalhos independentes. Atuei em organizações indígenas e coordenei pela primeira vez uma campanha política — Almir Suruí, que disputou o cargo de Deputado Federal pelo estado de Rondônia. Todo esse trabalho durante a campanha foi documentado por um dos maiores profissionais da área no Brasil, João Moreira Salles, e o filme deve ser lançado em 2024.

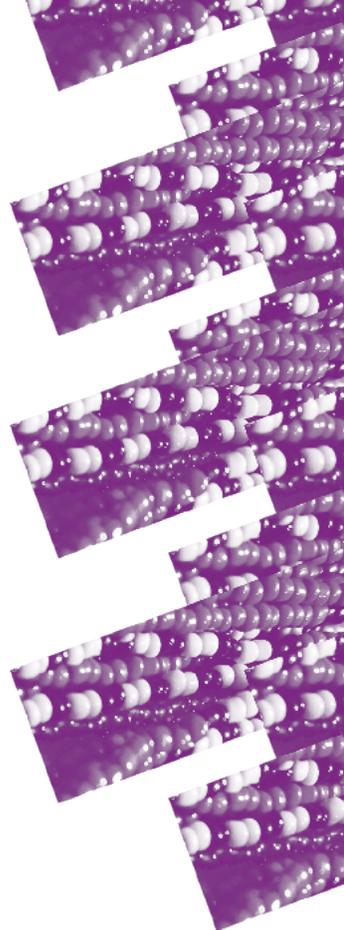
Atualmente, estou em mais um grande desafio, saindo um pouco da linha do etnoambiental e investigativa, atuando no jornalismo de educação no Canal Futura da Fundação Roberto Marinho. Não é fácil, pois atualmente no Brasil pouco se fala de educação na mídia. E este é o desafio: trazer as pautas de educação de forma relevante, incluindo representatividade e diversidade, com uma linguagem mais dinâmica, jovem e que faça sentido, transformando vidas e restabelecendo a esperança para as futuras gerações. Uma certeza eu tenho, essa história não acaba por aqui! Esse é apenas mais um capítulo, existem muitos mais sonhos para serem realizados e espaços para serem alcançados. Haux Haux espero também ter plantado uma sementinha dentro do seu coração. Agora, basta florescer!

O audiovisual como ferramenta de ativismo e posicionamento para identificação de histórias e personagens

SUSANNA LIRA

Aos 17 anos, na sala de aula de uma faculdade de Comunicação, eu assisti “Cabra marcado para morrer”, filme do diretor Eduardo Coutinho. Eu não tinha consciência do que era uma obra documental, mas aquele formato me fez embarcar na história de uma forma muito peculiar. Saí da sala atravessada pela história de João Pedro Teixeira e de sua família, especialmente sua mulher Elizabeth Teixeira.

Filha de um latifundiário, ela se apaixona por um camponês pobre e embarca na luta pela terra junto com ele, comprando uma guerra com a família do pai, que perdura até hoje. A companheira do “Cabra marcado para morrer” virou uma referência no ativismo do campo e sua história me inspirou a querer fazer documentários, ou melhor, fazer do cinema documental a razão da minha própria existência. Em 2011, quase 30 anos depois de Eduardo Coutinho ter concluído o filme, eu estive com a Dona Elizabeth. Desse encontro, surgiu o filme “Uma visita para Elizabeth Teixeira”. Esse curta-metragem é o resultado



daquele encontro, mas principalmente um alerta sobre a importância de construir memória por meio do audiovisual.

Décadas depois, a protagonista de “Cabra marcado para morrer” ainda reivindicava do governo federal a reforma agrária no País. Em filmes diferentes, com décadas de distância, uma mulher que viu seu marido morrer na luta pela terra ainda mantinha seu discurso: nada havia mudado no País e a questão da terra continuava urgente e perigosa. Diante disso, nós, documentaristas, estávamos registrando o tempo, a memória e lutando contra a invisibilidade de causas e pessoas que estavam no front das lutas sociais fundantes da consciência de quem somos como brasileiros.

Nada sobre nós, sem nós

Reconhecer o documentário como instrumento de consciência social sempre esteve no cerne de todos os projetos que empreendi durante toda a minha jornada. Meu primeiro longa foi “Positivas”, sobre mulheres que viviam com HIV. Durante a pesquisa, conhecemos o grupo Cidadãs Posithivas, um coletivo de mulheres de todas as partes do país que conviviam com o vírus, mas que, acima de tudo, lutavam por políticas públicas para obter um atendimento mais humano e acessível na rede pública. Elas assinavam os *e-mails* com a frase “nada sobre nós, sem nós”. Esse conceito me atravessou de forma definitiva e me ensinou muito sobre acesso aos personagens reais.

Um documentário é sempre feito de um encontro entre o interesse de um diretor com a disponibilidade de uma personagem de se doar para o filme. Por isso, o respeito máximo e o desejo real na escuta daquela personagem devem permear todo o processo de um projeto audiovisual. A participação criativa, sempre que possível, também deve ser oportunizada para alguém que esteja sendo filmado. Muitas vezes, a ânsia de captar uma história pode interferir em valores e espaços privados que jamais poderiam ser ultrapassados. Os dilemas éticos de um documentarista deveriam ser constantes, pois somente questionando a maneira como retratamos o outro podemos evitar equívocos graves que possam comprometer a biografia de um personagem.

Conhecer o que se filma

O processo do longa “Positivas” me levou à pós-graduação em Direito Internacional e Direitos Humanos. As mulheres do grupo Cidadãs Positivas eram especialistas no assunto e, mais do que viver com um vírus, elas aprofundaram seus conhecimentos e se tornaram ativistas na luta contra o preconceito e o estigma de pessoas vivendo com HIV. A formação em Direitos Humanos, então, era essencial para o que tínhamos planejado para a difusão do filme.

Exibimos o documentário para grupos de mulheres e homens em dezenas de cidades no Brasil e fora do país e, na sequência, promovemos debates acalorados. Conhecer a fundo a reivindicação das personagens foi fundamental para que aquelas discussões pós-exibições fossem profícuas. O empoderamento do conhecimento do que se filma é a base de um bom projeto. O documentarista não necessariamente precisa ter uma graduação no tema, mas a colaboração de uma pesquisa especializada e de consultores de notório saber sobre a área é um tópico que jamais pode ser subestimado.

Ter sido levada a uma formação em Direitos Humanos foi tão transformador em minha vida, que atribuo ao filme “Positivas” os rumos que tomei em toda a minha trajetória como documentarista. No momento que entendi como o Brasil violava de forma recorrente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, produzir documentários que revelassem as questões urgentes sobre essas violações passou a ser uma missão. “Positivas” foi a pedra fundamental para que meu olhar se voltasse para as questões sociais, mais predominantemente para a problemática de gênero. A experiência de campo com a formação acadêmica me abriu caminhos que foram definidores para meu envolvimento com temas como a luta contra o machismo, a misoginia, o racismo, a homofobia, a violência de Estado, a invisibilidade, a objetificação do corpo feminino, entre outras tantas causas. No entanto, para cada uma dessas especificidades foi fundamental incluir no processo criativo personagens reais e, junto com eles, poder escolher de que forma abordar um assunto que não passasse pela minha experiência pessoal. O olhar do diretor é a marca de uma obra, mas jamais deve se impor aos valores de quem se retrata — e só o conhecimento genuíno pode nos levar a esse lugar de legitimidade.

A relação com o personagem e seus desdobramentos

O protagonista de um documentário atua como um guia para a narrativa que se pretende realizar: ele pode fechar portas ou abrir horizontes inimagináveis. A qualidade na aproximação e o interesse sincero na história daquele indivíduo são fatores determinantes para obter os resultados necessários. Em 2005, conheci Marli Márcia da Silva, presidente da Associação de Mães Solteiras de Pernambuco. Seu nome surgiu para mim por meio da socióloga e feminista Ana Liesi Thurler. Na época, Marli pesquisava sobre a ausência paterna no Brasil e eu dava os primeiros passos na pré-produção do filme “Nada sobre meu pai”. Ainda não tinha recursos suficientes para realizar o longa, que só ficou pronto em 2023, mas comecei a filmar a Marli ao longo dos anos. Da minha relação com ela nasceram vários filmes. O primeiro deles foi “Promessas partidas”, feito por meio do Sala de Notícias, um programa para fomento de curtas metragens do Canal Futura. A sinopse do filme dizia que ele era sobre Marli Márcia, uma mãe solteira negra e nordestina, que transformou seu luto em motivação para lutar não só pelos seus direitos, mas também pelos de outras mães sozinhas e de seus filhos, não reconhecidos pelos pais. Esse documentário foi meu primeiro avanço em direção à jornada dessa mulher, que seguiu me inspirando a continuar observando seus passos.

Anos depois dessa experiência, Marli me procurou dizendo que estava fazendo um trabalho sobre paternidade responsável em presídios. Imediatamente achei que acompanhá-la nessa missão renderia alguma coisa boa, mas foi além do que imaginava. Realizei dois filmes com ela. O primeiro, “Paternidade além das grandes” para a TV Câmara, era um média-metragem que abordava o não reconhecimento paterno do ponto de vista dos embargos jurídicos. O segundo, “Porque temos esperança”, foi um filme que viajou para vários países e que refletia sobre a ausência paterna no campo dos afetos. O documentário mostrava o trabalho de uma mulher pernambucana e a sua rejeição para tudo aquilo que parecia não ter jeito. Vivendo profundos dilemas na vida pessoal e na tentativa de reconstruir outras vidas, ela iniciava uma trajetória pelos presídios de Recife, na intenção de que pais reconhecessem seus filhos.

Experimentando na própria pele a solidão, Marli nos mostrava que o afeto pode ser redentor e que a falta de esperança é o mal mais intolerável para o ser humano. Até aqui, eu havia realizado três filmes cuja protagonista era a mesma, mas os olhares para sua realidade e seu momento de vida eram completamente distintos. Quanto mais aprofundamos a pesquisa sobre um personagem, mais surgem possibilidades filmicas sobre ele. Sempre afirmo que **um filme é um recorte, e acredito que a principal função de uma investigação séria sobre um tema ou uma biografia é nos possibilitar eleger o que vamos filmar e saber defender os motivos que nos levaram àquela escolha.**

Nesse sentido, quero pontuar aqui como o Sala de Notícias, a primeira porta do Canal Futura que se abriu para nossa produtora, foi fundamental para o financiamento de pesquisas e primeiros acessos cinematográficos a algumas temáticas muito relevantes. Dos vários filmes que fizemos, destaco “Estrelas mudam de lugar”, sobre um projeto de moradia assistida direcionado para pessoas com transtornos mentais como uma alternativa à internação. O filme propunha um registro realista sobre as casas de Sérgio, Rogério, Bebel e Stela. Nelas, eles desenvolviam sua autonomia, mas também aprendiam a viver em grupo, dividindo os espaços, compartilhando experiências e, acima de tudo, respeitando uns aos outros em suas diferenças. Esse curta foi um instrumento importante para a luta antimanicomial.

Outro filme que nos marcou foi “Apátridas”, sobre o trabalho da Cáritas em busca de apoio para refugiados no Brasil. Nesse projeto, conhecemos Maha Mamo que acabara de chegar do Líbano e lutava pela sua legalização em terras brasileiras. Depois do documentário, Maha se tornou uma ativista proeminente e uma liderança de muita visibilidade para os apátridas no Brasil. Outra personagem que nos foi apresentada durante uma pesquisa para o Sala de Notícias foi Bruna Benevides, mulher trans, professora e que foi a personagem principal de “Prepara”, um documentário que abordou a inclusão de travestis e transexuais, transgêneros e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social e preconceito de gênero nas redes de ensino superior.

A partir do “Prepara Nem”, curso gratuito preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) direcionado a tais populações, pudemos contar histórias, sonhos e aspirações de pessoas que

estavam alijadas do processo educacional. O projeto contava com cerca de 50 voluntários e 20 alunos, uma iniciativa do grupo “Tem Local”, que milita contra o preconceito e promove ações de cidadania para a população LGBT. O filme acompanhou as aulas, repletas de descontração e de assuntos que dialogavam com a realidade dos alunos. A curadoria corajosa e atenta do Sala de Notícias nos possibilitou amadurecer processos internos, valorizar o trabalho de campo e nos apresentar o Doc Futura, outro programa do canal que levou nossos filmes para várias partes do mundo.

Ecoando o Brasil pelo mundo

O Doc Futura, além de ser um edital para documentários de longa-metragem sobre direitos humanos do Canal Futura, era também uma meta importante a ser alcançada pela equipe da produtora. Em 2015, em parceria com a Embaúba Filmes, de Pedro Rosa, ganhamos o *pitching* com o projeto “Levante”, um documentário que mostrava como, à medida que o acesso à internet aumentava, ampliava-se também o conhecimento, a aprendizagem, o domínio tecnológico, a criação de comunidades virtuais e redes sociais, e como cresciam, conseqüentemente, os “movimentos instantâneos” de protestos por parte dos usuários.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o indivíduo ia adquirindo mais força e visibilidade, as novas tecnologias de informação tendiam a promover organizações em rede, novos tipos de comunidade e demanda de diferentes papéis para o governo. Isso tudo reforçava a mensagem de que o indivíduo estava, de fato, se aproximando do centro de poder.

Afinal, se tratava da possibilidade que as pessoas tinham de exercer a cidadania para além das fronteiras, fazendo prevalecer suas vontades em âmbito global. A questão que se colocava, então, era: toda essa grande variedade tecnológica acabará por servir a quem? À população e às suas organizações espontâneas? Ou às empresas e aos governos?

O documentário exaltava as mídias alternativas como forma de combater o monopólio das informações, mas o que não sabíamos é que parte dessa evolução tecnológica resultaria no fenômeno das *fake*

news, assunto que não foi mencionado no filme justamente porque ainda não era realidade significativa no Brasil. Documentamos o início da revolução tecnológica no tráfego de informações, algo que jamais poderíamos imaginar que também seria o ovo da serpente de atos antidemocráticos.

Na edição seguinte do Doc Futura, realizamos o documentário “Não saia hoje”, que foi uma narrativa poética acerca da jornada das Mães de Maio. Lideradas por Débora Silva, essas mulheres transformaram o luto em luta, o sofrimento em esperança, a dor em reação, forjando para si um novo lugar a partir dessa tragédia. Seus filhos não iriam voltar, mas o que estava ao alcance dessas mães era a batalha pela memória e pela justiça.

Ainda hoje elas lutam para que outros jovens não tenham o mesmo destino de seus filhos. Vale a pena pontuar que conheci a personagem principal do documentário nas filmagens da série “Mulheres em luta” para o canal GNT. Fui apresentada a Débora por Rose Nogueira. Jornalista e ex-presa política, Rose havia escrito um trecho do livro sobre as Mães de Maio. Débora fez uma pequena participação na série, mas de imediato me despertou o desejo de produzir um filme sobre a história desse coletivo de mulheres. Mais uma vez a pesquisa minuciosa me levou a pessoas incríveis. Tanto “Levante” quanto “Não saia hoje” viajaram o mundo em festivais de cinema e ambos ganharam medalhas importantes no *New York Film Festival*, relevante premiação para documentários televisivos.

As ações do Doc Futura em difundir seus filmes em festivais pelo mundo foi muito estratégica, pois tornou visível não somente os temas dos filmes, mas também fez ecoar a voz de documentaristas que estavam emergindo no audiovisual, tendo como principal interesse assuntos relacionados aos direitos humanos. A iniciativa foi muito significativa para o mercado cinematográfico, pois fortaleceu o cinema com viés político, muitas vezes temido e demonizado por certas instituições. A chancela do Canal Futura colocou um grupo de documentaristas em outra perspectiva em relação ao cinema nacional. Documentários ganharam notoriedade e incentivo. Muitos desses diretores que passaram pelo Doc Futura seguem produzindo em escala e ocupando espaços extremamente qualificados em toda a cadeia de produção.

O documentário como elemento de construção da memória

Registrar o estado das coisas, lutar contra silenciamentos, invisibilidades, apagamentos e construir memória são os fundamentos básicos do ofício do documentarista. Nesse sentido, estudar o passado para entender o presente é imprescindível. Na época em que o Brasil se movia em torno da Comissão da Verdade, iniciamos uma extensa pesquisa sobre a resistência feminina à ditadura civil-militar. Em determinado momento da imersão no tema, percebemos o quanto era complexo reunir todos os assuntos em uma só obra: o golpe de 1964; as manifestações estudantis e a luta armada contra a ditadura; o papel das mulheres nas organizações clandestinas; a quebra de paradigmas feita por essas mulheres na sociedade patriarcal; o perfil das mulheres “revolucionárias”; a perseguição, as prisões e a tortura (especialmente aquela direcionada à maternidade e sexualidade feminina); a formação do grupo na torre no presídio Tiradentes e os valores ligados à solidariedade e ao coletivo cultivados naquele espaço de convivência; a anistia e os anos de silêncio; a eleição da presidente Dilma e sua ligação com a criação da Comissão da Verdade; as caravanas da anistia e o reconhecimento do erro e o pedido de desculpas oficial do Estado e, por fim, as reivindicações dessas ex-presas para o Brasil daquela época e quais eram as lutas que ainda continuavam.

Mapeamos os diversos tópicos que emergiram da pesquisa e criamos um projeto “guarda-chuva” sobre a memória das mulheres que lutaram contra a ditadura. O primeiro fruto que nasceu foi a série “Mulheres em luta” para o canal GNT. Composta por cinco episódios, narra a história de dez mulheres que enfrentaram a violência de Estado na batalha pela democracia. Entre as personagens da série, algumas tinham sido encarceradas no Presídio Tiradentes. Assim, aprofundamos a pesquisa sobre aquele período e descobrimos que naquela prisão havia passado Dilma Rousseff, a Presidente do Brasil na época, e dezenas de outras mulheres que assim como ela também tinham muita relevância nas áreas que decidiram atuar. Desse modo, surgiu o longa “Torre das donzelas”, lançado em 2018, antes das eleições que resultaram na vitória de um candidato que elogiava o período da

ditadura. Percebemos, então, a importância de disponibilizar publicamente os depoimentos dessas testemunhas que haviam se calado por quase cinquenta anos, resultando na criação de um site¹, no qual postamos na íntegra todas as entrevistas coletadas por nós. Esse projeto se chama “Vozes da memória”.

O projeto multiplataforma “Torre das Donzelas” constituiu-se em várias obras: um longa-metragem documental para cinema com a recriação cenográfica do ambiente da torre; uma série para a TV focada nas atividades atuais dessa geração de mulheres refletindo sobre o que fizeram com esse legado e um portal que reuniu a massa dos depoimentos coletados e serviu como um banco de dados audiovisual sobre as vítimas femininas da violência institucional da ditadura.

Nos últimos anos, o Brasil viveu um momento de ameaça à democracia e pude refletir sobre o papel do documentarista como ativista na preservação da memória. As ações mais revolucionárias e combativas que pudemos fazer estavam disponíveis para a sociedade. A nossa militância pela liberdade estava registrada no audiovisual por meio da coragem daqueles que se recusaram a assistir suas histórias negadas ou reescritas de forma mentirosa e torpe.

Documentar o estado das coisas

A formação em Direitos Humanos logo após a conclusão do meu primeiro filme foi um ponto de virada na minha trajetória como cineasta. Em 2011, eu estudava crimes de ódio como se fosse algo muito distante e sem chance de ser uma realidade para nós brasileiros. Durante a produção de um artigo para avaliação acadêmica, conheci a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância do Estado de São Paulo. Naquela época, a equipe da Decradi já havia identificado dezenas de grupos de ódio organizados e atuantes em quase todo o estado. Com isso, crimes de racismo, xenofobia e homofobia passaram a ser uma rotina para a equipe da delegacia.

1. Disponível em: <https://www.torredasdonzelas.com.br/>.

Para entender o universo da pesquisa e as situações em que investigamos, é importante compreender a qualificação do que é um crime de ódio. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos está declarado:

Artigo I: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegurou a igualdade entre todos os indivíduos. Independentemente do grupo social ou do modo de ser e agir, todo ser humano tem direito a tratamento digno e imparcial. A Constituição Federal do Brasil afirma como objetivo fundamental do país a promoção do bem-estar de todas as pessoas, sem discriminações. O Código Penal brasileiro assegura a punição em casos em que essa igualdade de tratamento não é aplicada e, assim sendo, ocorre discriminação. A Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 decreta que serão punidos: “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Há muitos tipos de crime de ódio que não são englobados pela Lei nº 7.716, porém todo e qualquer tipo de delito de intolerância vai contra as leis e encontra amparo na Constituição.

Destaquei acima os parágrafos da Declaração Universal dos Direitos Humanos porque ultimamente esses valores estão quase sempre relacionados a uma ideologia política em oposição à outra.

A ideologização da preservação da dignidade humana tem causado danos irreparáveis para a sociedade brasileira. Retratamos essa realidade quando fizemos “Intolerância.doc”, um filme investigativo-observacional que acompanhou as ocorrências na delegacia especializada em São Paulo e, em narrativa paralela, as vidas da delegada Margarete Barreto, de alguns membros de sua equipe e de vítimas e autores de delitos. O fio condutor da narrativa foi o setor de “relatório de

ocorrências”, que funcionava como uma espécie de setor de “emergência” da delegacia. “Intolerância.doc” mostrou o empenho da equipe da Delegacia de Crimes de Intolerância em busca de pessoas que transformaram o discurso de ódio em assassinatos cruéis.

Entre os momentos mais marcantes podemos destacar o registro das ações de investigadores em diligências que começavam ainda no escuro da madrugada e da relação deles com a juventude *punk* e *skinhead* de São Paulo; gravação das torcidas organizadas do Palmeiras e do Corinthians nas quadras e estádios; e o mergulho no *underground punk* da cidade. Com a narrativa pontuada por revelações sobre as vítimas e uma imersão visual no *underground* de São Paulo, o filme revelou a complexidade da natureza desses crimes que estavam se tornando cada vez mais comuns no Brasil.

A relação com o cotidiano dos policiais que combatiam os crimes de ódio em São Paulo foi avassaladora. Em alguns momentos, pensamos em desistir, tamanha a dificuldade de tornar palatável as histórias tão bárbaras que vieram ao nosso conhecimento. Superado o desafio de lançar o filme, tínhamos em nossas mãos um repertório de casos emblemáticos e que ficaram de fora da montagem. Seria importante tornar isso algo útil para a sociedade, afinal alertar sobre o crescimento dos crimes de ódio parecia urgente. Mais uma vez uma pesquisa extensa fez um projeto se multiplicar e, assim, surgiu a série de ficção “Rotas do ódio”, que a princípio foi exibida no Universal TV e, atualmente, está disponível no Globoplay.

A série promove um mergulho no submundo dos crimes de intolerância e racismo no coração de São Paulo. Inspirada em casos reais, a trama se desenvolve na única delegacia de combate a crimes de ódio no Brasil. A série mostra a jornada da delegada Carolina Barreto e sua equipe no combate a crimes de intensidades variadas, de ameaças a assassinatos. Seu principal objetivo é dismantlar a gang “Falange branca”, comandada pelo obcecado *playboy* Guilherme Zooter, que espalha o terror na cidade cometendo crimes principalmente contra *gays*, negros, nordestinos e estrangeiros. A delegacia vive sob a ameaça constante de ser extinta pela Secretaria de Segurança, o que gera mais tensão para a delegada e sua equipe, que não podem dar um passo

em falso. Também povoam esse universo disputas entre membros da equipe, conflitos pessoais como vícios e compulsões, os bastidores das investigações e dilemas éticos.

Filmar como um ato político

Somos produtores de signos e emissores de mensagem que alcançam audiências, na maioria das vezes, desconhecidas por nós. A responsabilidade com o conteúdo que produzimos é parte indissociável do ato de documentar o tempo, a sociedade e seus movimentos. Refletir sobre o poder do audiovisual como influência direta em comportamentos e discursos deve ser o dilema diário para quem encara essa profissão como missão de vida. O audiovisual é sem dúvida uma das maiores ferramentas para o ativismo em qualquer área. O privilégio de estar em um cenário de grande visibilidade traz consigo desafios éticos e morais que jamais devem ser negligenciados. Com a democratização do acesso à tecnologia, o fluxo midiático das representações tem um ritmo cada vez mais frenético e desgovernado. Diante desse cenário, cabe a nós, documentaristas, encararmos com circunspeção o compromisso de entregarmos para o mundo documentos que sejam retratos e espelhos capazes de instrumentalizar indivíduos para a construção de um pensamento crítico, buscando trazer proposições inventivas de futuro para as novas gerações.

DIÁLOGOS COM PLATAFORMAS E AUDIÊNCIAS EM CONSTANTE MOVIMENTO

Luz, câmera e mão na massa. Os bastidores da jornada de novos comunicadores

ELLI CAFRÊ

MILENA ROCHA

Trajetórias/origens

Quando se passa na faculdade de Jornalismo, a primeira coisa que se ouve é: “quando você vai aparecer na TV?”. No caso de Elli e Milena, só em sonhos pensavam nisso.

Milena ainda lembra que recebeu de um dos padres de sua cidade, Padre Valdiano, um blazer direto do bazar da igreja, dizendo que ela ainda iria para a Globo. Elli, como travesti, lembra da dificuldade de se ver nesse lugar de jornalista, pela falta de referências na TV e em outras redações. A faculdade foi um período de muitos medos, mas também de descobertas sobre como seria o processo de uma travesti fazendo audiovisual.

Foi por meio do Canal Futura que a dupla chegou à TV. As universidades em que estudaram, UFPI e UERN, são parceiras do canal. Em 2017 e 2018, elas foram selecionadas para o Geração Futura, um projeto que reúne anualmente estudantes de comunicação na Fundação Roberto



Marinho para fazer uma imersão de duas semanas com oficinas práticas e teóricas. A cabeça de cada participante do projeto se expande e não volta mais ao lugar que estava

Os trabalhos de Elli

Elli, primeira a participar do Geração Futura ainda em 2017, começou a produzir e dirigir seus trabalhos assim que retornou de sua viagem ao Rio de Janeiro, onde acontece anualmente o projeto.

Seu primeiro trabalho começou a ser rodado ainda em março do mesmo ano. O documentário “TRANSformar – Existindo na Educação” fala da vivência das pessoas trans dentro de escolas e universidades. Além de uma porta para seus outros trabalhos, também foi uma chave para seu descobrimento como pessoa trans.

Ela lembra com carinho de como o audiovisual foi importante nesse processo de olhar para o mundo, mas também de se enxergar como pessoa. Talvez essas oportunidades nunca tivessem acontecido se Elli nunca pudesse ter visto quem realmente carregava dentro de si.

Ainda nesse caminho de descobertas, Elli se viu de frente com o desafio do próximo trabalho: contar histórias de mulheres trans e travestis encarceradas em um presídio do Ceará, e contar com cuidado os processos de extrema violência que essas personagens passavam. Esse trabalho assume um lugar de destaque neste texto pela importância na vida pessoal da diretora, por ter uma relação direta com sua transição de gênero e por ser seu trabalho de conclusão de curso. É importante destacar também que, sem os recursos do 1º Edital Doc Futura curta duração, não teria sido possível arcar com os custos dessa produção e tirar esse sonho do papel.

As dificuldades começaram logo nas portas do presídio — a entrada e os acessos eram muito burocráticos e a equipe precisava ser reduzida para não intimidar as personagens que já estavam em uma vivência de extrema vulnerabilidade social.

Para as gravações, o documentário contava com apenas três pessoas: Elli — diretora, roteirista e editora do trabalho, Pedro Levi — roteirista e produtor, aluno do curso de Direito da UERN e responsável

por viabilizar a entrada no presídio, e o Fernando Nicolás, que fez a fotografia do filme.

Foram quatro dias de gravação com horários extremamente reduzidos e pré-estabelecidos pela própria unidade prisional. Cada diária de filmagem tinha no máximo quatro horas para produção e gravação. Mesmo com muita pressa para que o trabalho fosse otimizado ao máximo nessas poucas horas de gravação, era necessário um cuidado extremo com cada pessoa e, acima de tudo, o cuidado na escuta e o respeito na condução de cada entrevista.

Elli define o “Doc. Bixa Presa” como um soco no estômago. Foi duro para a diretora escutar, ainda no início da sua própria transição, histórias tão duras de agressões contra corpos de pessoas trans. Contudo, a escuta foi fundamental para a construção da estética do trabalho. Tanto a edição quanto a finalização, trouxeram contrastes e trilhas mais fortes, mas, como sons de segundo plano, foram usados os próprios barulhos captados na unidade prisional. Para a equipe foi importante ressaltar o eco metálico nos corredores de concreto do presídio e os sons dos passarinhos, tanto dos que estavam engaiolados, logo na entrada do presídio, como dos que ficam empoleirados nas cercas elétricas assistindo a vida daquelas pessoas encarceradas.

Elli também dirigiu e produziu com o Futura os trabalhos: “Empreentecer”, “Doc. Mandala” e outras produções menores que foram muito importantes na construção do seu portfólio profissional e na parceria com o Canal Futura.

Milena e o coletivo

O desejo de trabalhar com audiovisual começou a pulsar em Milena quando ela participou como microfonista do documentário “17 sonhos e uma cerca”, rodado em 2013 com famílias afetadas por conflitos agrários no sul do Piauí. Mas foi só em 2017 que começou efetivamente a trabalhar na área com o Coletivo LabCine, formado por estudantes de comunicação desejosos de fazer peças audiovisuais. Era uma equipe sem remuneração que trabalhou em documentários. “Só com a ajuda do Santo” retratava jovens que conciliam a rotina de trabalho e estudo

com as obrigações em um terreiro de candomblé; “Vidas em Rotas” registrava os primeiros meses de uma capital implantando um sistema de integração do transporte coletivo, em Teresina-PI; e “O pranto do Artista”, um longa-metragem, filmou uma imersão de realizadores audiovisuais em um circo de periferia prestes a fechar as portas.

Todos esses filmes foram rodados com equipes voluntárias, equipamentos emprestados e criação compartilhada com revezamento de funções. Nas referidas obras, a jovem realizadora, além de se encantar com o cinema coletivo, atuou nas funções de produção, roteiro de entrevistas, fotografia e montagem. Seguindo o que hoje chamam de dinâmica LabCine, a roda girava de acordo com a vontade de aprender, as disponibilidades e as afinidades de cada pessoa.

O coletivo se tornou a produtora audiovisual LabCine Filmes, da qual Milena é sócia com mais cinco realizadores. Atualmente, a produtora já conta com mais de 100 obras realizadas, entre curtas, videoclipes, filmes institucionais e um longa-metragem. Atua com oficinas, cineclubismo e realização audiovisual. A LabCine coleciona prêmios em festivais e mostras de cinema e segue atuante no entre rios Piranhão, na fronteira entre os estados do Piauí e Maranhão.

Depois do Futura

Em 2018, Milena foi selecionada para o Geração Futura e, ao retornar, produziu o interprograma “Luz do Sol”, relacionado a um experimento de luz solar da universidade com uma família no interior do Piauí que vive sem eletricidade. O minidocumentário foi realizado por um grupo de voluntários ligados ao coletivo LabCine.

Milena conseguiu um drone emprestado e gente disposta a gravar na capital Teresina e na comunidade Santa Maria, município de São Miguel do Tapuio, interior do Piauí. A partir dessa vivência, nasceu o Especial “Des-Conectadas”, gravado anos depois para a Série Primeira Infância.

Ainda em 2018, Milena estreou na direção com o documentário “Mulheres de Visão”, filmando a rotina de três mulheres cegas de diferentes idades, classe e graus de cegueira. O filme foi coproduzido com o edital Mostra empodera, da Parada de Cinema 2018. Após a realização,

ele foi exibido em dez estados e premiado como Melhor Documentário no Festival de Cinema Universitário Toró, em Belém-PA, e Melhor Direção no Cine Virada, em Cachoeira-BA.

Em 2020, em parceria com a Unicef, Milena dirigiu, roteirizou e produziu os seguintes episódios da série Trajetórias Escolares: “Na sua própria linguagem”, encarando o desafio de contar em uma linguagem acessível a história de um personagem surdo que, aos 18 anos, estava sendo alfabetizado na Língua Brasileira de Sinais em uma escola na periferia de São Luís-MA; “Aquilombar”, registrando a história e os desafios enfrentados por Alcilene, uma jovem que não abandonou a escola ao se tornar mãe, no Quilombo Santa Rita, em Bequimão-MA.

Em 2021, Milena retoma o roteiro de “Des-Conectadas”, retornando ao município de São Miguel do Tapuio-PI para registrar a infância *offline* de Isac, que vive em uma comunidade sem eletricidade, e Anality, que está nos primeiros dias em uma casa com acesso à energia elétrica. O episódio faz parte da série “Primeiros Anos”. Esse foi um documentário pensado como uma câmera que é guiada pelo mergulho no riacho, pela pedalada de bicicleta com uma câmera que se agacha para ficar na altura das crianças para que tenhamos a sua visão em momentos em que vivências de novenas expressão religiosa ainda presente no interior do Piauí.

Em 2019, Elli e Milena descobrem o Globo Lab Profissão Repórter, projeto imersivo muito semelhante ao Geração Futura. Graças a ele, produziram a videorreportagem “Vento pra Quem?”, que foi a porta de entrada para o projeto da TV Globo, que buscava encontrar dez duplas de repórteres no Brasil para uma semana de contato direto com profissionais já renomados da área.

Emocionaram-se ao receber uma ligação de Caco Barcelos com um convite para uma imersão na TV Globo.

Vento pra quem?

A partir de 2016, os jovens com idade até 29 anos que tivessem Cadastro Único passaram a ter acesso ao ID jovem¹, uma política pública que funciona como carteira de estudante e permite, entre outros direitos, viajar pagando meia passagem ou gratuitamente entre estados do Brasil. Além de isenção em concursos, foi essa carteirinha que fez com que Milena saísse de Teresina e chegasse a Mossoró, onde Elli vivia. Assim, começaram a planejar a coprodução de um documentário sobre famílias afetadas por megaprojetos no Piauí.

Essa história é contada para exemplificar que, nas produções de baixo orçamento, é importante ter como aliadas políticas públicas e demais recursos que estiverem à disposição: caronas, vaquinhas coletivas, parcerias etc. Isso pode ser ainda um estímulo para o acesso aos direitos conquistados pelas juventudes.

Ideia na cabeça e pé na estrada. Ou melhor: moto na estrada e poeira subindo. Nas garupas, elas foram parando a cada ponto para escutar as histórias. Se audiovisual é áudio e imagem, o som é um dos grandes desafios quando se está começando a produzir. Na videoreportagem, utilizamos um microfone de lapela de celular que capta um áudio de boa qualidade, porém, a monitoração fica nas “mãos de Deus”, ou melhor, no bolso de nossos entrevistados. Isso não é de todo mal, pois não ter o personagem ligado à câmera com um fio ou um rádio transmissor de lapela deixa o processo da conversa mais natural.

Colocar o celular no bolso dos entrevistados e deixá-los soltos pela casa permite que logo eles se esqueçam que estão sendo entrevistados e falem com mais espontaneidade. A câmera, ou melhor, Milena e Elli são silenciosas, apenas acompanham os passos de Francisca, matriarca da casa, enquanto ela prepara a janta da família. As perguntas servem apenas para orientador alguns momentos do dia, mas o que mais

1. “Documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015.” Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania / Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/idjovem>. Acesso em 01 jul. 2023.

agrada a dupla é escutar e captar com as lentes das câmeras o que a personagem fica “falando com seus botões”.

Para Milena e Elli, deixar alguém com o microfone lapela e seguir acompanhando a pessoa é necessário para que exista espontaneidade até que se adquira a familiaridade com a câmera. Como disse o documentarista brasileiro Eduardo Coutinho: “Se eu estou filmando o outro é porque eu não me conheço e eu preciso conhecer o outro para me ver”. Quando estavam filmando aquela família sem eletricidade, era como se autorreferenciar; ver suas próprias famílias que também passaram por isso quando eram crianças. Milena ficou sem eletricidade até os nove anos, mesma idade que Elli viu a eletricidade chegar para seus vizinhos.

Ainda que na universidade tivessem aprendido sobre critérios de noticiabilidade e imparcialidade no jornalismo, a vivência delas está presente a cada reportagem, roteiro e documentário, ainda que de modo sutil. O registro é também sobre o encontro com o outro, e Milena e Elli querem que esse encontro seja respeitoso, estimule o outro a se expressar — mesmo que com timidez, quando não estão acostumados a falar para as câmeras.

Para construir as imagens, cada uma estava com câmeras DSLRs nas mãos, com planos sequências e o hábito de já chegar no REC². Francisca define bem seu território logo no início da reportagem: “a comunidade aqui é São José, lugar que não tem luz...”.

Como contar uma história e despertar quem ouve e assiste para se envolver, imergir, continuar ali? Esse questionamento foi alinhado pela dupla para se apropriar do que tinham e trabalhar a linguagem a partir disso. Se falassem da falta de eletricidade, a tela ia escurecendo até que só se vissem as silhuetas. Dito e feito: elas foram gravando no decorrer da tarde e, quando a noite chegou, as suas câmeras viam como viam as pessoas que ali faziam morada. A reportagem “Vento pra quem?” acompanha como vive a família de Francisca e Naiane do período da tarde até o horário do jantar.

2. Referência ao botão que inicia a gravação nas câmeras.

Francisca é uma líder comunitária que organiza novenas e missas na região. Naiane é uma jovem que sonha em fazer shows com sua banda. Depois de gravarem o jantar, o quintal e os afazeres na casa de Naiane — que no início estava mais desconfiada —, Elli diz a ela: “todo mundo falou da tua voz “. Então, Naiane conta de seu desejo de ser artista e dá uma palhinha de uma música da cantora Marília Mendonça. Ao final, admiradas, Milena e Elli comentam entre si: “de todas as famílias que visitamos, essa tem muitas coisas que precisam ser mostradas”.

Ao fim dessa gravação, as duas diretoras pegaram as motos e voltaram para os abrigos na madrugada sem energia do interior do Piauí, apenas com o brilho das estrelas, do farol das motos e das usinas eólicas que ficam no entorno da comunidade São José. Piscavam as luzes dos faróis sem parar para lembrar que energia ali não era para todos.

Ações

Ações são as movimentações que fazem compreender a vida naquele lugar a partir do qual se está contando uma história — elas falam por si. Se temos uma cisterna e alguém retira água com um balde para cozinhar, já se demonstra que ali há alguma questão sobre acesso à água. Se temos um fogão à lenha para preparar o jantar e uma vela iluminando o altar de santos na sala, isso também nos diz muito sobre a temática que estamos tratando.

Naiane e Francisca, ambas agricultoras, participaram de atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Importante dizer que foi por meio da CPT que Milena conheceu a pauta. Gravando outro material para a Comissão, ela se deparou com várias luzes piscando no final do horizonte e perguntou a Sebastião, líder da pastoral, do que se tratava. Ele, de pronto, respondeu: “um grande parque eólico, vulgo a injustiça!”.

Milena ficou com aquela fala na memória; como era possível existirem em um mesmo local uma produção de energia daquele tamanho e 126 famílias do município que não tinham acesso à eletricidade? Foi dessa inquietação que nasceu a reportagem.

Montagem

O desafio, em seguida, foi transportar tantas questões sociais relevantes para um documentário de até 15 minutos que pudesse ser utilizado em festivais e mostras. O projeto ficou ainda mais difícil quando a dupla decidiu inscrever essa história em uma seleção do Globo Lab Profissão Repórter, que estava buscando as dez melhores reportagens do Brasil para levar esses produtores de audiovisual para uma vivência de imersão com a equipe do programa.

Elli iniciou seu trabalho como editora em 2015, em um estúdio em um telejornal local de Mossoró-RN. Seguiu aperfeiçoando seu trabalho nas ilhas de edição, conhecimento que foi muito importante para que, em 2019, fizesse a montagem de “Vento para quem?”. Ela acredita que uma história como essa deve ser contada usando os vários sentidos e os pequenos detalhes captados: animais correndo soltos no terreiro, que em algum momento vão virar alimento da família, a retirada de água da cisterna, os sons dos passos, da cozinha, das conversas, até a mudança de fotografia, que aqui foi um ponto chave do material da dupla.

Desde o início, elas acordaram que a mudança das cores no vídeo iria conduzir a reportagem. Assim, chegariam no fim da tarde na casa de dona Francisca para começar a contar a história dessa família enquanto a noite caía. A ideia era começar com uma fotografia colorida do sertão, passando por um preto e vermelho proporcionado pelo fogão a lenha, velas e lamparinas, até chegar em um preto total, no qual só era possível escutar as vozes das pessoas.

Essa estratégia representa fazer no audiovisual o impensável, tirar o vídeo e levar o espectador para a imersão de ver, ou não ver, o que essas pessoas vivenciam com a falta de luz elétrica em casa. Isso também precisou ser respeitado na montagem. A chegada de Milena e Elli na comunidade São José, a apresentação da história, o preparo da janta e até o momento de se despedir foram acompanhados pelo anoitecer no interior do Piauí.

É importante também ter atenção aos sons que o local emite: o balde de metal tocando o fundo da cisterna para pegar a água da janta também conta muito, e esse é um tempo de história verbalizada que é economizado, mas que fala sobre o acesso a condições básicas de vida dessa família.

A virada dessa história aconteceu ainda no processo de captação, quando Naiane falou que o sonho dela era ser uma cantora famosa, e não ter energia em casa, resposta esperada pela dupla. Contudo, na ilha de edição, elas decidiram que, na verdade, a história não era sobre acesso à energia, mas sim sobre o sonho de Naiane, algo que os espectadores só descubrem no fim.

A sensibilidade da escuta e o cuidado com o que os personagens querem falar é muito importante nesse processo, pois nem sempre o trabalho que está sendo feito é sobre o que planejamos, mas sobre o que a rua, ou a zona rural nesse caso, conta. E tudo bem seguir por outro caminho e contar outra história. Isso está interligado ao respeito que precisamos ter com quem abre as portas de sua casa para estranhos e decide contar o íntimo de suas vidas para as lentes das câmeras.

O fim da montagem é feito com inúmeros cortes: “VENTO PRA QUEM 1/VENTO PRA QUEM 2/ ... 3 / VENTO PRA QUEM FINAL / FINAL OK / FINAL VALENDO”. Quem já acompanhou esse processo de edição sabe que ele é um caminho longo que envolve assistir inúmeras vezes o material e pensar: “o que pode melhorar?”, até chegar em um ponto em que o trabalho consegue passar o recorte da história que será contada. Isso, claro, na visão dos produtores, porque depois que o material sai da ilha de edição e vai para o mundo, a interpretação de cada pessoa que assiste é única. É importante saber o momento de parar de editar, pois sempre existirão alterações possíveis para serem feitas. Até hoje Elli pensa: “o que poderia fazer na edição para deixar esse trabalho melhor?”, mas hoje esse filho não é mais dela e de Milena, “Vento para quem?” é do mundo.

Globo Lab

A Reportagem/Documentário “Vento Para quem?” conseguiu colher os frutos desejados e foi selecionado como um dos dez trabalhos do Globo Lab Profissão Repórter. A dupla Elli e Milena passou uma semana com a equipe do programa, o tema virou uma reportagem completa no Profissão Repórter, Elli foi convidada para ser editora de conteúdo e Milena virou repórter do programa. Essas experiências somaram muito para o conhecimento da dupla e serviram como porta de entrada para outros projetos no audiovisual.

Elli editora

Nessa trajetória, Elli não escondeu seu amor pela edição, mesmo conseguindo passar por todos os processos do audiovisual, como produção, roteiro, captação ou direção. É na edição que ela se sente mais segura, e ser convidada a passar um período como editora de conteúdo de um programa pelo qual tem tanta admiração foi um divisor de águas em sua vida.

Participar do processo de construção de programas do Profissão Repórter foi muito desafiador, além de uma escola: as equipes voltam das ruas com horas e horas de captação que precisam ser transformadas em histórias que serão contadas em apenas alguns minutos. O trabalho de desapego foi o mais difícil em todo esse processo, mas também o mais importante.

Milena repórter

Compor a equipe de repórteres do Profissão Repórter e trabalhar na mesma redação que Caco Barcellos é um dos sonhos que parecem estar a léguas de distância. No fundo, Milena se movimentava na contação de histórias do seu estado desde 2013. Logo, sua trajetória foi se alinhando ao desejo de aprender audiovisual na prática, tendo em vista que, na graduação, o acesso a equipamentos de captação e edição era restrito, as condições financeiras desfavoráveis e os laboratórios da universidade pouco aparelhados. Ao retornar do Globo Lab, ela seguiu atuando com documentários, e a chama se manteve acesa no coração da jovem jornalista. Dois anos se passaram e, em 2022, Milena foi convidada para rodar o Brasil contando histórias, compondo a equipe de repórteres da temporada. Como piauiense raiz ela enfrentou o frio de São Paulo e, em um ano, contribuiu com pautas, histórias, apurações e se desafiou como uma repórter à frente das câmeras.

Contar histórias com baixo orçamento e outros imaginários

Quem está falando, escrevendo ou contando uma história parte de algum lugar. No caso de Elli e Milena, elas partiram da zona rural, da escola pública, da universidade pública e do nordeste do Brasil.

Formada entre os movimentos de base da Igreja Católica, Movimentos Estudantis na Universidade e grupos de pesquisa de crítica de mídia, Milena chegou no audiovisual pensando que tipo de imagens produziria. Foi cobrada por si mesma a não seguir reforçando e repetindo imagens que subalternizam o povo negro, estereótipos de pessoas indígenas, que sejam capacitistas ou que não estimulem reflexões sobre opressões de gênero e classe. Ela decidiu que utilizaria as oportunidades e conhecimentos adquiridos para fazer reverberar as problemáticas e denúncias, mas também para reverberar boas práticas, modos de vida e saberes tradicionais tão diversos desse país.

Elli também veio da zona rural, mas foi só na faculdade que iniciou seu processo de transição. O contato com o audiovisual foi decisivo nesse processo. Foi aí também que ela entendeu que queria contar outras histórias de corpos como o seu, que queria sair dos filmes estereotipados que falavam de corpos trans na prostituição e chegar em outros espaços, não apenas como jornalista trans, mas com suas histórias.

Ambas as jornalistas utilizam o audiovisual para contar ao mundo o que acreditam que se sabe e se ignora, ou ainda não se sabe por tal perspectiva.

Fazer audiovisual é contribuir para construção ou reconstrução da memória de lugares, pessoas e paisagens. As produções às quais se dedicam as realizadoras pretendem contribuir com a formação de adolescentes e jovens, encorajando-os a serem novos contadores de histórias, a se unirem nesse bonde que constrói imagens e sons para repovoar os imaginários e reconstruir conceitos sobre as origens do Brasil e de quem se é enquanto povo com seus marcadores sociais.

Um dos tantos elementos essenciais é o “fazer com” e não só o “fazer sobre”. Ao construir um argumento e/ou um roteiro, as identidades às quais se pretende contribuir com algum tipo de representação

potencializam as narrativas ao serem convidadas a colaborar. O curta “Baixa visão”, dirigido por Milena, foi coproduzido por mulheres cegas e com baixa visão. A diretora sentou-se com elas para que, juntas, elaborassem as perguntas e desenvolvessem a proposta estética.

Uma das principais referências de Milena quando o assunto é o tipo de audiovisual que quer fazer é o mestre Nego Bispo e o filme “Juca da Volta”, rodado em quilombos do Piauí. Ele mostra na prática o que sai de sua boca em forma de palavra: “como evidenciar uma cosmovisão a partir da qual os povos constroem, em defesa de seus territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida”. Logo, é daí que Milena parte, acreditando que a contribuição para outros imaginários vem ao repensarmos as abordagens e processos de construção cada vez mais participativos, pouco a pouco favorecendo a descolonização dos olhares e das mentes do nosso país.

Elli usou das histórias das suas personagens para também se construir como pessoa no mundo. Ela e Milena não acreditam em um jornalismo imparcial, mas sim que toda história é contada a partir de um lado. Elli é uma travesti mostrando como ela vê o mundo; Milena é uma jovem realizadora com disposição para rodar o interior do país conectando registros do seu tempo. Elas acreditam que o audiovisual capta o presente, mas será memória do futuro, assim sendo um poderoso registro que carrega sotaques, rostos, contradições, desigualdades e modos de vida.

REFERÊNCIAS

- ENTREVISTÃO — Eduardo Coutinho. *Críticos.com.br.*, 3 fev. 2014. Disponível em: <https://criticos.com.br/?p=176&cat=2>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- VENTO PRA QUEM? *Youtube*, 23 de abril de 2023. Disponível em: <https://youtu.be/cy9CqGydJ6w>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- TRANSFORMAR — Existindo na Educação. *Youtube*, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/g2LMLz7KZhI>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BIXA PRESA. *Youtube*, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/nCGWSEZJZWE>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- MULHERES DE VISÃO. *Youtube*, 13 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Izb2G_oDQpw&t=2s. Acesso em: 23 jul. 2023.
- O PRANTO DO ARTISTA. *Youtube*, 23 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=czK8DcY-bFw>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- SÓ COM A AJUDA DO SANTO. *Youtube*, 25 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-dkIA_-is_A. Acesso em: 23 jul. 2023.
- VIDAS EM ROTA. *Vimeo*, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/263916776>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- DESCONECTADAS. *Globoplay*, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10243783/?s=0s>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- NA SUA PRÓPRIA LINGUAGEM. *Globoplay*, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10147845/?s=0s>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- AQUILOMBAR. *Globoplay*, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10219381/?s=0s>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- 17 SONHOS E UMA CERCA. *Youtube*, 30 de março de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RFx4mgluXbc>. Acesso em: 23 jul. 2023.

O papel de uma faixa infantil educativa na ampliação de repertório cultural de crianças e adolescentes

BETH CARMONA

Em 1994, quando fui a Munique timidamente participar pela primeira vez do Festival Prix Jeunesse Internacional, um dos mais importantes festivais do segmento, eu já dirigia a TV Cultura de São Paulo e estávamos colhendo os primeiros resultados de uma faixa infantil que seria uma das mais bem sucedidas da história da TV aberta. No Festival, me deparei com um grupo grande de profissionais estrangeiros, cujas visões e crenças sobre a TV feita para crianças sintonizavam muito com o que eu buscava. Dali em diante, e por muitos anos, as práticas desses diretores, criadores e produtores vindos dos quatro cantos do mundo passaram a guiar e a alimentar minhas ideias. Mais particularmente em 1995, a doutora Patricia Edgard, uma grande pensadora e entusiasta da mídia para crianças, mulher que revolucionou o ambiente da televisão infantil na Austrália e uma das fundadoras da *Australian Childrens Television Foundation* (ACTF), me tocou profundamente. Criadora do *World Summit on Media for Children*, Patrícia é uma defensora incansável da mídia como parte fundamental de um

processo cultural, formativo e educacional. Em seus artigos e palestras sobre o tema, ela **ressalta a influência poderosa da mídia na formação das crianças, principalmente nos lugares onde há carência de uma educação formal mais completa e eficiente.** Imagens e mensagens têm força e, por isso, precisam se aproximar dos objetivos sociais e culturais do país, dizia ela quando esteve no Brasil em 2003, para a quarta edição do WSMC, no Rio de Janeiro, promovida pela MultiRio, Empresa Municipal de Multimeios e pelo Mídiaativa, Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes — organização que criei há 20 anos ao lado de um grupo multidisciplinar. Defensora dos programas infantis e juvenis como grandes agentes de cultura, identidade, formação e desenvolvimento infantil, Patricia Edgard afirmou:

Toda cultura deve contar para seus filhos as suas histórias. Se isso não for feito, a cultura do lugar poderá morrer. Se um país apenas depender das histórias de outros lugares para iniciar suas crianças e jovens na vida e no mundo globalizado, colocará em risco a sua própria cultura (Edgard, 2001, tradução nossa).

E foi com esse pensamento, ativismo local e *lobby* político, que ela e sua equipe brigaram por mais histórias australianas nas telas da TV, até conseguir fundos governamentais suficientes para mudar a situação da indústria e da produção infantil local. Era preciso mostrar às crianças a cultura de seu país, seus lugares e personagens e as questões relativas às suas comunidades com autenticidade. A identidade e a autoestima das crianças e dos jovens telespectadores precisava ser incentivada, mas sem deixar de lado a fantasia e a diversão. Hoje, mais de 20 anos depois, a ACTF produz e distribui programas australianos para o seu “quintal” e para o mundo.

Essas ideias moveram e, até hoje, influenciam os passos do Mídiaativa. O Centro realiza anualmente eventos como o Festival comKids. Depois de me tornar frequentadora assídua e com grande envolvimento nos grupos internacionais, nos quais encontrei um ambiente de troca e aprendizagem, fui aprendendo e realizando que havia muito a ser feito nessa direção no Brasil e na América Latina.

São anos na estrada, perseguindo os mesmos objetivos e acreditando na transformação das crianças e adolescentes através das histórias audiovisuais criativas, responsáveis e conscientes. Avançamos bastante em nosso continente, tanto em qualidade como em quantidade. Governos, agências reguladoras e, principalmente, a sociedade civil organizada, como as Fundações, Institutos e Organizações da Sociedade Sem fins lucrativos (OSCS), tiveram e têm um papel fundamental no caráter e no desenvolvimento do audiovisual e da mídia para crianças no Brasil. Outros grupos ligados à Infância e Juventude também tiveram e têm atuação reconhecida nas questões ligadas aos Direitos das Crianças e Adolescentes, o que envolve o direito à saúde, educação, cultura e comunicação.

Nesse caminho, é de extrema importância reconhecer e dar nome aos trabalhos que vêm sendo feitos nessa direção, destacando o Futura e a faixa infantil lançada em 2021. Mas, antes, seria interessante dar um breve passeio pelos diferentes projetos que já existiram no Brasil relacionados com a TV, o audiovisual e a educação. Foram muitos os namoros, as aproximações e as ações feitas para utilizar a televisão para educar e principalmente para ensinar, e nem sempre muito bem-sucedidos. Mas não restam dúvidas que utilizar o rádio, a TV, os aplicativos, *games*, sinais de *streaming* e canais de internet, no sentido de oferecer programas ou conteúdos que apoiem de forma responsável e sadia o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, educativo e cultural das crianças e jovens, é um caminho vitorioso e eficiente.

As relações da TV com a educação

Desde a década de 1920, exatamente em 1923 com a chegada do rádio no Brasil e a primeira emissora — Rádio Sociedade do Rio de Janeiro —, fundada por cientistas e intelectuais, havia um grande entusiasmo sobre o uso do rádio, e depois da TV, para educar e divulgar a ciência, a cultura e a educação. Essa ideia foi perseguida pelo antropólogo Edgard Roquette Pinto por alguns anos, mas, com a chegada das rádios comerciais e uma nova legislação em 1932, a filosofia educativa foi

deixada um pouco de lado. Contudo, em 1936, a Rádio Sociedade foi doada ao governo e passou a se chamar Rádio Ministério de Educação, ou Rádio MEC.

Dentro dos princípios educativos da Rádio MEC, foram irradiados cursos de línguas estrangeiras, letras, ciência, pedagogia, palestras, conferências e informação, inaugurando sistemas de ensino paralelos e complementares ao oficial, com apostilas enviadas pelo correio.

Dando um grande pulo na história, pouco antes do início dos anos 1960, 10 anos após a chegada da televisão no Brasil, retornaram as discussões sobre o uso da televisão com objetivos educativos, afinal a invenção era uma maravilha e poderia chegar a muitos brasileiros carentes de formação básica de forma mais eficiente que o rádio.

Contudo, passados mais 10 anos e chegando à década de 1970, a programação informativa e de entretenimento emitida por canais abertos privados se intensificou, e a TV brasileira desenvolveu-se em um clima liberal: com emissoras traçando uma programação de entretenimento, alinhada por parâmetros comerciais, que visava audiência, em uma relação com o mercado de consumo e com um modelo de sustentação econômico e empresarial. Em 1964, com o Estado governado pelos militares, havia uma forte onda desenvolvimentista dirigida às regiões do Brasil, e a televisão, como meio de massa que alcançava todo o país, se encaixava no ideário político da época. Paralelamente, os movimentos em prol da utilização da TV no ensino e na educação se manifestavam e traziam a ideia de que a TV poderia ser a tábua de salvação para acabar com os índices de analfabetismo.

Apesar de o modelo privado se tornar hegemônico no Brasil, o debate sobre os modelos televisivos iniciado na Europa e nos Estados Unidos não tardou a emergir em terras brasileiras. Com a dedicação, por parte de algumas emissoras brasileiras, de espaço, em suas grades de programação, destinado a programas de caráter educativo, somadas a medidas e incentivos providos da esfera federal, estadual e municipal, o Brasil parecia disposto a se transformar em um fértil terreno para a criação de modelos de emissoras de televisão educativa (Barros Filho, 2016, p. 6).

As TVs e a Rede Educativa

Como já assinalado, na década de 1960, os meios de comunicação — rádio e TV, ganharam *status* de meios estratégicos e, por isso, o Governo reservou alguns canais do espectro das ondas eletromagnéticas para futuras emissoras educativas culturais, não comerciais, com o objetivo de transmitir programas educacionais, aulas, conferências, palestras e debates.

Em 1961, temos notícias de alguns projetos, como o de telescola da Fundação João Batista do Amaral, coordenado pela professora Alfredina Paiva de Souza, em que Governo e iniciativa privada mantinham uma rede de telepostos conectados às emissoras de TV e às suas afiliadas para atender os alunos. Em seguida, outro projeto — Universidade Sem Paredes —, dirigido e supervisionado por Gilson Amado, e que tinha finalidades de formação no Ensino Básico, foi implantado. Assim, o rádio e a TV caminhavam buscando a educação, projeto atrás de projeto, ano após ano.

Em 1967, ao apontar uma situação crítica no campo educacional do país, o Presidente Castelo Branco instituiu o Centro Brasileiro de TV Educativa (CBTVE), com sede na Guanabara, e na sequência, constituiu a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), com Gilson Amado como presidente da entidade.

[] o intuito principal da Fundação era o de produzir, comprar e distribuir programas para transmissões educativas, acrescido da responsabilidade de conhecer e verificar o funcionamento de televisões educativas estrangeiras, a título de buscar adequar experimentos daquelas emissoras em terras brasileiras (Barros Filho, 2016, p. 7).

Enquanto isso, no estado de São Paulo, a TV Cultura, mesmo antes de pertencer à Fundação Padre Anchieta, o que ocorreria em uma posterior aliança com o governo, em 1967, já estava à frente de um processo de utilização da televisão para o ensino. Em 1961, ela deu seus primeiros passos para o ensino e a educação, criando um curso de admissão ginasial pela televisão.

O ano de 1967 pode ser considerado como o ano básico da implantação da televisão educativa no Brasil. Ao lado da estrutura oferecida pelo governo militar aos meios de comunicação social, sobremaneira a televisão, o Estado avocou para si a tarefa de construir suas próprias redes, de forma complementar à iniciativa privada. Desde a instituição da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa houve a criação de um sistema de emissoras educativas comandada pelo governo federal e pelos governos estaduais, bem como pelas universidades federais (Barros Filho, 2016, p. 7).

Assim, as TVs Educativas encabeçadas pela TVE no Rio de Janeiro e, muito mais tarde, também pela TV Cultura em São Paulo, se desenvolveram e experimentaram diferentes projetos culturais e educativos, como aquele de cursos e aulas pela TV, com apostilas rodadas no Maranhão e distribuídas Brasil afora, ao lado de programas culturais e outros cursos. Dando um pulo histórico maior ainda, nos anos 1990, em um atendimento a docentes, via satélite, foi criado um programa regular, para todo Brasil — Um Salto para o Futuro — uma experiência ao vivo que conectava professores de todo o país, que contavam suas práticas e tiravam dúvidas.

Mas, governos entram e saem e muitas mudanças ocorreram e ainda ocorrem nas estruturas das TVs educativas. De forma bem geral, nas últimas três décadas de TVs educativas no Brasil, verifica-se um painel de experiências e programações muito diversas. Os mais de vinte canais estaduais situados nas capitais sofreram mudanças políticas, econômicas e tecnológicas que modificaram suas rotinas e objetivos educativos e, por isso, acabaram ocupando diferentes espaços e papéis em suas comunidades, com diretrizes variáveis, de acordo com orientação vigente. A descontinuidade das gestões, a legislação anacrônica, as rápidas mudanças tecnológicas e a escassez de recursos são os principais responsáveis pela situação delicada da rede educativa. Atualmente, nas TVs educativas, verifica-se a presença de conteúdos generalistas, informativos, culturais e muito material infantil, grades de programação inspiradas pela bandeira pioneira “Aprender é Divertido”, trazida pela TV Cultura de São Paulo nos anos 1990, explorando a fundo o conceito de “*edutainment*”. Fica provado nesse

momento o quando o conteúdo infanto-juvenil de qualidade faz parte da essência de uma TV que quer contribuir para educação.

Antes de encerrar esse rápido apanhado sobre as TVs Educativas, seria importante citar outros projetos que experimentaram e testaram projetos dentro da relação TV, ensino e educação.

O Mobral foi um programa criado em 1970 pelo governo federal, com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. A ideia do Mobral vinha do contexto do regime militar, com propósito de controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. De início, propôs a alfabetização funcional de adultos, mas tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país no final da década de 1970 e ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. O seu modelo foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem (Menezes, 2001a).

O Projeto Minerva, também criado em 1970 no contexto do governo militar, dedicava-se ao processo educativo com a utilização do rádio e da televisão. A proposta era solucionar os problemas educacionais existentes com a implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativas para as massas. O Projeto Minerva foi concebido pelo Ministério da Educação, a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Padre Landell de Moura, também com ênfase na educação de adultos; foi transmitido em rede nacional por várias emissoras de rádio e de televisão, visando a preparação de alunos para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pelas duas Fundações. O Projeto Minerva foi mantido até o início dos anos 1980, apesar das severas críticas e do baixo índice de aprovação — 77% dos inscritos não conseguiram obter o diploma (Menezes, 2001b).

Com a missão de pesquisar linguagens, explorar as possibilidades tecnológicas em conteúdos curriculares, ampliar as formas de distribuição de produtos educativo-culturais e capacitar os educadores e professores para a utilização das mídias em sala de aula, surgiu em 1993 a MultiRio — Empresa Municipal de Multimeios, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, uma experiência que acontece a partir de um município.

Os materiais educativos para as escolas do Rio de Janeiro são distribuídos via plataformas digitais e utilizam ainda diferentes canais de televisão e redes sociais para se comunicar com a comunidade educativa. A empresa coloca, atualmente, todo seu esforço nos conteúdos audiovisuais e interativos a serviço da educação e tenta acompanhar as rápidas novidades da tecnologia.

Mais um projeto surge com o objetivo de complementar a formação de educadores da rede pública, visando a ampla distribuição de conteúdo de apoio aos professores e alunos, agora vindo do Ministério da Educação, o Projeto TV Escola, que, em 1996, já se mostrava atento ao potencial da relação televisão, novas tecnologias e educação. Um kit básico foi distribuído (milhares de aparelhos de vídeo e DVD, televisão, antenas e fitas) por todo Brasil, em mais de 50 mil escolas que recebiam os programas nacionais e estrangeiros, adaptados ao currículo e ainda uma revista com informações sobre as aulas. Essa estrutura funcionava dentro de uma série de dificuldades apontadas pelos diretores e professores das escolas, como falta de sinal, qualidade da transmissão e falta de suporte técnico. Com as mudanças políticas e tecnológicas, o TV Escola foi caminhando e há tempos vem passando por inúmeras mudanças e adaptações.

Criado em 1978, o Telecurso traz então um sistema de educação a distância mantido pela Fundação Roberto Marinho e pelo SENAI, por meio da FIESP, sendo exibido pela Rede Globo e disponibilizado para todas as TVs educativas da rede brasileira. O programa com teleaulas das séries do que, atualmente, são o Ensino Fundamental e Ensino Médio, podiam ser assistidas em casa e em telepostos. As aulas e os materiais didáticos divididos por disciplinas e teleaulas tinham duração de 15 minutos. Em 1995, a Fundação Roberto Marinho e o SENAI lançaram o Telecurso 2000, visando uma parcela da população que não havia completado o ensino fundamental ou o médio. Junto a ele, também foi criado o Telecurso 2000 – Profissionalizante. O formato Telecurso 2000 ficou no ar até 2008, quando os programas passaram por um processo de reciclagem, e são utilizados e transmitidos até hoje.

A experiência da Fundação Roberto Marinho com tele-educação acabou por levar à criação do Canal Futura que, desde o início, colocou-se como um canal educativo com objetivos baseados na transmissão

de conhecimento a partir da abordagem de temas de importância e interesse coletivo, como: saúde, educação, meio-ambiente e cidadania. O Futura tem desde o início uma parceria estratégica, que reúne organizações da iniciativa privada com o compromisso em investir no social e educativo. O seu desenvolvimento e história de 25 anos mostra as diferentes fases do canal e um amadurecimento na relação TV, ensino e educação.

Finalizando esse apanhado, trazemos mais um ponto importante para fechar esse histórico que reforça a importância e o reconhecimento das relações entre cinema, TV e educação, ou ainda da força das imagens para a distribuição de conhecimento e para a construção do imaginário e da identidade infantil e juvenil. Trata-se da Lei nº 13.006/14, Lei Senador Cristovam Buarque, sancionada em 2014, e que determina a exibição de filmes de produção nacional com o objetivo de complementar o currículo escolar. Ou seja, em um movimento ousado, o Senador Cristovam Buarque visa levar o cinema e suas imagens em movimento para dentro da escola, incorporando-o como atividade didática e parte do currículo escolar, destacando sua eficiência.

Os pesquisadores Adriana Fresquet, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Cezar Migliorin, da Universidade Federal Fluminense (UFF), competentes estudiosos e adeptos do Cinema na Educação, lideram um grupo maior, que há alguns anos vem sistematizando os desafios de regulamentação da Lei. Porém, todos enfatizam a enorme importância das imagens na formação e desenvolvimento das crianças e estudantes.

A primeira crença é no cinema e na sua possibilidade de intensificar as invenções de mundos, ou seja, a possibilidade que o cinema tem de tornar comum — parte do que entendo como sendo o “meu mundo” — o que não nos pertence, o que está distante, as formas de vida e as formas de ocupar os espaços e habitar o tempo [...] Não apenas porque os estudantes podem acessar o que há de melhor na cultura, mas também porque o cinema na escola tenciona a própria arte a estar à altura das experiências sensíveis desses jovens (Fresquet; Migliorin, 2015).

Os programas infantis na TV e a educação das crianças

Hoje sabemos que cada vez mais a mídia e as tecnologias são parte integrante dos processos educacionais e, de fato, quando a educação formal tem lacunas, a mídia se torna ainda mais influente na dissipação e veiculação de ideias, comportamentos, culturas e crenças. Por isso, os programas infanto-juvenis, poderosas ferramentas de educação, felizmente muito apreciados pelas crianças, não podem ser negligenciados e, pelo contrário, devem ser valorizados em uma programação de TV, que, antes de tudo, deve primar pela qualidade. Sim, a qualidade é um conceito aplicável às produções feitas para crianças. Mesmo subjetivo, o conceito de qualidade pode mudar de acordo com o tempo e receber pesos e interpretações diversas, variáveis de cultura para cultura. Mas, podemos afirmar que um programa de TV que efetivamente contribui para o desenvolvimento infantil tem um selo de qualidade e, por isso, estimula a criança a refletir e questionar sobre o que está vendo. Esses conteúdos devem sensibilizá-las com emoção e com profundidade e devem ser criados a partir das necessidades presentes nas diferentes fases da vida infantil. Um programa de qualidade coloca a criança no centro de sua história, com criatividade e honestidade, apresentando desafios e reforçando sua autoestima. Isso gera aprendizado. Um programa de qualidade amplia o repertório cultural das crianças, traz boa música, arte, ciência e informação. A partir de uma boa história, as crianças podem se identificar com personagens, aprender lições e conhecer mais sobre outras experiências de vida, desde que a narrativa seja autêntica e bem construída. Uma personagem infantil inspirador conquista a audiência, seja no enfrentamento de dificuldades, resolvendo problemas, ou mesmo em suas vitórias e superações de momentos difíceis. A criança aprende com as histórias e com o desenrolar das narrativas audiovisuais.

As crianças de hoje querem participar da construção de seu futuro, não querem mais ser encaradas como um “copo vazio” a ser preenchido e precisam de orientação, muito mais do que uma visão que vem de cima puramente conteudista, sem maior envolvimento. Crianças e jovens

querem entender o lugar que ocupam no mundo. As crianças da geração Alpha (Carmona, 2020) vivem no universo das imagens e das telas, sabem pesquisar e buscam conhecimento. Os produtos culturais com imagens, como o cinema e as histórias audiovisuais na TV, impactam a mente e refletem os valores culturais, por isso a importância da existência dos programas locais e regionais de qualidade, nos quais as crianças podem se ver refletidas nas telas, para serem estimuladas a pensar, participar e construir seus próprios futuros (Gloob, 2019).

O século XXI trouxe muitas mudanças e o tema da diversidade ganhou relevância social em muitos setores. Diante do aparecimento de discursos extremos, a produção de conteúdo de qualidade dedicado às crianças e aos jovens, no campo do audiovisual e das mídias interativas, trouxe o desafio de retratá-los como sujeitos que carregam suas próprias histórias, ideias, opiniões e necessidades. Nós, produtores, temos o dever de escutá-los e enxergá-los para, então, representá-los.

A mídia, ainda muito conservadora, baseada em velhas referências, repete preconceitos, estereótipos e deixa de abordar temas importantes considerados tabus. É preciso quebrar esses parâmetros. Devemos e podemos falar com as crianças sobre tudo, sobre as pandemias, as tristezas, a morte, as diferenças e as dificuldades da vida, tudo na sua medida. Precisamos cada vez mais abordar na TV as questões de gênero, raça e etnia, trazer para as telas a educação sexual, não banalizar e nem brincar com o *bullying* tão presente entre crianças e jovens. Devemos mostrar às crianças, por meio de histórias, como podemos ser solidários e empáticos ao lidar com problemas tão presentes como as desigualdades. Estudos sobre gênero realizados na Fundação Prix Jeunesse mostraram que a maioria das personagens femininas foi e ainda é representada como branca, magra, loira, alta, com cintura finíssima e, muitas vezes, colocadas em papéis secundários em relação aos sempre líderes personagens masculinos (*International central institute for youth and educacional television*, [s.d.]).

A tarefa e a importância da televisão comprometida com a infância e a juventude no Brasil são muito grandes. São mais de 50 milhões de menores de 18 anos, assíduos consumidores das telas. Felizmente e graças ao trabalho de profissionais da mídia e infância em diferentes países, a programação infantil vem mudando na América Latina.

Nós que produzimos televisão para crianças podemos levar em conta os critérios de qualidade para representar as meninas e as adolescentes ampliando os seus interesses, as suas expectativas, as suas imagens, suas histórias, seus desejos e formas de ver o mundo, distanciadas dos estereótipos. [...] Os bons conteúdos audiovisuais feitos para o público infantil podem colaborar de uma maneira significativa para uma sociedade melhor, mais justa, na qual meninas e meninos tenham oportunidades iguais para crescer, desenvolver-se e construir os seus projetos de vida (Salviolo, 2016).

A faixa infantil da TV Cultura iniciada nos anos 1990, antes ainda da chegada da TV por assinatura e de dezenas de canais infantis 24 horas, foi composta por programas originais brasileiros combinados com conteúdo de qualidade vindos do exterior, com curadoria cuidadosa e adaptados. Aqui, encontraram crianças ávidas por variedade, criatividade, qualidade e quantidade, e foi possível montar com sucesso e responsabilidade uma faixa com programas para diferentes faixas etárias, temas adequados e com personagens verdadeiros, que inspiraram, influenciaram e marcaram muitas infâncias com histórias fortes que se conciliavam com seus anseios. Antes ainda da faixa da Cultura, em outro tempo, séries de TV clássicas, como “O Sítio do Pica-Pau Amarelo”, em suas várias versões desde 1950, com muita criatividade, trouxeram qualidade e significado para diferentes gerações — mesmo com todos os pontos levantados atualmente sobre as questionáveis ideias e posturas da personalidade Monteiro Lobato.

Temos que pensar no contexto atual e na época de mudanças e transformações que vivemos, posicionando as telas e a tecnologia como estratégia educativa. O futuro que se apresenta, os problemas relativos ao planeta e a sustentabilidade pedem atitude e engajamento. **A educação para mídia, a literacia midiática e audiovisual, o uso da fotografia e dos vídeos nas aulas de arte e tecnologia, são ações fundamentais.** Temos uma nova geração de autores e produtores mais comprometidos, que já começa a fazer a diferença, mas precisamos criar mais, produzir mais, treinar mais, investir mais no nosso setor audiovisual e na cultura da infância e para as infâncias.

Nos conteúdos infanto-juvenis da América Latina, encontramos produções de qualidade, bem realizadas, consistentes e coerentes com o que o momento pede e sinaliza. Estéticas criativas, humor crítico, temas da sexualidade, da puberdade, do preconceito e da inclusão com presença de crianças com deficiências começam a ser constantes, ao mesmo tempo que a diversidade e a riqueza das diferenças, de culturas, etnias, se fazem presentes. Animações, ficções em *live action*, registros de não ficção, estão trazendo para as múltiplas telas histórias infanto juvenis de aventura, descoberta e conhecimento, mais sintonizadas com a criança de hoje.

Queremos mais, queremos ver o diverso, o norte e o sul. Porém, é preciso investir, entender a potencialidade da educação que existe atrás de cada tela bem aproveitada.

Atualmente, o Canal Futura trabalha com princípios de diversidade e inclusão, e foi com essa orientação que, ao lado da equipe do canal, construímos uma faixa infantil trazendo pensamentos, filosofias e títulos que, certamente, além de marcar essa geração, poderão render boas conversas e debates dentro das casas ou mesmo nas escolas, salas de aula e pátios espalhados pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Eduardo Armando de. *As bases para a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa*. XXIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. ANPUH – SP, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467730259_ARQUIVO_TextoCompleto-EduardoAmando.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

CARMONA, Beth. *COVID-19 and children's media in Latin and South America*. *Television*, 2020. Disponível em: https://izi.br.de/english/publication/television/33_2020_E/Carmona-COVID-19_and_childrens_media_in_Latin_South%20America.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

EDGARD, Patrícia. *Interview with Patricia Edgar for MultiRio*. Rio de Janeiro, nov. 2002. Disponível em: <https://www.patriciaedgaranddonedgar.com/Content/Speech/meaningofasummit>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FRESQUET, Adriana; MIGLIORIN, Cezar. Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a Lei 13.006/14. In: *Cinema e educação: a lei 13.006 – Reflexões, perspectivas e propostas*. Universo Produção, 2015. Disponível em: http://www.redekino.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

GLOB. *Eu, criança: presente do futuro. Gerações sem idade*. Globo Gente, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://gente.globo.com/eu-crianca/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

INTERNATIONAL CENTRAL INSTITUTE FOR YOUTH AND EDUCACIONAL TELEVISION. *Sexy Girls, Heroes and Funny Losers Gender Representation in Children's TV Around the World*. Edited by Maya Götz and Dafna Lemish. [s.d.]. Disponível em: https://izi.br.de/english/publication/Sexy_Girls.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbetes Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira — EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001a. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbetes Projeto Minerva*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira — EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001b. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/projeto-minerva/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

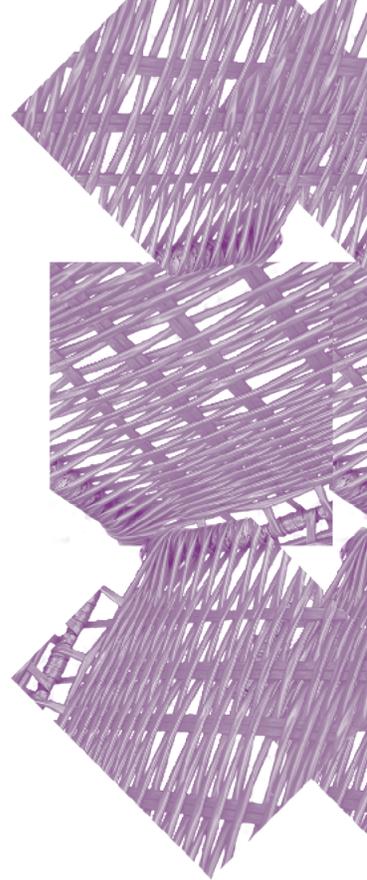
SALVIOLO, Cielo. *Como incluir o enfoque de gênero na TV Infantil?* ComKids, 5 dez. 2016. Disponível em: <https://www.comkids.com.br/como-incluir-o-enfoque-de-genero-na-tv-infantil/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Projeto de vida: ampliando diálogos para garantia de direitos fundamentais

PRISCILA PEREIRA

A identidade jovem — enquanto categoria social e política — tem conquistado um importante repertório de direitos e políticas públicas. Assim como aconteceu com as crianças e adolescentes, esse reconhecimento de sujeitos de direito se consolida nos avanços democráticos das últimas décadas em nosso país. Entretanto, diferentemente dos pequenos, que possuem uma aguerrida militância adulta que pauta as suas demandas, os próprios jovens brasileiros foram protagonistas de sua luta por reconhecimento e igualdade.

Essa trajetória de conquistas também é um percurso de superação de muitos estigmas: de acordo com uma das definições do dicionário, juventude é um período da vida compreendido entre a infância e a idade adulta. Ou seja, um sujeito espremido entre a condição de criança (de quem não se exige nada, mas também é pouco escutado) e a condição de adulto (um ser autônomo e independente, pronto para executar diferentes papéis tradicionalmente esperados pela sociedade, como ter uma profissão, uma casa e uma família). Nesse mesmo caminho, até bem pouco tempo, existia ainda a ideia de que a juventude se limitava à experiência educacional, e não a todo um período



que contempla também a transição para a vida adulta e profissional, com suas demandas e especificidades.

Tais estereótipos tiveram seu auge na década de 90, quando a juventude era vista como um problema social que envolvia gravidez, consumo de drogas, envolvimento com tráfico etc.¹. Foi somente com a chegada dos anos 2000 e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente que Organizações Não Governamentais e fundações empresariais do terceiro setor passam a apoiar projetos de valorização de expressão cultural das juventudes como forma de sociabilidade, inclusão social, redução das violências e geração de emprego. O jovem passou a ser visto como um ser político e agente de transformação com ideias e demandas que precisam ser acatadas².

Nessa mesma época o “Projeto Juventude” (2004), documento liderado pelo Instituto Cidadania (hoje chamado Instituto Lula³), consolidou as primeiras diretrizes para uma Política Nacional de Juventude e ampliou o conceito de juventude:

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. [...] Não pode mais ser compreendida como apenas uma fase de preparação para a vida adulta, embora envolva processos fundamentais de formação. Ela corresponde a uma etapa de profundas definições de identidade na esfera pessoal e social, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida. O reconhecimento da especificidade da juventude tem que ser feito em um duplo registro: no da sua singularidade em relação a outros momentos de vida e no da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos⁴.

1. Artigo “Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos” de Regina Novaes. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4536/453644787002.pdf>.

2. Artigo “Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil – Conquistas e desafios” de Eliane Ribeiro e Severine Macedo.

3. Disponível em: <https://institutolula.org/>.

4. Disponível em: <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>.

Por esse motivo, para pensarmos os desafios de construção de projetos de vida para esta parcela da população no Brasil, é preciso, antes de mais nada, entender o que é ser jovem no Brasil de hoje e as diferentes vulnerabilidades a que essa parcela da população está submetida.

O desafio de pensar a(s) juventude(s) em dimensões continentais

Se a reflexão sobre direitos fundamentais para a população em geral já é um grande desafio por si só, garantir políticas públicas para um coletivo formado por 48,9 milhões de habitantes⁵ muito diferentes entre si, é ainda mais desafiador. A juventude brasileira é uma população completamente plural, que transita pelos mais variados territórios do país com etnias, culturas, religiões, gêneros, saberes e interesses diferentes.

Como pensar medidas que atendam simultaneamente a jovens ribeirinhos, quilombolas, urbanos, indígenas, rurais, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, mulheres, evangélicos, candomblecistas etc.? Falar de direitos fundamentais para as juventudes do Brasil é também pensar essas particularidades: e apesar de termos uma legislação própria para essa parcela da população desde 2013 (o Estatuto das Juventudes⁶) essa multiplicidade traz inúmeros desafios para sua efetivação.

Por outro lado, por mais diversos que os jovens brasileiros sejam, alguns traços se mostram comuns nas trajetórias desses sujeitos compreendidos entre os 15 e os 19 anos não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Nos últimos anos, a pobreza cresceu no mundo todo, especialmente entre jovens. Com ela, toda sorte de desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas limitam suas oportunidades de existência.

5. Censo do IBGE de 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>.

6. Conheça mais sobre o Estatuto das Juventudes no caderno da Maleta Futura Juventudes. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/material-pedagogico/caderno-de-reflexoes-da-maleta-juventudes>.

Quando observamos a realidade dos jovens que não estudam e não trabalham, por exemplo, 36% do total de jovens brasileiros se encontram nesta situação⁷, um dos índices mais altos do mundo. Ao nos aproximarmos da realidade dessa parcela da população, é possível perceber que se tratam de indivíduos com baixo poder socioeconômico, oriundos de famílias que sobrevivem com renda até 2 salários mínimos, baixa escolaridade, trabalho precarizado, rede de relacionamentos limitados, entre outros fatores de exclusão como a violência urbana e intrafamiliar.

A grande maioria são negros (68%) e mulheres (60%), o que também reflete o racismo institucional das nossas escolas e universidades, bem como a responsabilização das nossas jovens no cuidado doméstico, dos filhos, dos irmãos e dos avós.

Segundo o Atlas da Violência⁸, adolescentes e jovens brasileiros sofrem mais do que cometem violências, entretanto, são as maiores vítimas de homicídio no Brasil, especialmente os meninos negros. As meninas, jovens e mulheres negras também figuram entre as maiores vítimas de violências sexuais e doméstica.

Esses dados demonstram que não estamos falando de um grupo com trajetórias lineares em oportunidades e vivências. Trata-se de uma geração marcada pelas desigualdades, sobretudo depois da pandemia da Covid-19, por novas formas de interações *on-line*, novos arranjos familiares, novas identidades, grupos de pertencimento distintos, novas maneiras de ser e estar no mundo, além de desconfortos de saúde emocional muito particulares de seu tempo. Ainda: vivem o paradoxo de serem a geração com maior escolaridade da história do Brasil, mas com menores oportunidades profissionais⁹. A dificuldade de acesso e permanência nas universidades, a pouca oferta de projetos de inserção produtiva, bem como as fragilidades de implementação da Lei da Aprendizagem acentuam a falta de perspectivas de futuro dessa geração.

7. Dados do Relatório “*Education at a Glance*” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2022. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/3197152b-en/index.html?itemId=/content/publication/3197152b-en>.

8. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>.

9. Artigo “Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil – Conquistas e desafios” de Eliane Ribeiro e Severine Macedo.

A construção do projeto de vida no ambiente escolar

A adoção de um currículo universalizante nas escolas brasileiras acarretou, entre outras consequências, a padronização de processos, o apagamento das particularidades territoriais das escolas e das identidades de seus alunos. Esse tipo de política educacional também acaba por gerar conflitos de interesse, o silenciamento da participação juvenil na gestão do ambiente escolar e um clima de desgaste entre professores e alunos.

Pode soar óbvio, mas é grave e deve ser sublinhado que a escola que deixa de ser um ambiente de segurança e bem-estar para o seu aluno passa a ser hostil para a sua permanência e a indisciplina é uma das maiores consequências de um ambiente escolar negativo. Afinal, a escola sem compromisso com o olhar para o indivíduo passa a ser um microcosmos de nossa sociedade, onde se reproduzem violências e exclusões em larga escala: entre pares, entre alunos e professores, e da gestão com os diferentes atores da comunidade escolar. Alunos precisam ser vistos como sujeitos no ambiente escolar e não como objetos passivos de uma transmissão de conhecimento.

Vale também ressaltar que, em um país onde a maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes acontecem dentro do ambiente doméstico, a escola é o principal espaço de proteção e encaminhamento de denúncias. Da mesma forma, o jovem fora da escola está mais exposto a se envolver em atos infracionais. O sociólogo Marcos Rolim (2014) realizou um estudo que comprova esta afirmação: em um grupo de 111 jovens violentos de 16 a 20 anos que cumpriam pena na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, todos, sem exceção, tinham largado a escola entre 11 e 12 anos. Esses citaram motivos corriqueiros para o abandono, se achavam “burros” por não conseguirem acompanhar as aulas com boas notas, achavam a escola chata ou eram vítimas de *bullying* pela cor de sua pele, ou pela condição econômica de suas famílias.

Segundo o Professor Hugo Monteiro Ferreira (2002), o comportamento dos adolescentes e jovens é uma consequência do que a população fez e deixou de fazer com seus projetos civilizatórios. Não podemos negar que estamos diante de uma geração de jovens que vive

um intenso sofrimento diante da realidade brasileira, da precarização do trabalho, das novas formas de socialização (especialmente as interações *on-line*) e das dores de crescimento em nossa sociedade. Nesse sentido, pais e educadores precisam trabalhar a consciência emocional desses indivíduos em parceria, com cuidado, convivência, dialogicidade, amorosidade e promovendo o autoconhecimento dos mesmos.

Pesquisas internacionais mostram que escolas que investem na melhoria da convivência entre alunos e professores apresentam melhoras no desenvolvimento escolar. Ou seja, trazer os alunos para conversar e pactuar códigos de conduta é sempre uma boa alternativa. Quantos de nós, ao pensarmos na escolha de nossas carreiras profissionais, não nos lembramos de um professor que teve um papel determinante nesse sentido? **Relações positivas entre professores e alunos refletem na melhoria de notas, no enfrentamento da evasão escolar e na construção de projetos de vida.**

Uma outra estratégia que tem se mostrado bastante eficaz no enfrentamento à evasão escolar são os mecanismos de Busca Ativa, composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica desenvolvida pelo UNICEF¹⁰, e disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. A intenção desta metodologia é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças, adolescentes e jovens que estão fora da escola ou em risco de evasão. Ela reúne representantes de diferentes áreas no atendimento a esses jovens e suas famílias — Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento etc., fortalecendo, assim, toda a rede de proteção.

Dessa forma, pensar em juventudes, direitos e inclusão escolar é pensar em promoção, reconhecimento, valorização, respeito à diversidade e as trajetórias pessoais dessa parcela da população, possibilitando o desenvolvimento pleno desse indivíduo enquanto cidadão. Para ser democrática a escola precisa continuar sendo um espaço para todos, mas fundamentalmente que faça sentido para cada um, sem ser massificadora. Da mesma maneira, **educadores precisam se perceber como mediadores com a capacidade de contribuir para que o aluno selecione informações confiáveis e sistematize saberes num universo infinito de possibilidades para fazer suas próprias escolhas.**

10. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/>.

A importância do diálogo e da participação cidadã em espaços comunitários

A falta de perspectivas para o futuro enfrentada por muitos jovens brasileiros se reflete também na dimensão política e comunitária. Imersos em inúmeras resistências de representação e baixo nível de confiança em instituições públicas, os jovens brasileiros têm apresentado pouco interesse em participar das esferas políticas de representação e apresentam desinteresse em relação à atuação dos governantes. A participação direta de coletivos e da militância jovem é primordial para pautar políticas públicas que contemplem seus diferentes grupos identitários. Esse movimento constante de representação nos espaços também pode colaborar para ampliar a representação das juventudes no imaginário brasileiro, desconstruindo os estigmas anteriormente apresentados.

Por outro lado, não podemos pensar a inserção social e econômica das juventudes brasileiras sem considerar as desigualdades que sofrem e se reconhecer como parte desse contexto social com vistas a enfrentar estas desigualdades pode ser um campo fértil de oportunidades para transformação dessas realidades. Jovens que conhecem os seus territórios, lideram projetos e movimentos de impacto social em suas comunidades acabam por se conectar a um amplo tecido social que também os possibilita ampliar o repertório de oportunidades de projetos de vida. Ou seja, **na tentativa de transformar o mundo em um lugar mais justo, igualitário e sustentável, esses jovens acabam por ampliar suas redes** e compartilhar experiências com outros militantes, empreendedores sociais, gestores públicos, educadores, lideranças comunitárias, instituições educacionais, produtores e difusores de conteúdo, abrindo um grande leque de possibilidades.

Jovens que conhecem bem a realidade do seu entorno e propõem soluções de enfrentamento às desigualdades também são capazes de entender que o mundo atual exige a habilidade de acompanhar mudanças aceleradas, de criar soluções para as graves crises ambientais e sociais existentes, de engajar a comunidade para agir com prontidão em ações humanitárias e nas agendas prioritárias das juventudes. Nesse sentido, também se tornam capazes de promover um processo

de diálogo intersetorial em torno de cada tema prioritário, buscando a convergência de esforços de diferentes atores para promover resultados positivos com mais velocidade, foco e sustentabilidade.

O papel da comunicação na ruptura de paradigmas

Vivemos um momento histórico em que o conhecimento não é necessariamente transmitido de geração para geração, mas é uma questão de escolhas feitas com bases desiguais de oportunidades (de acesso tecnológico, inclusive). A pressão social por metas de vida que envolvam profissões tradicionais, aquelas que “dão futuro e dinheiro” acabam muitas vezes por afastar os jovens de suas reais aptidões e aspirações. Por outro lado, não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade que legitima o consumo, o individualismo.

Enquanto nas escolas ainda temos a presença da pedagogia tradicional, da norma e da ordem, a sociedade é regulada pelo mercado, pela concorrência generalizada e pela crescente valorização da ascensão financeira através das redes sociais (os chamados “*influencers*”), do espetáculo (artistas e/ou cantores que viralizam de um dia para o outro) e pelos esportes. Ou seja, alternativas para prosperar sem precisar passar necessariamente pela jornada estudantil. Da mesma maneira, são muitas as profissões que surgem no campo da tecnologia em velocidade muito maior do que os cursos de preparação para desempenhá-las, ampliando ainda mais as dificuldades para quem não tem acesso a equipamentos e conhecimento especializado.

Os jovens de hoje são sujeitos culturais complexos, que estão inseridos em múltiplos espaços. Nesse sentido, precisamos entender a educação como um processo de comunicação e diálogo, que necessita ter bases democráticas, humanizadas e não hierarquizadas. Jovens com acesso a um repertório amplo de trocas e informações são mais capazes de construir suas próprias identidades sociais e articular seus projetos de vida.

Nessa caminhada é preciso conhecer sua própria história e conhecer outras, refletir sobre sonhos, motivações e interesses. Entender a carreira profissional não só como fonte de renda, mas como meio de desenvolvimento pessoal: definir metas de curto, médio e longo prazo e criar estratégias para alcançá-las de acordo com os próprios interesses dos jovens, e não pautados nas pressões familiares ou sociais. É compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. Trabalhar com autocuidado, autoconhecimento, responsabilidade afetiva e social, criatividade e autonomia.

Algumas perguntas podem ser o ponto de partida para uma construção concreta e viável de um projeto de vida: quem é esse jovem? Quem ele quer ser? Qual o seu papel no mundo? Conhecendo a si mesmo o jovem pode entender suas limitações e também reconhecer habilidades. Quando se reconhece o jovem enquanto potência também se estabelecem princípios e diretrizes para políticas públicas próprias. **A comunicação pode ter um papel crucial dando visibilidade às suas agendas prioritárias, pautando toda a sociedade para as mesmas e, assim, fortalecendo o tecido social em torno dessas urgências.** Com ampliação de alcance dessas bandeiras específicas os governos acabam sendo obrigados a responder à estas demandas para mitigar o conjunto de desigualdades em que esses jovens estão imersos.

Plataformas comprometidas com a transformação social brasileira também devem compartilhar boas práticas. Quando adolescentes e jovens encontram outros pares que estão transformando suas realidades, atuando com incidência em suas vidas e em seus territórios, eles se tornam mais potencializados. A comunicação democrática e a multiplicação de saberes é capaz de aumentar a autoestima, a curiosidade, o sentido de pertencimento a uma comunidade, o repertório cultural, a participação social, o acesso aos direitos básicos e a construção coletiva de conhecimento.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Hugo Monteiro. *A geração do quarto: Quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar*. Record, 2022.

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disponibilidade violenta*. Disponível em: **<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102225>**.

Aqui a gente faz junto

ANDRÉ LIBONATI

DECA FARROCO

MARCIO MOTOKANE

TATIANA MILANEZ



Futura em produção

O Canal Futura é um projeto de comunicação e educação, proposto e desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, e mantido por recursos providos de uma aliança de instituições comprometidas com a educação, a transformação social e a garantia de direitos para o desenvolvimento do país.

Em 25 anos de história, o Canal Futura consolidou sua atuação na relação com educadores, juventudes, produtores independentes, instituições públicas, privadas, não governamentais e agentes sociais no compromisso com a mobilização social e a produção colaborativa de conteúdo.

Essa produção colaborativa envolve a organização de processos e alia equipes internas e externas em permanente diálogo para realização de produtos diversos, representativos e que cumprem todas as normas legais vigentes em consonância com os princípios editoriais de um canal comprometido com a educação.

O processo está em permanente ajuste e se baseia principalmente em dois pilares: narrativas e rede. No modelo de produção convencional,

a gestão de conteúdo se dá de forma centralizada e as escolhas de gêneros narrativos e opções editoriais são restritas a um pequeno grupo de pessoas. No Futura, a produção colaborativa obriga à gestão descentralizada e participativa do conteúdo.

As narrativas emergem da interlocução permanente entre os realizadores externos e a equipe do Canal, garantindo a pluralidade de expressão sem abrir mão dos princípios éticos. Esse diálogo leva ao surgimento de novos temas, perspectivas e estéticas, que são incluídas na dinâmica do Futura, ampliando o olhar sobre o mundo e favorecendo a diversidade.

A atuação em redes contribui para o acesso à informação, permite a escuta e o conhecimento de causas relevantes de diferentes grupos sociais e fortalece a articulação com diversos territórios e suas expressões regionais.

Sociedade conectada em telas

Esse caminho colaborativo de construção de conteúdo — mas inserido em um mercado multitelas — faz com que o canal se apoie nas temáticas de Educação no sentido amplo. A ideia aqui é oferecer ferramentas que apoiem o estudante, o educador e o público em geral.

O termo “*edutainment*”, ou “edutenimento” (educação + entretenimento, em português), foi apropriado pelo Futura para trazer uma leveza na abordagem de conteúdo dentro e fora de sala de aula. O edutenimento promove o ensino através de ferramentas como jogos, livros, podcasts, *workshops* e conteúdos audiovisuais distribuídos entre as várias possibilidades de suporte. São produtos que podem ser desenvolvidos para uso em escolas ou em qualquer outra experiência que combine conhecimento e informação através do entretenimento.

No Futura, a produção de séries audiovisuais busca trazer esse entretenimento, sempre tendo a educação como elemento orientador. Se não sabemos, procuramos quem saiba. Se não conhecemos, pesquisamos. Não exibimos um programa sem acreditar que aquele conteúdo possa contribuir de alguma forma com quem está do outro lado da tela. O objetivo aqui é o desenvolvimento e a construção do

conhecimento de crianças, jovens e adultos de forma engajadora, mas de uma maneira leve e até mesmo lúdica.

Os novos processos de produção de conhecimento impactaram de maneira significativa a comunicação no cenário atual. O público hoje tem acesso a narrativas capazes de (des)mobilização social ou (des)informação, em tempo real. O Futura, que nasceu como um canal de TV, foi se adaptando às diferentes formas de produção e distribuição dentro desse contexto.

Nesse sentido, quem trabalha no Canal enxerga educação e entretenimento audiovisual de outra forma. O colaborativo, a troca, a escuta e o desejo de formar e de aprender com o outro se fazem presentes nas avaliações de roteiros, de vídeos, de curadoria para um seminário ou na escolha de uma direção de um programa. Qual é a melhor maneira de correalização? Como oferecer um produto de qualidade sem perder o foco no entretenimento?

O trabalho em rede, tanto com produtoras independentes como com universidades parceiras, permite uma abordagem mais ampla e atual do conteúdo. A organização desse conteúdo de maneira temática faz parte das atividades do canal. A ideia é ser um ponto de referência em educação, a partir do qual o consumidor pode acessar qualquer um dos materiais de maneira gratuita nas mais diferentes plataformas.

A escolha de produtoras independentes em diferentes regiões do País e o lançamento nacional de editais em projetos audiovisuais refletem um desejo de se trabalhar sotaques, vivências e culturas de forma diversificada, a fim de trazer identidade para as telas. “Não deixar ninguém para trás” é também unir os diferentes, é trazer a voz daqueles que não tiveram chance de falar.

Muito antes do 3, 2, 1, gravando!

Entretanto, como incluir, estampada em nossa tela, a diversidade cultural que temos em um País com dimensões continentais *versus* o valor orçamentário altíssimo que isso geraria? É aí que entra um pilar do trabalho no Futura: a produção audiovisual com jovens realizadores.

Esse tipo de produção, no Canal, não se resume em contratar esses profissionais em diferentes regiões brasileiras para executarem seus conteúdos em produtos audiovisuais. Vai muito, mas muito mais além: é transformar **pessoas** e valorizar os seus **territórios**.

Projetos como o Geração Futura Juventudes é um grande exemplo da aposta desse modelo de produção. O laboratório reúne jovens de todas as cinco regiões do país, que se inscrevem e participam de um processo seletivo. Durante o período presencial, realizado na nossa sede, no Rio de Janeiro, os estudantes das instituições de ensino superior parceiras do Futura veem de perto como funciona o Canal e participam de oficinas em que conceitos e técnicas de produção televisiva são abordados de maneira dinâmica e participativa, com profissionais do mercado e com nossos talentos internos. Ao retornarem às suas universidades, os estudantes produzem, gravam, editam e finalizam vídeos que foram pensados durante o curso. O propósito é permitir uma expansão sobre o que é produzir audiovisual. Afinal, muitos jovens vêm de regiões que não têm destaque para essa especialidade, e a oficina permite que eles conheçam novos campos de trabalho.

Outra iniciativa notável é a Co.liga, nossa escola virtual de economia criativa, que oferece, de forma gratuita, diversos cursos e especialidades com foco em jovens com vulnerabilidade social. **A Co.liga é um local de encontro, um espaço para também fortalecer, mobilizar e articular esses jovens para o mercado de cultura, de inovação,** além de ajudar na fusão com perspectivas de trabalho.

A partir de oportunidades como o Geração Futura e a Co.liga é que podemos ver nas telas do Canal, um País que, dificilmente, seria apresentado dessa forma inabitual se o condutor desse conteúdo não fosse um realizador daquela localidade, com seu olhar aprimorado, alinhado, de pertencimento, de apreço por aquele território. São séries audiovisuais com diferentes argumentos, como: empreendedorismo jovem, enfrentamento à evasão escolar, democracia, primeira infância, escolas com ensino diferenciado, além de documentários com temática livre. Todos eles produzidos, desde o roteiro até a entrega final, por essas juventudes potentes e cientes da importância do seu papel na sociedade.

Você pode estar se perguntando: a qualidade técnica e de conteúdo são superiores às de produtoras que já estão no mercado audiovisual e

possuem mais experiência? Com muita sinceridade, podemos afirmar que, em vários casos, até supera. A ousadia, o olhar destemido em propor ideias, narrativas diferenciadas e inovações em formato, fazem com que esses jovens realizadores se distingam no “estranho planeta dos seres audiovisuais”. Claro, nem tudo são flores, mas aí entra mais uma característica importante do Canal: o Futura é o lugar onde o jovem pode experimentar, arriscar, mas também pode ERRAR! Você consegue imaginar algum outro canal de televisão no qual essas juventudes possam ter essa janela de oportunidade ao mesmo tempo em que possuem liberdade de se expressar? O que conta, ao final de todo esse processo, é que esse jovem saia transformado, modificado, remodelado em suas ideias e conceitos do fazer audiovisual.

Há também outro fato inquestionável: ao trazer esse frescor, essa vivacidade na forma de criar e construir sons e imagens, essas juventudes também nos transformam, nos modificam, nos remodelam. Esses jovens não sabem, mas na união de forças para o fabricar audiovisual, quem mais colhe é o Futura.

Formatos diversos

Se pararmos para pensar como cada um conta uma história, seguramente encontraremos muitas formas para essa contação. Tem gente que conta algo surpreendentemente tão rápido, a ponto de nos identificarmos imediatamente com aquelas ideias logo pelas primeiras palavras, construindo um mundo em nossas mentes simplesmente do nada! São histórias impactantes, que recontamos facilmente e em qualquer brecha de tempo encontrada.

Outras pessoas demoram um pouco mais para contar algo que consideram interessante. Preferem experimentar mais a duração do tempo e do espaço que têm nas mãos. Trazem vários personagens para a história ter mais pontos de vista. Alteram o ritmo de quem está falando para mais acelerado ou mais devagar. As mudanças dos sons ficam mais perceptíveis, causando climas distintos no ambiente, e promovem momentos de contemplação ou quase pausa para nos identificarmos, ou não. Sempre dá tempo para contra-argumentar

um ponto de vista! Aqui as histórias também podem ser recontadas facilmente e para várias pessoas. Também vale manter a atenção do que se quer comunicar.

Isso significa que, ao longo de 25 anos, o Canal Futura segue essa mesma tendência de contar histórias de várias maneiras para se comunicar a qualquer hora, em múltiplos lugares e em telas que promovam a diversidade criativa. Não temos uma receita certa ou errada para as formas de como contar as histórias. O processo de criação no Futura parte do princípio de que é sempre possível narrar por meio das plataformas audiovisuais atuais. Muitas vezes, são diversas telas e consideramos uma como principal para a estreia de um título. Isso pode se alterar, dependendo do projeto em cada contexto estratégico. É sempre uma construção diversa e coletiva para formatar ideias. Abrimos o canal de escuta promovendo a diversidade dos olhares, escolhendo temas que despertem interesse da população que acredita que a educação pode mudar vidas, construindo cenas marcantes pela curiosidade de quem se envolve e, mais ainda, identificando o público pelo encantamento para que essas histórias se multipliquem de forma colaborativa no acesso e em mais territórios possíveis com a finalidade de combater as desigualdades.

Seja na televisão com hora de exibição programada pelas séries ou pelos seus intervalos nos quais há espaços para conteúdos diversos, seja nas telas das redes sociais que surgem a cada dia, a inspiração no Futura sempre está no ar com formatos de conteúdos de curta ou longa duração.

Os de curta duração são aqueles que estão nos intervalos, nos *breaks*, e podem ser dos seguintes tipos: interprogramas de até 5 minutos de duração em cada episódio, abordando diversos assuntos das nossas lacunas temáticas que consideramos pertinentes; chamadas, que divulgam um título específico destacando o horário e dia exibido na grade de programação; promos, nome carinhoso no mercado de televisão, que são parecidos com as chamadas, porém focados no teor do conteúdo do título e podem estar compilados em uma divulgação onde a narrativa destaca os títulos do mês ou de uma efeméride; campanhas, que trazem um assunto do momento para ser divulgado; os *Public Service Announcement* (PSAs), traduzido como anúncios de caráter público, em que são narrados declaradamente com uma

linguagem criativa, poética, construindo redes coletivas de participação para encantar o público pelo empoderamento de uma determinada causa com caráter nacional e muitas vezes mundial. No Futura, estamos sempre atentos e abertos para receber novos formatos de curta duração que surgem constantemente para identificar novas maneiras de se contar histórias.

No caso dos conteúdos de longa duração, o Futura exhibe em suas telas variados formatos sempre que o título ultrapasse os 5 minutos por episódio. São séries, curtas-metragens com mais de 5 minutos, longas-metragens, formatos jornalísticos etc., exibidos em um bloco ou mais durante uma faixa temática que melhor se encaixa para identificação do público.

Independentemente da duração, aqui no Futura é importante destacarmos o DNA criativo de cada formato. Assim, entramos em comum acordo com a proposta que nos guia e que faz o Canal evoluir juntamente com seu público, considerando o que nos influencia, seja pelos games, filmes, música, aulas, causas, notícias em prol de romper as desigualdades, ou utilizando variados recursos narrativos bem marcantes nas telas ao longo das produções dos seus 25 anos de existência, por exemplo: garantindo a presença de sotaques das cinco regiões brasileiras nas falas dos entrevistados ou narradores, ou mesmo no protagonismo de diversos territórios que trazem sua maneira de fazer um conteúdo audiovisual etc.

Os formatos no Futura independem de gênero narrativo. Uma animação pode conter traços de um documental, que pode estar influenciado com pitadas de ficção e serem “costurados” por um bate-papo jornalístico. Tudo ao mesmo tempo! O que vale é criar sem se basear em um único modo de contar uma história. Somos influenciados pelo *edutainment* (educação com entretenimento, como dissemos anteriormente) em nossas telas para articularmos ideias audiovisuais com juventudes e educadores!

No Futura, somamos vozes que criam formatos diversos para encantar, causar impacto e mobilizar a sociedade para não deixar ninguém para trás na educação brasileira!

Web para todos

SIMONE FREIRE

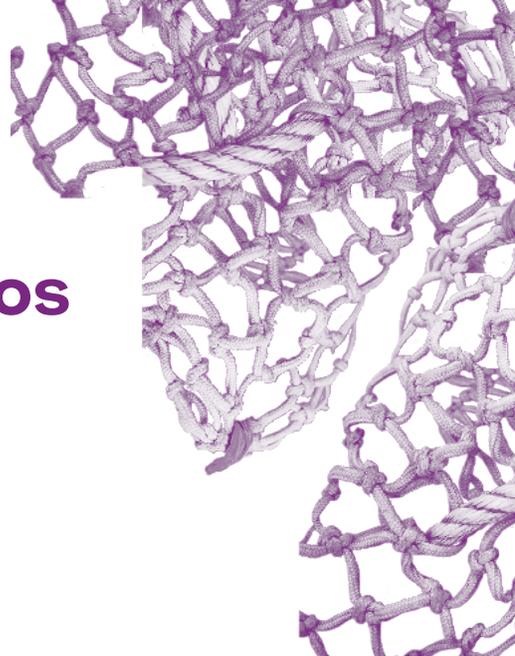
SUZELI DAMACENO

Caminhos possíveis para uma comunicação acessível

Desde muito pequena, sempre gostei de interagir com as pessoas: na escola, na vizinhança do prédio, na casa das minhas amigas. Mas era nos acalorados almoços de família na casa dos meus avós maternos lá no Fonseca, em Niterói, município do Rio de Janeiro, que eu adorava prestar atenção nas conversas de “gente grande”. Ouvia tudo atentamente e ficava imaginando como seria incrível crescer para poder experimentar as minhas próprias histórias. Cerca de doze anos depois, ingressei na faculdade de Jornalismo, em São Paulo. Não só começava a escrever a minha própria história, como também tinha o desejo de fazer dessa jornada o meu sustento profissional — e praticando uma das coisas que eu mais gostava: me comunicar.

Confesso que não foi fácil. A barreira da comunicação deu as caras na minha primeira ida ao mercado em terras paulistas. Sim, cariocas me entenderão: amamos conversar na fila do mercado — sobre o clima, sobre produtos com desconto ou sobre o show que vai rolar no bairro no final de semana. Mas não havia espaço para essa troca, pelo menos não naquele momento de chegada.

Foi assim que, a partir dessa e de muitas outras experiências sociais de uma jovem carioca que acabara de migrar para a capital paulista, comecei a refletir sobre como a comunicação tinha o poder de incluir ou excluir pessoas. Estudei bastante e encontrei na tecnologia, que



começava a se popularizar por aqui no final da década de 90, uma grande aliada para enfrentar o desafio de ampliar diálogos e reduzir barreiras de comunicação.

Após integrar equipes de jornalismo nas principais redações de tecnologia do país, aos 35 anos, resolvi empreender e fundei a minha própria agência focada na comunicação digital de projetos de impacto social. Rapidamente tive meu primeiro grande choque de consciência sobre a problemática da exclusão digital. A Fundação Dorina Nowill, especializada na inclusão de pessoas cegas e com baixa visão, nos procurou atraída pela essência de nosso propósito. De imediato, veio a pergunta: a comunicação que vocês entregam é acessível para pessoas que usam leitores de tela? Logicamente, não era.

Naquele exato momento, a minha trajetória profissional tomou um novo rumo, que também se tornaria um dos meus propósitos de vida pessoal: **contribuir para a construção de uma sociedade digital mais inclusiva para todas as pessoas.**

Vidas cruzadas em prol da inclusão

Quando escolhi o jornalismo como primeira formação acadêmica, minha expectativa era aprender técnicas para narrar fatos de maneira responsável, clara e objetiva. Durante o estágio em uma agência de comunicação, logo percebi que havia uma distância grande entre pessoas e organizações, o que me deixou muito intrigada. Mesmo colocando em prática todas as técnicas jornalísticas aprendidas na faculdade, alguma coisa não funcionava direito, a comunicação não fluía bem, mas eu não sabia ainda qual era a raiz do problema. Fui me especializando em outras áreas complementares, como Marketing e Inovação Colaborativa, e aprendi como os produtos e serviços são criados, como se constrói reputação, como as pessoas se engajam em alguns projetos e o que as estimula (ou não) a colaborar. Seja no ambiente físico ou digital, independentemente do tipo de canal que se utiliza, percebi que o elo de tudo isso é uma comunicação eficiente e, principalmente, acessível e humanizada. Mas ainda havia algo que impedia que esse tipo de “comunicação ideal” fluísse, e eu não conseguia perceber o que era.

Foi em uma conversa informal com Simone Freire, no início de 2017, que tudo fez sentido para mim. Naquele momento, consegui realizar as conexões necessárias para entender o que distanciava as organizações das pessoas, ainda que elas sejam feitas por pessoas: a falta de acessibilidade, especialmente no ambiente digital.

É impossível pensarmos hoje em dia em uma comunicação empresarial feita 100% “offline”. Pode haver atendimento presencial a clientes, propagandas em outdoors estáticos, revista impressa, cartazes etc., mas sempre haverá ao menos uma etapa que passará pelo digital. Isso pode acontecer em uma mensagem via *WhatsApp* ou *e-mail*; em uma plataforma de gestão de projetos ou de ensino a distância; em um cardápio disponível em *QR Code*; em um cadastro feito apenas no site ou aplicativo da loja e assim por diante. Você pode praticar a comunicação acessível e humanizada em tudo o que falar ou escrever, mas se as pessoas não conseguirem ter acesso à sua mensagem no canal onde ela foi disponibilizada, esse elo é rompido e a comunicação simplesmente não se estabelece. Desse modo, a informação não circula direito e não se torna útil para o mercado e para a sociedade. Por isso, quando Simone me disse que tinha interesse em espalhar de forma irrestrita o conhecimento sobre acessibilidade digital, imediatamente me ofereci a ajudá-la nessa missão. Não sabia quase nada sobre esse assunto e nem fazia ideia do que deveria ser feito, mas a sua conexão com meu propósito de vida falou mais alto e me guiou nesse processo.

Atualmente, depois de aprender bastante sobre acessibilidade digital, tenho certeza de que não é possível pensar em cidadania (civil, política, social e corporativa), colaboração, educação e inovação sem que o ambiente digital esteja acessível a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e grau de letramento.

Web para todos para transformar e incluir

Foi justamente a partir da necessidade de ampliar o debate sobre essa temática e escalar a transformação pela inclusão digital que, em 2017, nasceu o Movimento Web para Todos, em parceria com o W3C Brasil e outras 20 organizações, incluindo a Fundação Roberto Marinho.

Na prática, a iniciativa representa uma ampla rede de especialistas, empresas, organizações e pessoas com e sem deficiência que mobiliza, educa e transforma a sociedade pela construção de uma web mais inclusiva para todo mundo.

No Brasil, existem 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo dados do IBGE (Censo de 2010). Enquadram-se nessa população pessoas com mobilidade reduzida e deficiências físicas severas, pessoas surdas e com baixa audição, pessoas cegas e com baixa visão, além de uma série de outras deficiências, incluindo intelectuais, cognitivas e múltiplas. Dependendo do tipo de limitação que possuem, essas pessoas utilizam tecnologias assistivas variadas para executarem tarefas simples ou mais complexas em seu dia a dia, inclusive no mundo digital.

Pessoas cegas, por exemplo, navegam por meio de softwares leitores de tela, que “narram” o conteúdo da página para elas. Já as pessoas surdas que utilizam Libras como seu primeiro idioma, geralmente têm dificuldade de compreender o português. E, por essa razão, é importante o conteúdo estar disponível também em língua de sinais, por meio de avatares baseados em inteligência artificial ou intérpretes humanos. Pessoas com limitações motoras severas, como tetraplégicas, navegam pela boca, pelos olhos ou por comandos de voz. Agora, imagine a dificuldade desse público ao se deparar com uma realidade em que apenas 0,46% dos mais de 21 milhões de sites ativos no país está acessível para ele! (Movimento Web para Todos, BigData Corp e W3C Brasil, jun. 2022)

O impacto desse alarmante cenário de falta de acessibilidade digital também gera, evidentemente, prejuízos econômicos para a nossa sociedade. Isso porque, independentemente de suas deficiências, essas pessoas desejam exercer seus direitos de cidadania, como se informar, estudar, comprar *on-line*, acessar serviços públicos, pagar contas e se comunicar pelas redes sociais — tarefas praticamente inviáveis de serem realizadas por elas com autonomia.

Acessibilidade digital e cidadania

Existe um debate constante em busca de soluções para gerar oportunidades iguais em sociedades desiguais como a brasileira. É sabido que quando se garante às pessoas acesso aos mesmos recursos e serviços, como educação, saúde, moradia, emprego, justiça e segurança, há grandes chances de eliminarmos muitas barreiras que impedem a igualdade de oportunidades.

Quando possuem acesso desigual a recursos, serviços e oportunidades, as pessoas têm menos poder de participação no processo democrático e no mercado de trabalho, podendo sentir-se excluídas da sociedade. A desigualdade na educação, por exemplo, pode limitar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para participar ativamente de processos democráticos concorrendo a cargos públicos, para a escolha de lideranças políticas, ou até mesmo para o desenvolvimento de sua carreira profissional. Quando adicionamos a essa triste realidade a falta de acessibilidade digital, o impacto negativo no exercício da cidadania é ainda maior, já que vivemos em uma era em que muitas interações e processos estão ocorrendo *on-line*.

A acessibilidade digital inclui o fornecimento de infraestrutura básica de telecomunicações, de equipamentos para acesso à internet, como computadores, *tablets* e *smartphones*, e de conteúdo fácil de ser acessado e compreendido em sites, aplicativos, sistemas etc. Neste capítulo, nosso foco é no último aspecto referente ao conteúdo disponível na web. Como é que se pode pensar em redução das desigualdades sem que a população tenha acesso às mesmas informações no campo digital? E, aqui, não estamos nos referindo necessariamente a conteúdos pagos, como determinados cursos *on-line* ou filmes em plataformas de *streaming*, mas às informações sobre cuidados básicos com a saúde, materiais educativos, programas jornalísticos, serviços do Governo, vagas de emprego etc.

A tecnologia pode oferecer muitas oportunidades para aumentar a participação cívica e a igualdade de acesso a recursos e serviços. Mas isso só é possível quando planejada para todas as pessoas, quando a acessibilidade digital é incluída como premissa básica do projeto. Infelizmente, não é isso que vemos acontecer.

A internet como conhecemos hoje nasceu para ser um ambiente altamente inclusivo e sem barreiras. Ela surgiu como um enorme campo sem muros, sem desnível, sem buracos. A ideia era que as pessoas construíssem suas casas virtuais seguindo essa mesma lógica. Entretanto, a falta de conhecimento técnico nessa área e a repetição de preconceitos e padrões enviesados adquiridos em uma sociedade desigual, levaram o universo digital a ser um reflexo do que vemos no mundo físico.

Por isso que nós, no Movimento Web para Todos, defendemos a promoção de uma cultura de acessibilidade digital não somente para quem desenvolve canais na web, mas para todas as pessoas que lidam de alguma forma com plataformas online. É um processo coletivo e que precisa estar presente em todos os debates sobre diversidade e inclusão, acesso à educação, redução de desigualdades, exercício da cidadania e desenvolvimento de um país.

Quem são os agentes de transformação?

Se você acha que “acessibilidade digital é coisa só de quem entende de tecnologia”, melhor mudar agora esse pensamento. Considerando o aspecto mais amplo do universo virtual e de tudo o que ele representa hoje em nossas vidas, a parte técnica de desenvolvimento de aplicações digitais ocupa sim uma fração considerável, mas não é a maior parte.

Vamos dar um exemplo prático relacionado à área de educação. A direção de uma escola decide criar uma plataforma para ampliar a comunicação entre docentes e estudantes. Ali serão publicados materiais complementares, roteiros de estudo, notas etc. É contratada uma equipe de profissionais de desenvolvimento web que entregam a plataforma. Na sequência, os docentes começam a postar os conteúdos. Estudantes também acessam a plataforma e começam a interagir nesse novo ambiente virtual da escola. Se apenas a equipe de desenvolvimento se importar com a acessibilidade nesse fluxo, provavelmente ela entregará uma plataforma sem barreiras de acesso. Mas, se o time docente não se preocupar com isso também, as chances são imensas de publicar conteúdos que terão sérios problemas de visibilidade em

determinados equipamentos ou não serão lidos por estudantes com cegueira, por exemplo. Por sua vez, se os estudantes não tiverem consciência de que têm o direito a acessar com autonomia conteúdos digitais, não solicitarão correções necessárias e poderão se conformar com mais esse episódio de exclusão entre tantos outros que a sociedade os impõe. E, ainda, se a direção da escola não souber que é garantido em lei a obrigatoriedade de ofertar canais digitais acessíveis, ela poderá ser responsabilizada judicialmente por essa falha no processo.

Percebeu por que é necessário que todas as pessoas entendam pelo menos o mínimo sobre a importância da acessibilidade digital em suas vidas profissionais e pessoais? Trata-se de tornar os conteúdos mais acessíveis a todas as pessoas, seja no digital ou no físico. É uma mudança de pensamento e de cultura. Nós somos agentes de transformação de uma web sem barreiras, mais inclusiva, mais acessível e com igualdade de oportunidades. Você também é! E, se ainda não entendeu seu papel, listamos a seguir alguns exemplos para lhe inspirar:

- **Pessoa física**

Se você tem perfil aberto em mídia social, considere que pessoas que não enxergam também podem ser impactadas pelos seus *posts* e querem saber como é a foto que publicou; ou que alguém com autismo tenha sofrido com seu vídeo cheio de filtros com efeitos piscantes. Se você for uma pessoa com deficiência, exija seus direitos de acesso a sites e aplicativos.

- **Docentes**

Além de cuidar para que seus conteúdos sejam formatados e publicados de forma acessível em plataformas digitais, inclua esse tema em suas aulas e promova o debate em sala de aula sobre a importância da acessibilidade tanto no mundo físico quanto no digital.

- **Líder empresarial**

Contrate serviços que contemplem acessibilidade desde o início do projeto. Você tem uma responsabilidade enorme tanto na adequação dos canais digitais da empresa ou instituição que representa quanto no desenvolvimento do mercado.

- **Profissionais de desenvolvimento, design e produção de conteúdo digital**

Aprenda as diretrizes de acessibilidade digital da WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*) relacionadas ao serviço que presta. Essas recomendações do W3C são reconhecidas e utilizadas globalmente e podem ser acessadas na web gratuitamente.

Web acessível é utopia?

Se pensarmos no significado puro da palavra utopia — um lugar ou sociedade ideal, de completa felicidade e harmonia entre as pessoas — e transpormos para o digital, a resposta a essa pergunta seria “sim”. Sabemos que é impossível alcançar acessibilidade total em alguma aplicação web, ou seja, garantir que um site ou aplicativo seja acessado plenamente e de forma autônoma por pessoas dos mais variados perfis e tipos de deficiência. Do mesmo jeito que seria impossível garantir que qualquer pessoa consiga atravessar uma grande avenida só porque ela tem guias rebaixadas.

Contudo, encaramos a utopia de ter uma web plenamente acessível a todas as pessoas como um mundo ideal a ser buscado. Isso nos força a não nos acomodarmos com soluções rasas ou com as famosas frases “não dá para ser de outro jeito” ou “não tenho verba para isso”.

Se as aplicações web cumprissem ao menos os requisitos mínimos de acessibilidade, certamente veríamos muito mais gente tendo acesso a informações importantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. Mais do que ter acesso, as pessoas possuiriam mais igualdade de oportunidade de compreender um conteúdo, de tomar decisões, de participar mais ativamente do processo democrático, de exigir mais transparência e responsabilidade de órgãos do Governo, de se aprimorar profissionalmente etc. Isso nos levaria a uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

Se esse for o nosso foco, o mais próximo que chegarmos dele já será um “baita lucro” para toda a população, concorda?

Produção em rede e a articulação estratégica com o campo universitário

ACÁCIO JACINTO

ESDRAS MARCHEZAN

MAÍRA BITTENCOURT

THIAGO MOLINA

Os investimentos em Educação feitos pelo governo federal brasileiro recuaram gradativamente atingindo, em 2022, o menor patamar dos últimos 10 anos em todas as regiões do País¹.

Em 2012, foram destinados R\$ 121,1 bilhões para a Educação; em 2014, R\$ 150,3 bilhões e, em 2021, o valor foi reduzido para apenas R\$ 118,4 bilhões. Ao fazer o recorte na Educação Superior, os números são ainda mais restritos. Em 2014, eram R\$ 46,1 bilhões e, em 2021, R\$ 35,9 bilhões.

A queda nos investimentos fez com que o Brasil se afastasse das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE)², aprovado pela Câmara dos Deputados em 2014. Nele, havia uma previsão

1. Siga Brasil. Disponível em: <https://www8.senado.leg.br/dwweb/autoLogon.html>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

2. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

de ampliação dos investimentos, podendo chegar a 7% do Produto Interno Bruto (PIB), em seu quinto ano de vigência, e a 10%, em 2024. Atualmente, o Brasil investe apenas 6,2% do PIB³ em Educação. Em um olhar rápido, isso pode parecer muito, visto que países ricos também dispõem de porcentagem semelhante. Contudo, ao comparar o valor por aluno, percebe-se uma diferença muito significativa. Como a receita do Brasil é mais baixa, o percentual do PIB dividido por estudantes ao ano fica muito inferior comparado a países com maior renda. A Finlândia, por exemplo, gasta em torno de 14.500 dólares (UEPG, 2020) por aluno, o Brasil investe apenas 4.500 dólares (APUB, 2022).

Sabemos que investimentos financeiros não são tudo no cenário educativo. O problema é que, para além da redução orçamentária, houve uma série de situações que colocaram a Educação em descrédito social. Ataques ideológicos deliberados às instituições de ensino e à ciência fizeram com que, no imaginário de parte da sociedade, a educação, principalmente a superior e pública, passasse a ser vista como algo que demanda muito e entrega pouco.

No entanto, a Educação Superior em nosso país vai além de um espaço estritamente dedicado ao ensino profissional. Ela é espaço de desenvolvimento científico e tecnológico, de atuação em prol de causas sociais, com o trabalho da extensão e, até mesmo, fonte de cultura, entretenimento e lazer, como se pode ver por meio dos museus universitários ou espaços culturais dos mais diversos vinculados às instituições de ensino.

As universidades públicas (federais, estaduais e municipais) são responsáveis por 95% da produção científica do Brasil (UEPG). Enquanto na Suíça, Estados Unidos e Suécia, economias que mais investem em pesquisa e desenvolvimento inovador (OMPI, 2022, há carreiras e instituições específicas de pesquisa científica tanto no âmbito público quanto no privado, no Brasil, as universidades cumprem esse duplo papel. Em outras palavras, podemos dizer que essa responsabilidade de progresso científico e tecnológico do país — aqui, quase que em sua totalidade, atribuída às universidades — é dividida entre instituições, empresas e organizações nesses outros países.

3. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional.

Observados esses dados, é possível perceber o quanto são necessárias as instituições de Educação Superior para o desenvolvimento e soberania de nosso país. Entretanto, para que haja o entendimento dessa importância, é fundamental o conhecimento dessas e de outras informações que atualizam a sociedade sobre o que vem sendo realizado nesses espaços. Sem informações não se pode ter um exercício pleno de cidadania. A comunicação é quem garante esse elo entre a informação e a população. Ela é uma poderosa ferramenta para popularizar o conhecimento científico, tecnológico e educativo e atua como agente de transparência e de difusão de ideias, contribuindo para o progresso social. Quando a comunicação é feita de forma educativa, esses atributos citados tendem a ser os seus objetivos principais.

Em um país com extensão continental, com diversas realidades sociais, educacionais e distintas condições econômicas e de acesso às tecnologias, o grande desafio está em como fazer essa comunicação ser efetiva nacionalmente. Um dos caminhos possíveis para potencializar esse processo de comunicação tem sido a construção de redes.

Conceituando a comunicação em rede

O conceito de rede carrega alguns significados, cada um deles oferecendo ideias sobre o que ele representa. No entendimento mais básico, a palavra rede pode ser compreendida como uma armação que liga nós singulares, gerando uma teia complexa de interligações. Em outro entendimento, a palavra rede pode ser compreendida como aquela que abraça o corpo, oferece descanso, conforto e acolhimento; que balança e embala pensamentos e sonhos.

Diante dos diversos significados possíveis, o termo rede também pode ser compreendido dentro do contexto da interconectividade e interdependência. Traçando um paralelo, é possível interpretar que fazer parte de uma rede possibilita vivenciar interconexões que proporcionam sustentação e apoio. Assim como fios se enrolam e se amarram, estar em uma rede propicia participar do desenvolvimento de um ambiente de colaboração e apoio recíproco, em que as amarrações fortalecem a trama e se sustentam reciprocamente.

Outra interpretação possível da palavra rede é a ideia de alcance e abrangência. Uma rede, por definição, estende-se por uma área considerável, cobrindo uma ampla extensão. Da mesma forma, e relacionando com o ambiente da Comunicação Social, uma rede colaborativa na produção de conhecimento tem o potencial de alcançar um público diversificado, em larga escala, disseminando conhecimento, educando e inspirando pessoas em diferentes regiões, transcendendo barreiras geográficas e culturais. Essa ampla disseminação de informações e ideias contribui para a construção de uma sociedade mais informada e engajada.

A imagem da rede perpassa, então, a noção de conexão e comunicação. Assim como os nós em uma rede estão interligados, os personagens envolvidos em uma rede de produção estão conectados por uma teia de comunicação e compartilhamento de conhecimento. Essa comunicação contínua permite a troca de ideias, a colaboração em projetos conjuntos e o crescimento mútuo.

No vasto tecido do conhecimento, no qual as ideias se entrelaçam e as descobertas se difundem, emerge a Rede de Universidades. Presentes nesse emaranhado de conteúdos e informações estão os autores deste capítulo, que têm como objetivo compartilhar percepções e experiências desse universo em rede, que conecta mentes e instituições educacionais. Essa rede tece um caminho para a divulgação científica, educação e cultura, nutrindo o intelecto e o espírito da sociedade.

Como uma teia complexa, que percorre os mais diversos ecossistemas, a Rede de Universidades consegue abranger diferentes ambientes, regiões e áreas do conhecimento. Cada instituição de ensino é um nó vital, fonte de sabedoria e criatividade e, por meio da produção de conteúdos audiovisuais, consegue captar a essência da pesquisa científica, revelando os segredos do universo com imagens vivas, sons cativantes e histórias inspiradoras.

As estruturas de comunicação dessas instituições, trabalhando em conjunto, compartilham descobertas, métodos e experiências, criando uma sinergia que potencializa seu impacto na sociedade. Como sinapses que se comunicam, essa rede de universidades compartilha o conhecimento adquirido, irradiando-o para além de suas fronteiras. Essa conexão enriquece a Educação e o entendimento coletivo,

estendendo-se além dos muros das instituições acadêmicas. Cada uma contribui com sua expertise e áreas de especialização e, juntas, são capazes de abordar desafios complexos e oferecer soluções inovadoras.

Essa rede de universidades dedicadas à produção audiovisual não apenas dissemina informações científicas, mas também educa e inspira. Ela colabora para a formação dos indivíduos e a exploração de seu potencial máximo, permitindo que alcancem novos horizontes de aprendizado.

Como uma corrente que sustenta o progresso, a rede fomenta a curiosidade, desperta mentes inquisitivas e alimenta a paixão pelo conhecimento.

A Rede de Universidades Parceiras do Canal Futura também possui uma dimensão cultural significativa. Ela celebra a diversidade e valoriza as múltiplas perspectivas que enriquecem a humanidade. Como uma tapeçaria colorida, o conteúdo audiovisual produzido por essas universidades traz à tona diferentes sotaques, culturas, tradições e narrativas, fortalecendo os laços humanos e promovendo a compreensão mútua de mundo.

Como uma rede neural que expande o entendimento do mundo, essa teia convida a todos a explorar novos horizontes, questionar, descobrir e sonhar. É um ambiente rico, capaz de transformar a sociedade ao conectar mentes e disseminar o conhecimento, iluminando caminhos para um futuro melhor.

A rede de universidades

Carregando a diversidade de sotaques, culturas e modos regionais de contar histórias, as conexões entre quem faz a comunicação educativa, de norte a sul do país, possibilitam um fortalecimento da Ciência e da Educação. Abandona-se o lugar restrito e regional de fala, para dar espaço à multiplicidade e abrangência nacional, apoiando-se mutuamente.

Cada universidade atualmente conta com equipes de comunicação, que trabalham para mostrar à sociedade o que aquela instituição realiza em prol da sociedade. Seja no âmbito das Assessorias de Comunicação (ASCOM), normalmente responsáveis por gerir portais institucionais, redes sociais e atender a imprensa, ou das emissoras de comunicação pública, como as Rádios e TVs Universitárias, que se dedicam à conteúdos audiovisuais educativos e culturais, existe o objetivo comum de

valorização e de evidência das ações no âmbito da Educação, Ciência, Tecnologia e Extensão.

Contudo, é preciso considerar que, no contexto atual de mundo híbrido, em que as pessoas são expostas constantemente a um excesso de informações via dispositivos conectados à internet, comunicar-se tornou-se um desafio ainda maior do que era no passado. A internet democratizou o acesso à informação, ampliando o alcance das mensagens, que antes dependiam de caminhos restritos para chegar a muitas pessoas, em lugares diferentes do mapa, mas **agora o desafio é conseguir se comunicar com o público que se pulveriza nesse vasto ambiente comunicacional.**

Se por um lado conseguimos superar as barreiras e entraves tecnológicos, que dificultavam o acesso às informações nas décadas passadas, por outro, passamos a enfrentar o grande desafio de romper as bolhas de informações e conversar com as pessoas que, agora, não têm mais dificuldades de ter acesso a conteúdos, mas sim de filtrar o tanto que recebem continuamente. Faz-se necessário, para que a população tenha informações de qualidade, habilidades para distinguir o que é notícia do que é *fake news*, ter abertura para temas diferentes e conseguir ultrapassar a leitura de *feeds*, acompanhando os acontecimentos do país e do mundo em seus diversos aspectos, para além da seleção dos algoritmos de suas redes sociais.

Como esse consumo de conteúdo diferenciado ainda parece ser utopia, cabe aos comunicadores pensarem em estratégias para se aproximarem dos diversos públicos. Nesse cenário, **a produção de conteúdos em rede surge como uma estratégia eficaz para ultrapassar fronteiras e bolhas, alavancando audiências, tanto no ambiente da internet quanto da televisão.** Por meio da produção em rede, a comunicação educativa soma os públicos cativos que cada um já possui, performando melhor perante os algoritmos e ganhando capilaridade nos múltiplos canais e espaços.

Há ainda um ganho por parte dos comunicadores que produzem esse conteúdo, pois o trabalho em rede gera também um intercâmbio de experiências e aprendizados entre equipes de diferentes lugares do País, que, juntas, conseguem construir produções audiovisuais mais plurais quanto às suas perspectivas de olhares perante o mundo.

Ações em rede e seus impactos sociais

Diversas ações de comunicação já foram realizadas em rede. Um dos projetos recentes, em que os autores deste artigo estão envolvidos conjuntamente, é o “Alô Comunidade”, uma produção audiovisual composta de reportagens com foco em ações das universidades para as comunidades, ou seja, os chamados projetos de extensão. O programa é produzido por 50 instituições diferentes, sendo elas federais, estaduais, municipais ou privadas, com a coordenação compartilhada entre o Canal Futura, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O programa tornou-se possível devido à Rede de Universidades parceiras que assumiu o compromisso de contribuir com a produção das reportagens nos diversos estados e municípios brasileiros. Disponível no Canal Futura e no Globoplay, a série apresenta projetos que prestam atendimento gratuito ao público, atuam na educação e na promoção da cidadania junto às crianças, adolescentes, adultos e idosos. Na articulação e produção das reportagens, estão profissionais e estudantes das universidades que veem nele um espaço de amadurecimento profissional, desenvolvimento de novas habilidades e, principalmente, uma janela de conversa com a sociedade para mostrar as ações efetivas de educação e transformação social.

Logo em sua primeira temporada, nos horários do programa na tela do Canal Futura, aproximadamente 46 milhões de pessoas declararam assistir à programação, segundo o relatório do DataFolha. O IBOPE apontou que a série alcançou, somente na TV por assinatura, 24 mil indivíduos por minuto. Somente na semana da estreia, alcançou mais de 12,5 milhões de pessoas, tendo a segunda melhor performance de exibição do Canal Futura no primeiro semestre.

Entretanto, o programa não se restringe apenas à exibição no Canal Futura. Cada universidade parceira veicula os episódios em suas TV universitárias, seus sites, canais em redes sociais entre outros espaços, expandindo o público para outras audiências segmentadas. Somam-se assim os diferentes públicos, locais, regionais e nacionais, que conseguem acessar e interagir com o mesmo produto audiovisual que é pulverizado em múltiplas plataformas e espaços.

Iniciativas como essa contribuem para levar informações à sociedade, prestar contas dos investimentos realizados no âmbito da Educação, fortalecer ações que colaboram para o desenvolvimento de comunidades e, por consequência, de nosso país. Ao informar a população sobre os projetos e traçar essas estratégias de fortalecimento em rede que rompem fronteiras e bolhas, conseguimos cumprir com a missão da comunicação pública e educativa: **levar transparência, informação de qualidade e, por consequência, fortalecer a Educação como um todo em nosso país.**

Embora os números de audiência do “Alô Comunidade” sejam expressivos, sabemos que não basta apenas uma iniciativa isolada ou um único programa para que se tenha um real impacto social. Por isso, a articulação em rede se estende também para outras produções audiovisuais e diversas ações, sejam elas nas telas, ou mesmo em espaços *offline*, como encontros, seminários, fóruns e reuniões. Ouvir a Rede de Universidades, os pares, e articular ações a partir das diferentes realidades também têm sido uma constante.

Entre 2022 e 2023, foram realizados diversos eventos para refletir sobre a realidade educacional no país, traçar estratégias, metas e planejar ações de comunicação para a Educação. O “VIII Fórum de Reitores” e os encontros “Comunicação em Rede COGECOM + Canal Futura” são exemplos desses espaços.

Com esses diferentes movimentos coletivos da rede, esperamos aos poucos conseguir conversar de forma mais efetiva com a sociedade. Acreditamos que, com uma rede fortalecida de comunicação, seja possível contrapor ideias distorcidas, ataques ideológicos, *fake news* e outras formas de desinformação no que diz respeito à Educação brasileira. **Com bons produtos comunicacionais e essa rede reforçada, abrimos um espaço de diálogo com a sociedade e ganhamos mais capacidade de adentrar no debate de questões importantes para nosso país como Educação, desenvolvimento científico e tecnológico e acesso à cultura.**

REFERÊNCIAS

- ABC. Academia Brasileira de Ciências. *Universidades Públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-responderem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 13 de julho de 2023.
- APUB. *Por que é enganoso falar que o “Brasil gasta muito com educação”?*. 2022. Disponível em: <https://apub.org.br/por-que-e-enganoso-falar-que-o-brasil-gasta-muito-com-educacao/>. Acesso em: 12 de julho de 2023.
- OMPI. Segundo dados do Índice Global de Inovação (IGI). 2022. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-2000-2022-exec-pt-global-innovation-index-2022-15th-edition.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2023.
- UEPG. *Revistas UEPG*. Políticas públicas educacionais implicadas no bom desempenho em ciências no Pisa: um estudo comparativo Brasil, Singapura e Finlândia, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15593/209209216494>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

Só vim aqui para ler os comentários

IVANA BENTES

O campo da comunicação e da produção de conteúdo é estruturante na sociedade do conhecimento e vem sofrendo uma desordem global com o advento das redes sociais e das plataformas. Essa produção instantânea é realizada por uma multidão heterogênea de pessoas, grupos, redes e novas corporações, que deslocaram os agentes tradicionais do campo da comunicação — os veículos jornalísticos, o jornalista profissional, as agências de notícias e a comunicação pública, e fez emergir um contingente de novos formadores de opinião que disputam espaços ou simplesmente transformam comentários em formas de expressão e criação.

Essa proliferação e disseminação pós-mídias digitais ocasionou uma nova ecologia midiática, em que pessoas e “perfis” começam a se ver e se assumir como produtores relevantes de conteúdo. Esses produtores têm como modelo não apenas o jornalismo clássico, mas a conversação e o “comentariado”, a disposição ilimitada para opinar, criticar, “zoar”, informar e se expressar nas verdadeiras batalhas digitais que tornam os comentários das notícias e dos posts, nas redes sociais, quase um novo gênero de trocas e interação social.

Podemos dizer que a conversação é uma dessas novas bases — uma nova erótica do contato, da contaminação e da partilha das experiências no espaço público digital. Uma “conversa infinita”, como propunha Maurice Blanchot (2010), mas que também pode ser tóxica, além de um espaço de disseminação da desinformação, do ódio e de linchamentos públicos em série.

A nova força das redes digitais: o “comentariado”

Tão importante quanto se “informar”, no sentido jornalístico, vemos a emergência de uma nova força da comunicação e da sociabilidade: o “comentariado”, uma multidão volátil e surpreendente que se forma em torno de notícias, posts de opinião e conteúdos digitais. Uma comunidade provisória e volátil que orbita a informação e/ou opinião, mas que, frequentemente, “esquece” da própria notícia (ou enunciado) e a toma como um pretexto para se expressar em derivas surpreendentes e imprevisíveis.

As interações e conversações na era das redes digitais e plataformas se tornaram tão cotidianas e alteraram de tal modo nossas formas de conversar que, em 2015, Sherry Turke vai reivindicar uma restauração da conversa presencial, no seu livro *“Reclaiming Conversation: The Power of Talk in a Digital Age”*.

A autora, professora de sociologia do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e pesquisadora da cultura digital desde seus primórdios, propõe recuperar a conversa como forma de restaurar as interações interpessoais em uma era digital.

Ela argumenta que as conversas presenciais têm o poder de construir conexões mais duradouras e de resolver conflitos. Além disso, ela observa que a presença física permite a leitura de expressões faciais, linguagem corporal e tom de voz, elementos que podem ser cruciais para uma comunicação ou interação mais significativas, criando laços emocionais e vínculos mais fortes.

Entretanto, não é dessa conversa que queremos tratar aqui. Acompanhamos a crítica que Sherry Turke faz em *“Reclaiming Conversation”* quando aponta como as tecnologias digitais estão afetando nossa capacidade de manter conversas significativas, cara a cara, ou mesmo diminuindo o engajamento emocional nas relações, afetando nossa empatia e nos “distraindo”.

Por outro lado, as redes e plataformas digitais abriram um campo de interações e conversações complementares em tempo real e em fluxo contínuo em escala massiva que achamos interessante compreender e analisar. Trata-se de um investimento vital em trocas digitais que apontam para novos povoamentos imprevisíveis que se formam

em linhas e linhas desse “comentariado” engajado, deslizante, como em uma conversa de bar em que se pula de tópico em tópico com uma liberdade e cumplicidade que engajam e envolvem os comentaristas e oferecem para quem lê um instantâneo dessa emergente “ruidocracia”, como gosto de nominar a esfera pública digital.

Podemos dizer também que o “comentariado” é a verdadeira força das redes e plataformas digitais. É o que lhe empresta valor, o que engaja e monetiza, capaz de formar “zonas autônomas temporárias” que são capturadas pelas plataformas, mas também fogem do controle. Quanto mais comentários e reações, mais uma notícia se difunde e “engaja”, dando visibilidade àquela pauta e a colocando em um topo ou ranking. Comentar de forma admirada, pejorativa, argumentativa, afetiva, positiva ou negativa, produz valor, seja ele real ou simbólico.

Acompanhamos nas redes pessoas que são *habitués* dos comentários, que disputam opiniões, razões, interagem, se apoiam, se digladiam, fazem humor e fomentam uma prática dialógica — de trocas reais, ou monológica (reafirmação repetida de valores e crenças). A conversação entre muitos produz novas associações, informações e sentidos que “fogem” por todos os lados. Essa é uma inusitada forma de estar juntos, que atravessa os mais diferentes estados emocionais e mentais, como em uma conversa infinita.

Estamos vendo um deslocamento da comunicação de uma função informativa para sua função expressiva nessa conversação de muitos com muitos?

Essa parece ser uma das características do “comentariado”, não que as funções clássicas do jornalismo desapareçam (ao contrário, nunca foram tão demandadas na crise de desinformação global), mas o “comentariado” passa a inserir funções derivadas (o humor, o entretenimento, a hiperpolarização etc.). **A interação passa a ser comandada pelos desejos e crenças — para o melhor e para o pior.**

Os espaços dos comentários nas redes digitais e plataformas se tornam também lugares tóxicos, em que essa facilidade para opinar,

comentar, fabricar fatos ou simulacros de “notícias” produz fenômenos como a epidemia de desinformação e as *fake news*, que podem ameaçar a cola social, a sociabilidade e as democracias.

Quando escrevi os ensaios do livro “Mídia-Multidão” (2015), estava atenta a esse fenômeno, que só se amplificou: a inclusão dos comentários e das reações do público, do leitor, do espectador em todas as formas de comunicação e linguagens da cultura digital. Essa interação afetiva já vinha se desenhando com a “economia do *like*”, as curtidas, os emojis, os ranqueamentos e as listas de amigos, conhecidos, seguidores, “seguihores” e odiadores; uma franca virada da comunicação para incorporar e monetizar a economia dos afetos e da reação emocional.

Em 2013, também estava atenta a um outro fenômeno, que só se intensificou pós-2013: a emergência do *streaming*, essa tecnologia de transmissão de conteúdo *on-line* que nos permite acompanhar acontecimentos em tempo real transmitidos não apenas pelas corporações jornalísticas e de comunicação tradicionais, mas por pessoas, perfis e redes.

Essa tecnologia também iria transformar radicalmente a forma de acessar filmes, músicas, séries etc. Os vídeos e/ou áudios *on-line*, conteúdos digitalizados e difundidos por meio de plataformas e/ou aplicativos sem necessariamente precisar baixá-los, produzem comunidades inteiras em torno de produtos. O “comentariado” só cresce!

Essas dramaturgias do tempo real trazem novas formas de conexão. O tempo real, o ao vivo, o *on-line* mudam radicalmente a nossa forma de lidar com a informação, com o jornalismo, com a comunicação e, também, com o tempo e o espaço — mudam também a natureza e a qualidade das interações.

No jornalismo, sem descartar as técnicas e práticas que sempre existiram como a apuração, reportagem, pesquisa, edição etc., as informações trazidas pelas plataformas e redes serão checadas, comentadas, contestadas por multidões de comentadores, espectadores e seguidores que raramente são “especialistas” naqueles temas e assuntos.

Nas jornadas de junho de 2013, as experiências de coletivos, como a Mídia Ninja, com transmissões *on-line* e ao vivo do *streaming*, se tornaram uma referência ao cruzar o limiar desse jornalismo cidadão ou midiativista. Essas novas reportagens traziam sensações e experiências cruzadas com as informações trazidas não por um jornalista

profissional, mas pelo “comentariado” das transmissões ao vivo, colhidas nas ruas, nas casas e funcionando como um GPS humano da temperatura e do engajamento dessa multidão: um novo circuito rede-rua pós-cultura digital.

O chat da transmissão (local em que todos comentam livremente) no *YouTube* viraria um lugar de informação, atualização, contrafação, disputa e colaboração — uma real ruidocracia intensa e instigante. Mais do que isso, é parte de uma experiência de subjetivação coletiva singular, uma audiência que interage, comenta, informa, analisa, dialoga e interage com o cinegrafista/performer nas ruas e o orienta espacialmente e subjetivamente (inclusive debochando, criticando, trazendo repertórios outros).

Esse pós-telespectador veio para ficar e faz parte do “ao vivo” se distinguindo da audiência televisiva tradicional, apontando para uma televisão reversa, em que o chat de comentários, um outro espaço-tempo do diálogo, se constitui como parte de uma intensa criação coletiva produzida em tempo real.

As transmissões ao vivo funcionam como um “material bruto” que vai sendo editado e montado coletivamente e ao vivo. Nas redes sociais, as conversas infinitas e diálogos que se dão junto às postagens originais, rivalizam, complementam e perspectivam o dito ou o fato.

Conceitos como o de polifonia em Mikhail Bakhtin, a teoria *Peer to Peer* (P2P) (Bauwens, 2005)¹ ou o perspectivismo são arsenais conceituais para pensarmos essas experiências que obviamente podem também se apresentar como novos processos de desinformação, polarização e discursos de ódio. O grau de virulência de muitos desses comentários excedem o razoável ou a legalidade e violam as regras de redes e plataformas, podendo ser suspensos, pausados, bloqueados ou mesmo expulsos de um ambiente.

1. Segundo Michel Bauwens, em “A economia política da produção entre pares”, à medida que os sistemas sociais, econômicos e políticos se transformam em redes distribuídas, surge uma nova dinâmica produtiva: o modelo *Peer to Peer* (P2P), ponto a ponto. Mais que uma nova tecnologia de comunicação, ele é um modelo de funcionamento de novos processos sociais que conectam os muitos.

Podemos dizer que o “comentariado” pode expressar uma “intelectualidade de massa”, uma inteligência coletiva, mas também produzir uma turba e multidão virtual enfurecida e capaz de produzir estragos reais e subjetivos no seu “enxameamento”.

Reagir ao mundo

Reagir a um conteúdo se tornou um gênero! No Youtube, o “vídeo de *react*”, ou vídeo de reação, tornou-se um formato popular, em que os apresentadores filmam a si mesmos ou outras pessoas reagindo a um conteúdo: clipes, séries, notícias, músicas, programas de TV, games ou até mesmo reagindo à reação de outros youtubers.

Como podemos voltar a estudar essas conversas e o “comentariado” nas redes? Talvez Harold Garfinkel² nos ajude quando argumenta que reconstruímos e fazemos emergir uma ordem social nas nossas ações e interações em tempo real, inclusive nas conversas mais informais, por meio de regras não escritas ou que não são explicitamente declaradas, mas que todos entendem tacitamente. Isso acontece principalmente quando se partilham mundos e valores ou quando se quebram expectativas. Nesse caso, a conversação pode produzir reações inusitadas e/ou violentas.

Nas interações nas redes, a profusão de comentários dá vazão à expressão dos mais variados estados emocionais, cria expectativas de respostas de como as pessoas devem se comportar, conversar ou como devem interpretar umas às outras. **Uma avalanche de mensagens descontextualizadas produz desentendimentos, disputas, conflitualidades, com comentários idênticos produzindo interpretações diversas, adesões ou contestações.**

2. Harold Garfinkel desenvolveu a etnometodologia, nos anos 1960. É uma abordagem que investiga como as pessoas criam e mantêm ordem em suas interações sociais, incluindo conversas.

Comentando os comentários

Fazer e seguir comentários de um, de dez ou de mais de 2 mil pessoas em um post nas redes sociais e plataformas tornou-se um hábito ou um “vício”, como dizem alguns, que os próprios comentadores contumazes costumam denunciar e celebrar: “só vim para ler os comentários”, “aguardando os comentários”, “pelo nível dos comentários”, “vendo os comentários”, “é cada comentário”, “pela quantidade de comentários”, “não posso comentar porque não tenho advogado” etc. Um prazer e consciência que passam por essa escrita quase de exorcismo e catarse.

As conversas nas redes são marcadas por uma afirmação de mundos, pontos de vista, crenças, juízos. Mesmo passando pelo humor, pela “zoação”, produzem um efeito instantâneo de cumplicidade e empatia ou de quebra de expectativas e virulências.

É fascinante, e às vezes assustador, ver a energia e o tempo gastos pelos usuários das redes nesses minipalanques e ágoras digitais, em que disputam a interpretação dos fatos como se disso dependessem suas vidas e valores. Sim, trata-se de uma disputa “vital”, e a noção de “quebra de expectativas” nos ajuda a analisar a forma muitas vezes virulenta e violenta das reações nas redes — quando alguém ou um grupo é contrariado ou desmentido por um comentário e reage com discursos de ódio, ameaças, *bullying*, intimidação ou, ao contrário, os comentadores constroem uma micro comunidade com ondas de empatia e cumplicidade.

Fragmentos do discurso afetivo

Aqui, destaco esse “comentariado” afetivo, que habita principalmente os *posts* que ativam a memória, os afetos e hábitos cotidianos, os pequenos gestos impensados, as expressões do dia a dia. São depoimentos fascinantes, casos e finas observações sobre irmãos, família, cachorros e gatos, amigos, cerveja, festas, chinelos, cozinha, faculdade, sexo, mães, uma impressionante contribuição milionária, divertida e inusitada de fragmentos de discursos sobre a vida.

Os comentários que envolvem matérias de teor político-partidário, comportamentos e posições políticas tendem a ser bem mais maniqueístas e clichês, com um nível de redundância maior nas argumentações e no tom utilizado.

Foi nesse campo que, desde as eleições presidenciais de 2018, com a ascensão de grupos de extrema-direita no país, passamos também a estudar o chamado comportamento de manada, ou de “enxameamento”, nas ruas e nas redes.

As noções de comportamento de manada, ou “enxameamento”, vêm sendo usadas em diferentes campos: da psicologia até as ciências sociais, passando pela economia e outras ciências para analisar reações e comportamentos humanos em grupos e/ou em multidões. Essa noção faz uma analogia do comportamento humano com o comportamento de animais quando se juntam para se proteger, reagir a uma ameaça ou fugir de um predador.

Entre os humanos, essas noções são usadas para analisar “decisões” e comportamentos coletivos, a partir de um influenciador, de outros indivíduos ou de grupos (mas também a partir do uso massivo de bots ou robôs nas redes, bombardeamento de notícias etc.). Incluem-se também elementos e agentes que produzem ou fazem emergir uma “tendência” ou uma “opinião pública fabricada” e que podem estar presentes tanto nas decisões voláteis do mercado financeiro, na eclosão de protestos nas ruas, atos e ondas de solidariedade e comoção ou em comportamentos predatórios e extremistas.

A “psicologia das multidões” não é um campo novo. Ela foi analisada por Gustave Le Bon, em seu livro clássico de mesmo nome, de 1895, mostrando como pessoas podem agir de forma irracional, impulsiva e emocional quando estão em grupos. Também Gabriel Tarde, em “A Opinião e as Massas”, de 1901, já analisava como a opinião pública era moldada por processos de imitação e contágio social e como as pessoas eram influenciadas pelos que estão mais próximos e ao seu redor, por imitação e contágio. A opinião pública, sendo heterogênea e volátil, é dinâmica, podendo emergir, evoluir em uma direção, retroagir ou se espalhar, não se constituindo em algo “abstrato” e estático.

Contemporaneamente, os filósofos Antonio Negri e Michael Hardt trataram do tema no livro “Multidão”, apresentando a multidão como

forma de organização social e política, heterogênea, descentralizada, fluída, sem hierarquias rígidas e capaz de tecer redes de conexões e interações fortes, buscando a autonomia e a auto-organização. Seu foco está principalmente nos movimentos sociais e nas insurgências, como os protestos antiglobalização, os movimentos pela justiça ambiental e os levantes populares, como a Primavera Árabe, e poderíamos acrescentar as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, e os atos extremistas como o 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos três poderes do Estado, em Brasília, foram depredadas.

A questão que importa é: como podemos utilizar esses conceitos para problematizar a dinâmica das redes sociais e plataformas e para analisar o “enxameamento” do “comentariado” organizado em micro multidões?

Sem dúvida, da sociologia das multidões até a ciência da computação e a Inteligência Artificial, abordagens multidisciplinares e transversais trazem *insights* interessantes sobre a questão.

Diante do “apagão de dados” e das plataformas como o *Facebook/Meta, Instagram, YouTube* etc., que fazem experimentos com os algoritmos e a Inteligência Artificial, com *bots* e com manipulação emocional por direcionamento de mensagens e *posts*, precisamos de mais estudos dos efeitos sociais, políticos e psicológicos dessa nossa caminhada e coevolução com as tecnologias, além de mais políticas públicas de regulamentação das plataformas e seus negócios.

Inteligência de enxame

Em seu livro “Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar”, Steven Johnson (2001) já fazia, no início dos anos 2000, uma analogia a partir dos estudos da *swarm intelligence*, a inteligência de enxame, que estuda o comportamento de abelhas, formigas e pássaros. Johnson apontava como as pessoas estavam usando a tecnologia digital para se reunir, colaborar e agir coletivamente em uma escala global. De lá para cá, tivemos cada vez mais evidências do quanto o “enxameamento” digital impacta na política, sociabilidade, ativismo e cultura.

Mas, para além do “enxameamento” cooperativo das formigas e abelhas, decisivo para a sobrevivência da colônia, tema abordado por Johnson, a cultura digital deu visibilidade e facilitou também os “enxameamentos” predatórios, que também podem ser encontrados na natureza em cardumes de peixes, matilhas de lobo e bandos de pássaros de rapina, que cooperam para aumentar as chances de sucesso em ataques a suas presas.

No mundo digital, os ataques *hackers*, os usos de *bots* maliciosos, os ataques coordenados usando *fake news* e disparos nos grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, o uso de algoritmos para “bombardear” grupos, redes, sistemas e pessoas com desinformação e produção de medo, ira e indignação, também têm produzido discursos de ódio, ações violentas e/ou saques e mostrado grande eficácia. A ciência da computação e a Inteligência Artificial, buscando desenvolver algoritmos e modelos computacionais capazes de resolver problemas complexos, científicos, de saúde, voltados para o bem comum, também têm produzido experimentos pouco éticos com “enxameamentos” e comportamentos de manada que estamos longe de acessar ou acompanhar de forma transparente ou com poder de barrar ou intervir.

Em 2014, o mundo foi surpreendido pelo “estudo de manipulação emocional” conduzido por pesquisadores do *Facebook*, hoje *Meta*, que gerou controvérsias e questionamentos quando veio a público. O estudo buscava entender como a exposição a diferentes tipos de conteúdo nas redes sociais poderia afetar o humor dos usuários. O objetivo principal era analisar, quantificar e rastrear como a exposição a conteúdo emocionalmente positivo ou negativo no *feed* de notícias do *Facebook* influenciaria o estado emocional dos usuários.

O experimento, realizado em janeiro de 2012, envolveu 689.003 usuários do *Facebook* que tiveram o seu *feed* de notícias manipulado. Alguns usuários passaram a ser mais expostos a conteúdo emocionalmente negativo e, outros, a conteúdo emocionalmente positivo. Tudo isso sem o consentimento dos participantes do experimento massivo.

O resultado foi uma mudança de tom emocional e interações conforme a exposição acontecia. Mais conteúdo negativo, mais mensagens com um tom negativo. Mais exposição a conteúdo emocionalmente positivo, postagens mais positivas. A exposição seletiva a diferentes tipos de conteúdo poderia, de fato, influenciar o estado emocional dos usuários.

Experimentos como esse, e depois o escândalo da *Cambridge Analytica*, que manipulava emocionalmente os eleitores nas eleições dos EUA (quando da vitória de Donald Trump), produziram controvérsias e debates éticos porque vieram a público — a responsabilidade da empresa foi questionada, pois a privacidade dos usuários e seu bem-estar foram violados. Isso traz o debate para todos os desdobramentos políticos, jurídicos e sociais hoje, com o uso da IA no *Chat GPT*³, nos aplicativos de produção de textos e imagens que podem violar direitos autorais, produzirem desinformação, vies de interpretação e tantas outras questões complexas.

A construção do sentido

O estudo dos comentários e do comportamento dos usuários nas redes é uma parte desse novo campo que nos ajuda a observar como as pessoas constroem o sentido em suas interações sociais e a perceber quais as regras não escritas ou os pressupostos, crenças e normas que guiam as interações.

Os comentários nas redes sociais funcionam como esse lugar de cumplicidade e afirmação de valores partilhados, mas também, e principalmente, das controvérsias, no sentido do teórico Bruno Latour, explicitando a rede de atores nas disputas e debates e suas argumentações e posições.

Também podemos encontrar nessas conversas infinitas muitos “mediadores”, humanos e não humanos (comentários no *Instagram* e *Facebook* ocultos pelo algoritmo da plataforma, ou considerados “mais relevantes”, os que têm mais curtidas, ordenados por ordem cronológica etc.), o uso de *bots*, robôs e influenciadores humanos ou não. Mediadores humanos e não humanos que tentam facilitar ou direcionar a comunicação, trazendo informações, dados, opiniões mais argumentadas, “mediando” as conversas e comentários nessas miniágoras digitais e buscando influenciar o curso das conversas e controvérsias.

3. Modelo de linguagem desenvolvido por inteligência artificial para manter uma conversa com o usuário final.

A análise do “comentariado” também nos ajuda a entender como alguém se comporta de maneira inesperada ou viola as expectativas sociais em uma discussão, ou quando o debate deriva para declarações e enunciados estranhos, incomuns ou inapropriadas que desafiam, ou mesmo ferem, as convenções sociais e podem constituir, inclusive, crime e violações das leis — o que também não é raro nas redes sociais.

A ideia de uma impunidade nas redes sociais ou de uma “não gravidade” em “apenas” comentar ainda marcam o imaginário da cultura digital; como se ali nos comentários houvesse uma zona livre das regras sociais. A análise cuidadosa das reações dos participantes nos comentários das plataformas pode revelar normas, regras e pressupostos não ditos que estão em jogo em uma interação social, que valores estão agindo ali e que regras subjacentes ao discurso estão presentes. O “comentariado” também ajuda a entender como as pessoas constroem o sentido em suas vidas cotidianas e como a ordem social é criada e mantida nessas conversas “banais” e casuais nas redes.

Obviamente, a conversação é uma das mais antigas formas de expressão da humanidade. Ela já acontecia na imprensa e, antes do advento das redes sociais, já havia espaços como as “cartas dos leitores” para os jornais, entre outros. Mas estamos falando aqui de um fenômeno massivo, disseminado em todas as plataformas digitais e que produz uma “massa crítica” exponencial de intervenções e interações.

Temos a possibilidade de ver os discursos em ação, registrados em milhares e milhares de plataformas, *posts* etc. É algo novo, além de uma oportunidade para observar como palavras, atos e fatos são interpretados, malversados e desviados para produzir uma compreensão e construção da realidade social.

O “comentariado” é também um espaço privilegiado para analisar como as pessoas interpretam as ações e as palavras dos outros para criar um entendimento compartilhado, um comum.

O “comentariado” e os novos influenciadores

“Eu posso falar de tudo”. Sim, sempre pudemos, mesmo quando havia pessoas mais habilitadas e com repertório para tal. Os especialistas consultados, os colunistas, os donos de opiniões, foram durante muito tempo os grupos pertencentes a uma camada social, a despeito de existirem centenas de outros sujeitos sociais, acadêmicos, científicos com as mesmas habilidades.

Falar sempre foi um lugar de poder. **Opinar, analisar ou publicar constitui capital simbólico e real passível inclusive de monetização.** Quanto mais eu falo e me exponho, inclusive falando gratuitamente, mais tenho possibilidade que alguém me veja e me pague adiante. O que estamos experimentando atualmente é uma mudança, um “declínio” desse intelectual público, e que já vinha se dando com a ascensão da cultura digital e do “comentariado”: da massa que opina, publica, critica, dos intelectuais do *YouTube*, do *Instagram*, dos influenciadores e formadores de opinião do *Twitter* (agora “X”). Eles já colocavam em xeque a reserva de mercado de inteligência, opinião e análise do intelectual clássico, provocando uma redistribuição de capital simbólico.

Como vimos, o “comentariado” tem produzido comportamento de manada, “enxameamentos” para o bem e para o mal, linchamentos, cancelamentos, destruição de reputações, desinformação global e *fake news*, um efeito colateral da cultura digital massiva imprevisível e que, de fato, não foi previsto pela maioria dos pensadores do digital. Isso produz também outra desordem estrutural que possibilita uma nova partilha do sensível.

A emergência do “comentariado” e do “cognitariado”, essa nova força da sociedade do conhecimento e do capitalismo cognitivo, parece ser só a primeira ferida narcísica e abalo sísmico nos ambientes acadêmicos, jornalísticos, científicos, entre os formadores de opinião e especialistas.

A questão é que não podemos deixar que essa “nova partilha do sensível” e essa construção do comum seja colonizada por plataformas e tecnologias cujos negócios são baseados na modulação e manipulação de reações emocionais dos usuários.

Em uma matéria de 2019, da Agência Pública, nos damos conta como, nos últimos anos, a plataforma do Facebook acelerou os registros de

patentes relacionadas à modulação de reações emocionais dos usuários, apresentando conteúdos adicionais para um usuário de redes sociais baseado em uma indicação de tédio:

[...] A ferramenta permite que uma rede social identifique níveis de tédio — como recarregamento do feed de notícias e baixa interação com publicações — e iniba essa sensação. “A rede social apresenta conteúdos alternativos através do feed de notícias ao usuário com indicativo de tédio para encorajá-lo a interagir com os conteúdos”, explica o texto da patente (Rudnitzki, 2019).

O deslizamento e a rolagem infinita das telas não é “natural”, mas um resultado do design e da *interface* que nos impulsionam mais e mais, produzindo uma grande dificuldade de se desligar ou largar os aparelhos de celular, um vício, um hábito, um “calo”, uma “muleta” emocional. O espaço cada vez mais relevante e massivo para os comentários nas postagens e plataformas está nessa fronteira de um desejo vital de expressão e comunicação e sua gestão e modelagem.

Será que a próxima revolução ou insurgência pode começar em um comentário nas redes sociais? **“Comentariado” do mundo, uni-vos! Nós somos a nova força da cultura digital.**

REFERÊNCIAS

- BAUWENS, M. *The Political Economy of Peer Production*. 1000 days of theory, 12 jan. 2005. Disponível em: <https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/14464>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BENTES, Ivana. *Mídia-Multidão*. Estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Editora MauadX, 2015.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a ausência de livro*. Tradução de João Moura Jr. São Paulo: Escuta, 2010.
- GARFINKEL, H. *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.
- JOHNSON, S. *Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.
- RUDNITZKI, Ethel; OLIVEIRA, Rafael. *Como o Facebook está patenteando as suas emoções*. Agência Publica, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/como-o-facebook-esta-patenteando-as-suas-emocoes/>. Acesso em 19 set. 2023.

**INOVAÇÃO,
INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL E O
APRENDIZADO
COM A MÁQUINA
HUMANA**

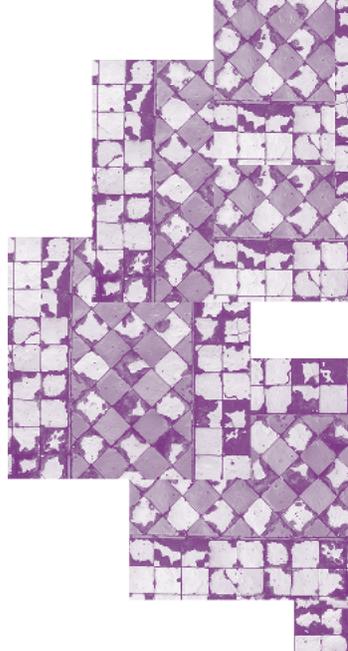
Afrofuturismo e uma educação para as relações étnico-raciais

CARLOS HUMBERTO

Introdução

O ano de 2016 foi um dos anos mais marcantes da história deste país. Em agosto, Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, foi destituída do cargo de Presidente da República — momento apontado como um golpe à democracia brasileira. No mesmo período das votações finais do *impeachment*, a cidade do Rio de Janeiro sediava os Jogos Olímpicos. O evento foi marcado por muitos protestos contra os impactos causados pelas obras, além da frustração sobre os legados sociais desses megaeventos.

Enquanto o País borbuhlava complexidade, nascia a “Diaspora. Black”, com a missão de promover o conhecimento de lugares, pessoas e histórias da população negra, fomentando a agenda de diversidade, equidade e inclusão no Brasil. Naquele momento, compreendemos que o turismo, como um dos mais importantes segmentos econômicos, poderia representar também uma nova frente estratégica para a transformação social. Diante de todo o caldeirão de emoções daquele ano, enxergamos a oportunidade de inovar, promovendo um turismo de experiência e conhecimento focado na cultura negra, o que dois anos depois viria a ser conhecido e propagado como Afroturismo.



O Afroturismo emerge da necessidade da população negra — que compõe mais de 56% da população nacional (IBGE, 2021) — se ver representada como protagonista no turismo, de reconhecer memórias, manifestações e patrimônios materiais e imateriais nos principais catálogos da área, sendo apresentadas por profissionais negras e negros. Além de maior representatividade, a estratégia se pauta em alicerçar a comunidade negra no desenvolvimento econômico do segmento.

O Afroturismo cumpre um papel de extrema relevância social como ferramenta de conhecimento de histórias e patrimônios negros, com estratégia inovadora de promoção do antirracismo a partir de experiências turísticas. Quando uma pessoa viaja e conhece um determinado lugar, aquela vivência não sai mais de dentro dela. O viajante se aproxima e experimenta história, cultura e hábitos que podem ser diferentes ou semelhantes aos que ele vive, mas que, de qualquer modo, forjam um conhecimento a partir de um amplo repertório de sentidos, consolidando-se como uma herança sempre presente na memória. Por isso, o turismo pode ser compreendido em seu papel estratégico de promoção do conhecimento sobre a cultura negra e para construção de uma educação antirracista.

Uma educação centrada no diálogo entre as pessoas e no infinito de possibilidades que esse diálogo pode vir a propiciar em trocas, criações, conspirações, alegrias, compartilhamentos.

AZOILDA LORETTO (2013).

É importante lembrar que existem diferentes movimentos e segmentos dentro do turismo, mas o modelo hegemônico traz impactos muito danosos para as comunidades locais. O turismo de massa gera agressões a modos de vida, desrespeito às práticas culturais e danos ambientais irreparáveis. Por isso, quando falamos de Afroturismo, estamos falando de uma prática de turismo de conhecimento, responsivo, representativo e que, algumas vezes, também é de base comunitária

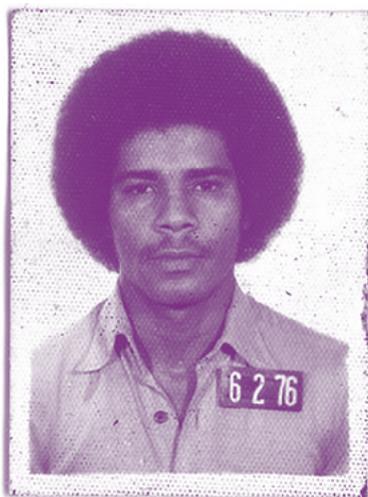
(Turismo de Base Comunitária — TBC), mas sempre voltado para a incidência de impactos sociais positivos.

Quando falamos de Afroturismo, não estamos falando de um turismo predatório, com a reprodução de velhos privilégios e estruturas sociais, em que o negro é colocado em posições subalternas, seja na hierarquia do trabalho e geração de riqueza, seja nas narrativas apresentadas ou invisibilizadas. Essa é uma das formas mais inovadoras de promover uma Educação Antirracista e, por isso, desde 2016, a **Diaspora.Black** atua para fortalecer o segmento, não apenas com a promoção dos roteiros afrocentrados, mas também levando seu fundamento e sua metodologia aplicados em treinamentos e consultorias para empresas.

Mas como foi meu encontro com o Afroturismo? Como iniciei toda essa trajetória de sucesso com a Diaspora.Black?

Para compreender como e onde tudo isso começou, tenho que me debruçar sobre a minha própria história e apresentar alguns momentos pessoais que teceram os caminhos desse empreendimento.

Marileia de Carvalho Silva e Carlos Humberto da Silva nasceram no mesmo dia, horário e cidade, mas com um ano de diferença. Meu pai nasceu em 7 de janeiro de 1956, minha mãe, em 7 de janeiro de 1957.



Marileia de Carvalho Silva e
Carlos Humberto da Silva

Eles se conheceram no ponto de ônibus, ao saírem de seus trabalhos, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em meados da década de 1970. Eles não tinham grande bagagem de leituras políticas, mas eram muito influenciados pelos movimentos de afirmação negra da época — como os movimentos Panteras Negras e o *Black is Beautiful*, que surgiram na década de 1960, nos Estados Unidos — e, com seus cabelos *Black Power*, frequentavam bailes *blacks* que tomavam conta do Rio naquela época.

Meu pai era um grande amante de Soul Music¹ e fazia bailes *blacks* com seu equipamento de som. Minha mãe era amante do samba, um gosto que herdou de meu avô Biete, sambista e compositor que teve algumas músicas interpretadas pelo sambista Dicró². Esse casal afirmado — mesmo sem saber de fato o que representava afirmação — teve suas vidas viradas ao avesso após uma grande tragédia logo depois de meu nascimento.

Nos meus primeiros dias de vida, ao chegarmos em casa, fomos abordados por assaltantes que levaram o carro de meu pai na frente da nossa casa, no bairro Piam, em Belford Roxo. Meus pais entraram em casa em estado de choque, mas alguns vizinhos que testemunharam o assalto perseguiram e alvejaram os assaltantes no Fusca de meu pai. Em represália, um grupo metralhou a fachada da casa durante a madrugada, achando que meus pais tinham envolvimento com a perseguição e morte dos assaltantes. Na manhã seguinte, amedrontados, deixamos a casa com tudo dentro e nunca mais retornamos.

Sem ter para onde ir, meus pais foram buscar o apoio de uma Ialorixá³ que minha mãe havia conhecido meses antes. Na ocasião, minha mãe foi acompanhar uma amiga, mas a Ialorixá, Mãe Neide de Iemanjá, a convidou para fazer um jogo de búzios⁴. O jogo alertou minha mãe de que algo trágico poderia acontecer e que ela precisaria

1. Gênero musical afro-americano que influenciou todo o mundo.

2. Cantor e compositor nascido em Mesquita, município em que meu avô morou.

3. Liderança feminina de terreiros (religiões de matrizes africanas).

4. Uma prática de leitura da vida, do passado e futuro através dos búzios, que são pedras derivadas de moluscos marinhos, associados à cosmovisão africana.

fazer algumas coisas, mas minha mãe não deu tanta atenção, lembrando-se do alerta apenas quando a fatalidade já havia ocorrido. Por isso, o primeiro lugar que meus pais pensaram em buscar ajuda foi o terreiro Tenda Espírita Pai Xangô, em Comendador Soares, Nova Iguaçu. Naquele dia, iniciava-se um novo capítulo da nossa história e aquele terreiro marcaria de vez as nossas vidas.

A Tenda Espírita Pai Xangô, que inicialmente nos acolheria provisoriamente por uns dias, se tornou minha casa até meus 14 anos. No mesmo barracão onde aconteciam as cerimônias, organizamos nossas mobílias e nossas vidas. Ao lado do Gongar⁵, ficava minha cama — tudo em um mesmo espaço improvisado com a divisão de cômodos feita com os móveis. Foi nesse espaço que vivi toda minha infância, brincando com os Erês⁶ e saudando Oxalá⁷.

Foi ali, naquele espaço que acolhia diferentes e diversas pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQs, idosos e todos que buscavam no terreiro uma forma de cuidar de suas dimensões espirituais e ancestrais, que experimentei lições que carrego comigo até hoje. Aprendi o que significavam Acolhida, Ancestralidade, Hospitalidade e Compartilhamento — elementos estruturantes na criação da *Diaspora.Black*.

Naquele espaço que já era acolhedor por natureza, minha mãe, em sua extraordinária vocação maternal, acolheu ainda mais irmãos e irmãs que não saíram de seu ventre biológico, mas nasceram de seu ventre afetivo. Os primeiros a serem acolhidos foram meus tios, irmãos mais novos de minha mãe, que haviam perdido sua mãe, minha avó. Em sua vocação, minha mãe assumiu os cuidados de seus irmãos menores, Tio Marquinho e Tio Marcelo. Depois, veio meu primo Carlos Eduardo, o Dudu, que, em 2015, foi violentamente assassinado. Em seguida, Camila, Junior, Diel e mais quatro pessoas que passaram pela acolhida de minha casa: Tio Valdo, Cyele, Keké e Welisson, todos com muito respeito, cuidado e afeto compartilhados nessa família preta, diversa e acolhedora.

5. Altar com imagens de santos e divindades cultuadas em religiões de matrizes africanas.

6. Divindades crianças cultuadas nas religiões de matrizes africanas.

7. Orixá associado à paz e cultuado nas religiões de matrizes africanas.

Aprendi com minha mãe, D. Marileia, ou Leia como era conhecida, a nutrir o sentimento de irmandade que ela cultivou em todos nós. Nesse ambiente sempre movimentado, cheio de ancestralidade, musicalidade, oralidade e afeto, fui criado, amado e formado. Eu era uma criança muito inquieta e sempre tive o desejo de viajar, ir a praias distantes, conhecer novos lugares. Porém, essa era uma missão muito difícil para uma família tão grande e bem pobre. Para contornar essa situação, aos 12 anos, comecei a fazer excursões para praias. Gosto de dizer que fui uma das inspirações da música “nós vamos invadir sua praia”⁸. Saíamos durante a madrugada para aproveitar todo o dia na praia e levávamos isopores e panelas; íamos acompanhados de idosos, muitas crianças e fazíamos uma farra danada! Éramos os verdadeiros, autênticos e muito felizes “farofeiros”, como foram chamados grupos de férias cariocas que saíam em excursões para praias na década de 1990. Eu fazia toda a parte de mobilização e venda das passagens, minha tia era a responsável legal e nós dois compartilhávamos o lucro. Essa foi minha primeira experiência empreendedora — e quem diria que, 25 anos depois, empreenderia no turismo?

Ao longo dos anos seguintes, minha inquietude e facilidade para estar sempre associado a grupos me guiaram por experiências de formação política. Primeiro na Pastoral da Juventude, da Igreja Católica, aos 15 anos. Ingressei no grupo jovem que ficava na Igreja Nossa Senhora da Aparecida, bem próximo à minha casa e, com alguns colegas, criamos um segundo grupo chamado Lutamos Juntos em Nome de Deus (LUENDE). Na Pastoral, conheci a Teologia da Libertação⁹ e seus intelectuais, tais como Leonardo Boff e Paulo Freire, e esse momento semeou novos sonhos.

Anos depois, ingressei no Movimento de Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes (PVNC) e em outros movimentos sociais. **Aprofundei toda minha leitura política do mundo a partir daquele espaço de organização coletiva com o objetivo de promover o acesso ao ensino superior para pretos e pobres. O movimento foi um grande**

8. Música da banda Ultraja a Rigor, lançada no ano de 1985.

9. Frente da igreja católica associada à leitura das desigualdades sociais e superação da pobreza.

fenômeno na Baixada Fluminense e me ajudou a mudar os rumos de minha história, focar no ingresso na universidade e mobilizar mais jovens em torno dessa causa. Participei das aulas no núcleo Vila Operária, em Nova Iguaçu e, anos mais tarde, fundei outro núcleo ao lado de alguns amigos e primas bastante engajados na luta pela educação e ações afirmativas. Na mesma igreja em que frequentei a Pastoral, criamos o Pré-vestibular Zumbi dos Palmares, em menção ao grande líder quilombola e à ocupação de mesmo nome que ficava no entorno de minha casa.

A experiência de militância aconteceu também por outros movimentos sociais, como na Luta por Moradia, onde desenvolvi um trabalho de Educação para Jovens e Adultos na Ocupação Chiquinha Gonzaga; no movimento estudantil, onde estive à frente de diferentes espaços acadêmicos, e em outras causas. Toda essa trajetória ativista acontecia em paralelo à jornada de trabalho formal e se somava às vivências de formação política. Em meu primeiro trabalho, no Centro do Rio de Janeiro, compreendi muito profundamente que representatividade importa. Trabalhei por dois anos em uma corretora de seguros, na qual toda a equipe era preta. Éramos seis pessoas, incluindo os dois sócios que também eram ligados ao mundo do samba. Embora esse trabalho não tenha me rendido grandes salários, era muito bom estar naquele espaço. Na época não sabia dizer o porquê, mas eram especiais as trocas e os reconhecimentos nas histórias em comum entre aquelas pessoas.

A perspectiva de entrar na universidade só surgiu quando fui me apresentar no alistamento militar obrigatório. Ali, descobri que havia possibilidade de ingressar no serviço militar em meio período, com um excelente salário, desde que estivesse cursando uma universidade. O serviço militar, além de ser o sonho de meus pais (meu pai sonhava que eu serviria no Exército e, minha mãe, na Marinha), era também a referência e o sonho da maioria dos meus amigos de bairro. Eu nem estava tão seduzido pela ideia de ser militar, mas me senti muito estimulado a tentar. Esse foi o gatilho que eu precisava para começar a pensar em ingressar em uma universidade, e encontrei o PVNC como caminho para chegar lá.

A universidade me abriu muitas portas, tanto no aprofundamento intelectual e no engajamento com as lutas sociais, como nas oportunidades

profissionais e pedagógicas. Ingressei na PUC-Rio como aluno bolsista, o que seria um piloto das políticas de ações afirmativas da Universidade. Tive acesso a excelentes oportunidades de estágios, como na Diretoria de Geografia do IBGE, no Instituto Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio e na EMBRAPA Solos. Passei também por laboratórios de Pesquisa da PUC-Rio, como o NIMA (Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente) e no Núcleo Interdisciplinar de Relações Raciais e Meio Ambiente (NIREMA). Outras oportunidades se abriram, como a de uma bolsa de intercâmbio para um programa *Summer School* da *Harvard University* (só essa experiência daria um outro capítulo) e no Mapeamento de Casas de Matrizes Africanas do Rio de Janeiro.

Essas experiências, ainda durante a universidade, me apresentaram visões, conceitos, pensamentos e a possibilidade de compreender a sociedade brasileira por diferentes ângulos. Contudo, em todos eles, o conhecimento se apresentava como o melhor caminho e a educação como a principal ferramenta. Após a universidade, não tive muitas dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e minha primeira atuação após a graduação foi como educador do programa que treinava jovens de favelas do Rio para atuarem como representantes turísticos durante os Jogos Pan-Americanos. Tenho muitas críticas ao projeto, mas, nas comunidades, com aqueles jovens, vi em seus olhos o quão transformador era a possibilidade de apresentar suas próprias histórias. O projeto não tinha tantos recursos ou ferramentas, mas desenvolvi com eles o Mapa Falante, que é uma técnica participativa de elaboração de mapas tendo os agentes locais como os principais protagonistas de todo o processo. Realizamos um trabalho muito emocionante com lideranças e jovens de duas comunidades, Acari e Morro do Macaco, que mais uma vez me aproximava da agenda do turismo.

Em 2010, ao entrar para a equipe de Mobilização Comunitária do Canal Futura, vivenciei um novo marco ao poder contribuir com diferentes projetos associados a causas sociais e às muitas ferramentas e aos conteúdos audiovisuais. Foi um mergulho muito intenso no conhecimento e nas metodologias participativas aplicadas nos projetos da Fundação. Mas foi no encontro com o projeto A Cor da Cultura, conhecendo por dentro o projeto e apoiando em alguns momentos na proposição de oficinas, que vivi a minha maior universidade. Ali, compreendi

o quanto a escola pode ser perversa para uma criança negra e o quanto uma metodologia focada em valores ancestrais pode produzir o fortalecimento e a autoestima das crianças.

Eu já conhecia também a intelectual que liderava a coordenação pedagógica do projeto, Azoilda Loretto da Trindade. Ela ministrava as aulas de metodologias antirracistas para educação em um curso de extensão no Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) da UFRJ. De imediato, fiquei muito impactado com a forma como ela trabalhava e os conceitos que me apresentou. No ano seguinte, ela me convidou para ministrar as aulas de Territorialidades Negras do mesmo curso. Embora muito inseguro, essa foi uma das melhores experiências da minha vida, pois tive uma aproximação muito profunda com o pensamento de Azoilda. Com o A Cor Da Cultura (ACDC), mergulhei nos valores civilizatórios afrobrasileiros, metodologia que viria a ser a base dos treinamentos da Diáspora.Black.

Após sete anos nesse projeto, fiz um período sabático de mochilão pela América Latina, quando iniciei o projeto Juventude Afrolatina. Comecei, então, a ministrar oficinas de audiovisual para jovens de comunidades negras da Bolívia e do Peru. Mesmo curto, o projeto me apontou a possibilidade de inovar criando formas de agenda antirracista. Ao retornar ao Brasil e me iniciar no Candomblé, na casa de Mãe Beata de Iemanjá¹⁰, minha vida mudou completamente. Era justamente o ano de 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, e eu morava em um dos bairros turísticos mais visitados do Rio, Santa Teresa. Mas, o que seria um período de festa, se tornou um marco da violência racista, com inúmeros casos de discriminação que ocorreram até com diferentes delegações africanas que visitaram o país. A cada situação, ficava evidente que o racismo não permite uma boa acolhida a visitantes negros.

10. Uma das maiores lideranças de terreiros, conhecida mundialmente e fundadora de diferentes organizações sociais das lutas de gênero, contra o racismo, contra a homofobia entre outras.

Quando comecei a alugar um dos quartos do meu apartamento na plataforma de compartilhamento de hospedagens que muitos não conseguem pronunciar o nome, vivi uma situação de racismo abominável dentro de minha própria casa. Recebi um casal de holandeses que se negou a se hospedar em meu apartamento por eu ser um anfitrião negro. Aquela experiência foi uma verdadeira afronta à minha história, valores e vocação em acolher. Justo eu que, na infância, havia sido acolhido em um espaço sagrado, cuja mãe tinha uma grande vocação acolhedora e adorava receber pessoas em minha casa. Fiquei muito revoltado. Entendi que não poderia pagar por um serviço que me submetia a viver uma situação de racismo dentro de minha própria casa, local que sempre representou algo sagrado.

Aquele momento foi a constatação de que precisamos de serviços de turismo que livrassem pessoas negras dessas experiências racistas. Identifiquei a necessidade de um serviço que respeitasse e estivesse preparado para receber anfitriões e hóspedes negros. Foi em agosto de 2016 que nos sentamos para falar sobre as primeiras ideias da *startup* que, no mês seguinte, já ao lado de meus sócios Antonio Pita, André Ribeiro e Gabriel Oliveira, se tornaria a Diáspora.Black. Nada teria saído do lugar sem o apoio desses sócios e amigos incentivadores.

Desde o primeiro momento em que criamos e discutimos a empresa, já tínhamos a convicção de onde queríamos chegar. Estávamos muito alinhados na compreensão de que não bastava criar os serviços de turismo para promover o conhecimento sobre histórias e legados da população negra, se o *trade* de turismo não estivesse preparado para receber esses consumidores. A Diáspora.Black já nasceu com a missão de promover o conhecimento a partir de serviços para o turismo e de treinamentos. Assim, criamos a empresa que hoje é a maior plataforma global do setor, focada no Afroturismo.

Já é de conhecimento de todos que o racismo e a desigualdade racial são grandes problemas na sociedade brasileira, embora o país tenha cerca de 115 milhões de afro-brasileiros. Essa população não se vê representada em diversos setores de serviços e tem seus legados socioculturais, sua identidade e história, invisibilizados também nos serviços do turismo. Nós entendemos que esse segmento é estratégico para enfrentamento ao racismo, pois podemos promover o conhecimento

e a valorização das culturas e identidades negras, além de geração de renda e o combate ao racismo.

A tecnologia é o elemento fundamental para o desenvolvimento econômico dos empreendedores do setor, especialmente no pós-pandemia. A presença digital é determinante para o setor e, por isso, criamos uma empresa de tecnologia que permite promoção e venda de serviços turísticos e culturais em diversas cidades, com foco na valorização da cultura negra.

A Diáspora.Black é um *marketplace* de serviços voltados para o turismo e a cultura negra. As vendas realizadas na plataforma são comissionadas em 20% para todas as atividades, como cursos, palestras, passeios guiados e *hospedagens*. Também temos o modelo de consultorias e atividades para empresas.

No *marketplace*, são anunciadas, em nosso site¹¹, serviços de:

- **Hospedagens:** anúncios de casas compartilhadas, pousadas, hostels, hotéis, fazendas, resorts etc. Nosso diferencial é que o anfitrião que anuncia em nossa plataforma está dizendo que oferece mais que qualidade e conforto; ele proporciona um padrão de qualidade inclusivo, com respeito e preparo para oferecer a todos o mesmo padrão;
- **Experiências culturais:** roteiros que contam a história da população negra (vivências em Quilombo, circuitos históricos, gastronômicos, religiosos, culturais – como o do bairro da Liberdade na cidade de São Paulo, onde nossos parceiros especialistas apresentam a relação do nome com a história da resistência negra presente de múltiplas formas ainda hoje);
- **Experiências on-line:** anúncios de eventos *on-line* (tour virtuais, palestras, cursos, oficinas, workshops, shows etc.).

11. Disponível em: <http://www.diaspora.black>.

Na venda de consultorias e treinamentos, atuamos levando para empresas ações, programas e políticas para diversidade e equidade racial, colaborando para mudanças na estrutura interna, maior preparo para um receptivo inclusivo e com padrões de abordagens para atrair novos colaboradores e consumidores plurais.

A educação não pode ser compreendida somente pela sua atuação em espaços formais de ensino, ela deve ser compreendida de forma mais ampla como uma potência e em espaços cotidianos. Molefi Asante (1979) diz que: “A educação é fundamentalmente um fenômeno social que tem como último objetivo a socialização do aprendente”. Nós compreendemos que o Afroturismo pode promover essa socialização de histórias e uma educação antirracista, como um elemento complementar que supre a ausência de conhecimentos aos quais não fomos submetidos em nossa trajetória de educação formal.

Conectar pessoas a experiências a partir de uma vivência em um quilombo, uma caminhada pela Pequena África e Cais do Valongo no Rio, ou ainda pela história negra do Bairro da Liberdade em São Paulo, ou nos patrimônios negros do Pantanal mato-grossense ou, ainda, nas muitas e muitas histórias da população negra espalhadas por todo o País, nos ajuda a compreender a nossa própria história. Também podemos, caso tenha uma necessidade maior de letramentos ou treinamentos antirracista, oportunizar a mudança do modelo mental e a desconstrução de vieses inconscientes por meio de nossos treinamentos. Essa tem sido uma maneira muito gratificante de observar resultados transformadores, afinal, como nos ensinou Paulo Freire, “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Nós promovemos essa educação, ou reeducação, a partir do Afroturismo.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi. *Afrocentricidade e Educação na senda do progresso: Brasil e EUA*, 2013.

FLORESTAN, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

LORETTO, Azoilda. *Valores civilizatórios afro-brasileiros e educação infantil: uma contribuição afro-brasileiro*, 2013.

TOTAL de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas cresce no Brasil, diz IBGE. *Jornal Nacional*, 22 jul. 2022. Disponível em: **<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclaram-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>**. Acesso em: 16 ago. 2023.

Cultura *gamer* e diversidade no ritmo de um mercado em transformação

DIEGO PEREIRA

Introdução

A indústria de *games* compreende um setor da indústria do entretenimento que se dedica à criação, ao desenvolvimento, à publicação e à distribuição de jogos eletrônicos. Ela abrange uma ampla variedade de atividades relacionadas à produção de jogos, desde a concepção e *design* até a programação, arte, áudio, testes, marketing e gestão de comunidades.

Os jogos eletrônicos são *softwares* interativos projetados para entreter as pessoas por meio de experiências visuais, auditivas e/ou táteis. Eles podem ser jogados em uma variedade de plataformas, incluindo consoles de *videogame*, computadores e dispositivos móveis, como celulares e *tablets*.

Pesquisas apontam um crescimento significativo na indústria de *games*, posicionando-a como maior do que as indústrias da música e do cinema juntas¹. Esse crescimento foi impulsionado pelo avanço tecnológico, como o aumento da capacidade de processamento de dados nos dispositivos eletrônicos e a expansão da conectividade *on-line*, além da popularização dos jogos como forma de entretenimento em massa.

1. Todos os dados fornecidos no tópico de introdução foram retirados de Wakka (2021).

Os jogos eletrônicos são uma forma amplamente difundida de entretenimento, contando com mais de 2,5 bilhões de pessoas jogadoras ao redor do mundo e abrangendo diversos gêneros, desde jogos casuais de jogabilidade simples para dispositivos móveis até jogos com gráficos avançados, narrativas cinematográficas e jogabilidade complexa.

A indústria de *games* também engloba diferentes áreas, como mencionado anteriormente, desde desenvolvimento, publicação e distribuição até serviços relacionados, como eSports (competições profissionais) e plataformas de *streaming*. Além disso, empresas de tecnologia e fabricantes de *hardware* também têm participação nesse setor, desenvolvendo consoles de *videogame*, placas gráficas e outros dispositivos específicos para jogos.

Com o contínuo crescimento e evolução técnica, essa indústria tem se tornado um mercado altamente lucrativo e competitivo, com impacto significativo na cultura popular e na economia global. Até 2021, a indústria de jogos era avaliada em nada menos do que US\$ 163,1 bilhões.

Criação, desenvolvimento e expansão global dos videogames

A indústria de *games* teve início na década de 1960, quando os primeiros jogos de computador foram desenvolvidos em universidades e laboratórios de pesquisa militar. De acordo com o portal de notícias *GameHall*, um dos primeiros marcos foi o jogo “*Tennis for Two*”, criado em 1958 por William Higinbotham no Laboratório Nacional de Brookhaven, que utilizava um osciloscópio para exibir gráficos simples de um jogo de tênis (Pacheco, 2013).

No entanto, foi apenas na década de 1970 que a indústria de *games* realmente começou a tomar forma com o advento dos primeiros consoles domésticos comercializáveis e a criação de jogos populares como o icônico “*Pong*”, da Atari.

O sucesso de “*Pong*” abriu caminho para o crescimento acelerado da indústria, levando ao desenvolvimento de consoles mais avançados, como o Atari 2600, e ao surgimento de várias empresas dedicadas à produção de jogos eletrônicos.

Durante a década de 1980, a indústria de games evoluiu rapidamente com o declínio de jogos de arcade e a introdução de computadores e consoles mais poderosos e adaptados para o uso doméstico, como o *Nintendo Entertainment System* (NES) e o *Sega Master System*. Esses avanços tecnológicos permitiram gráficos mais sofisticados e jogabilidade aprimorada, o que ajudou a aumentar a popularidade dos jogos eletrônicos.

A década de 1990 marcou uma era de disputas entre grandes marcas, com a introdução de consoles como o Super Nintendo, o Sega Genesis e o *PlayStation* da Sony. Esses consoles trouxeram uma nova geração de jogos que cativaram uma audiência cada vez maior, gerando também uma rivalidade entre Nintendo e Sega — Mario e Sonic, registrada no livro “A Guerra dos Consoles”, de Blake J. Harris. Além disso, o surgimento da internet e o desenvolvimento de jogos *multiplayer on-line* abriram portas para a interação entre pessoas jogadoras em todo o mundo.

No início dos anos 2000, a indústria de games testemunhou uma revolução com a chegada dos jogos em 3D, impulsionada pelo lançamento do *PlayStation 2*, *Xbox* e *GameCube*. Essa nova dimensão visual permitiu experiências de jogo mais imersivas e realistas. Nesse contexto, os jogos para computador se tornaram mais acessíveis e populares, sobretudo no contexto do norte global, levando a um aumento na produção independente e no crescimento das plataformas de distribuição digital, como a *Steam*, lançada em 2003.

Narrativas do sujeito e da cultura *gamer*

Os jogos eletrônicos também contam histórias e criam narrativas envolventes. A indústria de *games* produziu uma ampla variedade de gêneros e enredos, desde aventuras épicas de fantasia até jogos de guerra realistas e narrativas emocionantes em jogos independentes. Para além das narrativas próprias a cada jogo, há também uma disputa acerca da narrativa sobre o que constitui o sujeito *gamer*.

O Laboratório de Impacto *Gamer*, pesquisa da box1824 + *purpose*, publicada em 2023, ajuda a entender essa disputa. Na pesquisa, afirma-se que o *videogame* tem dois precursores contraditórios: o exército e os

hippies: o primeiro, porque o criador dos *videogames* estava formulando um sistema de mísseis teleguiados e resolveu usar a mesma tecnologia para criar um jogo; o segundo, porque também é fruto da experimentação de jovens do Vale do Silício que viviam no auge da cultura *hippie*.

O contexto de simulações militares, realizadas por engenheiros norte-americanos que trabalhavam na indústria militar, foi o ponto de partida para as experimentações com *videogames*, ainda na década de 1950. Esses profissionais operaram os primeiros computadores comerciais com alta complexidade técnica e que exigiam um aporte que somente grandes instituições conseguiam abarcar.

Enquanto isso, no Vale do Silício, estudantes de computação e engenharia elétrica compartilhavam uma paixão por jogos virtuais, além de um amplo repertório cultural em comum. A ficção científica e os filmes da cultura pop naquele momento formavam também os pilares da então iniciada cultura *gamer*.

Nas décadas de 1980 e 1990, a indústria militar continuou interessada nos jogos. *Battlezone*, da Atari, trazia a possibilidade de o jogador controlar um tanque de guerra com o objetivo de destruir outros tanques. O exército norte-americano achou a mecânica interessante e, após alguns ajustes, passou a utilizar o mesmo simulador para seu veículo mais recente, o M2 Bradley (GameBlast, 2015). Jogos de tiro em primeira pessoa (também conhecidos como FPS ou *first person shooter*) — como *Doom* e *007* — operaram como um apelo simbólico ao recrutamento militar naquele período, enfatizando não apenas a dicotomia entre o bom e o mau, a polícia e o bandido, mas também servindo como suporte ideológico para a proliferação de um discurso de masculinidade bélica.

Na década de 1980, quando a empresa Atari popularizou os *videogames* domésticos, também investiu em um novo discurso sobre o sujeito *gamer*: toda a família poderia se entreter conjuntamente e viver experiências divertidas que passam de geração em geração. Não era algo voltado exclusivamente para jovens universitários ou militares, mas um objeto dinâmico em torno do qual toda a família poderia passar um tempo e fortalecer vínculos.

Entretanto, mesmo com a chegada desse novo discurso protagonizado pela Atari, a disputa pelo topo do mercado com outros consoles e suas estratégias de marketing acabaram por investir em uma espécie

de *boyhood*. Os *videogames* eram vistos como “coisa de moleque”, sendo tratados como brinquedos de meninos.

Boyhood pode ser teorizada como uma natureza regressiva da masculinidade capitalista e de primeiro mundo, onde pressões externas forçam o homem de volta para um tipo de infância masculina sempre acessível. Os *videogames* no século 21 servem como um modo de regressão, uma máquina de *technostalgia* que permite a fuga, extensão e utopia, um espaço longe do feminismo, imperativos de classe e deveres familiares, assim como responsabilidades políticas e nacionais. É uma experiência e um espaço no qual o menino digital pode “morrer tentando”; tentando vencer, tentando derrotar o jogo e tentando provar sua masculinidade (e, portanto, seu lugar no patriarcado, no mundo do capital e na Lei) (Burril, 2008).

Essa ideia de cultura de “moleque”, uma cultura sobretudo *cismasculina*, branca e heterocentrada, também se fez presente no conteúdo dos jogos, com títulos altamente violentos que hipersexualizavam corpos femininos (lançamentos mais recentes ainda fazendo isso), como o clássico de luta *Mortal Kombat*.

Com personagens femininas desenhadas a partir de estereótipos relacionados aos seus corpos e com pouco protagonismo, as mulheres foram desestimuladas a participar desse universo — um desestímulo amplo, refletido não apenas nas narrativas dos próprios jogos, mas também na indústria.

Se imagens assim são difundidas e comuns, e se, como muitos pesquisadores afirmam, *videogames* são uma importante porta de entrada para o mundo da informática para crianças e adolescentes, as mulheres estão sofrendo uma dupla injustiça: elas estão sendo sexualizadas e desencorajadas de participar no uso desses computadores, um fato que as coloca em posição de séria desvantagem em termos de seu futuro potencial educacional e de trabalho. No processo, não somente a hegemonia cultural existente é mantida — uma que discrimina significativamente as mulheres — mas o controle dos computadores se torna cada vez mais dominado por homens (Provenzo, 1991, p. 117).

Mesmo com as barreiras, as mulheres e outros grupos minorizados sempre jogaram *videogames*. Foi nesse contexto de disputas de narrativas sobre o sujeito *gamer* que surgiu o *GamerGate*. De acordo com a box1824, o *GamerGate* começou como um movimento pela ética no jornalismo de *videogames*. Uma desenvolvedora mulher ganhou notoriedade com um jogo indie sobre depressão, o que foi aliado ao pânico moral generalizado da turma do discurso “*videogame* causa violência” e acabou se tornando o estopim para uma batalha pelos espaços de sociabilidade *gamers*. O movimento pela ética, contudo, se tornou uma desculpa para uma campanha contra grupos minorizados — algo bem familiar à extrema direita.

A partir do *GamerGate*, jogadores passaram a discutir sobre a morte da cultura *gamer* hegemônica, um movimento em direção à construção de diversas subculturas relacionadas ao mundo dos *games*. Apesar de títulos AAA (como são conhecidos os *best-sellers* do universo *gamer*) e franquias milionárias ainda se apoiarem na cultura de *boyhood*, espaços como a *Steam*, que também comercializa jogos independentes, e a *Twitch*, que traz novos rostos para influência e jornalismo, apontam para uma redemocratização do território *gamer*.

O cenário brasileiro tem suas particularidades quando levamos em conta o universo *gamer*. Apesar de a indústria brasileira de jogos eletrônicos ser composta majoritariamente por homens brancos, o mercado consumidor não espelha essa imagem. Segundo a box1824, 50,3% da comunidade jogadora no Brasil se identifica como preta ou parda. Além disso, 51,5% do público é formado por mulheres e 49,7% representam as classes C1, C2, D e E. A partir desses dados, podemos inferir que o sujeito *gamer* brasileiro é, na verdade, uma mulher negra.

Narrativas LGBTQIA+ nos jogos eletrônicos

A indústria de *games* tem enfrentado desafios em relação à diversidade e inclusão. Historicamente, os jogos eletrônicos foram frequentemente associados a estereótipos negativos e representações problemáticas de gênero, raça e sexualidade. No entanto, nas últimas décadas, houve uma crescente conscientização e muitos esforços para promover a diversidade e a inclusão na indústria.

As discussões sobre a representação de gênero nos jogos levaram a um maior foco na criação de personagens femininas fortes e em evitar a hipersexualização. Além disso, a inclusão de personagens LGBTQIA+ e a representação de diferentes origens étnicas têm se tornado comuns, proporcionando uma experiência mais inclusiva e autêntica para as pessoas jogadoras.

A indústria também tem buscado abordar questões de acessibilidade para garantir que jogos sejam jogados por pessoas com deficiência, fornecendo opções de configuração, legendas, suporte a cores e interfaces adaptadas.

Porém, para chegar a esse cenário contemporâneo, mais consciente e reflexivo sobre questões relacionadas aos grupos minorizados, um longo caminho foi necessário. A seguir, faremos um breve estudo acerca da representação LGBTQIA+ nos *games*, mostrando o caminho percorrido para chegarmos aonde estamos hoje².

Os primeiros personagens LGBTQIA+ nos *games* surgiram durante a década de 1980 e, na maioria dos casos, eram personagens caricatos, que serviam para fazer rir. Se não caricatos, eles apareciam sem muita importância, de maneira periférica à narrativa central. Quando retratados de modo mais sério, geralmente assumiam papéis de vilões, o que fazia com que sempre fossem associados a algum mal.

Em *Le Crime du Parking*, jogo francês lançado em 1985, é revelado que o personagem Paco, que parecia ser um mocinho, é na verdade um grande vilão. Além de envolvido com o tráfico de drogas, é gay. Em *Streets of Rage 3*, há também um personagem gay, dessa vez, feito para ser uma piada. O personagem é uma caricatura, com trajes apertados e trejeitos afeminados. O jogo foi censurado em alguns países na década de 1990 — não por ser um jogo homofóbico no qual você precisa espancar um homem gay afeminado para passar de fase, mas por ser um jogo com alusão à homossexualidade.

2. Como a expressão “breve estudo” indica, não temos como objetivo mencionar todos os jogos já feitos com essa temática, apenas alguns exemplos populares no universo gamer.

Contudo, foi também na década de 1980 que as primeiras representações positivas de personagens LGBTIQA+ apareceram, o que mostra a diversidade de narrativas produzidas pelo meio em um mesmo período histórico. *Caper in the Castro*, de 1989, conta com uma protagonista lésbica, Tracker McDyke, que é uma detetive que precisa descobrir o paradeiro de sua amiga *drag queen* Tessy LaFemme.

Final Fantasy V, de 1992, traz o personagem Faris, que nasceu mulher, mas detesta roupas femininas. O personagem gosta de ser reconhecido como homem, o que o torna o primeiro personagem homem trans da indústria. *Mario Bros 2* também traz um chefão trans, mas dessa vez transfeminina: Birdo, que nasceu menino, mas se identifica como menina.

Phantasmagoria 2: A Puzzle of Flesh, de 1996, é mais um jogo a retratar a temática LGBTIQA+ e o primeiro a apresentar um protagonista bissexual, com uma cena intimista em que dois personagens homens quase se beijam durante o jogo.

Mais de uma década depois, *Life is Strange*, de 2013, já nasceu um clássico LGBTQA+. O jogo segue as façanhas de Max Caulfield, de 18 anos, estudante do último ano do Ensino Médio que descobre que tem o poder de voltar no tempo ao salvar sua amiga de infância, Chloe Price, de ser morta. Durante o jogo, Chloe e Max desenvolvem um relacionamento que culmina em uma linda cena de beijo lésbico ao final.

The Last of Us 2, de 2020, lançado depois do estrondoso sucesso do primeiro jogo, acontece após cinco anos da cena em que Joel salva Ellie do extermínio para que os vagalumes pudessem tentar encontrar a cura para o fungo mortal. Joel e Ellie estão em um acampamento, onde tentam levar uma vida normal. Nesse tempo, Ellie se envolve com Dina, em um relacionamento que vai amadurecendo ao longo do jogo:

Eu presumo que a maioria das pessoas que vão jogar esse jogo não serão lésbicas de 19 anos, mas espero que [The Last of Us Part 2] faça com que os jogadores terminem o jogo e vejam pessoas com as quais eles talvez não sentiriam nenhum tipo de conexão e digam ‘é, talvez haja algo [nessa jovem lésbica de 19 anos] com a qual eu possa me identificar’. Halley Gross (roteirista do jogo) (Moura, 2020).

Vislumbrar a possibilidade de identificação de pessoas heterossexuais com pessoas LGBTIQA+ é algo recente, ainda que para pessoas LGBTIQA+ a necessidade de identificação com a heterossexualidade tenha surgido desde o início, uma vez que a representação “sexodivergente” era escassa. Ainda que seja um movimento recente na indústria (que passa a identificar certos sentimentos e sensações, como a conexão humana e o amor, como algo universal), é também uma tomada de posição necessária para que narrativas contra-hegemônicas possam vir à tona.

Nessa mesma direção, a desenvolvedora francesa Dontnod Entertainment trouxe outro poderoso personagem LGBTIQA+ nos games: Tyler Ronan, do jogo *Tell Me Why*, de 2020. A *Dontnod Entertainment* se aliou à ONG GLAAD para elaboração e dublagem do protagonista, homem trans gay que retorna à pacata cidade onde cresceu e acaba namorando o amigo da irmã. A história acontece com bastante naturalidade e foi aclamada tanto pela crítica, com inúmeros prêmios acumulados, quanto pela comunidade ao redor do mundo.

Alguns outros jogos que trazem possibilidades abertas para a comunidade LGBTIQA+ são *The Sims*, *Stardew Valley* e *Animal Crossing*. Apesar de não serem jogos com narrativas pré-estabelecidas, sendo mais voltados para o *role-play* e criação da própria pessoa que joga, eles trazem poucas limitações de gênero e sexualidade. *The Sims*, de 2000, é um jogo de simulação que, apesar do gênero limitar a disponibilidade de peças de vestuário, não traz limitações quanto às relações que se pode desenvolver (é possível fazer “oba oba” — eufemismo para atividades sexuais no jogo, com qualquer outro avatar). Atualmente, o jogo conta com um protótipo de criação de personagens sem gênero. *Stardew Valley*, de 2016, possibilita a customização de personagem completamente independente do gênero escolhido. As relações também se dão independente do gênero e se pode inclusive ter filhos. Em *Animal Crossing*, de 2001, a pessoa jogadora é um humano que vive em uma comunidade habitada por vários animais antropomórficos, realizando atividades como pesca, captura de insetos, jardinagem, entre outros. No jogo, há uma grande diversidade de customização, independentemente de gênero.

Considerações finais

A indústria de *games* passou por uma transformação notável desde seus primórdios, se tornando uma das principais formas de entretenimento global. Os jogos eletrônicos não são apenas uma forma de diversão, mas também uma poderosa ferramenta para contar histórias, criar comunidades e promover discursos diversos. A indústria continua a crescer e se adaptar às mudanças tecnológicas e culturais, abrindo caminho para um futuro no qual as disputas tendem a encontrar uma maior conciliação com pautas progressistas de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

BURRIL, Derek A. *Die Tryin': Videogames, Masculinity, Culture*. New York: Peter Lang Publishing, 2008.

GAMES como ferramenta de recrutamento e treinamento militar. *GameBlast*, 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.gameblast.com.br/2015/07/games-recrutamento-treinamento-militar.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOURA, Eduardo. Game 'The Last of Us Part 2' atíça conservadores com personagens lésbicas e trans. *Folha de S. Paulo*, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/game-the-last-of-us-part-2-insere-personagens-lesbicas-e-trans-e-atica-conservadores.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PACHECO, Márcio. *Tennis for Two, o primeiro game da história, completa 55 anos*. GameHall, 18 out. 2013. Disponível em: <https://gamehall.com.br/tennis-for-two-o-primeiro-game-da-historia-completa-55-anos/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PROVENZO, Eugene F. *Pesquisa Representações de gênero e violência nos games*. Universidade de Miami (EUA), p. 117, 1991.

WAKKA, Wagner. Mercado de games agora vale mais que indústrias de música e cinema juntas. *Canaltech*, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/games/mercado-de-games-agora-vale-mais-que-industrias-de-musica-e-cinema-juntas-179455/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Carregando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização

RONALDO LEMOS

Quando o Canal Futura me pediu para escrever este capítulo de livro, fiquei muito honrado. No entanto, como usualmente acontece quando estamos organizando um livro (já estive nesse lugar mais vezes do que gostaria!), acontece com frequência de os autores e autoras que convidamos perderem o prazo definido para a entrega do texto. Foi exatamente o que aconteceu comigo. Uma semana depois do prazo combinado, eu não havia escrito uma linha sequer deste capítulo (por favor Futura, não fique chateado comigo...).

Mas como estamos em meados de 2023, decidi apelar para um novo tipo de “Santo Expedito”, que está prometendo socorrer com presteza todos os aflitos que se encontram em uma situação de débito intelectual e temporal parecida com a minha. Esse nosso santo resolvedor tem um nome: Inteligência Artificial ou, para ser mais preciso, os chamados “Grandes Modelos de Linguagem” (*Large Language Models* – LLMs, no original), tal como o atual Chat GPT.

Tive então uma ideia que me pareceu ao mesmo tempo salvadora e milagrosa: **e se eu pedir ao Chat GPT-4 para escrever o meu artigo?** Isso certamente me pouparia algumas boas horas dessa tarde de sexta-feira, no meio de um feriadão, em que essas linhas estão sendo digitadas. Poderia sair em passeio com meu cachorro, ou quem sabe

encontrar algum amigo, economizando talvez até seis horas da minha vida em frente à tela do computador. Em outras palavras, sonhei com um milagre operado pela Inteligência Artificial. Um Grande Modelo de Linguagem assumindo o meu lugar e me libertando da sempre sofrida tarefa de escrever. Ainda mais quando se trata de 20 mil caracteres, tamanho de texto que hoje — na época da distração — pouca gente se aventura a ler, a não ser que seja obrigado a isso.

De cara, minha espera por um milagre já me fez ter reflexões éticas. Preciso contar para o Canal Futura que o meu texto foi escrito por Inteligência Artificial? Ou posso simplesmente mandar o texto criado pelo GPT-4, se ele estiver bom, sem falar absolutamente nada? Fiquei com um certo peso na consciência e acabei me inclinando na decisão de que deveria sim avisar o leitor de que foi uma Inteligência Artificial a verdadeira autora do texto. No entanto, no meu íntimo, resolvi que faria isso somente ao final do texto, e não no seu início.

Esse aviso seria como uma cereja do bolo para os leitores que se aventurassem a ler o texto até o final. Uma espécie de reviravolta chocante de roteiro, no estilo do filme “O Sexto Sentido”. Só que aqui, nesse caso, a revelação não é de que o personagem principal está morto (desculpem o *spoiler*, mas o filme é antigo), mas sim de que o autor está morto. Não eu pessoalmente, que estou vivo digitando essas linhas, mas todos os autores e autoras. **Estamos iniciando uma Era cujo principal anúncio é que a maior parte dos textos daqui para frente serão gerados por máquinas.** E ainda mais complicado: vai ser difícil distinguir se um texto foi gerado por uma Inteligência Artificial ou por uma pessoa, até o momento em que essa distinção não fará mais nenhum sentido ou não terá nenhuma importância.

Quando isso acontecer, talvez o meu peso de consciência relacionado à questão de se devo avisar ou não o leitor de que usei uma máquina para fazer meu texto se torne algo totalmente do passado, *démodé* mesmo. Essa preocupação entre distinguir o que foi teclado por um humano ou gerado por uma máquina muito provavelmente estará presente apenas em um brevíssimo intervalo de tempo que caracteriza a aurora dessas novas inteligências artificiais e sua prevalência completa. Quanto tempo durará esse intervalo em que teremos a preocupação dessa distinção, ninguém sabe. Mas aposto que, quando

o Canal Futura estiver completando seus 30 anos e organizando um novo livro para marcar o momento, essa resposta já estará clara entre nós. Talvez, no momento de celebrar três décadas do Canal, todos os artigos, e não só o meu, sejam também escritos por inteligências artificiais. Provavelmente, o Futura irá nos dar não um prazo de dois meses para entregarmos o artigo (e que, mesmo assim, consegui perder!), mas sim um prazo de dois dias, talvez três. Esse seria prazo suficiente para entrarmos com alguns poucos parâmetros no GPT-31, que provavelmente estará em vigor naquela época. Com base nesses poucos parâmetros, cada um dos nossos capítulos de livros serão gerados automaticamente em segundos, baseados na nossa trajetória de vida, textos escritos no passado, palestras captadas em vídeo e assim por diante.

É como se nossa produção intelectual futura (perdão pelo trocadilho) estivesse presente desde já como “potencial” dentro dos grandes modelos de linguagem. Bastaria digitarmos algumas frases para que o modelo exercesse sua capacidade preditiva de adivinhar exatamente o texto que precisaríamos escrever daqui a cinco anos. Você seria não só você, mas a coleção ambulante de tudo o que você poderia escrever no futuro. Para que essa produção se materialize, bastaria apenas recitar algumas poucas encantações, parecidas com mágica, e a tarefa de produção intelectual se materializaria sem qualquer esforço do nosso próprio cérebro.

Contudo, e se essa encantação for tão simples que não precise ser direcionada nem sequer ao autor para se realizar? Em outras palavras, o Futura poderia pedir um artigo do “Ronaldo Lemos” diretamente para o GPT-31, que a essa altura já terá aprendido a ser mais “Ronaldo Lemos” do que eu mesmo. Nesse caso, não teria sido preciso nem enviar um e-mail para mim para que eu escrevesse o artigo. Talvez a comunicação que se destinasse a mim fosse apenas algum tipo de pedido de autorização, por exemplo:

“Caro Ronaldo, o Canal Futura está organizando um livro em comemoração aos seus 30 anos. Você nos autoriza a pedir ao GPT-31 para escrever um artigo seu com 20 mil caracteres com o título ‘Carregando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização’? Aguardamos sua resposta”.

Ao que eu provavelmente responderia:

“Olá, pessoal, com certeza. Minha única observação seria mudar o título. Acho que ‘Carregando’ é um termo que ainda fazia um certo sentido em 2023, quando publiquei o texto com esse título no livro dos 25 anos do Futura. Mas, atualmente, eu preferiria usar o título ‘Síntetizando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização’. Fiquem à vontade para inserir esse título diretamente no GPT-31 e não precisam nem mandar para minha revisão. O 31 já está totalmente ajustado ao meu estilo de escrever. Abraços, parabéns pelas três décadas e enorme sucesso, fico sempre feliz de fazer parte dessa jornada. Inclusive a 12ª temporada do Expresso Futuro, gravada na Estação Espacial Internacional, está muito boa! Espero que tenham gostado”.

Provavelmente, o tempo que levarei para redigir essa resposta será maior que o tempo que o suposto GPT-31 gastará para redigir o “meu” artigo. Ou, então, talvez a própria mensagem tenha sido também redigida instantaneamente por Inteligência Artificial. Talvez o próprio pedido do Futura tenha sido enviado por uma Inteligência Artificial. Nessa hipótese, estaremos em um mundo em que as inteligências artificiais falam entre si e com elas mesmas, mas em nosso nome. Enquanto isso, passemos com o cachorro e nos encontramos com os amigos (e talvez recebamos algum tipo de renda básica universal para compensar o nosso trabalho que desapareceu).

Enfim, nesse momento me desvio do objetivo que é entregar o artigo aqui e agora para o Futura, para comemorar seus 25, e não 30 anos. Preciso de um artigo aqui e agora e não daqui a cinco anos. O GPT-31 ainda não existe. Mas o GPT-4 existe... então, é com ele mesmo que decido seguir para ver o que acontece.

Vou até o site da Open AI, empresa responsável pelo modelo, faço login na minha conta. Sou, nesse momento, um assinante do serviço: pago há três meses uma mensalidade de 20 dólares para poder ter acesso à Inteligência Artificial mais poderosa oferecida pela empresa. Abro um novo “chat” com o GPT-4 e insiro o seguinte *prompt*:

“Olá, preciso que você escreva um capítulo de livro com 20.000 caracteres, incluindo espaços, com o título ‘Carregando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização’. Você consegue produzir um texto desse tamanho? Se sim, vou te dar mais informações sobre o texto para que você possa fazer um bom trabalho”.

Ao que o GPT-4 responde:

“Claro, eu posso produzir um texto de 20.000 caracteres, mas tenha em mente que é uma quantidade significativa de texto, e uma resposta completa pode demorar um pouco mais para ser gerada. Por favor, compartilhe as informações adicionais para que eu possa começar a redigir o capítulo com o título “Carregando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização”.

No diálogo seguinte, eu coloco então as diretrizes que recebi da Luiza, Gerente de Produção da Fundação Roberto Marinho. Ela havia me mandado um e-mail (há mais de 2 meses!) me dando todas as instruções para que eu escrevesse o artigo, da seguinte forma:

Abordagem: A ideia é que o artigo seja escrito de um ponto de vista pessoal, no qual o autor (Ronaldo Lemos) parta de sua experiência para desenvolver o tema, compartilhando e refletindo sobre sua atuação neste ambiente, destacando pontos importantes e narrando caso(s) que deem conta de ilustrar o assunto de um modo mais evidente.

Linguagem: O tom da redação pode ser coloquial — não há necessidade de uma escrita formal e/ou acadêmica, a não ser que seja do estilo do(a) autor(a). Nossa intenção é que o texto carregue também a personalidade de cada articulista e pode-se escrever do modo que se sinta mais confortável. É importante que o entendimento do texto seja acessível a leitores não especializados, para que o público geral possa aproveitar o conteúdo.

Notas e referências: Caso o artigo apresente dados, é importante que o(a) autor(a) indique a fonte. Caso queira, pode indicar outras referências que sejam relevantes, mesmo que não citadas, em notas.”

Aliás, gostaria de parabenizar a Luiza. Seu e-mail para mim, talvez sem querer, é praticamente uma aula de como redigir um *prompt*¹ para o GPT-4. Em geral, prompts que são feitos de forma simplória levam a resultados medíocres. A melhor forma de alcançar bons resultados com um modelo de linguagem com o GPT-4 é exatamente o que a Luiza fez: qualificar especificamente os parâmetros que queremos

1. Prompt: Em tradução livre, *prompt* significa comando e, no texto, refere-se aos comandos utilizados na informática. Um exemplo de um comando (*prompt*) típico da linguagem computacional é a tecla *enter*.

que a Inteligência Artificial utilize. A Luiza qualificou com precisão a abordagem (ponto de vista pessoal) e qualificou a linguagem a ser usada (tom pessoal, carregando a personalidade do articulista, acessível a leitores não especializados). Chegou até mesmo a dar instruções sobre a inserção de notas e referência.

Em outras palavras, ela forneceu três parâmetros bem claros para o GPT-4 trabalhar. Vale aqui lembrar que ela poderia ter dado mais parâmetros. Os grandes modelos de linguagem são especialmente bons em assumirem papéis (“*role play*”) e atuarem dentro deles. A Luiza poderia ter pedido algo como “assuma que você é um escritor vencedor do prêmio Nobel de literatura e escreva nesse tom”. Ou, ainda, poderia ter dito “atue como se fosse um comediante e inclua o maior número possível de situações inusitadas no texto”, e assim por diante. Poderia também ter qualificado o formato, pedido que o texto fosse um “ensaio” defendendo um ponto de vista, ou uma crônica que conte algo que ocorreu na vida do autor, como esquecer de entregar um texto no prazo combinado!

Quanto mais parâmetros o GPT-4 recebe, mais capaz ele é de executar a tarefa com precisão e qualidade. Inversamente, quanto menos parâmetros ele receber, mas pobre, simplório ou até mesmo *default*² (um xingamento para o mundo contemporâneo: “você é muito ‘*default*!’”) o texto será. Os projetos de sucesso executados com GPT-4 são justamente aqueles em que os prompts são bem definidos e com a complexidade adequada ao que se pretende avançar. Não por acaso, uma das principais profissões que emergiram a partir do surgimento dos grandes modelos de linguagem é justamente de “engenheiro de *prompt*”. Esse profissional é capaz de conversar com a máquina dando as instruções mais adequadas para alcançar o objetivo que deseja. Há relatos de a profissão já está pagando algo como 200 mil dólares por ano nos Estados Unidos, o que tem levado muita gente a especular se a “engenharia de *prompt*” não seria a nova programação, até porque, dentre as várias habilidades do GPT-4, está justamente e, também, a capacidade de programar. Muita gente tem apostado que os programadores

2. *Default*: Em tradução livre, significa a configuração padrão, mais simples e básica possível.

perderão espaço de trabalho, porque a profissão se tornará *low code*³ (palavra da moda atualmente), em que um conhecimento mínimo de código de programação permitirá a qualquer pessoa se tornar programadora, justamente com o auxílio da Inteligência Artificial (aliás, esse é um bom elogio para o mundo contemporâneo: “você é muito *low code*!”).

Depois de toda essa parametrização, qual foi o resultado apresentado pelo Chat GPT? Será que ele foi capaz de produzir este capítulo, com o meu estilo? Vou deixar aqui a primeira iteração com a máquina para você, leitor, avaliar:

“Capítulo: Carregando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização

A digitalização da cultura e da comunicação não é uma revolução que aconteceu da noite para o dia. Quando olho para trás, me vejo como um garoto brincando com um antigo computador MSX, fascinado pela possibilidade de criar meus próprios jogos e pela ideia de que havia um universo de informações ali, ao alcance dos dedos.

Hoje, três décadas depois, os avanços da tecnologia são impressionantes. A internet, as redes sociais, os *smartphones*, a Inteligência Artificial... tudo isso transformou a maneira como nos relacionamos com o mundo e uns com os outros. Tudo se tornou mais rápido, mais instantâneo, mais global. E, como em qualquer revolução, há um lado bom e um lado ruim.

No lado bom, há a democratização do acesso à informação e ao conhecimento. A possibilidade de conectar pessoas, ideias e culturas diferentes. A chance de criar novas formas de expressão, de empreender, de aprender, de se divertir.

Um exemplo disso é a história de Márcia, uma jovem de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Márcia sempre foi apaixonada por moda, mas não tinha acesso a revistas ou desfiles de grandes marcas. Com a internet, ela começou a seguir influenciadores digitais, blogs de moda e a assistir a desfiles ao vivo. Hoje, Márcia tem seu próprio blog, onde compartilha suas ideias e criações, e já conseguiu parcerias com pequenas marcas de sua cidade.

3. Sistema de programação simples, que prefere utilização mínima de códigos para programar, tornando mais ágil, simples e acessível.

No lado ruim, há os riscos à privacidade, a desinformação, o ódio e o preconceito que circulam nas redes. Há também a exclusão digital, que deixa de fora aqueles que não têm acesso à internet ou não sabem como usar as ferramentas digitais. E há o risco de nos tornarmos dependentes das grandes corporações de tecnologia, que controlam boa parte da nossa vida *on-line*.

O caso de Márcia é emblemático. Ao mesmo tempo em que a internet abriu um mundo de possibilidades para ela, também trouxe novos desafios. Márcia teve que aprender a lidar com comentários negativos, a proteger sua privacidade *on-line* e a entender como funcionam os algoritmos das redes sociais para conseguir visibilidade.

Apesar dos desafios, acredito que a digitalização da cultura e da comunicação é um fenômeno positivo. E, como qualquer fenômeno, precisa ser entendido, questionado, criticado e aprimorado. É nesse sentido que atuo, seja através da minha pesquisa acadêmica, seja através da minha participação em debates e eventos. Porque acredito que o futuro da civilização depende de como vamos lidar com essa nova realidade.

Por fim, uma reflexão: estamos apenas no começo dessa revolução. A Inteligência Artificial, a realidade virtual, a internet das coisas, a *blockchain*... tudo isso ainda está em processo de desenvolvimento. Quem sabe que novas fronteiras iremos atravessar nos próximos anos?

Referências:

1. OMS. (2022). Relatório sobre a saúde mental na era digital.
2. UNESCO. (2023). O papel da cultura digital na educação do século XXI.

Nota: A história de Márcia é fictícia, criada para ilustrar o tema do capítulo.”

Algumas coisas chamam a atenção nesse texto. A primeira é completamente assustadora para mim. Vale notar no *prompt* utilizado acima que solicitei ao GPT-4 que escrevesse o artigo a partir do meu ponto de vista pessoal (Ronaldo Lemos). O trecho assustador é quando a máquina diz: “Quando olho para trás, me vejo como um garoto brincando com um antigo computador MSX, fascinado pela possibilidade de criar meus próprios jogos e pela ideia de que havia um universo de informações ali, ao alcance dos dedos”.

Pessoal, quando eu era garoto em Araguari, de fato eu tive um computador MSX que marcou a minha vida, e fui realmente fascinado pela possibilidade de criar jogos e com o potencial de me conectar com o mundo através dele (nunca vou me esquecer de quando finalmente comprei um modem que permitia me conectar a serviços de BBS e outros computadores no MSX). A questão que fica é: com que diabos o GPT-4 sabe que eu tive um MSX na minha infância e pré-adolescência? É um chute estocástico, probabilístico? Ou em algum lugar do treinamento dele com dados ele esbarrou em informações sobre mim que falam do meu MSX, talvez alguma entrevista ou texto confessional do qual nem eu mesmo consigo me lembrar? Seja lá qual for a resposta correta, ambas as respostas são assustadoras. A primeira, mostra que o modelo estocástico da máquina está se tornando muito preciso. Com que parâmetros ele me associou a ter um MSX, computador que foi vendido no Brasil entre o final da década de 1980 e início da década de 1990? Talvez pelo tema do artigo relacionado à tecnologia? Minha idade (que eu nunca falei para ele)? Ou será que dentro dos seus sistemas existe uma biografia fantasma de cada pessoa, incluindo a minha, resultado da análise de dados sobre praticamente tudo e todos? E a partir dessa biografia fantasma, o modelo é capaz de buscar reminiscências do passado como essas? Não sei, mas o fato é que se o GPT-4 é assim, como será o GPT-31?

Outra questão que chama a atenção no artigo é uma certa preocupação ética do próprio GPT-4. Notem que ele conta a história da suposta blogueira Márcia. De onde ele tirou essa estória, não faço ideia. Mas, ao final, ele faz questão de elucidar que “a história de Márcia é fictícia, criada para ilustrar o tema do capítulo”. Decisão curiosa que pode indicar que também entre os seus parâmetros esteja incluída cada vez mais a diretriz de distinguir ficção e verdade ou, ao menos, tentar reduzir ou eliminar o fenômeno que vem sendo chamado de alucinação, isso é, a capacidade dos modelos de linguagem de inventar mentiras deslavadas, ou fatos, relatos e até mesmo bibliografia que nunca existiram. Aliás, não me dei o trabalho de checar se as citações da OMS e da Unesco são verdadeiras... afinal, estou tentando poupar tempo aqui. Se alguém checar depois, me manda uma mensagem no *Instagram* me contando, por favor. Inclusive, vou saber que você leu esse artigo até aqui e te dar parabéns.

Por fim, outro problema é que o artigo está muito longe de ter 20 mil caracteres, como foi solicitado pelo Futura. Para mim essa foi uma grande frustração. Achei que teria um artigo prontinho no tamanho correto, mas o texto tem apenas 3.025 caracteres. Se eu fosse submeter esse texto para o livro, ainda precisaria escrever mais quase 17 mil caracteres adicionais. Cadê o meu Santo Expedito, protetor e livrador do tempo livre? Não funcionou. O pior é que ainda tentei mudar os *prompts* e pressionar o GPT-4 a escrever o artigo no tamanho completo. Em *prompts* seguintes, eu falei:

“Infelizmente, o texto que você gerou possui apenas cerca de 3.025 caracteres com espaços. Poderia gerar o conteúdo faltante, chegando então a 20.000 caracteres?”

Ao que o modelo respondeu:

“Claro, vou expandir o texto agora”.

Só que o texto produzido, totalmente diferente do primeiro, também continha em torno dos mesmos 3.000 caracteres, insuficiente para eu me libertar da tarefa da escrita. Cheguei a conceber um plano maligno, de dividir o artigo em sete partes diferentes, cada uma delas com 3 mil caracteres. Nesse meu plano, eu criaria um tema diferente para cada uma das sete partes do artigo, pedindo para o GPT-4 escrevê-las separadamente e tomando cuidado para que tivessem um mínimo de coerência. Ao final, eu colocaria todas juntas e faria uma edição mínima do trabalho, assegurando que a massaroca toda fizesse sentido e submetendo como um texto único para o Futura.

No entanto, cheguei à conclusão de que isso daria muito trabalho e fiquei com preguiça. Talvez fosse mais fácil escrever logo todo o texto (ou, ao menos, a maior parte dele), do que me converter em revisor e *copywriter* de uma Inteligência Artificial, justamente em uma tarde de sexta-feira em que estava doído para fazer outra coisa. Pois bem, o jeito foi me contentar mesmo com o bom e velho papel de autor e escrever este texto que você está lendo. Melhor aproveitar porque hoje tive essa opção. Não sei se no futuro poderemos optar entre ser autor ou revisor do que a máquina vier a sintetizar. Mas esse é assunto para outro texto, cujo título é “Sintetizando... a cultura digital entre as fronteiras da civilização”, a ser publicado daqui a cinco anos na comemoração dos 30 anos do Canal Futura.

NOTA DE ENCERRAMENTO: dos 21.712 caracteres deste artigo, 18.286 caracteres foram escritos pelo próprio autor e 3.426 caracteres foram escritos pelo Chat GPT. Isso fez com que eu economizasse cerca de 45 minutos na escrita do capítulo. Nesse tempo, deu para passear com o cachorro, mas não deu para encontrar nenhum amigo.

PretaLab e a busca por uma metodologia integral

SILVANA BAHIA

Cancelar, ou mesmo congelar, recursos dos programas de Diversidade e Inclusão (DEI) nas universidades públicas tem sido uma tendência forte na política americana em 2023. O Texas é o último dos estados a apresentar uma legislação agressiva contra as iniciativas DEI. Flórida e Iowa já estão avançados nesse processo e, segundo matéria do jornal *New York Times*, uma investigação da Associação de Imprensa encontrou mais de 30 projetos de leis semelhantes, em doze estados americanos.

Na contramão dessa tendência, a diversidade nos espaços de trabalho está cada vez mais correlacionada à inovação tecnológica em diversas pesquisas acadêmicas. Estudos têm demonstrado que equipes diversas, compostas por indivíduos de diferentes origens étnicas, culturais e de gênero, tendem a gerar soluções mais inovadoras, pois a variedade de perspectivas e experiências proporciona um maior leque de *insights* e abordagens para resolver problemas complexos. Além disso, existem evidências sólidas de que equipes diversas aumentam a adaptabilidade das organizações diante de desafios inesperados e mudanças súbitas no mercado.

Uma investigação conduzida pela empresa de consultoria Deloitte em 2022 entrevistou gerentes e diretores de 374 empresas no Brasil. Mais de 90% dos participantes concordam que as práticas de DEI



favorecem a inovação e a geração de valor e 52% das empresas avaliadas possuíam uma área dedicada à diversidade.

Mas, se a diversidade é essencial à inovação, por que a maior potência industrializada do mundo está encerrando programas de incentivo à inclusão, ainda que o setor mostre uma enorme homogeneidade demográfica? É bastante provável que parte da resposta esteja relacionada com as avaliações de performance das iniciativas DEI. Como mencionado, a persistente demografia do setor de tecnologia é uma evidência incômoda, revelando que a maioria das iniciativas trouxe resultados pífios ou muito pequenos ao longo dos anos.

Ainda é cedo para respostas definitivas e para traçar os motivos do desempenho das iniciativas DEI, porém é certo que a maior parte desses programas tem uma ênfase conteudista e técnica em detrimento de outras competências. Embora os profissionais que passam por esses programas terminem com uma quantidade razoável de conhecimento, esse saber não é suficiente, por exemplo, para navegar entre as complicadas relações pessoais e de poder que emanam naturalmente do ambiente de trabalho. Colocada dessa forma, a questão da demografia persistente pelo menos em parte pode ser definida como um problema de adaptação e retenção de talentos.

As culturas organizacionais são muito diferentes umas das outras e isso se reflete diretamente no ambiente de trabalho. Por isso, o desempenho profissional deveria ser corretamente medido não apenas pela performance individual que os colaboradores têm, mas também pela maneira como o contexto favorece ou não a sua produtividade. Em um ambiente de trabalho hostil, erros são sinônimos de desempenho negativo e, no pior dos casos, são passíveis de algum tipo de penalidade.

Essa é a primeira das razões pelas quais existe o “PretaLab”: uma forma de resistência a essa mentalidade, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para que mulheres negras possam desenvolver competências profissionais e tecnológicas sem medo de errar.

“Eu achava que precisava saber tudo para desenvolver alguma coisa, a PretaLab ensinou que tudo bem ir aprendendo aos poucos”. [MULHER, 23, Arujá/SP]

Em um espaço de trabalho seguro, erros são parte natural do processo de aprendizado e crescimento. Nesse ambiente, o desenvolvimento não se dissocia dos momentos de equívoco, ao contrário, a falha é o momento oportuno para melhorar e desenvolver novas habilidades. Para isso, é necessário, obviamente, que o indivíduo tenha uma base de acolhimento para elaborar sua dificuldade e debater soluções.

Em uma atmosfera colaborativa e segura, como no “PretaLab”, mulheres negras são encorajadas a compartilhar suas experiências e seus erros, estimulando uma cultura de aprendizado contínuo. As alunas rapidamente descobrem que as consequências dos erros são diferentes em um ambiente acolhedor. Ao invés de críticas, as falhas são analisadas e compreendidas para identificar as causas e elaborar correções do trajeto.

Nunca tinha visto tantas mulheres negras juntas, foi o maior choque. E tínhamos muitas professoras, fui impactada por ver tanta mulher especialista junta. [MULHER, 21, São Luiz/MA]

Além da identificação que as alunas sentem com professoras e mentoras com origens semelhantes às suas, o foco acolhedor do “PretaLab” também promove um clima de confiança e colaboração entre as participantes. Elas se sentem à vontade para assumir riscos calculados e consultar umas às outras para explorar novas ideias.

Por isso, em contraste com as culturas organizacionais vigentes nas empresas de tecnologia, é perfeitamente compreensível que uma mulher negra, com uma origem diferente da demografia padrão, tenha dificuldades para se manter no emprego. Mesmo com formação técnica sólida, é muito difícil ter uma performance positiva em um espaço de trabalho no qual qualquer engano pode ser irreversível e, por isso, não há possibilidade de troca e colaboração entre profissionais. Para os divergentes da demografia padrão, o isolamento será sempre maior.

A confiança mútua entre os colaboradores é essencial para estabelecer redes de apoio sólidas. Espaços de aprendizado colaborativo, como o “PretaLab”, têm fatura desse recurso precisamente porque o foco não está somente no conhecimento técnico. Concentramos esforços em criar um ambiente seguro e horizontal, no qual as alunas possam

se sentir à vontade para buscar conselhos e orientações, fortalecendo as relações interpessoais e estimulando o crescimento profissional, mas, principalmente, o humano. Como resultado, essa troca obviamente ultrapassa os limites formais da instituição e promove uma cultura de colaboração e ajuda mútua, que resulta em uma influência posterior das alunas em outras mulheres.

A antropóloga e consultora Mayra Fonseca realizou uma análise de resultados dos ciclos formativos do “PretaLab” em 2022. Diversas mulheres foram entrevistadas para compor um mosaico com os resultados e performance da formação. Uma das conclusões mais interessantes do estudo foi que 23% das alunas do “PretaLab” encontraram nos ciclos formativos um apoio para uma transição de carreira para a tecnologia. Além disso, 27% declararam sentir um aumento de autoestima depois da formação. Outro indicativo estimulante é que uma grande parte das mulheres se sentiram inclinadas a incentivar outras mulheres negras a perseguir carreiras na tecnologia:

Indiquei para a minha sobrinha, depois que comecei a estudar, fico mandando para outras pessoas os novos ciclos Preta, sobretudo para quem está desempregado. Teve melhorias em casa, outro tipo de conversa, além da rotina diária e das queixas sobre política. [MULHER, 35, Florianópolis/SC]

Alcançar resultados positivos em programas de inclusão não é uma tarefa simples, mas tampouco parece um mistério porque algumas dessas iniciativas são insuficientes em seus resultados. Existe uma insistência dos programas pedagógicos em dividir o que é integral. O conhecimento técnico não está separado do conhecimento humano e ético — se as organizações pudessem subitamente adquirir essa mentalidade, talvez os problemas com a diversidade pareceriam mais simples.

O mercado está abarrotado de profissionais tecnicamente qualificados, mas com pouca compreensão das nuances das dinâmicas interpessoais e dos impactos que essas dinâmicas têm na produtividade de uma instituição. A importância de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo é negligenciada em detrimento de formações especializadas e de alto nível técnico. Na academia, a ética costuma

ser terceirizada para campos mais “apropriados” como a filosofia ou sociologia, já que é improvável que um cientista da computação dedique sua carreira integralmente a pesquisar os desdobramentos morais do desenvolvimento tecnológico.

No entanto, quando a tecnologia atinge um nível de disrupção e transformação tão rápido, como ocorre atualmente na nossa sociedade, é no mínimo insensato que ética e humanidades sejam consideradas entidades separadas do conhecimento tecnológico.

REFERÊNCIAS

- BRISTOW, Candice. *Why DEI programs are failing*. TechCrunch, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://techcrunch.com/2021/11/16/why-dei-programs-are-failing/>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- BURCH, Audra D. S. *Texas Lawmakers Pass Ban on D.E.I. Programs at State Universities*. New York Times, 29 maio 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/05/29/us/texas-dei-program-ban.html>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- DELOITTE. *Pesquisa “Diversidade, Equidade e Inclusão nas Organizações”*. Deloitte, 2022. Disponível em: https://img04.en25.com/Web/DeloitteToucheTohmatsuAuditoresIndependente/%7B60dc4636-8d7f-48a8-a71f-d8404238e2cd%7D_pesquisa_diversidade_inclusao_2022.pdf?utm_campaign=ins-112022-pesquisa-diversidade-download&utm_medium=email&utm_source=Eloqua&idcmp=br%3A2em%3A3cc%3A4elqbr%3A5gen%3A6oth. Acesso em: 27 jun. 2023.
- FONSECA, Mayra; ESTANISLAU, Luísa; ANDRADE, Taiana. *Impactos PretaLab*. dez. 2022.

Educação tecnológica: conectividade, aprendizagem e geração de renda

CARMELA BORST

Vivemos no Brasil e no mundo a mesma dicotomia: de um lado, milhões de desempregados; de outro, milhares de vagas abertas em áreas de tecnologia ou correlatas que não são fechadas por falta de capacitação tecnológica.

O Brasil tem um grande déficit de mão de obra qualificada em tecnologia e uma multidão de cabeças extraordinárias precisando de uma oportunidade para mostrar garra, capacidade, tenacidade e resiliência. Não se pode aceitar, passivamente, tantos talentos desperdiçados: **peessoas que são excluídas das oportunidades por falta de uma educação inclusiva.**

Se todas as empresas são, ou serão, empresas de tecnologia, é fato que todos os profissionais serão tecnólogos. Portanto, quem não tem acesso à educação tecnológica passa a ser um vulnerável digital.

Os vulneráveis digitais são pessoas ou grupos que enfrentam desafios, como falta de acesso à internet, habilidades digitais limitadas ou exposição a riscos online devido à sua situação socioeconômica, idade e educação. Essas pessoas são afetadas pois não possuem acesso a serviços *on-line* essenciais; sofrem com a desigualdade no acesso à educação



on-line e com os riscos de segurança digital. O letramento digital, a conectividade e a oferta de tecnologias de qualidade são fundamentais para garantir os direitos básicos dos cidadãos e reduzir os riscos e prejuízos da exclusão digital na educação e em várias outras áreas.

Empresas privadas, órgãos governamentais e sociedade civil têm o dever de criar soluções que respondam a essa demanda e a outros desafios sociais. Por isso, juntei-me a outros inconformados positivos para fazer algo concreto que ajude a mudar essa realidade. Os motivos são vários. Um deles é que vivenciamos um cenário de desemprego e baixa escolaridade há anos, com avanços tímidos e retrocessos enormes causados por diferentes crises. A mais atual foi gerada pela pandemia da Covid-19, que acirrou as desigualdades sociais.

Sou uma inconformada positiva e aprendi ao longo da minha vida que essa é uma forma potente de mover, comover e se mexer, não apenas aceitar um problema, mas transformá-lo em solução. Reclamar não muda! Agir, sim.

Vulnerabilidade digital e seu impacto na sociedade

O ano era 1993 e eu começava minha carreira em marketing e tecnologia em uma organização internacional responsável por padronizar os códigos de barras nos produtos. Para quem não sabe, todos os produtos brasileiros começam com o número 789 (cada país tem seu próprio número), seguido pelo número da empresa, são 13 dígitos no total, representados por uma linguagem binária. A minha missão nessa organização, EAN Brasil, era propagar o uso do código de barras nos produtos e mostrar seu impacto positivo em toda a cadeia da automação comercial no Brasil.

Naquela época, os e-mails eram restritos; a Internet era discada; os disquetes eram em formatos de bolachas; a tela do computador era verde e tínhamos fax, o que era a forma mais moderna de comunicação.

A inflação no Brasil alcançava a marca de 2000% e, em 1990, ela havia sido de 6800%. Entrávamos nos supermercados, farmácias e lojas e havia funcionários trabalhando com máquinas de etiquetas em punho, alterando alucinadamente os preços dos produtos. Esses

profissionais seriam os primeiros impactados digitalmente quando os preços saíssem dos produtos e fossem para as gôndolas e, posteriormente, quando eles estivessem em formatos digitais, sendo já alterados automaticamente.

Começava a era da automação comercial no Brasil, que transformou a nossa experiência como consumidor e a cadeia de logística, apoiou o combate ao desperdício, diminuiu a sonegação de impostos e trouxe rastreabilidade de produtos.

Vulneráveis digitais, termo ainda pouco conhecido naquela época e ainda não difundido nos dias de hoje, é a nomenclatura que conceitua aqueles profissionais que não evoluíram suas carreiras para a era digital, tornando-se pessoas com uma grande vulnerabilidade profissional. Assim, o desemprego dessas pessoas responsáveis em remarcar produtos era praticamente inevitável não fosse a educação e os treinamentos: sem isso, não teria sido possível trocar a pistola de disparos de etiquetas pelo scanner ou leitores de código de barras e transformá-los em gerenciadores de categorias, em fiscalizadores de preços de gôndolas, em analistas de intercâmbio eletrônico de dados e nos profissionais dos caixas de *checkouts* automatizados.

A era da internet, que no século passado trouxe o *e-commerce* e com ele impérios de lojas virtuais, também ameaçou o varejo físico que não se adaptou às demandas dos consumidores. Contudo, não foi só o varejo que sentiu as dores da internet; negócios tradicionais que não se reestruturaram sentiram a disrupção bater à porta.

O varejo, como sempre, foi o líder dessas grandes mudanças. Em um mundo onde já não existiam mais barreiras entre o B2B (*Business to Business*) e B2C (*Business to Consumer*), o que valeria, e vale, é o H2H (*human to human*), uma vez que a experiência é tudo! Nesse mundo “físital” (físico + digital), a Inteligência Artificial pode transformar a experiência do consumidor nas lojas físicas.

O varejo brasileiro tem entendido que os desafios dos negócios vão além dos números e da situação econômica e que a inovação depende também da tecnologia. Por isso, há um movimento em torno da transformação digital se tornando real, com investimentos previstos pelas gigantes do varejo físico que podem ajudar as marcas a atender os clientes onde quer que eles estejam.

Embora essa jornada transformacional tenha entrado na agenda dos executivos brasileiros com muitas marcas investindo em tecnologias disruptivas, ainda é preciso um olhar adiante. Surge, assim, a grande questão: e o papel dos seres humanos nesta jornada?

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva e PWC¹, revela que, embora 81% da população brasileira acima dos 10 anos tenham acesso à internet, somente 20% contam com uma conexão de qualidade. Além disso, 58% dos brasileiros acessam a internet exclusivamente via *smartphone*, o que limita ainda mais o uso de recursos digitais para informação, aprendizado e utilização de serviços. De acordo com o estudo, esse quadro limita drasticamente o acesso aos benefícios que a rede oferece, dificultando processos educacionais e, consequentemente, ameaçando fechar as portas do mercado de trabalho para grande parte da população.

O perfil da exclusão digital é, principalmente, formado por pessoas negras e com baixo nível de renda, idosos e indivíduos de zonas rurais. Essa exclusão limita o acesso a oportunidades de emprego, educação, serviços de saúde e até mesmo a participação cívica. Ela cria uma lacuna digital que perpetua a desigualdade socioeconômica.

Medidas para mitigar a vulnerabilidade digital

O acesso universal à Internet é fundamental e governos e empresas de telecomunicações devem trabalhar juntos para expandir o acesso em áreas rurais e comunidades marginalizadas, tornando os serviços de banda larga mais acessíveis. Incentivar políticas públicas que garantam acesso à internet e dispositivos acessíveis são essenciais. Assim, algumas medidas são essenciais para mitigar a vulnerabilidade social:

1. Fontes: Instituto Locomotiva. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/>. PWC e Instituto Locomotiva: só 20% da população local têm acesso de qualidade à internet. Inforchannel, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://inforchannel.com.br/2022/03/21/pwc-locomotiva- apenas-20-da-populacao-brasileira-tem-acesso-de-qualidade-a-internet/>. Acesso em: 17 set. 2019.

- Promover a aprendizagem contínua em tecnologia e atualizações de habilidades para que as pessoas possam acompanhar as mudanças tecnológicas, através da implementação de programas de alfabetização digital em escolas e comunidades para ensinar habilidades básicas de tecnologia, incluindo navegação na internet e segurança *on-line*, estabelecer bibliotecas digitais e espaços comunitários com acesso gratuito à internet e treinamento em tecnologia para pessoas que não têm acesso em casa;
- Promover parcerias entre o setor público, empresas privadas e organizações sem fins lucrativos para oferecer programas de inclusão digital e acesso à tecnologia. Programas de alfabetização digital e treinamento podem capacitar os vulneráveis digitalmente. Empresas de tecnologia podem desempenhar um papel significativo ao tornar suas plataformas mais inclusivas e acessíveis;
- Apoiar o desenvolvimento de soluções tecnológicas de baixo custo, como dispositivos de baixo consumo de energia e aplicativos de economia de dados, desenvolver conteúdo online que seja relevante e adaptado às necessidades culturais e linguísticas das comunidades vulneráveis;
- Oferecer suporte técnico acessível para ajudar os vulneráveis digitalmente a superar problemas e dificuldades relacionados à tecnologia;
- Realizar campanhas de conscientização para destacar a importância da inclusão digital e pressionar por políticas e investimentos que abordem a vulnerabilidade digital.

Essas medidas, quando implementadas em conjunto, podem desempenhar um papel fundamental na redução da vulnerabilidade digital, garantindo que todos tenham a oportunidade de participar plenamente da sociedade digital e aproveitar seus benefícios.

O ESG da tecnologia

A tecnologia desempenha um papel fundamental em nossa sociedade moderna, e uma das facetas mais inspiradoras é seu potencial de impacto positivo. A “Tecnologia para o Bem”, ou “*Tech for Good*” (no termo em inglês), representa o uso da inovação tecnológica em prol do bem-estar humano, do meio ambiente e da melhoria das condições de vida global. Vejam como a tecnologia está sendo empregada de maneira significativa e transformadora para abordar desafios sociais, ambientais e humanitários.

A tecnologia está impulsionando a inovação social, permitindo soluções criativas para problemas prementes, como acesso à água potável em regiões carentes, energia limpa e sustentável e habitação acessível. *Startups* e organizações sem fins lucrativos estão desenvolvendo aplicativos e plataformas que conectam doadores a projetos sociais, ampliando o alcance das doações e tornando o processo mais transparente.

A tecnologia está revolucionando a educação com o surgimento de plataformas de aprendizado online que democratizam o acesso ao conhecimento. Projetos como o que estamos desenvolvendo em organizações como Instituto Resgatando Vidas, da rede Gerando Falcões, Casa do Zezinho e Instituto Verde Escola, estão proporcionando dispositivos educacionais a adolescentes em áreas carentes, aumentando suas oportunidades de aprendizado.

A telemedicina e aplicativos de saúde tornam o atendimento médico mais acessível. Especialmente em regiões remotas, a tecnologia está sendo usada para rastrear epidemias, melhorar a previsão de doenças e apoiar a pesquisa médica avançada.

As respostas a desastres naturais e crises humanitárias são aprimoradas por meio da tecnologia, com drones entregando suprimentos, sistemas de alerta precoce e o uso de *blockchain*² para fornecer ajuda financeira direta a pessoas afetadas — exemplos que poderíamos implementar no Brasil e que salvariam muitas vidas.

2. Mecanismo de banco de dados avançado que permite o compartilhamento transparente de informações na rede de uma empresa

A “Tecnologia para o Bem” é um testemunho da capacidade da inovação tecnológica de fazer a diferença em nosso mundo. À medida que avançamos no século XXI, é crucial que continuemos a incentivar o desenvolvimento de tecnologias que abordam desafios globais, promovem a equidade e contribuem para um futuro mais sustentável e inclusivo.

O compromisso com a *Tech for Good* é essencial para criar um mundo melhor para as gerações presentes e futuras. Ela representa o potencial transformador da tecnologia para causas sociais e ambientais ao integrar inovação e propósito. Assim, podemos construir um mundo mais sustentável e inclusivo. A “Tecnologia para o Bem” é um movimento global que busca utilizar a tecnologia para o bem dos seres humanos, do planeta e para utilidade social, conceito muito difundido fora do país, mas que hoje começa a tomar forma no Brasil também.

O ESG³ da tecnologia

Este movimento está transformando o mundo, com potencial de gerar novos empregos, se aplicarmos corretamente a educação como forma de apoiar a capacitação dos “vulneráveis digitais”⁴. Por meio da inovação tecnológica, estamos abordando desafios globais, não apenas relacionados às mudanças climáticas, mas também à desigualdade social e ao acesso à educação.

A concentração na inovação, nas competências e na fluidez do trabalho, que serão a chave para bons resultados sociais da adoção da tecnologia, conceitua o *Tech for Good* em 5 pilares que vão transformar o mundo: **Educação, Diversidade, Saúde, Longevidade e Sustentabilidade**.

O desenvolvimento e a adoção de tecnologias avançadas, incluindo a automação inteligente e a inteligência artificial, têm potencial não só para aumentar a produtividade e o crescimento do PIB, mas também

3. ESG (Environmental, Social and Governance), em português, ASG – Ambiental, Social e Governança.

4. O termo “vulneráveis digitais” se refere à vulnerabilidade digital já descrita anteriormente neste texto.

para melhorar o bem-estar de forma mais ampla, nomeadamente através de uma vida mais saudável, de mais longevidade e lazer. A par desses benefícios, essas tecnologias também têm o poder de reduzir os efeitos potencialmente desestabilizadores na sociedade decorrentes da sua adoção.

Em 2022, tive a experiência de participar como palestrante pela primeira vez do maior evento de inovação do mundo, o SXSW, em Austin, nos Estados Unidos. Em um painel que discuti “Do Brasil para o Mundo: Agronegócio Inteligente para Salvar Vidas”, tive a responsabilidade de debater o *Tech for Good* no Agronegócio.

A revolução tecnológica no agronegócio brasileiro está se tornando cada vez mais lucrativa no campo, sendo um dos setores base para a economia brasileira e onde inúmeras possibilidades de carreiras são geradas.

Estima-se que a população mundial atingirá 9,8 bilhões em 2050, aumentando a demanda por alimentos. Nos próximos 30 anos, a expectativa é que o Brasil seja responsável por 40% da produção mundial de alimentos. Portanto, investir em inovação e tecnologia no agronegócio e na educação digital é um caminho fundamental, resultando em maior produtividade.

São muitas as tecnologias utilizadas hoje no campo como, por exemplo, Internet das Coisas⁵, Máquinas Inteligentes⁶ ou Software Personalizado⁷. Com isso, surgem novas carreiras em tecnologia como analista de dados de drone, técnico em agricultura digital, projetistas de máquinas, engenheiro de automação, cientistas de dados agrícolas, entre outras. Imaginem as infinitas possibilidades de incluir digitalmente as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade digital.

5. Rede de objetos físicos incorporados a sensores, software e outras tecnologias com o objetivo de conectar e trocar dados com outros dispositivos e sistemas pela internet.

6. Dispositivo ou software capaz de aprender com base em experiências e produzir resultados não previstos.

7. Sistema ou aplicativo feito sob medida para atender às necessidades específicas dos usuários.

Lançando sementes

No final de 2020, após muita pesquisa e muitos estudos, rodando o mundo em regiões como Vale do Silício, nos Estados Unidos, e outros países como França, Inglaterra, Portugal e Singapura, e estudando formatos inovadores de educação tecnológica para atender o déficit de profissionais na área, nasceu a *SoulCode Academy*. Nosso propósito é transformar vidas através da capacitação tecnológica gratuita e fazer a ponte para empregabilidade dentro de empresas que precisam desse tipo de mão de obra.

Mesmo pautando a minha trajetória no *Tech for Good*, ainda sentia falta de ter mais mulheres e diversidade nas áreas da tecnologia, além do desejo de devolver de algum modo para a sociedade todas as oportunidades e sorte que tive em minha vida profissional. Também acredito que, se tive sorte, posso de alguma maneira ajudar outras mulheres a terem sorte em suas trajetórias profissionais. É um ciclo do bem que preciso perpetuar.

Há cinco anos, montamos a primeira classe de programadores na favela, com base no conceito *Tech for Good*. Essa experiência foi a semente da *SoulCode*, que tem obtido ótimos resultados, configurando-se como uma tecnologia social com grande potencial de escalabilidade. A capacitação das pessoas acontece em quatro meses — durante 750 a 800 horas, cerca de 9 horas por dia — a partir de conceitos contemporâneos e inovadores embasados nas relações do trabalho em equipe e nas soluções para diferentes problemas. Os alunos e alunas desenvolvem projetos para nossos parceiros que, posteriormente, acabam por absorver esses talentos.

Quebrando preconceitos

Os alunos da *SoulCode* passam por um processo de seleção cuja base é o pensamento lógico. Só nessa etapa já caem por terra vários estereótipos, como o de que pessoas sem formação acadêmica ou, ainda, que não cursaram a área de Exatas, não conseguem fazer programação. Nas nossas turmas temos pessoas vindas de realidades diferentes,

mas todos têm em comum o desemprego — muitos desempregados de todas as idades, diferentes gêneros e raças, nascidos em regiões geográficas diversas. Portanto, é uma proposta totalmente inclusiva, que também contribui para o fortalecimento da diversidade nas empresas contratantes.

A vulnerabilidade digital é um desafio complexo e multifacetado em nossa sociedade digitalmente conectada. Abordar esse problema requer um esforço conjunto de governos, empresas, empreendedores, executivos, organizações sem fins lucrativos e a sociedade como um todo. Ao garantirmos que todos tenham acesso às oportunidades oferecidas pela tecnologia, construiremos um mundo mais inclusivo e equitativo, no qual ninguém seja abandonado na Era Digital.

REFERÊNCIAS

BRASSCOM. *Estudo da Brasscom aponta demanda de 797 mil profissionais de tecnologia até 2025*. São Paulo, 1 dez. 2021. Disponível em: <https://brasscom.org.br/estudo-da-brasscom-aponta-demanda-de-797-mil-profissionais-de-tecnologia-ate-2025/>. Acesso em: 17 set. 2023.

HELDER, Darlan. *Brasil terá déficit de 530 mil profissionais de tecnologia até 2025, mostra estudo do Google*. G1, 31 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/05/31/brasil-tera-deficit-de-530-mil-profissionais-de-tecnologia-ate-2025-mostra-estudo-do-google.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *TECH for Good: Using technology to smooth disruption and improve well-being*. McKinsey & Company, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/tech-for-good-using-technology-to-smooth-disruption-and-improve-well-being>. Acesso em: 17 set. 2019.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

André Libonati é formado em jornalismo, trabalhou como produtor teatral dos espetáculos “Quem Tem Medo de Virginia Woolf?”, “Os Solitários”, “A Morte de um Caixeiro Viajante” e “Nada de Pânico”. Em 2004, entrou no Canal Futura para a equipe do Projeto Educação nos Trilhos. Em 2007, foi para a área de Produção Executiva. Desde 2009, coordena a produção de projetos como a oficina de audiovisual Geração Futura, *Pitching Doc Futura*, publicações, além da cartela de programas audiovisuais.

Beth Carmona dedica-se aos temas da qualidade audiovisual para crianças há mais de 30 anos. É consultora de canais de TV e gestora de projetos, formada pela ECA/USP, com cursos de especialização. Trabalhou na TV Cultura, dirigiu o grupo Discovery América Latina e atuou no *Disney Channel*. Atuou em produções como “Um Menino Muito Maluquinho”, “Tonky”, “Senha Verde”, “O Diário de Pilar”, “Valentins” e “O Dia que eu me tornei mais Forte”. É presidente da Midiativa, Centro Bras de Mídia para Crianças, e diretora do Festival comKids. Participa de júris infantis, como *Emmy*, *Prix Jeunesse*, *Japan Prize*, *Divercine*, *Kolibri*, *Mostra de Florianópolis*, entre outros.

Carlos Humberto tem mais de 15 anos de trajetória acadêmica e profissional dedicada à promoção de Direitos Humanos, com foco na promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Foi bolsista do David Rockefeller *Center for Latin American Studies*, em Harvard (EUA), e da PUC-Rio. Atuou em diferentes esferas da sociedade civil organizada e instituições corporativas, com implementação de projetos de impacto social pioneiros e emblemáticos do país, como “A Cor da Cultura” (Fundação Roberto Marinho), além de atuação em movimentos sociais de combate à desigualdade racial e social no Brasil.

Carmela Borst é Empreendedora Social e Especialista em ESG, Marketing e Tecnologia. Com uma carreira executiva de mais de 25 anos, como CMO na América Latina para gigantes globais como Oracle e Aon. Fundadora e CEO da *SoulCode Academy*, combina sua paixão por tecnologia com impacto social. Há quase 10 anos desempenha papel como conselheira em ONGs, como Casa do Zezinho, Gerando Falcões e Instituto Capim Santo, Instituto Ser Mais e voluntária na Cufa.

Celso Luiz Prudente é antropólogo, pesquisador, cineasta e escritor. Livre-Docente em Cultura Afro-brasileira e Indígena, Cinema e Hermenêutica (FE/USP), Doutor em Cultura pela (FE/USP) e Pós-Doutor em Linguística (IEL/UNICAMP). É Professor Associado da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). É curador da Mostra Internacional do Cinema Negro, apresentador e diretor do programa radiofônico “Quilombo Academia”, da Rádio USP, e diretor de filmes como *AXÉ alma de um povo* (1987), *Amor no Calhau* (1992), *Som da raça* (2014), *Questão de justiça* (2017), *A cor do voto* (2021).

Daniel Corrá é jornalista, coordenador de Comunicação do Todos Pela Educação. Possui MBA em Gestão de Pessoas, além de especialização em Produção Audiovisual Multiplataforma e Documentário. Passou por redações do Grupo Globo e da CNN Brasil, além de colaborar na direção de curtas para o Canal Futura. É comprometido com causas voltadas para Educação e Diversidade.

Deca Farroco é Superintendente de Projetos na Fundação Roberto Marinho. Atualmente responsável pelo Canal Futura, Núcleo de Projetos Especiais, Núcleo de Inclusão Educacional, Núcleo de Inclusão Produtiva e o Núcleo de Ativos. A Superintendência de Projetos desenvolve soluções, conteúdo e implementa os programas Telecurso, Aprendiz Legal, co.liga e projetos especiais em parceria com entidades e instituições em todo o Brasil.

Em 15 anos na FRM esteve à frente dos projetos de implantação do MAR — Museu de Arte do Rio e do Museu do Amanhã, ambos em parceria com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Nas suas atividades anteriores, aliou sua experiência em produção executiva e planejamento à execução de projetos culturais, atuou no mercado audiovisual em produtoras audiovisuais independentes no Rio de Janeiro e nos canais Globo.

Diego Pereira coordena a área de comunicação do Solar dos Abacaxis, instituição dedicada à experimentação em arte e educação. Fez parte do time de *branding* da *edutech Trybe* e do time de *creators* da *startup* de *games Afterverse*. É produtor audiovisual com obras exibidas na Globoplay, Canal Futura, ESPN, entre outros. Compôs equipes indicadas ao *International Emmy Awards* e ao *New York Film Festival*.

Elisa Larkin Nascimento é doutora em Psicologia pela USP e mestre em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Nova York. Cofundadora e atual diretora do Ipeafro, ela coordena o tratamento técnico e a difusão do acervo de Abdias Nascimento. Curadora de exposições e fóruns de educação com base nesse acervo, ela é autora e organizadora de diversas publicações.

Elli Cafrê é TRANSnordestina e produtora audiovisual, e tem apostado na produção de documentários com foco na defesa dos direitos humanos e da igualdade de gênero. É formada em Marketing e em

Jornalismo (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte). Em parceria com o Canal Futura, produziu os documentários “TRANSformar”, “Empreentecer” e “Bixa Presa”. Com a Globoplay, participou da produção de “Cercados”, indicado ao Emmy em 2021. Atualmente é roteirista da Globo, no programa Encontro com Patrícia Poeta.

Ernesto Martins Faria é economista formado pelo Insper e doutorando em educação pela Universidade de Coimbra, faz estudos e análises na área da educação há 17 anos. Foi gerente de pesquisas na Fundação Lemann por quase 6 anos, onde foi um dos criadores da plataforma QEdU. Em 2017, fundou o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), centro de pesquisas que dirige e que produz estudos e cursos na área da educação.

Esdras Marchezan é jornalista e professor do curso de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Mossoró, Rio Grande do Norte. Mestre em Literatura e Interculturalidade, trabalha com pesquisas e projetos nas áreas de web jornalismo, jornalismo literário, audiovisual, educação midiática e extensão universitária. Criador do coletivo independente de reportagem Repórter de Rua (2013-2017), coordena o projeto de extensão “Vozes do Semiárido” e atua como Pró-Reitor de Extensão da UERN desde 2021.

Ivana Bentes atua como pesquisadora na área de Comunicação e Cultura com ênfase nas questões relativas ao papel da comunicação, da produção audiovisual e das novas tecnologias na cultura contemporânea, tem mestrado e doutorado em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ, onde é professora da graduação e da pós-graduação em Comunicação e Cultura. Foi Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil (2015-2016). É autora dos livros “Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas” (Mauad X, 2015), “Avatar: o futuro do cinema e a ecologia das

imagens digitais”, com Erik Felinto (Sulina, 2010), Glauber Rocha: cartas ao mundo (Companhia das Letras, 1997) e “Joaquim Pedro de Andrade: a revolução intimista” (Relume-Dumará, 1996).

Karin Adams é pesquisadora e praticante nas áreas de democracia e economia política internacional. Na pauta de inovações democráticas, coordena projetos no Delibera Brasil, que promove a democracia deliberativa no país, e participou da Bancada Ativista. É bacharel em Produção Cultural (UFF), mestre em Relações Internacionais (PUC-Rio), e alumni dos programas *MGG Academy* (IDOS) e Vetor Brasil.

Lecticia Maggi é jornalista especializada em Educação, com 12 anos de experiência na área. É gerente de Comunicação e Conteúdo no “Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)”, onde atua desde a fundação, em 2017. É coautora do livro “Ensino Público com bons resultados” (2022) e do “Guia para realizar um bom diagnóstico de Equidade Racial” (2023).

Luciana Barreto é jornalista formada pela Puc-Rio, e começou a carreira aos 23 anos como repórter e apresentadora. Atuou na CNN Brasil, Canal Futura, GNT, BandNews, TV Bandeirantes, TVE e TV Brasil. Ganhou o Prêmio Nacional de Jornalismo Abdias Nascimento, em 2012, pelo programa “Caminhos da Reportagem – Negros no Brasil: brilho e invisibilidade”. Foi eleita uma das Mulheres Inspiradoras de 2015 pelo Think Olga; recebeu o prêmio “Sim a Igualdade Racial” na categoria “Em Pauta”, em 2018, por seu trabalho na mídia contra o racismo. É mestre em relações étnico-raciais, escritora, palestrante e ativista de direitos humanos.

Luciene Kaxinawá é rondoniense, pertence ao Povo Huni Kuin, também conhecido como Kaxinawá. Atua como repórter e apresentadora, tendo passagens por diversos veículos de comunicação. Entre 2021 e 2022 realizou trabalhos independentes de divulgação da Amazônia brasileira dando espaço para povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. É apresentadora no Canal Futura, colunista no Portal Terra, integra a Rede de jovens comunicadores da Coiab e colabora desde 2019 com a Agência Amazônia Real.

Maíra Bittencourt é jornalista, pós-doutora em Comunicação e Artes. Doutora e mestre em Ciências da Comunicação, é Diretora-Geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Na EBC, integrou o Conselho de Administração (Consad) de agosto a dezembro de 2023. Atuou em redações jornalísticas de emissoras de TV, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Marcio Motokane é graduado em Cinema, História da Arte e pós-graduado em Direção de Arte. Atua na realização audiovisual e ministra cursos para criadores de projetos frente às plataformas de exibição. Desde 1993 no mercado nacional e internacional exerce as funções artísticas em organizações como Band, HBO, Chile filmes, Canal Brasil, Multishow e Canal Futura.

Mariana Tokarnia é repórter da Agência Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), onde cobre educação desde 2013. Em 2016, participou da fundação da Jeduca – Associação de Jornalistas de Educação, da qual é vice-presidente. É mestranda em Mídias Criativas na UFRJ. Ao longo da carreira recebeu alguns reconhecimentos, é Jornalista Amiga da Criança e vencedora do Prêmio ABMES de Jornalismo e Prêmio Andifes.

Midria é poeta, *slammer*, cientista social e atualmente mestrando em Antropologia Social pela FFLCH USP. Filhe dos saraus e *slams* das periferias paulistanas, em 2018 viralizou com seu poema “A Meninas que Nasceu sem Cor”. Aos 24 anos tem 4 livros publicados, já foi colunista do Futura sobre Juventudes e atualmente pesquisa as trajetórias de poetas negras surdas participantes dos *slams* no Brasil.

Milena Rocha é jornalista e documentarista que viaja o Brasil contando histórias. Nascida no interior do Piauí. Faz o álbum da sua família reescrevendo memórias costuradas por cartas visuais. Com projetos realizados para o Canal Futura, TV Globo/Profissão Repórter e GNT. Diretora na LabCine Filmes, produtora onde realiza projetos de audiovisual que envolvem formação, cineclubismo e realização de filmes.

Noslen Borges de Oliveira é natural de Curitiba, professor, graduado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Tuiuti do Paraná. Lecionou por mais de 19 anos em colégios e cursos pré-vestibulares de Curitiba e região. É criador da edutech Clube do Noslen e também do maior canal de ensino de língua portuguesa do *YouTube* mundial com mais de 4.5 milhões de inscritos, sendo também o maior canal de educação formal do Brasil.

Pâmela Carvalho é educadora, historiadora, gestora cultural, pesquisadora ativista das relações raciais e de gênero e dos direitos de populações de favelas. É mestra em educação pela UFRJ. É coordenadora do eixo “Arte, Cultura, Memórias e Identidades” na Redes de Desenvolvimento da Maré e representa institucionalmente a organização na secretaria executiva do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR). É editora na Revista Amarello.

Patricia Blanco é formada em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, com pós-graduação em Marketing pela ESPM, é atualmente Presidente Executiva e do Conselho Diretor do Instituto Palavra Aberta, entidade que coordena o EducaMídia, programa que visa conscientizar a sociedade sobre a importância da educação midiática.

Priscila Cruz é presidente-executiva e cofundadora do Todos Pela Educação. Mestre em Administração Pública pela *Harvard Kennedy School of Government*, recebeu o Prêmio de aluna destaque 2014/2015. É graduada em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Recebeu o Prêmio Empreendedor Social 2022, do jornal Folha de São Paulo e Fundação Schwab.

Priscila Pereira é graduada em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e especialista em Antropologia e Desenvolvimento Cognitivo pela Universidade Federal Fluminense. Foi professora de ensino fundamental e ensino médio. Trabalha na Fundação Roberto Marinho desde 2001 e hoje é uma das coordenadoras da Gerência de Implementação, tendo liderado a produção de conteúdos impressos, audiovisuais e a implementação de projetos em todo o país, especialmente sobre as temáticas de proteção, direitos da criança e do adolescente e das juventudes. Atualmente também é Conselheira Municipal da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

Rafaela Lima é professora de ciências da rede pública no Rio de Janeiro, criadora do canal Mais Ciências, que alcança milhares de alunos do ensino fundamental com dicas, aulas e curiosidades. Professora no projeto “Nem Um para Trás” e Websérie “E aí professor (ed.1)”, ambos do canal Futura. Licenciada e mestre em Biologia pela UERJ. Palestrante sobre Ensino Lúdico, Metodologias Ativas e Educação Socioemocional.

Ronaldo Lemos é apresentador do programa Expresso Futuro, do Canal Futura. É advogado e professor especializado na área de tecnologia. É colunista e membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo. É membro do conselho do Museu do Amanhã.

Rosalina Soares é Mestra em "Políticas Públicas, Monitoramento & Avaliação" pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e certificada pelo Programa de Desenvolvimento de Capacidades em Avaliação para a América Latina e o Caribe (IPDET), destacando-se como uma especialista em avaliação educacional.

Com mais de duas décadas de atuação, Rosalina tem contribuído significativamente para a produção de conhecimento e para a gestão estratégica no Terceiro Setor. Em seu papel como Superintendente de Conhecimento na Fundação Roberto Marinho, ela lidera equipes especializadas em pesquisa, monitoramento e avaliação, desenvolvendo conhecimento para subsidiar o aprimoramento das práticas educacionais da FRM.

Lidera, também, a Escola Experimental de Educação de Jovens e Adultos, um projeto relevante que oferece oportunidade de conclusão da educação básica para jovens e adultos em territórios vulneráveis no município do Rio de Janeiro. Além disso, está à frente do Núcleo de Inteligência de Projetos (NIP), cuidando para que as iniciativas da fundação sejam estrategicamente planejadas e executadas para alcançar os públicos mais vulneráveis, contribuindo para a redução de desigualdades.

Silvana Bahia é uma experimentadora, ativista e pesquisadora. Codiretora executiva no Olabi — organização dedicada a diversificar a cena de tecnologia e inovação –, onde coordena projetos como PretaLab e Códigos Negros — Linguagens para cotidianos antirracistas. Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF, integra diferentes redes, grupos de pesquisas e conselhos em organizações. Faz parte do Comitê Científico e de Saberes do Museu do Amanhã, por onde foi editora do livro “Pode um robô ser racista?”, primeiro livro da coleção Pensando Amanhãs.

Simone Freire é fundadora da Espiral Interativa, agência especializada em acessibilidade digital e projetos de impacto social, e idealizadora do Movimento Web para Todos, rede mobilizadora em prol de uma web inclusiva. É graduada em Comunicação Social, membro do Grupo de Trabalho do W3C Brasil e, em 2016, eleita uma 10.000 *Women Goldman Sachs*. Em 2018, *case* internacional e em 2023, uma das 15 empreendedoras globais escolhidas para celebração de 15 anos nos Estados Unidos.

Sofia Amaral é roteirista e produtora audiovisual com mais de 15 anos de experiência em publicidade, televisão e documentários. Passou por grandes produtoras do mercado e dirigiu documentários em curta e média-metragem exibidos e premiados em festivais brasileiros e internacionais. Colabora com o Canal Futura desde 2016 como roteirista, produtora e diretora de produtos audiovisuais em vários formatos.

Susanna Lira é cineasta, pós-graduada em Filosofia, Direito Internacional e Direitos Humanos, com especialização em Biopolítica criminal. É mestranda em Psicanálise. Já dirigiu 18 longas metragens e dezenas de curtas e séries, acumulando mais de 50 prêmios em festivais no Brasil e no exterior.

Suzeli Damaceno é Especialista em comunicação acessível e produtiva, e em acessibilidade digital, sendo também consultora, palestrante e professora nestas áreas. É jornalista pós-graduada em Marketing, em Administração da Comunicação com o Mercado e em Administração de Organizações do Terceiro Setor. Faz parte do corpo docente da ESPM e atua como coordenadora do Movimento Web para Todos.

Tatiana Milanez é formada em Jornalismo, com MBA em Gestão do Entretenimento pela ESPM/RJ. Atuou no Canal Futura, onde foi responsável pelo desenvolvimento de séries audiovisuais, documentários e demais projetos do canal. Foi Coordenadora de Produção da rede Telecine, com participação nos mais importantes festivais de cinema do mundo, como Cannes, Veneza e Berlim. Após atuar durante um ano como repórter no programa Revista Europa (GNT), em Paris, na França, foi diretora-adjunta e curadora da mostra de documentários *Brésil en Mouvements* durante seis anos na capital francesa, e responsável pela versão brasileira da mostra, intitulada Social em Movimentos.

Thiago Molina é doutor em Comunicação Audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, pós-graduado em Comunicação e Marketing Político e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté, onde atua como Diretor de Programação da TV Educativa e é Professor efetivo do Departamento de Comunicação Social. Coordena a parceria da UNITAU com o Canal Futura, e dirigiu para o canal as séries documentais “Coletivado”, “Alfabetismo Brasil”, “Sou Viola Caipira” e o programa “Amácio Mazzaropi por Todos”.

Tawane Theodoro nasceu em 1998, cria do Capão Redondo, zona sul de São Paulo. É poeta marginal, cofundadora e organizadora do Sarau do Capão desde 2017 e uma das Poetas Formadoras do *Slam* Interescolar de São Paulo, desde 2019. Autora dos livros “Afrofênix: A fúria negra ressurgue” e “A pluralidade da poeta” (Editora Quirino, 2019; 2022), e do livreto “O que vem antes das 5 notas?” (Selo Aula Viva, 2023).

Viridiana Bertolini é formada em Jornalismo pela PUC-SP, com MBA em Responsabilidade Social Corporativa pela UFRJ, atualmente, responde pela gerência de Educação da área de Valor Social em Marca & Comunicação, na Globo. Desenvolve projetos e ações que reforcem o compromisso social da Globo no tema Educação e na agenda ESG.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

SECRETÁRIO-GERAL

João Alegria

SUPERINTENDENTE DE PROJETOS

Deca Farroco

SUPERINTENDENTE DE CONHECIMENTO

Rosalina Soares

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO

Carlos Carletto

SUPERVISORA CANAL FUTURA

Mariana Seivalos

SUPERVISOR DE COMUNICAÇÃO

Felipe Conrado

LÍDER DE PROJETOS

Luiza Goulart

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Joana Levy

PESQUISA DE CONTEÚDO E PREPARAÇÃO
DE TEXTOS

Emy Lobo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Patrícia Oliveira

REVISÃO

Marilia Pereira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Vitor Castro

O **Futura** é uma experiência pioneira de comunicação para transformação social que, desde 1997, opera a partir de um modelo de produção audiovisual educativa, participativa e inclusiva. É uma realização da Fundação Roberto Marinho e resultado da parceria estratégica entre organizações da iniciativa privada unidas pelo compromisso de investir socialmente. São elas: Rede Globo, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, SESI Nacional, Senai Nacional e FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.



BAIXE A VERSÃO GRATUITA DO LIVRO EM PDF:

<https://futura.org.br/midiaseducativaseimpactosocial>

1ª EDIÇÃO Junho 2024

IMPRESSÃO Rotaplan

PAPEL MIOLO Pólen natural 80g/m²

PAPEL CAPA Cartão triplex 300g/m²

TIPOGRAFIA Hansen Grotesque, DT Ampla e Periodico

José Brito é executivo de Comunicação com mais de 20 anos de experiência na indústria audiovisual, do jornalismo de educação e plataformas de streaming. Pesquisador em educação midiática e uso de inteligência artificial generativa no apoio às políticas públicas de combate às desigualdades. Diretor na Jeduca, Associação de Jornalistas de Educação, e conselheiro na Agência Lupa, no combate à desinformação. Foi Gerente de Comunicação da Fundação Roberto Marinho e do Canal Futura, onde liderou a oferta de mídias educativas em plataformas digitais de aprendizagem com universidades e parceiros estratégicos. É palestrante e mediador de eventos em feiras, congressos e festivais da indústria criativa.

Acácio Jacinto é Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Mídias Criativas da UFRJ, formado no programa de conselheiros pelo IBGC, possui especialização em TV Digital, Radiodifusão e Novas Mídias de Comunicação Eletrônica pela UFF, além de pós-graduação em Gestão e Gerenciamento de Projetos pela UFRJ. Com formação inicial em Comunicação Social, acumula quase duas décadas de experiência no terceiro setor e no Canal Futura, onde foi gerente-executivo, desenvolvendo habilidades de planejamento, execução e mensuração de iniciativas de impacto social. Atualmente, é gerente-executivo da EBC e membro ativo do movimento negro, além de ser conselheiro consultivo do CEERT e do Intercom.

Luiza Goulart é graduada em Comunicação Social (Jornalismo) e Cinema, Pós-graduada em Gestão de Bens Culturais (FGV-SP) e mestra em Artes da Cena (UFRJ). Atua como pesquisadora, roteirista, dramaturga e editora de textos. Atualmente, é líder de produção de conteúdo na Fundação Roberto Marinho, onde coordena projetos variados no campo da Educação com foco na formação e na inclusão produtiva das juventudes.

Acácio Jacinto • André Libonati
Beth Carmona • Carlos Humberto
Carmela Borst • Celso Prudente
Daniel Corr a • Deca Farroco
Diego Pereira • Elisa Larkin • Elli Cafr e
Ernesto Faria • Esdras Marchezan
Ivana Bentes • Joana Fontoura
Karin Adams • Leticia Maggi
Luciana Barreto • Luciene Kaxinawá
Maíra Bittencourt • Marcio Motokane
Mariana Tokarnia • M idria
Milena Rocha • Noslen Borges
Pâmela Carvalho • Patricia Blanco
Priscila Pereira • Priscila Cruz
Rafaela Lima • Ronaldo Lemos
Rosalina Soares • Silvana Bahia
Simone Freire • Sofia Amaral
Susanna Lira • Suzeli Damaceno
Tatiana Milanez • Tawane Theodoro
Thiago Molina • Viridiana Bertolini

ISBN 978-65-6128-005-1

